



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ELLEN VALOTTA ELIAS BORGES



**APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
OS ELEMENTOS, O PROCESSO E A MATERIALIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO**

**Marília
2018**

ELLEN VALOTTA ELIAS BORGES

**APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
OS ELEMENTOS, O PROCESSO E A MATERIALIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

**Marília
2018**

Catálogo Elaborado pela bibliotecária Leda Maria Araújo-CRB 9/1423

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)

B732a Borges, Ellen Vallota Elias
Apropriação da informação: os elementos, o processo e a
materialização da informação / Ellen Valotta Elias – Marília:Unesp,2018.
256f. :il.

Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências,
Universidade Estadual Paulista, 2018.

1. Apropriação da Informação. 2. Mediação da Informação.
3. Materialidade da Informação. 4. Partículas de protoinformação. I. Borges,
Ellen Valotta Elias. II. Título.

CDU: 025
CDD: 025.17

**APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
OS ELEMENTOS, O PROCESSO E A MATERIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista (Unesp)**

**Profa. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo (Membro interno)
Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru)**

**Profa. Dra. Sueli Bortolin (Membro externo)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual de Londrina (UEL)**

**Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho (Membro interno)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista (Unesp)**

**Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes (Membro externo)
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

Marília, 13 de dezembro de 2018.

Ao grande exemplo de minha vida: meu pai [...]

[...] meu amigo,

meu companheiro,

exemplo de amor,

dedicação, sabedoria [...]

Pai, onde quer que esteja,

no meio das estrelas do céu,

iluminando meus pensamentos,

apoiando minhas ideias,

ouvindo minhas reflexões [...]

guiando meus passos,

no meu coração, nas minhas lembranças,

na minha infância,

nas minhas maiores alegrias e na minha maior dor [...]

finalizo este projeto de vida que sonhamos juntos.

Este trabalho é para você: meu pai! meu herói!

Hoje sou Doutora porque tive um grande Mestre!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai, por ter estado ao meu lado e acreditado nos meus sonhos, incentivando-me a cada passo e a cada conquista. Agradeço a Deus por ter proporcionado a presença de meu pai junto a mim até o final de sua existência. Agradeço por ter tido tempo de falar sobre minha pesquisa e sobre tudo aquilo que sonhamos juntos. Por isso, agradeço a Deus, especialmente, por ter me proporcionado as condições necessárias para a realização deste trabalho durante o momento mais doloroso de minha existência;

Ao meu marido e companheiro. Agradeço ao imenso e infinito amor que sempre me deu, cuidando de mim e de nossas filhas nos momentos mais difíceis;

Às minhas filhas, Any e Ayla; agradeço suas existências. Elas são as forças que me motivam e me levantam. Por elas transformo o meu interior e sigo adiante;

Ao meu orientador, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, por ter sido sempre minha inspiração de pesquisas transformadoras e formadoras de mentes brilhantes;

À minha mãe, o maior exemplo de mulher, esposa e companheira. A maior força que já vi em toda a minha vida. Obrigada por nos amar incondicionalmente;

Aos meus irmãos, Eliandro e Adriana, obrigado por fazerem parte de minha vida, por estarem do meu lado e me fazerem sentir a presença do nosso pai;

À professora Marta Valentim, pessoa rara no mundo acadêmico. Agradeço sua bondade e companheirismo, sua ética e profissionalismo. Seu exemplo é o que faz muitos de nós seguirmos acreditando que ainda vale a pena realizar pesquisas que transformam as relações sociais. Compartilhar conhecimento é sinônimo de suas atitudes;

À minha grande amiga Mariana Mello, por ser minha amiga e companheira, por me fazer rir e chorar, por me ajudar a superar as grandes turbulências e crises existenciais;

À Leda, amiga de pouco tempo e de grande sinceridade, obrigada pela ajuda e pela elaboração da ficha catalográfica;

Ao Everton, amigo inesperado que me ajudou nos detalhes finais; detalhes que fizeram toda a diferença;

Ao meu primo Ryan, obrigada pela amizade incondicional. Você é meu grande amigo;

Ao meu primo, Pierre, pelo diálogo interdisciplinar com a área de medicina, agradeço por me ouvir e me motivar, orientando e esclarecendo pontos fundamentais da área

biológica para que eu pudesse concluir uma parte dos resultados desta pesquisa de forma inovadora e transdisciplinar;

Aos meus tios, Milinha e Marcelo, que sempre me apoiaram em meus estudos e projetos de vida, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional;

À professora Tamara, agradeço por todos os apontamentos brilhantes que deram maior suporte às ideias iniciais, obrigada pela grande atenção e profissionalismo, enfim, obrigada por compartilhar parte de seus conhecimentos;

À professora Sueli Bortolin, agradeço por todos os comentários motivadores realizados durante a qualificação. Suas sugestões e indagações possibilitaram o aprimoramento de meu trabalho;

Ao professor Carlos Cândido de Almeida, por suas explicações sobre a teoria semiótica de Peirce;

À professora Rosângela Formentini Caldas, pela amizade e carinho;

Aos amigos Rubens e Cléo, pela amizade e, principalmente por me ajudarem a me encontrar com Deus;

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido para a apresentação de meu trabalho em Havana, Cuba.

Ao professor Carlos Marcondes de Castro Filho, pela grande motivação e apontamentos destacados na minha pesquisa, pelas palavras de carinho e, principalmente, por me inspirar a seguir no caminho traçado;

À professora Henriette Ferreira Gomes, pela leitura detalhada e cuidadosa, pelas reflexões levantadas e sugestões, pelo diálogo interdisciplinar e pelas palavras sábias que me ajudaram a ampliar os horizontes de minha pesquisa para desenvolver novos estudos dentro da CI;

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho.

A atual sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudar e que está em constante processo de mudança.

Karl Marx



BORGES, E.V.E. **Apropriação da informação:** os elementos, o processo e a materialização da informação. 256f.Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa partiu do pressuposto de que a informação não existe *a priori* e, portanto, direcionou o foco de seu estudo não para o objeto, mas para o processo de apropriação da informação. Nesse sentido, compreendeu-se a informação como um potencial em construção, uma quase-informação, ou seja, teve como embasamento a ideia de protoinformação defendida por Almeida Júnior. Reconhecer que a informação não existe *a priori*, implicou aceitar que ela precisa ser construída. Portanto, entendeu-se que é no processo de apropriação que a informação se materializa e passa a existir por meio de uma materialidade física ou não-física. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi estudar a apropriação como um processo de materialização da informação dentro de uma perspectiva processual e semiótica de Peirce com o propósito de reconhecer que a materialidade da informação é algo também não-físico. Partiu-se de uma abordagem dialética e pragmática para compreender a relação significado-informação com base nas relações estabelecidas por Bakhtin entre palavra (material semiótico) e signo (ato ideológico); indicando uma representatividade ou uma relação causal que pode ser demonstrada pelo signo triádico de Peirce cuja construção depende das relações estabelecidas entre seus elementos (signo, objeto e interpretante). Como resultado, desenvolveu-se uma terminologia para a área da Ciência da Informação, definindo os elementos que fazem parte da materialização da informação. Chamou-se, então, de tríade da materialização as relações estabelecidas entre as partículas de protoinformação (PP), as Manifestações informacionais (MI) e a Consciência Informativa (CI). Este resultado possibilitou um diálogo interdisciplinar com a semiótica de Peirce, reafirmando o caráter processual da apropriação por meio de relações discursivas e dialéticas. Cabe salientar que o processo de apropriação se estabelece por interações sociais que não existem fora do ato da leitura. Partindo dessa perspectiva, compreendeu-se que a materialização da informação é um contínuo processo de construção, desconstrução e reconstrução, realizado na relação com o outro, por meio de diferentes leituras de mundo realizadas por diferentes sujeitos que interagem dentro de um contexto histórico, social e cultural.

Palavras-chave: Apropriação da informação, Materialidade da informação, Partículas de protoinformação, Signo ideológico de Bakhtin, Semiótica peirceana.

BORGES, E.V.E. **Appropriation of information:** the elements, the process and the materialization of information. 256f.Thesis (Ph.D.) – Program in Information Science, Faculty of Philosophy and Sciences, São Paulo State University (UNESP), Marília, 2018.

ABSTRACT

This research was based on the view that there is no information *a priori*, so it directed the focus on the process of appropriation of information instead of the object, that is, the information. As such, it was understandable that information is a potential under construction, which is called almost-ready-information, in other words, it was based on the concept of protoinformation defended by Almeida Júnior. The recognition that there is no information implied also accepting that information needs to be constructed. In this sense, it was understood that information is constructed and materialized during the appropriation process. It should be stressed that materialization of information may be represented by a physical and non-physical materiality. An interdisciplinary dialogue based on the theory of ideological sign elaborated by Bakhtin was held in order to understand materialized information, by establishing links between ideological phenomena and inner discourse. As a result, it has been developed a specific terminology of Information Science by setting out the key elements of information materialization. So, relations were established among protoinformation particles (PP), Informational manifestations (IM) and Informative consciousness (IC) and they were called the triadic materialization. With this result, an interdisciplinary dialogue was conducted based on Peirce's Semiotics, reaffirming the procedural character of appropriation through discursive and dialectical relations. It is important to highlight that the appropriation process is carried out by social interactions that do not exist if there is no reading. From this perspective, it was understandable that materialization of information is a construction, deconstruction and reconstruction process in continuous interactions from each other, which is achieved using several worldviews of different subjects within a historical, social and cultural context.

Keywords: Appropriation of information, Materiality of information, Protoinformation particles, Bakhtin's ideological sign, Peirce's Semiotics.

BORGES, E.V.E. **Apropiación de la información:** los elementos, el proceso y la materialización de la información. 256f.Tesis (Doctorado) – Programa de Posgrado en Ciencia de la Información, Facultad de Filosofía y Ciencias, Universidad Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

RESUMEN

Esta investigación comprendió que no existe información *a priori*. En tal sentido, el énfasis de este estudio no estuvo en el objeto información, sino en el proceso de apropiación de la información. En este sentido se puede decir que la información es un potencial en construcción, es decir, una casi-información. De esta manera, se partió de la idea de protoinformación defendida por Almeida Júnior que reconoce que la información no existe *a priori* y, por eso, es necesario construirla. Basándose en las ideas expuestas, se pudo comprender que la apropiación de la información se materializa a lo largo del proceso, convirtiéndose en una materialidad física o no-física. En ese sentido, el objetivo general de esta investigación fue estudiar la apropiación como un proceso de materialización de la información desde una perspectiva procesual y semiótica de Peirce con el propósito de reconocer que la materialidad de la información es algo también no-físico. Se partió de un abordaje dialéctico y pragmático para comprender la relación significado-información basándose en las relaciones entre palabra (material semiótico) y signo (acto ideológico) establecidas por Bakhtin y además se apuntó una representatividad o una relación causal que pudo ser demostrada por el signo triádico de Peirce, lo que se construye por medio de las relaciones entre sus elementos (signo, objeto e interpretante). Como resultado, se ha desarrollado una terminología para el área de la Ciencia de la Información y se pudo demostrar la relación entre las partículas de protoinformación (PP), las Manifestaciones informacionales (MI) y la Conciencia Informativa (CI). Todos esos elementos forman parte de la materialización de la información y sus relaciones han sido denominadas la tríade de la materialización. Este resultado promovió un diálogo interdisciplinario con la semiótica de Peirce, reafirmando el carácter procesual de la apropiación por medio de relaciones discursivas y dialécticas. Cabe señalar que el proceso de apropiación se establece por interacciones sociales hechas por medio de la lectura. Tomando en cuenta esta perspectiva, se pudo decir que la materialización de la información es un proceso permanente de construcción, desconstrucción y reconstrucción. Este proceso se lleva a cabo por medio de interacciones y diferentes lecturas de mundo, por diferentes sujetos que interactúan dentro de un contexto histórico, social y cultural.

Palabras-clave: Apropiación de la información, Materialidad de la información, Partículas de protoinformación, Signo ideológico de Bakhtin, Semiótica peirceana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilusão de ótica	89
Figura 2 - Signo Triádico de Peirce	109
Figura 3 - Os sete princípios da Complexidade de Morin	136
Figura 4 - Apropriação Sistêmica.....	138
Figura 5 - Raiz tuberosa, tubérculo e bulbo.....	139
Figura 6 - Processo Hologrâmico.....	141
Figura 7 - Processo Retroativo.....	145
Figura 8 - Processo Recursivo.....	148
Figura 9 - Processo Regenerador.....	150
Figura 10 - Processo Dialógico.....	152
Figura 11 - Processo de Reintrodução de Conhecimento.....	154
Figura 12 - Temas Relacionados com Apropriação.....	167
Figura 13 - Os elementos da materialização da informação.....	173
Figura 14 - A relação processual dos elementos da materialização.....	174
Figura 15 - Tipos e Modos da materialização da informação.....	176
Figura 16 - As partículas de protoinformação.....	177
Figura 17 - A partícula materializada.....	179
Figura 18 - A tríade da materialização.....	183
Figura 19 - Pirâmide Informacional - Informação Materializada.....	183
Figura 20 - Materialização interior e exterior.....	184
Figura 21 - Pirâmide Informacional no Discurso Interior.....	185
Figura 22 - Processo contínuo de Apropriação.....	188
Figura 23 - Os níveis de apropriação.....	191
Figura 24 - O sujeito e a consciência informativa.....	193
Figura 25 - Bakhtin e os Níveis de Apropriação.....	194

Figura 26 - As relações entre Bakhtin e Peirce para os estudos da CI	195
Figura 27 - As relações triádicas de Peirce como processo de materialização da Informação.....	198
Figura 28 - Informação como potencial e como resultado materializado	199
Figura 29 - Diálogo entre as teorias de Peirce e Bakhtin para a CI	200
Figura 30 - O signo de Bakhtin e o Signo de Peirce	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Citação do termo Apropriação da Informação em artigos científicos.....	164
Gráfico 2 - Trabalhos com o termo Apropriação da Informação.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1	Diversidade de manifestações conceituais de informação na CI	52
Quadro – 2	Periódicos da CI com Qualis A1, A2, B1, B2.....	66
Quadro – 3	Artigos que apresentam o termo apropriação da Informação.....	67
Quadro – 4	Pesquisa do termo apropriação da informação na base de dados BRAPCI.....	68
Quadro – 5	As tricotomias de Peirce.....	111
Quadro – 6	Diálogo interdisciplinar entre CI, Bakhtin e Peirce.....	120
Quadro – 7	Periódicos A1 que apresentam o termo apropriação da informação.....	157
Quadro – 8	Periódicos A2 que apresentam o termo apropriação da informação.....	158
Quadro – 9	Periódicos B1 que apresentam o termo apropriação da informação.....	159
Quadro - 10	Periódicos B2 que apresentam o termo apropriação da informação.....	160
Quadro – 11	Nova análise dos artigos que apresentam o termo AI.....	161
Quadro – 12	Artigos duplicados pela revista PBCIB.....	162
Quadro – 13	Autores e Revistas que abordam ‘Apropriação da Informação’ de modo central.....	166
Quadro – 14	Trabalhos científicos que abordam de forma central ‘Apropriação da Informação.....	167
Quadro – 15	As contribuições de Peirce para o Processo de Apropriação.....	197
Quadro – 16	Concepções de apropriação abordadas no 1º Artigo.....	203
Quadro – 17	Concepções de apropriação abordadas no 2º Artigo.....	205

Quadro – 18	Concepções de apropriação abordadas no 3º Artigo.....	207
Quadro – 19	Concepções de apropriação abordadas no 4º Artigo.....	209
Quadro – 20	Concepções de apropriação abordadas no 5º Artigo.....	212
Quadro – 21	Concepções de apropriação abordadas no 6º Artigo.....	215
Quadro – 22	Concepções de apropriação abordadas no 7º Artigo.....	218
Quadro – 23	Concepções de apropriação abordadas no 8º Artigo.....	224

LISTA DE SIGLAS

AI	Apropriação da Informação
BRAJIS	Brazilian Journal of Information Science
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CI	Consciência informacional
INCID	Revista de Ciência da Informação e Documentação
MI	Manifestação Informacional
PBCIB	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Documentação
PI	Pirâmide Informacional
PP	Partículas de Protoinformação
RBBB	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	20
2 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO, CONCEITOS E PARADIGMAS	34
4.1 A Ciência da Informação: uma ciência interdisciplinar.....	35
4.2 Os Paradigmas de Capurro: da objetividade à subjetividade.....	39
4.3 O Conceito de Informação: uma diversidade de conflitos	47
4.4 A Informação como Conceito Subjetivo e Social	54
4.5 A Teoria da Complexidade na Informação	58
4.6 As concepções de Apropriação dentro da CI	64
5 APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ASPECTOS SEMIÓTICOS, IDEOLÓGICOS E CULTURAIS.....	72
5.1 Informação e Mediação: aspectos culturais e ideológicos	80
5.2 A Informação como signo ideológico de Bakhtin	92
5.3 As relações triádicas de Peirce.....	101
5.4 Bakhtin e Peirce: uma relação dialógica.....	117
6 LINGUAGEM E INTERAÇÃO SOCIAL	121
6.1 A concepção da linguagem: um percurso histórico.....	122
6.2 Bakhtin e Vygotsky: uma relação interdisciplinar.....	124
6.3 A linguagem textual: uma manifestação discursiva	130
7 AS SETE CATEGORIAS DA APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	135
7.1 Apropriação Sistêmica	136
7.2 Apropriação Hologrâmica.....	140
7.3 Apropriação Retroativa	142
7.4 Apropriação Recursiva.....	147
7.5 Apropriação Regeneradora	148

7.6 Apropriação Dialógica	151
7.7 Apropriação interdependente	153
8 RESULTADOS	155
8.1 Apropriação da Informação nos periódicos científicos	156
8.2 A Tríade da Materialização: uma tricotomia da informação	172
8.3 As partículas de protoinformação	177
8.4 Os elementos da Tríade e o Processo de Apropriação	182
8.5 Os Níveis de Apropriação	190
8.6 Novas concepções sobre o processo de apropriação da informação	195
8.7 Apropriação da Informação e Peirce	196
8.9 Descrição analítica dos artigos com base nas sete categorias da apropriação	202
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	232
APÊNDICES	241

1 INTRODUÇÃO

La única lucha que se pierde es la que se abandona.

Ernesto Che Guevara

A paixão pela docência há aproximadamente 20 anos é a motivação que me fez ingressar no mundo acadêmico. O experiência docente no Ensino Superior me fez perceber que a grande dificuldade dos alunos, além da produção escrita, era a interpretação textual limitada a significados fixos e pré-estabelecidos por meio de leituras orientadas e hegemônicas. Na maioria das vezes, o aluno não sabia escrever porque não havia compreendido aquilo que era para escrever. A grande barreira dos alunos era conseguir compreender além das palavras registradas no texto. Poucos se arriscavam a sair dos padrões e buscar interpretações que viessem ao encontro de seus conhecimentos e experiências individuais. Quando se propunha um tema, geralmente surgia um pensamento hegemônico. Entretanto, não raro aparecia algum aluno particular com um pensamento que vinha de encontro ao resto da sala; quando ideias assim surgiam, eu compreendia o real significado de minha profissão. Em razão disso, mesmo com grandes dificuldades na execução de minha pesquisa de mestrado, segui minha intuição e dei sequência à minha pesquisa de campo para compreender como as pessoas liam os mesmos textos e produziam significados tão diferentes. Este resultado foi possível pela atuação diversificada e ativa dos leitores que se dispuseram a dialogar com o texto, atuando como protagonistas na construção dos sentidos e não se limitaram a realizar uma leitura focada apenas na estrutura textual. As diferentes leituras realizadas pelos sujeitos participantes do processo possibilitaram várias interpretações e subsídios para o desenvolvimento de minhas análises.

Tal fato levou-me a refletir sobre essa problemática que atinge as pessoas em geral, não apenas no mundo escolar e acadêmico. Nesse sentido, observando os resultados relatados na pesquisa de mestrado, pude compreender a dificuldade que os leitores possuem ao realizar a leitura de um texto. A prática de leitura é algo realizado constantemente, nas diversas situações cotidianas. As relações sociais exigem a atuação leitora de diferentes formas: revistas, jornais, anúncios, panfletos, televisão, cardápios, produtos, preços, etc. Geralmente, as situações rotineiras não

apresentam grandes complexidades no processo de leitura. Entretanto, ler e interpretar textos fora dessa realidade, como, por exemplo, realizar leituras de textos literários, não é algo rotineiro para a maior parte da população.

Pensando nessa dificuldade, a pesquisa do mestrado buscou compreender como seria o processo de leitura e interpretação de textos fora do contexto cotidiano. Sendo assim, foram selecionados quatro gêneros textuais diferentes que apresentaram a mesma temática: o amor. Os textos escolhidos foram: um texto bíblico (Coríntios), uma música (Monte Castelo, de Renato Russo), e dois textos poéticos - um soneto (Amor é fogo que arde sem se ver, de Camões) e um poema concreto (Ferida, de Augusto de Campos). A escolha dos textos, além das diferentes estruturas, considerou, principalmente, as relações de intertextualidade entre eles. Após entrevistar um grupo de trinta homens e trinta mulheres, foi possível verificar que houve uma grande preferência pelo texto bíblico e um maior estranhamento em relação ao poema concreto. Assim, buscou-se compreender o porquê a leitura e interpretação do texto literário causou tanto estranhamento, dificuldade e certa aversão. Uma das conclusões foi de que a leitura escolarizada pode significar uma prática social que pouco contribui para a realização de leituras que não estão dentro daquilo que seria previsível para o leitor, como aquelas presentes nas situações cotidianas.

O texto literário, especificamente o poema *Ferida*, de Augusto de Campos, representou o texto fora do padrão, o texto preterido por aproximadamente 80% dos leitores. A justificativa da não compreensão do texto apareceu na maior parte dos relatos. Este ponto foi o que determinou a sequência de minha pesquisa na área da Ciência da Informação (CI). Foi a partir de então que comecei a refletir sobre a importância do processo de leitura e interpretação na atuação social para a área da CI. Desse modo, as reflexões iniciadas no mestrado com o processo de leitura e interpretação se converteram em uma preocupação voltada para os termos relacionados à área da CI. Surgiram, então, diversas indagações e questionamentos sobre o processo de mediação e apropriação da informação. Para responder estes questionamentos, foi preciso encontrar um ponto de convergência, o que resultou na compreensão de que não existe apropriação fora do processo de leitura, ou seja, não há apropriação fora das relações entre texto e leitor. Compreendeu-se que o processo de apropriação é uma constante ininterrupta das relações sociais; além disso, é um processo de construção que nunca se acaba porque a informação é algo

que está sempre por se fazer. Em suma, foi possível delimitar o ponto de partida da presente pesquisa ao definir o estudo dentro do paradigma social que considera como materialidade da informação tudo aquilo que representa uma significação que nem sempre se concretiza por meio de uma materialização física, mas pode ser uma materialização não-física que envolve o âmbito das emoções e do discurso interior, por exemplo.

Não admira, pois, que muitas pesquisas na área da CI possuem uma abordagem positivista que considera a informação registrada como o objeto da área. Não é fácil romper esse paradigma hegemônico e desenvolver o caráter social e subjetivo da informação. Contudo, é necessário desconstruir uma determinada visão para que novas reflexões surjam no meio acadêmico tanto por meio do saber científico e popular. É um erro não considerar o conhecimento que está além daquilo que se possa provar por meio de pesquisas científicas. Muitos saberes são perpetuados de geração para geração na humanidade em geral e nem sempre há registros científicos dessas ações. Nesse sentido, as pesquisas precisam considerar novos olhares que vão além do contexto acadêmico e consideram o uso social da linguagem em contextos diversos.

Tratar da materialidade não-física é afirmar o caráter subjetivo e social da informação, é confrontar o pensamento hegemônico defendido no meio científico de que a informação registrada é objeto de estudo da CI. Compreende-se que para algumas abordagens teóricas, este posicionamento é coerente e aplicável. Entretanto, considerar somente a materialidade física da informação como característica fundamental para que ela seja o objeto científico da área não se aplica a este tipo de pesquisa que possui como base teórica o paradigma social. Nesse sentido, é importante compreender que a materialidade é maior que a informação registrada, ou seja, ela pode ganhar a fisicalidade, mas também pode permanecer em um estado não-físico, o que não significa ausência da materialização. Falar em materialidade, aqui, exige uma compreensão da informação dentro de uma perspectiva semiótica, isto é, a informação é tudo aquilo que possui encarnação de signos, seja algo físico ou não-físico.

Diante do exposto, cabe salientar que esta pesquisa, ao adotar um posicionamento diferente do pensamento dominante na área, não refuta a efetividade e aplicabilidade dos outros paradigmas cujo foco está na compreensão da informação na instância da fisicalidade. Concorde-se, por um lado, que a

informação compreendida dentro do paradigma físico cujos padrões são estabelecidos e desenvolvidos por meio de uma visão matemática e objetiva é um posicionamento que possui um percurso histórico dominante no modo de fazer ciência e sempre terá sua importância e atuação na área. Contudo, nota-se que é preciso posicionamentos contrários para dar continuidade às descobertas e evoluções científicas. Sendo assim, é fundamental, também, saber olhar para um mesmo objeto de estudo segundo perspectivas e abordagens diferentes.

Estudar a relação significado-informação é um posicionamento que precisa ser repensado não somente no paradigma social, mas também no cognitivo e no físico. O estudo desta relação nos três paradigmas é uma questão essencial. Contudo, sabe-se que para a efetividade da pesquisa, é necessário fazer um recorte, por este motivo, esta pesquisa delimitou sua construção dentro do paradigma social. Posicionar-se diante de um dos três paradigmas foi determinante para orientar a estruturação do trabalho como um todo.

Com base no exposto acima, esta pesquisa evitou o uso dos termos transferência e recuperação, pois, considera que a efetividade destes termos é mais aplicada a estudos que abordam a informação nos limites de sua fisicalidade. Estes termos, apesar de serem reconhecidos e estabelecidos na CI, não servem como sustentação para esta pesquisa, já que a materialidade não-física da informação implica uma compreensão que ultrapassa o entendimento da ação de transferir e recuperar algo. Em vez disso, optou-se pelo uso dos termos compartilhamento e apropriação da informação.

Para o desenvolvimento da Tese, o trabalho foi organizado em 9 partes além das Referências e dos Anexos. Nesse sentido, estruturou-se esta tese da seguinte maneira:

Parte 1 – ‘Introdução’ fez uma breve apresentação inicial do trabalho os problemas, a justificativa, os objetivos da pesquisa e a estrutura da tese.

Parte 2 – ‘A problemática da pesquisa’ – apresentou de forma reflexiva as indagações iniciais que permitiram o desenvolvimento da pesquisa, justificando a necessidade de refletir sobre a carência terminologia na área da CI.

Parte 3 – ‘Procedimentos Metodológicos’ – esta parte descreveu as principais relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Filosofia da Linguagem. Nessa perspectiva, realizou-se um diálogo entre informação e signo ideológico, considerando a informação tão ideológica quanto o signo de Bakhtin.

Parte 4 – ‘Ciência da Informação: evolução, conceitos e paradigmas’ apresentou um breve resgate histórico da Ciência da Informação, retratando os três paradigmas abordados por Capurro, com ênfase na contextualização do paradigma social dentro dos estudos na área da CI. Apresentou de forma objetiva a questão da pluralidade do conceito informação, enfatizando a necessidade de compreender que o uso do termo é relacional e depende de posicionamentos teóricos e metodológicos.

Parte 5 – ‘Apropriação da Informação: uma visão semiótica e cultural’ tratou especificamente da Apropriação da Informação como um processo complexo que acontece por meio de relações sociais e culturais. Partiu do pressuposto de que a informação é um fenômeno social e, desse modo, enfatizou a atuação protagonista do sujeito no processo de apropriação. Nessa perspectiva, foram abordadas questões sobre as relações e interações sociais como parte constitutiva do processo de apropriação, relacionando o processo de leitura no seu sentido *lato* e a importância de considerar os signos linguísticos e não linguísticos como potencialidades atuantes na construção da informação como signo ideológico. Para tanto, fez um paralelo entre as teorias do signo ideológico de Bakhtin e da semiótica processual de Peirce. Também foram apresentadas questões para refletir sobre o significado de ideologia e sua atuação na construção dos significados. Para tanto, foram abordadas ideias discutidas por Thompson, Marilena Chauí e Paulo Freire, para citar alguns autores.

Parte 6 – ‘Linguagem e interação social: uma relação além das palavras’ - esta parte apresentou as principais reflexões sobre a linguagem por meio de diferentes teóricos. Nesse sentido, realizou-se um diálogo entre Bakhtin e Vygotsky. Além disso, também se apresentou um percurso histórico sobre os estudos da linguagem com seu início no estruturalismo de Saussure, finalizando com algumas concepções sobre a linguagem e sua atuação discursiva e ideológica.

Parte 7 - ‘As sete categorias da Apropriação da Informação’. Com base nos sete princípios da Complexidade abordados por Morin, esta parte desenvolveu as características do processo de apropriação por meio de vários diálogos interdisciplinares. Nesse sentido, foi possível compreender o processo de apropriação dentro de uma perspectiva integradora que compreende a informação como parte e elemento fundamental para a vida humana.

Parte 8 – ‘Resultados’ - foram abordados os resultados trazidos pelos periódicos científicos na área da CI além de suscitar reflexões teóricas e novos conceitos para a CI por meio de um diálogo interdisciplinar realizado entre Bakhtin e Peirce, visando novas possibilidades conceituais e terminológicas dentro da área. Nessa perspectiva, foi possível refletir acerca do conceito de signo para repensar a questão da apropriação da informação dentro de estudos que abordam a temática. Foram apresentadas as relações entre as partículas de protoinformação, a consciência informativa e as manifestações informacionais. Também se apresentaram os níveis de apropriação, avançando nas discussões sobre a materialidade física e não-física da informação. Realizaram-se diálogos interdisciplinares para repensar a necessidade de conceitos mais específicos na área da CI. Em suma, discorreu-se sobre o processo de apropriação e as novas terminologias criadas para sustentar as concepções estabelecidas por meio de uma atuação transdisciplinar. Por fim, realizou-se uma análise descritiva dos oito artigos selecionados, aplicando as sete categorias da informação elaboradas por esta tese.

Parte 9 – ‘Considerações Finais’- apresentou-se uma reflexão sobre os conceitos propostos no decorrer da pesquisa. Destacaram-se os pontos relevantes observados a partir dos diálogos interdisciplinares que foram essenciais para confirmar a hipótese inicial da pesquisa de que o termo apropriação não era abordado de maneira significativa na área e de que o desenvolvimento de novos conceitos significava um grande desafio que poderia contribuir para o avanço de novas pesquisas sobre a temática da apropriação no tocante ao processo de construção da informação e do resultado apresentado por meio de uma materialidade física e não-física da informação.

2 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Orientar o trabalho por meio de uma determinada escolha terminológica que precisa ser criada e estabelecida dentro da área é uma das grandes dificuldades do fazer científico dentro da CI. Sua natureza interdisciplinar muitas vezes cria uma zona de conforto ao permitir o uso de terminologias de outras áreas, o que contribui para a continuidade da carência terminológica atual que precisa ser vencida dentro da área.

Pinheiro esclarece esta dificuldade terminológica ao relatar que “Na verdade, cada campo tem seus conceitos, de acordo com a compreensão e concepção de informação na área, daí a miríade de definições [...]” (PINHEIRO, 2004). Um exemplo que pode ser citado para uma compreensão dentro da área é exposta por Capurro e Hjørland:

Lawrence e Gilles (1999) encontraram aproximadamente 15 terabytes de informação na Internet. Contudo, isto não é o mesmo conceito de informação como usado pelos especialistas em informação quando procuram, selecionam ou indexam fontes de informação. Estas atividades relacionam-se ao conteúdo e significado das mensagens, não apenas ao seu armazenamento físico e transmissão (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.188-189).

Nota-se por meio da citação que a diversidade do conceito de informação é um mal necessário, pois “[...] a complexidade, variedade de conceitos e ocorrências da informação no contexto cotidiano e técnico-científico têm promovido uma diversidade de significados que dificultam a construção de sentidos mais consistentes” (SILVA; GOMES, 2015, p.145). Pinheiro apresenta esta dificuldade de forma muito direta pelo título de um de seus artigos que trata a informação como “objeto obscuro” da ciência da informação. Neste artigo expõe seu pensamento sobre a definição do termo:

Assim, informação, por ser objeto de estudo da Ciência da Informação permeia os conceitos e definições da área. E, embora informação não possa ser definida nem medida, o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação, aspectos contidos na definição de Ciência da Informação (PINHEIRO, 2004, p.2).

Com base na citação, fica muito clara a dificuldade de definir o termo informação no campo científico. Assim, o que deve ser salientado é que, segundo Pinheiro (2004, p.3), “O conceito de informação científica aparece com muita frequência e precisa ser compreendido nos seus diferentes matizes”. Embora haja uma multiplicidade de definições e concepções sobre o termo informação, pode-se dizer que ainda há um pensamento hegemônico na área da CI muito ligado à Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver (1949), também conhecida por Teoria da Informação. Independentemente da base teórica, não se pode negar que a Teoria da Informação “[...] com maior ou menor intensidade, está presente nas formulações teóricas sobre informação” (PINHEIRO, 2004). Sair desse pensamento hegemônico que compreende a informação sob uma concepção matemática para desenvolver concepções baseadas em um paradigma social significa criar conflitos e gerar dúvidas sobre concepções que, aparentemente, já estão bem definidas pelos outros paradigmas.

Diante das dificuldades apresentadas e considerando que é preciso fomentar de forma mais sólida o debate epistemológico sobre apropriação, esta pesquisa desenvolveu-se a partir das seguintes indagações:

- Como relacionar as percepções teóricas de alguns estudiosos sobre a linguagem, tais como Bakhtin e Vygotsky ao processo de apropriação da informação?
- Como trabalhar a realidade subjetiva da informação dentro de uma concepção objetiva que predomina o âmbito científico e acadêmico da CI?
- É possível traçar um paralelo entre o processo semiótico de Peirce e o signo ideológico de Bakhtin para compreender a materialidade da informação?
- De que forma a semiótica pode contribuir para a compreensão do processo de apropriação?
- É pertinente pensar na criação de um constructo conceitual próprio de apropriação da informação dentro da CI?
- Como definir apropriação e produzir conceitos que facilitem a compreensão deste processo de forma processual e não estática?

- É possível estabelecer níveis de apropriação? Como? Com base em qual teoria?
- Quais as características da apropriação? É possível realizar uma relação dialógica com a teoria da complexidade para descrever suas características e pensar em possíveis categorias?

Sabe-se, contudo, que ainda há várias questões conflitantes. Nesse sentido, para dar sequência ao processo evolutivo da CI, é preciso um posicionamento diante das concepções existentes, principalmente sobre o termo informação. Diante do exposto, após estudar e refletir sobre diversas teorias, principalmente na área de estudos da Linguagem, foi possível delimitar alguns autores como sendo principais norteadores da pesquisa, como, por exemplo, Bakhtin, Peirce e Vygotsky, dentre outros. Depois de refletir e buscar relações dialógicas entre diversos autores e teorias, verificou-se a grande atuação interdisciplinar do pensamento de Bakhtin. Portanto, definiu-se que o estudo do signo ideológico seria o ponto norteador para estabelecer as relações conceituais fundamentais da pesquisa, possibilitando abordar a questão da materialidade não-física da informação por um ponto de vista objetivo. Para compreender a afirmação, parte-se do princípio de que a realidade do signo é objetiva e que a materialidade da informação é mais do que a sua fisicalidade:

Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior (BAKHTIN, 2014, p.33).

Diante da afirmação de Bakhtin, a presente pesquisa firma-se na teoria do signo ideológico de Bakhtin para representar a possibilidade de desenvolver estudos que considerem a subjetividade da informação como algo concreto e objetivo de se trabalhar cientificamente por meio de outras teorias, como, por exemplo, a teoria do signo ideológico de Bakhtin. A ausência de uma terminologia específica para desenvolver novos estudos que tenham como base a subjetividade da informação pode ser verificada pela produção científica na área da CI nos últimos anos. A influência do pensamento hegemônico de informação como uma materialidade física representa uma baixa produtividade em trabalhos que tenham uma abordagem

diferente que aborde de forma central o processo de Apropriação da informação. Tirar o foco do objeto e desenvolver reflexões acerca do seu processo ainda é algo conflitante e temeroso na área.

De acordo com a BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), dos 19255 trabalhos presentes nas 57 revistas indexadas, verificou-se que o termo 'Apropriação da informação' apareceu apenas em 0,32% dos artigos cuja busca foi realizada no campo 'resumo', o que significa a presença de 63 artigos que abordam o termo 'Apropriação da Informação'. Posteriormente, foi realizada uma busca no campo 'palavras-chave', indicando a presença de apenas 0,08% do termo, representando a presença de apenas 17 artigos. Finalmente, efetuou-se uma busca no campo 'título' e o resultado foi de 0,07%, indicando a presença de 15 artigos com o termo 'Apropriação da Informação'.

A carência trazida pelos resultados determinou uma nova busca para verificar se a escassez do termo era algo pontual ou geral dentro da área. Nesse sentido, optou-se por realizar uma nova busca dentro de 'todos os campos', o que indicou um aumento significativo, se comparado com os resultados anteriores. O resultado foi de 268 registros do termo, ou seja, 1,39% de artigos que citam o termo em alguma parte da pesquisa.

Apesar do aumento, a indicação inferior a 1,5% demonstrou que a presença do termo é algo realmente escasso em pesquisas na área da CI. Contudo, sabe-se que somente a presença de um termo no decorrer de uma pesquisa não indica seu desenvolvimento de forma central. Tal fato reforçou a comprovar a necessidade de estudos que abordem e também desenvolvam a temática da Apropriação da Informação. Nesse sentido, foi possível comprovar que tal escassez se demonstrou ainda mais representativa quando se verificou que menos de 0,5% dos trabalhos indexados na base de dados analisada abordaram a temática da apropriação seja no título, seja resumo ou nas palavras-chave.

Com base nos resultados apresentados, a atual pesquisa justificou-se pela tentativa de ampliar pesquisas que tratam da temática da Apropriação, trazendo novas concepções e terminologias específicas para serem trabalhadas dentro dos diferentes paradigmas existentes. A ausência terminológica atual contribui para uma falsa interdisciplinaridade que firma-se apenas nas trocas de terminologias pelo uso de termos de outras áreas simplesmente para manter a zona de conforto já

existente. Assim, não é raro encontrar o uso dos termos ‘transferência da informação’, ‘uso da informação’ e ‘recuperação da informação’ em trabalhos cuja abordagem social pressupõe a efemeridade da informação, ou seja, uma materialidade que nem sempre pode ser trabalhada na instância de sua fisicalidade e, sendo assim, deveria ser concebida por uma materialidade que está em processo, que é subjetiva e não está incorporada em algo físico. É por isso que existe a necessidade de se estudar o processo de construção da informação para tentar compreender esta materialidade em processo.

O grande desafio de se estudar o processo de apropriação é a falta de consenso sobre alguns conceitos na CI. Pressupor o que seja apropriação não significa que este conceito esteja definido na área, porque, de fato, não está. A diversidade de significados sobre o conceito informação na CI reflete uma falta de consenso na descrição de vários outros termos utilizados na área. Por exemplo, fala-se sobre assimilação da informação, compreensão da informação, uso da informação, interpretação, decodificação, etc., mas o que seria, de fato, todos estes processos dentro de uma perspectiva científica terminológica na área da Ciência da Informação?

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou contribuir para o desenvolvimento de estudos que abordem a temática da Apropriação da informação de maneira central. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi estudar a apropriação como um processo de materialização da informação. Cabe enfatizar que falar em materialização é falar em materialidade física e não-física, um processo contínuo que se estabelece nas relações sociais e depende da atuação dos sujeitos. Nesse sentido, buscou-se realizar um estudo dentro de uma perspectiva processual e semiótica da informação, com base no processo de semiose de Peirce. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: reconhecer as relações entre a Ciência da Informação e os estudos da Linguagem dentro de uma abordagem dialética e pragmática; compreender a relação significado-informação com base nas relações estabelecidas por Bakhtin entre palavra (material semiótico) e signo (ato ideológico); reconhecer que a apropriação, assim como a enunciação, é de natureza social, e, portanto, ideológica; realizar um paralelo entre o processo de apropriação e o processo de semiose de Peirce para reconhecer que a materialidade da informação é algo também não-físico que está sempre em construção, desconstrução e reconstrução e, assim, compreender que a informação pode ser

representada por uma materialidade que está além da fisicalidade e pode indicar uma representatividade simbólica ou uma relação causal que pode ser demonstrada pelo signo triádico de Peirce cuja construção depende das relações estabelecidas entre seus elementos (signo, objeto e interpretante) e, por fim, fazer uma descrição analítica dos artigos cujo foco central estava no desenvolvimento da apropriação da informação para compreender como o conceito está sendo trabalhado na área e refletir sobre a necessidade de trabalhos interdisciplinares dentro dos paradigmas existentes, dentro dos periódicos da área e, principalmente, sobre a necessidade dos pesquisadores conceituados possibilitarem novos estudos trazidos por pesquisadores ainda pouco reconhecidos, mas com grande potencial de produção científica inovadora.

Para tanto, a presente tese desenvolveu suas concepções com foco no processo e não no objeto em si. Portanto, apesar de reconhecer a importância de firmar-se dentro de um conceito de informação, esta pesquisa não se limitou à definição ou escolha de um conceito específico definido por determinado autor. O olhar científico direcionou-se além de uma conceituação teórica sobre o que é informação. A pergunta que se pretendeu levantar por esta pesquisa não teve o intuito de questionar o que é a informação, pois, partiu-se do pressuposto de que não existe informação *a priori*, mas um potencial informacional, uma protoinformação que produz a informação. Assim, a pergunta norteadora da pesquisa foi construída com foco no processo e não no objeto. Em suma, a elaboração central desta tese foi refletida sobre a seguinte questão: Como a informação é construída?

Partindo dessa pergunta, a tentativa de respondê-la exigiu um olhar não no objeto informação, mas no processo de produção dessa informação, o processo de apropriação, ou seja, um processo de materialização física e não-física, um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução de significados por meio da linguagem, fato que justificou o embasamento teórico no signo dialético e ideológico de Bakhtin e na semiótica processual de Peirce.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente tese partiu da hipótese inicial de que a temática da apropriação da informação é pouco desenvolvida na área da CI. Diante do exposto, optou-se por uma pesquisa que abordasse métodos qualitativos e quantitativos. Desse modo, realizou-se um estudo bibliográfico na área da CI com o intuito de oferecer subsídios para compor a base reflexiva.

Primeiramente, buscou-se desenvolver uma pesquisa bibliográfica nacional por meio de periódicos indexados no portal da Capes (Plataforma sucupira). Esta abordagem, fundamentada em recursos qualitativos, propiciou uma visão mais detalhada acerca da temática desenvolvida. Partindo dessa visão, a pesquisa analisou a literatura científica reconhecida na área por meio de uma busca que apresentou artigos indexados no portal da Capes, utilizando um recorte que contemple as revistas com classificação Qualis A1, A2, B1 e B2.

Posteriormente, buscou-se realizar um recorte mais amplo, analisando a literatura nacional que contemplasse a temática da apropriação da informação na área da CI. Para tanto, buscou-se realizar um levantamento na base de dados BRAPCI – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – com o termo Apropriação da Informação (AI). Esta abordagem fundamentou-se em recursos quantitativos, ao passo que a busca pelo termo AI teve o intuito de realizar uma contagem da produção científica em relação ao termo sem maiores análises.

Partindo dessa perspectiva, esta proposta metodológica teve o intuito de contribuir para ampliar estudos sobre a apropriação dentro da comunidade científica da área, além de conseguir visualizar o conjunto de pesquisadores reconhecidos por seus estudos sobre o tema dentro da área da CI.

A presente pesquisa foi realizada por meio de um estudo bibliográfico e revisão de literatura. Com base nas reflexões sobre a temática de apropriação encontrada na área, buscou-se realizar um estudo interdisciplinar cujo objetivo com foco na relação dialógica entre informação e linguagem. Para tanto, foram utilizadas teorias sobre a linguagem para compreender a informação como signo ideológico. Também realizou-se um diálogo interdisciplinar com a Teoria da Complexidade e vários outros multidisciplinares com áreas que apresentavam relevância para

determinados pontos da pesquisa, como, por exemplo, a psicologia, a teoria social e ideológica. Nessa perspectiva, utilizou-se a Teoria da Complexidade para compreender, desenvolver concepções e características sobre o processo de apropriação da informação. Tais concepções foram desenvolvidas por meio das relações estabelecidas de forma *inter* e transdisciplinar entre o conceito de informação, segundo o paradigma social da CI, e as concepções dialéticas, sociais e ideológicas abordadas, principalmente, pelas teorias de Bakhtin e Peirce.

4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: EVOLUÇÃO, CONCEITOS E PARADIGMAS

A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Karl Marx (1852)

Considerar a CI como uma ciência social aplicada não é tarefa tão fácil de desenvolver quando se trata de apresentar procedimentos metodológicos de uma pesquisa cujo enfoque paradigmático é o social. Nas palavras de Araújo (p.21, 2003), “[...] se em termos institucionais ou terminológicos parece indiscutível a natureza da ciência da informação, em termos propriamente teórico-epistemológicos essa inserção não é exatamente óbvia”.

Sendo a CI uma ciência bastante recente, é natural que haja diversas tentativas de conceituação para uma maior sustentabilidade teórica da área. Seu percurso histórico, apesar de curto, já apresenta importantes modificações de comportamentos em relação ao conceito de informação e alterações nas suas concepções paradigmáticas.

O termo Ciência da Informação surge na década de 60 quando são elaborados os primeiros conceitos e definições a partir do modelo das ciências exatas, utilizando-se da máxima objetividade para definir o que se entendia por informação. A ruptura com essa concepção objetiva da informação, denominada paradigma físico, vem com o surgimento do paradigma cognitivo em 1980. É claro que as mudanças não aconteceram de uma hora para outra. Não se sai de um paradigma para outro sem um processo de questionamentos e reflexões. As necessidades alteram os comportamentos e visões acerca de um objeto quando algum ponto é redirecionado ou pensado de forma diferente. Foi assim que aconteceu com a CI. Na década de 70, o foco de estudo da CI é redirecionado para o usuário, ocasionando sua inserção no espaço da ciência social. Araújo comenta este processo transitório:

Portanto, a ciência da informação não ‘nasce’ ainda como uma ciência social. Muito ligada inicialmente à computação (como atesta, por exemplo, a importância do trabalho de Vannevar Bush) e à recuperação automática da informação, ela vai, apenas nos anos 70, promover sua inscrição efetiva nas ciências sociais [...] (ARAÚJO, 2003, p.22).

Pode-se notar que há uma evolução histórica: a CI nasce nos moldes da objetividade inerente ao paradigma físico, encontra sua identidade na subjetividade

das ciências sociais na década de 70 e desenvolve reflexões que a levam ao paradigma cognitivo na década de 80. Entretanto, apesar da importância de todas as concepções estabelecidas anteriormente, a década de 90 produz novas necessidades e mudanças sociais. O avanço tecnológico altera de forma marcante as relações de comunicação. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o significado do termo informação. As concepções estabelecidas no molde do cognitivismo já não são suficientes. O paradigma cognitivo supriu as lacunas apresentadas pelo paradigma físico, porém não deu conta de suprir as necessidades trazidas pelo novo contexto informacional. Surge então, na década de 90, o paradigma social.

4.1 A Ciência da Informação: uma ciência interdisciplinar

A palavra interdisciplinaridade é muito usada no âmbito de estudos da CI. Contudo, dizer que a CI é interdisciplinar, implica, nesta pesquisa, adotar uma atitude filosófica que, segundo Chauí, possui duas características:

A primeira característica da atitude filosófica é **negativa**, isto é, um dizer não ao senso comum, aos pré-conceitos, aos pré-juízos, aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que “todo mundo diz e pensa”, ao estabelecido.

A segunda característica da atitude filosófica é **positiva**, isto é, uma interrogação sobre **o que são** as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o porquê disso tudo e de nós, e uma interrogação sobre como tudo isso é assim e não de outra maneira. O que é? Por que é? Como é? Essas são as indagações fundamentais da atitude filosófica.

A face negativa e a face positiva da atitude filosófica constituem o que chamamos de atitude crítica e pensamento crítico (CHAUÍ, 2000, p.9, grifo da autora).

É nesse sentido que esta pesquisa dialoga com a filosofia. Em outras palavras, a interdisciplinaridade com a filosofia está no sentido de compreender as coisas assim como Chauí compreende a filosofia. No início de seu livro “Convite à Filosofia”, a autora apresenta duas respostas fundamentais, e complexas ao mesmo tempo, sobre o sentido da filosofia:

Assim, uma primeira resposta à pergunta “O que é Filosofia?” Poderia ser: A decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os

comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido. Perguntaram, certa vez, a um filósofo: Para que Filosofia? E ele respondeu: “Para não darmos nossa aceitação imediata às coisas, sem maiores considerações” (CHAUÍ, 2000, p.9).

Considerando o trecho supracitado, seria fundamental que toda pesquisa científica tivesse esse olhar filosófico, pois, tomando como base a CI, dizer que ela é interdisciplinar não significa afirmar sua atuação interdisciplinar na maior parte de seus estudos. O problema da interdisciplinaridade, muitas vezes, está no comodismo que propicia uma aceitação das concepções estabelecidas como corretas e, portanto, não precisam ser questionadas. Segundo Chauí (2000, p.8), “[...] nossa vida cotidiana é toda feita de crenças silenciosas, da aceitação tácita de evidências que nunca questionamos porque nos parecem naturais, óbvias”.

Pensando acerca das reflexões da autora, nota-se que há certo comodismo na área da CI em utilizar termos de outras áreas porque já estão estabelecidos e, sendo assim, pouco se cria em um sentido interdisciplinar. Desse modo, produz-se uma atitude multidisciplinar em vez de interdisciplinar. Fazer ciência de modo interdisciplinar implica uma convergência que possibilite, caso seja preciso, a criação de uma postura transdisciplinar. Olga Pombo reflete sobre o problema da atuação interdisciplinar na área e relaciona esta problemática à banalização da palavra: “[...] como sabem, a palavra tem sido usada e banalizada. Poderíamos dizer: a palavra está gasta” (POMBO, 2008, p.10). A autora segue sua crítica ao abordar a questão da competitividade e rivalidade entre as diferentes áreas:

[...] a ciência que nasceu nessa situação democrática, visando a racionalidade dos seus resultados e, o mesmo é dizer, a universalidade daqueles que a podiam construir e entender, parece encontrar-se absolutamente liquidada nesse objectivo. A ciência surge hoje um conjunto de instituições cindidas, fragmentadas, absolutamente enclausuradas cada qual na sua especialidade [...] A ciência é hoje uma enorme instituição, com diferentes comunidades competitivas entre si, de costas voltadas umas para as outras, grupos rivais que lutam para arranjar espaço para o seu trabalho, que competem por subsídios, que estabelecem entre si um regime de concorrência completamente avesso àquilo que era o ideal científico da comunicação universal (POMBO, 2008, p.17).

Refletindo sobre o exposto, cabe ressaltar a necessidade de repensar o modo de fazer ciência dentro da CI. É preciso que a palavra interdisciplinaridade tenha uma atuação que faça jus ao termo. Desse modo, inevitavelmente a CI poderá

contribuir, de modo significativo, para o estabelecimento de uma ciência autônoma que também exporta conceitos para outras áreas. É nesse ponto que entra a necessidade de estudo do termo apropriação. Seu uso recorrente no cotidiano não pode ser compreendido como seu uso no sentido de apropriação da informação no âmbito científico. De outro modo, a banalização da palavra será problemática da mesma forma como ocorre com a palavra interdisciplinaridade.

Não é raro o uso do termo interdisciplinar nas pesquisas em CI quando, na verdade, a prática realizada é meramente multidisciplinar, ou seja, as relações estabelecidas são de mero paralelismo de pontos de vista sem nenhuma combinação entre eles. Pombo propõe que a palavra interdisciplinar seja repensada no contexto científico. Para tanto, a autora apresenta uma proposta de definição da palavra interdisciplinaridade por meio da compreensão da etimologia dos prefixos *multi* ou *pluri*, *inter* e *trans*, já que as quatro palavras disputam o mesmo terreno, ou seja, todas têm uma mesma raiz: disciplina. Porém, este fato não esclarece muita coisa porque “Há pois uma flutuação de conceitos mesmo no interior da palavra disciplina” (POMBO, 2008, p.13). Nesse sentido, a forma mais adequada que a autora encontra para compreender as diferenças e atuações dessas palavras no campo científico é compreender a etimologia dos prefixos: “Recordar que os prefixos *pluri*, *inter* e *trans*, por razões etimológicas [...] carregam inevitavelmente fortes indicações [...] com base nessas indicações há a possibilidade de avançar uma proposta terminológica [...]” (POMBO, 2008, p.13).

Para compreender estas relações é necessário “[...] aceitar estes três prefixos: *multi* ou *pluri*, *inter* e *trans* [...] como uma espécie de *continuum* que é atravessado por alguma coisa que, no seu seio, se vai desenvolvendo” (POMBO, 2008, p.13). Refletindo acerca da proposta da autora, parte-se da ideia de que a multidisciplinaridade está relacionada ao fato de por algo em conjunto “[...] estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de pontos de vista”. Para se alcançar o terreno interdisciplinar, é preciso sair do lado e cruzar o caminho. Quando se ultrapassa o paralelismo “[...] avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade, nos coloca no terreno intermédio da interdisciplinaridade” (POMBO, 2008, p.13). Para finalizar, a autora fala sobre o sentido transdisciplinar: “Finalmente, algo que, quando se aproximasse de um ponto de fusão, de unificação, quando fizesse desaparecer a

convergência, nos permitiria passar a uma perspectiva holista e, nessa altura, nos permitiria falar enfim de transdisciplinaridade” (POMBO, 2008, p.13-14). Em suma:

A ideia é a de que as tais três palavras, todas da mesma família, devem ser pensadas num *continuum* que vai da coordenação à combinação e desta à fusão. Se juntarmos a esta continuidade de forma um *crescendum* de intensidade, teremos qualquer coisa deste género: do paralelismo *pluridisciplinar* ao perspectivismo e convergência *interdisciplinar* e, desta, ao holismo e unificação *transdisciplinar* (POMBO, 2008, p.14, grifo da autora).

Refletindo sobre a proposta de Pombo, cabe repensar sobre o uso que se faz da palavra apropriação no contexto da CI para que se evite a banalização do termo no âmbito científico devido ao seu extenso uso nas relações cotidianas como relatado pela autora ao descrever o uso da palavra interdisciplinaridade.

Não é raro escutar que alguém se apropriou das palavras ou de algum objeto de outra pessoa. Verifica-se, nesse tipo de uso cotidiano, que o termo apropriação está relacionado ao sentido de posse. Apropriar-se, então, significa quando algo passa de um proprietário para outro. Fora desse sentido, outra situação muito frequente, inclusive na área da CI, é falar sobre apropriação cultural, ou seja, quando uma cultura absorve a outra. Encontra-se, também, no campo jurídico, o uso do termo apropriação indevida, ou seja, quando um bem ou capital precisa ser devolvido e não acontece a devolução. Todas essas situações se enquadram nos sentidos atribuídos pela etimologia da palavra apropriação, como apresenta Batista:

Apropriação é um termo utilizado em várias áreas do conhecimento; em razão disso, seus sentidos extrapolam os significados dados pela etimologia. Conforme o dicionário etimológico, o termo *apropriação* tem origem latina (*appropriationem*) e significa “[...] apoderação, apoderamento, posse de alguma coisa, tomar alguma coisa sua, de sua prioridade (BUENO, 1974, p.301 *apud* BATISTA, 2018, p.211, grifo do autor).

A pesquisa realizada pela autora supracitada é de grande relevância para o desenvolvimento desta tese, pois, além de ser uma pesquisa atual (2018), seu método de trabalho foi feito com base em “[...] uma revisão de literatura em diferentes contextos em que o conceito é utilizado” (2018, p.210). De acordo com os resultados, verifica-se que, segundo Batista (2018, p.211), “Alguns autores tomam como sinônimo de *apropriação* conceitos como *adaptação*, *assimilação*, *incorporação*, *interiorização* e *transmissão*”. Ao trabalhar os aspectos tangenciais desses conceitos, a autora considera que:

A semelhança fundamental entre todos esses termos está na ideia de uma ação de deslocamento de uma coisa à outra, movimento em que o objeto deslocado permanece junto ao outro. No caso de *adaptação* e de *assimilação*, a ênfase está na transformação do objeto deslocado, num processo de adequação ao novo meio em que é integrado. Em *incorporação* e *interiorização*, a ênfase está no ambiente de chegada do objeto deslocado: espaço interno de alguma coisa. Já *transmissão* enfatiza o movimento em si, que até pode ser bilateral (BATISTA, 2018, p.213-214, grifo da autora).

Relacionando o uso do termo apropriação dentro da área da CI, a autora salienta que o conceito “[...] tem sido muito utilizado na Ciência da Informação em relação a diferentes situações: apropriação da informação, de bens culturais, de espaço, de dispositivos tecnológicos, dentre outros. Esse fato nos faz indagar sobre o sentido do conceito nessa área” (BATISTA, 2018, p.210).

Cabe ressaltar que a concepção do termo apropriação é dialógica e, nesse sentido sua construção é processual e realizada dentro das relações sociais. Outro ponto importante que deve ser enfatizado é a concepção de informação como um conceito subjetivo e, portanto, desvinculado da ideia de deslocamento, transferência ou posse de algo que está disponível no mundo. Considera-se, então, a apropriação como um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução da informação.

Trabalhar com concepções que diferem do pensamento hegemônico é perceber novos elementos na composição do todo, é compreender a necessidade de uma atuação interdisciplinar, é enxergar que o todo pode ser construído por outras partes além daquelas que o compõem. Nas palavras de Pombo (2005, p.10), “[...] se o todo não é a soma das partes, a especialização tem que ser complementada, ou mesmo em alguns casos substituída, por uma compreensão interdisciplinar [...]”. Ainda, segundo a autora, “[...] este simples enunciado – ‘o todo não é a soma das partes’ – tem tido um impacto e uma influência extraordinária na nossa ciência e na nossa maneira de pensar a questão da interdisciplinaridade” (POMBO, 2005, p.10).

4.2 Os Paradigmas de Capurro: da objetividade à subjetividade

Ao retratar os três paradigmas de Capurro, o desenvolvimento do termo informação parece ser algo que teve um começo na matemática, transita para o cognitivismo e evolui para o paradigma social. Na verdade, as coisas não são tão

simples como na descrição apresentada acima. É importante retratar de forma mais profunda a interdisciplinaridade da CI que existe desde o nascimento das discussões teóricas iniciadas pela introdução da cibernética¹. Cury e Pinheiro retratam as relações interdisciplinares que já aconteciam em meados de 1940:

Entre 1946 e 1953, realizaram-se encontros que ficaram popularmente conhecidos como Conferências Macy, cuja finalidade era fazer avançar os estudos sobre a cibernética. Eram eventos fechados que reuniam cerca de 25 pesquisadores, entre os principais estavam Warren McCulloch, neuropsiquiatria, líder e organizador dos eventos; a antropóloga Margaret Mead; seu marido e também antropólogo Gregory Bateson; a psicóloga Molly Harrower; o matemático Walter Pitts; o também matemático John Von Neumann; o psicólogo social Kurt Lewin; o engenheiro Heinz von Förster; e o já citado ciberneticista Norbert Wiener (CURY; PINHEIRO, 2006, p.895).

Nota-se que essas reuniões eram compostas por estudiosos de diferentes áreas, não apenas matemáticos, mas antropólogos, psiquiatras e psicólogos. Os diferentes posicionamentos e conhecimentos resultaram na construção de grandes projetos, desde o esboço do primeiro computador à criação do modelo Lógico-Neuronal. Cury e Pinheiro relatam algumas pesquisas resultantes das Conferências Macy:

As Conferências Macy resultaram em muitas ideias que repercutiram em pesquisas inovadoras e revolucionárias. Entre elas pode-se citar o esboço para o primeiro computador, resultado dos esforços de Von Neumann, Wiener e McCulloch, que trabalharam na articulação da matemática e da lógica, com o funcionamento do sistema nervoso. McCulloch desenvolveu um modelo teórico de funcionamento do cérebro; Wiener sintetizou os conhecimentos e Von Neumann imaginava criar uma máquina capaz de realizar operações a partir de um programa que nela estivesse armazenado (CURY; PINHEIRO, 2006, p.895).

O relato acima traz à tona reflexões no tocante à interdisciplinaridade inerente à CI. O surgimento da cibernética é um marco para a criação de diferentes discussões e que acabam contribuindo para uma indagação atual sobre o paradigma social dentro da CI. Refletindo sobre as citações supracitadas, verifica-se que a relação da cibernética com a teoria da informação possui relações bem próximas,

¹ O termo *cibernética* (do grego *kubernetes* que significa homem guia) foi empregado em 1940 pelo matemático Norbert Wiener, autor do livro *Cibernética ou Controle e Comunicação no Animal e na Máquina (1948)*, para designar processos de troca de informações, através dos quais máquinas e organismos engajam-se em comportamentos de auto-regulação que mantêm estados estáveis. (CURY; PINHEIRO, 2006, p.895).

inclusive com a data de publicação. No mesmo ano em que Norbert Wiener publica seu livro sobre cibernética, Claude Shannon também publica seu artigo *A mathematical Theory of Communication*, em 1948. Nota-se que a década de 1940 é fortemente influenciada pelo paradigma físico. Considerando que tanto o livro de Shannon sobre a teoria da matemática e o livro de Norbert Wiener sobre a cibernética datam de 1948. Nesse sentido, podem-se relacionar as ideias desenvolvidas por eles, ambos matemáticos, resultantes de discussões advindas dos encontros realizados pelas conferências Macy que já consideravam a complexidade da informação dentro do campo científico.

É fato que a teoria matemática dentro da área da CI é um marco referencial abordado por várias pesquisas. Capurro e Hjørland (2007, p.149) abordam sua relevância: “A teoria matemática da comunicação de Claude Shannon (1948) é um marco com referência ao uso comum da informação com suas dimensões semânticas e pragmáticas [...]”. Araújo (2009) também destaca a importância da Teoria matemática:

É bastante comum encontrar, na área da CI, a indicação da importância da Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver, apresentada em 1948 e publicada em 1949, como um prenúncio, ou mesmo inauguradora do campo. Essa teoria é normalmente conhecida como “Teoria da informação” e tal denominação não se deu sem motivos: trata-se da teoria que pela primeira vez enunciou um conceito científico de “informação”. Os autores estão preocupados com a eficácia do processo de comunicação e, para tanto, elegem como conceito central de seu trabalho a noção de informação (ARAÚJO, 2009, p.193).

De acordo com o trecho supracitado, verifica-se que a preocupação dos autores está voltada para o processo de comunicação. Nesse sentido, “Shannon e Weaver reconhecem que as questões relativas à comunicação envolvem três níveis de problemas”. Para os autores, o primeiro nível está relacionado ao transporte físico da materialidade que compõem a informação, o segundo nível se refere aos problemas semânticos e o terceiro nível é o pragmático. Apesar de reconhecerem os três níveis, “Produzem uma teoria, contudo, que está voltada apenas para o primeiro nível. Ao fazer isso, eles tornam possível a construção de um referencial teórico para os problemas relacionados com o transporte físico da informação” (ARAÚJO, 2009, p.193). Esta escolha por parte dos autores significa que:

Ao “limpar” o conceito de suas dimensões de significação e relação social, Shannon e Weaver descartam a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação dela enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada “cientificamente” (ARAÚJO, 2009, p.193).

Apesar do grande enfoque dado ao paradigma físico, cabe salientar que ele não é o único que os estudiosos tomavam como base para a elaboração de suas ideias na época. Mesmo antes da publicação de Shannon e de Weaver em 1948, já se discutia sobre as relações entre a matemática e o cérebro. Walter Pitts, apoiado nas ideias de McCulloch, lança o Modelo Lógico-Neuronal que, segundo Cury e Pinheiro (2006, p.896) “[...] iniciou o primeiro período das Ciências Cognitivas”. De acordo com este modelo:

[...] se concebia que o cérebro funcionava com base no sistema de informação binária (0 ou 1), onde cada sinapse nervosa tem apenas duas possibilidades: transmitir ou não transmitir a informação, em outras palavras, conectar-se ou não se conectar. Esse modelo ficou conhecido como *All-or-None* (do inglês *Tudo ou Nada*) e abriu a perspectiva de imaginar o cérebro como uma rede de células fechadas em si mesma (CURY; PINHEIRO, 2006, p.895-896).

Enquanto Walter Pitts usava o sistema binário para compreender o cérebro, Claude Shannon também utilizava o mesmo sistema binário que abriria caminhos para eletrônica digital:

O matemático americano Claude Shannon (SHANNON & WEAVER, 1975), principal autor da *Teoria da Informação*, buscava reduzir o custo da transmissão de sinais com base nos conceitos de probabilidade e função logarítmica (EPSTEIN, 2002). Ele acreditava também que qualquer dado poderia ser codificado como uma série composta pelos números 0 e 1. Como a codificação dos dados se dava exclusivamente a partir de dois dígitos, surgia assim o conceito de bit (**binary digit**), o que abriu caminho para a invenção da eletrônica digital dos modernos computadores e das redes de telecomunicações (CURY; PINHEIRO, 2006, p.895, grifo dos autores).

A importância da teoria matemática de Shannon e Weaver para a área da CI é indiscutível. É um tema frequente em diferentes áreas de estudo para apresentação, discussão, reflexão e compreensão do processo comunicativo e, também, para compreender o uso do termo informação a partir de diferentes bases teóricas. Apesar da bibliografia da área da CI apresentar uma cronologia que começa com o paradigma físico, passa para o paradigma cognitivo e chega ao

paradigma social, faz-se necessário considerar que o paradigma físico dominante até a década de 1970 não era o único existente. Com base nas citações realizadas, nota-se que o paradigma cognitivo já era focado por Walter Pitts em 1943 ao lançar o Modelo Lógico-Neuronal. Contudo, concorda-se que foi na década de 1970 que o paradigma cognitivo ganhou maior destaque. Segundo Araújo:

É apenas no final da década de 1970 que começam a surgir estudos com abordagens efetivamente voltadas para os usuários. O principal marco do desenvolvimento destes estudos é a Conferência de Copenhague, ocorrida em 1977, na qual vários trabalhos sugerindo tal abordagem foram apresentados e debatidos (INGWERSEN, 1992). Tais estudos se desenvolvem embasados em teorias tais como a do estado do conhecimento anômalo (Belkin), construção de sentido (Dervin), valor agregado (Taylor) e construtivista (Kuhlthau). Em comum, todas apresentam uma perspectiva cognitivista: busca-se entender o que é a informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários que se relacionam (que necessitam, que buscam e que usam) a informação. Os usuários são estudados enquanto seres dotados de determinado “universo” de informações em suas mentes, utilizando essas informações para pautar e dirigir suas atividades cotidianas (ARAÚJO, 2009, p.199-200).

Segundo as concepções trazidas pelo paradigma cognitivo, nota-se uma preocupação que sai dos limites dos problemas técnicos de transferência de informação e passa a direcionar o olhar para o usuário. Embora haja um grande avanço em relação ao paradigma anterior, o paradigma cognitivo ainda se limita nos estudos da mente sem considerar a dinamicidade da informação que acontece no social. A informação é algo fixo e capaz de preencher lacunas para satisfazer as necessidades informacionais. Nesse sentido, a informação não é estudada em seu aspecto social, contextual e dinâmico. Apesar de considerar a participação do sujeito, esta participação é limitada em um universo específico de informações com sentidos fixos que podem ser organizadas nas lacunas específicas sem a necessidade de considerar o contexto de produção. Segundo Araújo (2009, p.200), “Uma vez que se verifica uma falta, uma ausência de determinada informação, inicia-se o processo de busca de informação – aí entra a informação como aquilo capaz de preencher uma lacuna, satisfazer uma ausência”. Nota-se, então, que a informação abordada pelo paradigma cognitivo ainda continua sendo considerada dentro de uma perspectiva objetiva. Tal fato justifica-se porque “A principal inspiração desse modelo é a teoria de Popper, que crê na unicidade do método

científico e na possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade” (ARAÚJO, p.200).

Nesse sentido, entende-se que a mesma ideia abordada pelo paradigma físico que compreende a informação como algo que possa ser transportado, também está presente no paradigma cognitivo que traz a ideia de preenchimento de lacunas. Diante disso, pode-se considerar que apesar do surgimento de várias teorias que tentam compreender a informação dentro de outro paradigma que não seja o físico, muitas delas acabam compartilhando as mesmas concepções calcadas na ideia de transferência ou transporte de algo. Consequentemente, estabelece-se um pensamento hegemônico na CI de informação como “coisa”, fato que se justifica pela forma como o conceito foi consolidado na área. Araújo destaca esta questão:

Os primeiros conceitos de CI surgiram na década de 1960 (TAYLOR, 1966; REES; SARACEVIC, 1967; BORKO, 1968) e possuem, quase todos, a mesma ideia. Destacam que a CI é uma ciência voltada para o estudo produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação. Nesse sentido, entendem a CI como uma disciplina voltada para os processos envolvidos com a informação – processos normalmente entendidos como processos técnicos, aplicados, de intervenção. O conceito de informação que sobressai de tais definições é a ideia de informação como uma “coisa”, um ente da realidade dotado de objetividade (ARAÚJO, 2009, p.200).

A necessidade de compreender a informação como um objeto passível de ser estudado objetivamente é algo que acompanha o surgimento da CI e influencia grandemente os estudos na área. Nesse sentido, verifica-se também:

A outra ideia muito comum nos primeiros conceitos de CI exalta o objeto de estudo dessa ciência: “o comportamento e as propriedades da informação”. Tal comportamento é entendido como as direções que toma ou as conformações que adquire a partir das forças que agem sobre ela. A ideia de propriedades é entendida como propriedades objetivas, tais como, por exemplo, as propriedades físico-químicas dos elementos de uma tabela periódica – são propriedades que, uma vez descobertas, valem para quaisquer contextos, quaisquer sujeitos (ARAÚJO, 2009, p.200).

Observa-se que esta concepção de informação é compreendida como “[...] algo independente dos sujeitos, dos contextos histórico-culturais, passível de ser estudada objetivamente [...] Tal conceito é desta forma problematizado tanto na Teoria Matemática quanto na Teoria Sistêmica” (ARAÚJO, 2009, p.200). Apesar das

duas teorias citadas anteriormente possuírem suas próprias características, as duas apresentam a mesma ideia de informação como algo que possa ser transportado de um lugar para outro. Pode-se dizer que as duas teorias se complementam, ou seja, “Juntas, as duas teorias concorrem para a construção de um verdadeiro paradigma para a área: o paradigma positivista” (ARAÚJO, 2009, p.200).

Refletindo acerca do exposto, cabe salientar que este pensamento calcado em uma perspectiva objetiva da informação traz consequências negativas, de certo modo, para a questão da superação de um conceito. Fazer ciência é, também, romper paradigmas antigos para que novas possibilidades sejam criadas por outros paradigmas que possam complementar, refutar ou simplesmente ignorar concepções anteriores. Há alguns movimentos de reação ao paradigma positivista que podem ser observados como propostas de mudança realizadas nas últimas duas décadas, segundo expõe Araújo:

Entre essas propostas merecem destaque as discussões que buscam estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas, para quem o entendimento do que a informação é passa, necessariamente, pelas interpretações dadas pelas pessoas que se relacionam com ela. Tais discussões se dão de diferentes formas. Cornelius (1996, p.22), retomando Habermas, lembra que as ações e fatos humanos não são “dados” ao investigador do mesmo modo que os fenômenos humanos – pois são interpretados pelos sujeitos que os vivenciam ou se relacionam com eles. Se são interpretados, são dotados de sentido. E não há sentido em algum fato ou situação se não há sujeito que os experencie (ARAÚJO, 2009, p.201).

Todos os exemplos anteriores foram descritos para que se entenda a importância de Capurro para o desenvolvimento de pesquisas tenham como concepção e orientação teórica o paradigma social. Capurro é considerado um dos autores que

[...] recorre à hermenêutica como forma de ampliar as possibilidades teóricas de estudo da informação [...] O autor reconhece a existência de três paradigmas no campo: o primeiro, a que denomina paradigma físico; o segundo, que identifica como o paradigma cognitivo; e o terceiro, ao qual ele próprio se filia, denominado paradigma social (ARAÚJO, 2009, p.201).

Da objetividade à subjetividade, da cibernética à complexidade, a informação ainda é um elemento central para o desenvolvimento de indagações que permeiam as relações e atuações sociais. Por isso, apresentar o percurso histórico da informação por meio das teorias desenvolvidas possibilita criar relações entre o

passado, o presente e o futuro e, assim, compreender de forma mais profunda as relações sociais e, conseqüentemente, os posicionamentos teóricos criticados, refutados ou adotados por cada paradigma. Por exemplo, a crítica de Capurro ao paradigma físico e cognitivo se deve ao fato de que o conceito de informação considerado pelo autor vai de encontro às concepções e realidades presentes e defendidas pelos dois paradigmas anteriores. Araújo discorre sobre este posicionamento de Capurro:

Criticando os dois primeiros, o autor subverte a ideia comum que se tem de que a informação é algo prévio que cria o conhecimento, propondo que, na verdade, o que ocorre é o contrário, pois a informação e o conhecimento em ação – informação é contextualizar o conhecimento, algo só pode ser considerado informação pelos atores sociais se já se tem conhecimento daquilo que é definido como informação (ARAÚJO, 2009, p.201).

Ainda, segundo Araújo, ao abordar a posição de Capurro (1992) sobre a informação relata que para Capurro, a informação não é algo que possa ser “[...] transportado de uma pessoa a outra ou mesmo algo específico para uma subjetividade isolada. Ela seria, antes de tudo, uma dimensão fundamental da forma como os seres humanos compartilham o mundo com os outros” (ARAÚJO, 2009, p.201-202).

Compreender os três paradigmas citados não significa, neste trabalho, adotar uma visão de ruptura em que um paradigma supera o outro. Não há dúvidas de que ainda há uma grande hegemonia na área da CI em relação ao paradigma físico. Não se pode dizer o mesmo do paradigma cognitivo e social. Porém, a preocupação desta pesquisa não está em discutir qual o melhor paradigma deve ser adotado ou não pela CI, pois este fato deve estar de acordo com as escolhas teóricas e metodológicas. Partindo desta perspectiva, o que precisa ficar claro para o desenvolvimento desta Tese é a compreensão da informação como um conceito subjetivo e social e que sua materialidade não está restrita ao físico, mas pode ser concretizada e permanecer dentro do discurso interior, sem expressão externa. Portanto, parte-se da ideia de que a informação é um processo contínuo de construção, uma ação altamente subjetiva e dependente dos sujeitos e contextos sociais. Fora da relação não há informação.

4.3 O Conceito de Informação: uma diversidade de conflitos

A dificuldade de conceituar o objeto de estudo da CI deve ao fato da informação ser objeto recorrente em diferentes áreas de estudo. Entretanto, a necessidade de firmar este conceito na área da CI precisa ser algo realizado de forma diferenciada para que fique clara a diferença da informação enquanto um termo recorrente em quase todas as áreas do conhecimento e a informação enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação: “Para uma ciência como a CI, é sem dúvida importante a forma como seus termos fundamentais são definidos e, assim como em outros campos, na CI a questão sobre como definir informação é frequentemente levantada” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.149).

Conceituar informação não é o propósito desta pesquisa, o que não exclui a necessidade de apresentar conceitos que possam contribuir com a compreensão da informação enquanto objeto abstrato e social. Estudar a informação por meio de uma base metodológica que aborde a informação como um conceito subjetivo cujo enfoque informacional esteja associado ao modelo de informação como um fenômeno social ainda é algo desafiador.

O que é informação depende das necessidades de cada pesquisa, ou seja, as definições dependem das relações conceituais e concepções teóricas e metodológicas. Wilke afirma que:

A pergunta elementar ‘o que é informação’ gera inúmeras respostas em conformidade com as áreas de conhecimento e contextos particulares, a ponto de uma pesquisa realizada por Schrader ter demonstrado, na década de 1980, a existência de aproximadamente 700 definições de informação entre 1900 e 1981 (CAPURRO; HJØRLAND, 2003 *apud* WILKE, 2012, p.93).

As tentativas de conceituar a informação e desenvolver definições sobre o termo na área acadêmica é algo que nunca deixou de existir. Não é raro encontrar novas definições, reformulações, reconstruções de definições construídas anteriormente, reflexões sobre determinada definição, etc. A informação, como bem apresentada por Pinheiro (2004) é algo de difícil definição: “E, embora informação não possa ser definida nem medida, o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação, aspectos contidos na definição da Ciência da Informação”. Não cabe dúvida de que a pergunta elementar apresentada por Wilke ‘o que é informação’ faz

e sempre fará parte das discussões teóricas na área da CI. Contudo, cabe ressaltar que é preciso não apenas refletir sobre as diversas respostas, mas modificar ou complementar a pergunta em questão e redefini-la de acordo com paradigmas específicos. Nesse sentido, cabe reformular a pergunta e em vez de se perguntar o quê? O mais adequado seria direcionar a pergunta para o processo em si em vez do objeto. Em outras palavras, a pergunta poderia ser reformulada para: Como a informação é construída? Ou ainda de forma mais complexa: Como materializar a processualidade da informação já que sua materialidade está além da fisicalidade e pode ser representada por aquilo que se encarna em signos? Quando a pergunta muda de forma, a resposta exige novos paradigmas e direcionamentos teóricos. Nessa perspectiva, o objeto de construção teórica deixa de focar a informação como um objeto concreto e registrado e passa a exigir explicações que considerem o processo de construção do objeto, e não mais o objeto em si. Para tanto, faz-se necessário estudar a processualidade da informação para compreender a materialidade dentro de uma proposta semiótica. Compreender a informação como um signo ultrapassa o conceito dialético de material e imaterial. Falar em materialidade não significa, necessariamente, falar em fisicalidade. A materialização da informação representa sua construção significativa que está relacionada com a encarnação sígnica que pode ser representada por algo físico ou não-físico.

Buscar a reafirmação do termo informação não criará nenhuma discussão teórica que seja transformadora. Esta preocupação sempre estará presente já que o termo é polissêmico e pode ser empregado como objeto de estudos em diferentes áreas científicas e, sendo assim, sempre possibilitará diferentes definições que se adequem à determinada área ou grupo de estudiosos. A necessidade de adotar uma definição de informação é mais uma questão teórica que exige uma coerência de procedimentos e relações com outros termos. Esta discussão é antiga e sempre será atual por causa de sua necessidade de estabelecer relações entre as teorias de uma pesquisa. Para Capurro e Hjørland:

[...] a introdução do conceito de informação por volta de 1950, sob domínio da biblioteconomia especializada e da documentação tem tido, por si mesmo, sérias consequências para os tipos de conhecimento e teorias desenvolvidos em nosso campo. A questão importante não é somente qual significado damos ao termo em CI, mas, também, como este relaciona-se a outros termos básicos como documentos, textos e conhecimento (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.150).

A necessidade de relacionar o conceito de informação com outros conceitos exige uma compreensão geral dos paradigmas existente. Por outro lado, exige também a capacidade de olhar para o mesmo objeto de forma diferente. A informação sempre existiu e sempre existirá. O que a torna diferente não são as novas ou antigas teorias, mas a forma de compreender as novas relações que surgem por meio dela em contextos diferentes. Almeida Junior expõe a necessidade de novas discussões e de um novo olhar sobre o fazer ciência. Para ele [...] “as novidades estão alicerçadas nesses conceitos hegemônicos e representam tão somente pequenas alterações, superficiais que não abalam os alicerces teóricos vigentes” (ALMEIDA JÚNIOR, 2014 p.vii). Ainda, segundo o autor, “Poucos são os textos que apresentam e propõem um questionamento, que defendem um olhar diferente sobre as concepções sedimentadas” (ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p.vii – viii).

Refletindo sobre o posicionamento do autor, reafirma o posicionamento inicial de que seguir discutindo o que é informação seria continuar em uma compreensão superficial do termo. Desta forma, teremos a humildade de permitir a novidade sem que esta seja uma refutação antecipada daquilo que lhe é contrário. Esta postura teórica se deve ao fato de considerar na prática e não apenas na teoria, a interdisciplinaridade do termo informação.

A existência de vários conceitos para o termo informação é uma realidade conflitante presente na CI. Reconhecer esta realidade é o mal necessário para encontrar um posicionamento que satisfaça as necessidades metodológicas de uma pesquisa em CI de forma coerente. O dilúvio conceitual de informação pode afundar aquele que não souber se orientar e selecionar o conceito adequado. Capurro e Hjørland discorrem sobre este perigo:

Quando se estuda informação, é fácil perder a orientação. Portanto, é importante fazer a pergunta pragmática: “*Que diferença faz se usarmos uma ou outra teoria ou conceito de informação?*” [...] Deveríamos também perguntar a nós mesmos o que mais precisamos saber sobre o conceito de informação a fim de contribuir para maior desenvolvimento da CI (CAPURRO; HJØRLAND 2007, p.193, grifo dos autores).

Frente às questões expostas, é fundamental fazer uma distinção entre informação como objeto e informação como conceito subjetivo para dar sequência aos estudos na área da CI. Reconhecer este ou aquele posicionamento teórico

indica uma maturidade necessária para realizar relações conceituais que visam uma análise voltada não mais para o objeto informação, mas sim para o seu processo de apropriação. Capurro e Hjørland (2007, p.193, grifo dos autores) expõem sua preocupação sobre os pontos abordados:

Em nossa percepção, a distinção mais importante é aquela entre informação como um objeto ou coisa (por exemplo, número de bits) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo. A visão interpretativa desloca a atenção dos atributos das coisas para os *mecanismos de liberação* para os quais aqueles atributos são relevantes.

Com base no posicionamento apresentado, ratifica-se a necessidade de compreender e considerar a materialidade não-física da informação dentro de estudos que abordem de forma central seu processo de apropriação. Tirar o foco do objeto concreto (informação registrada) para compreender o processo de apropriação é desafiador, pois, como afirmam Capurro e Hjørland:

Esta mudança pode causar frustração porque é inerentemente difícil e porque envolve princípios teleológicos que são estranhos aos princípios positivistas da ciência. É relativamente fácil contar o número de palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder (CAPURRO; HJØRLAND 2007, p.193).

Mudar o foco do objeto informação para o processo de apropriação da informação pode ser comparado ao deslocamento dos atributos das coisas para os mecanismos de liberação, como abordado por Capurro. Ou seja, compreender seu processo de construção e apropriação da informação significa considerar as possíveis relações entre sujeito, significado e informação. Em outras palavras, é considerar que a realidade é construída pelas relações sociais significativas de diferentes modos para cada um. Nesse sentido, torna-se necessário desenvolver pesquisas que solidifiquem o paradigma social. É com base nessa necessidade que Araújo se posiciona:

Um suporte teórico fundamental nesse movimento é exatamente o trabalho de Berger & Luckmann. Ao discutir a realidade como algo que é construído socialmente e não como uma existência em si mesma, independentemente dos sujeitos que conhecem, os autores abrem caminho para uma compreensão da informação não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância *per se*, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e

compreendido de variadas formas de acordo com os sujeitos que estão em relação – o que vai na contramão tanto da definição de Borko (1968) sobre o comportamento e o fluxo da informação excluindo os sujeitos, quanto da definição de Buckland (1991), que vê a informação como ‘coisa’ (ARAÚJO, 2003, p.25).

Considerando a citação supracitada, esta pesquisa desenvolve-se com base no conceito de informação subjetiva, algo que não existe, mas está sempre em construção dentro das relações e diálogos entre os sujeitos nos contextos. Deste modo, pode-se refletir e compreender as influências, interferências e manipulações que acontecem por meio do uso social que se faz da linguagem. Na visão de Capurro e Hjørland (2007, p.192), “Usuários deveriam ser vistos como indivíduos em situações concretas dentro de organizações sociais e domínios de conhecimento. Uma pedra em um campo pode conter diferentes informações para pessoas diferentes”.

Compreender a CI como uma área teórico-prática em consolidação, cujo objeto de estudo, a informação, não possui uma uniformidade conceitual, é um problema ainda existente na área pelo uso polissêmico do termo por distintas áreas e competências profissionais.

Considerar a informação como um processo social direciona a pesquisa para um diálogo entre várias concepções do termo informação dentro de um limite paradigmático necessário para a delimitação da pesquisa. Para Silva e Gomes:

Além dos diversos conceitos de informação já discutidos, a CI apresenta outras significações de informação, seja de cunho institucional, seja de cunho científico. Esses conceitos indicam várias formas de representação semântica da informação ao longo da trajetória da CI (SILVA ; GOMES, 2015, p.146).

Considerando a variedade de conceitos de informação desenvolvidos por estudiosos da CI, torna-se viável considerar não uma definição única e fechada de um único autor, mas a concepção geral defendida por um grupo de estudiosos que conceituam a informação a partir dos fundamentos vinculados a práticas sociais da informação. Partindo dessa perspectiva, apresentam-se alguns conceitos de vários autores que foram esquematizados em um quadro intitulado “Diversidade de manifestações conceituais de informação na CI” e elaborado por Silva e Gomes (Quadro 1).

Quadro 1: Diversidade de manifestações conceituais de informação na CI.

AUTOR / INSTITUIÇÃO	CONCEITO	ANO
Maria Nélide González de Gómez	A informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos/instituições) em contextos concretos de ação que se evidencia como uma ação de informação que articula esses estratos em três dimensões principais: uma, semântico-discursiva , enquanto a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual remetem sua semântica ou conteúdos; outra, meta-informacional , onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido; a terceira, uma dimensão infra estrutural , reunindo tudo aquilo que como mediação disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão.	2000
Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro	Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.	2002
Birger Hjørland	Conceito social de informação no âmbito da análise de domínios e comunidades discursivas.	2002
Aldo de Albuquerque Barreto	Estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade.	2002
Rafael Capurro	Os paradigmas da Ciência da Informação/Hermenêutica da informação.	2003
Chun Wei Choo	A informação como recurso em organizações; a informação como o resultado de pessoas construindo significado a partir de mensagens e insinuações.	2004
Miguel Ángel Rendón-Rojas	A informação como ente ideal (abstrato), construído com base em características secundárias dos signos.	2005
Bernd Frohmann	A informação materializada através da investigação do papel da documentação na criação de tipos ou categorias; informação materializada por meios institucionais e tecnológicos.	2008

Fonte: adaptado de Silva e Gomes, 2015, p.146.

O quadro original elaborado por Silva e Gome apresenta 21 definições criadas pelos respectivos autores/instituições: Tefko Saracevic e Judith Wood, Harrold's Librarian's Glossary, Michel Buckland, Gernot Wersig, Yves-François Le Coadic, Kevin McGarry, Maria Nélide González de Gómez, Dictionnaire encyclopédique de l'information et documentation, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, Birger Hjørland, Aldo de Albuquerque Barreto, Rafael Capurro, Chun Wei Choo, Miguel Angel Rendón-Rojas, Luciano Floridi, Bernd Frohmann. Apesar de considerar a importância de todas as definições dentro da área da CI, optou-se por realizar um

diálogo crítico entre as concepções que apresentasse uma visão social da informação. Portanto, o quatro citado acima apresenta apenas 8 dos 21 conceitos selecionados pelo trabalho original. A relação apresentada pelo trabalho de Silva e Gomes confirma a pluralidade de conceitos e usos do termo informação em diferentes áreas ou, ainda, dentro de uma mesma área, como no caso da Ciência da Informação, sob diferentes enfoques metodológicos. Nas palavras de Silva e Gomes:

[...] o conceito de informação é plenamente constituído quando se considera a interdependência em relação com outras terminologias como documento, dado, mensagem, comunicação e conhecimento possibilitando inferir que o conceito de informação na CI é eminentemente relacional (SILVA; GOMES, 2015, p.145).

O trecho supracitado finaliza o tópico de forma clara com o objetivo de enfatizar que o direcionamento da pesquisa não está na seleção de um conceito de informação. A orientação da pesquisa precisa sim, firmar um posicionamento paradigmático que é responsável para as futuras relações terminológicas que serão estabelecidas no decorrer da pesquisa. Contudo, cabe ressaltar que o uso de determinado conceito de informação, apesar de estar limitado dentro do paradigma social, seu uso sempre será abordado de forma relacional, dialogando com os desdobramentos de outros conceitos, como, por exemplo, cultura, sociedade, indivíduo e linguagem.

4.4 A Informação como Conceito Subjetivo e Social

Se conceituar informação já é algo complicado, adotar uma postura que a considera um objeto subjetivo e social é algo, no mínimo, complexo. Entretanto, não se pode fugir da necessidade de criar conceitos para reafirmar a Ciência da Informação como uma Ciência autônoma cujo objeto é a informação. Nesse sentido, é necessário refletir sobre a terminologia e suas significações dentro de cada paradigma da área, principalmente no tocante ao paradigma social que parte do pressuposto de que a informação é algo que se constrói por meio das relações sociais entre os sujeitos. Sendo assim, o desenvolvimento de uma pesquisa cujo paradigma central é o social não pode ter como base a ideia de transferência de informação no sentido de deslocamento, como, por exemplo, deslocar algo físico de um lugar a outro sem que haja modificações e novas construções. Para Barreto:

Na criação da informação pelo emissor criador, o autor é algo desconhecido e ainda pouco estudado. Representa uma transmutação, mais que uma transferência da informação. A transferência tem uma conotação de passagem, deslocamento; a transmutação coloca-se como formação de nova espécie por meio de mutações; pode ser vista como uma reconstrução de estruturas significantes; uma transformação que ocorre mediante uma reação de mudança de uma estrutura em outra. De uma condição privada do agente criador para um conjunto simbolicamente significativo, um ambiente público, uma coletividade (BARRETO, 2002, p.70-71).

O uso do termo transmutação é ideal para falar em apropriação. Ao se apropriar de uma informação, o sujeito está reconstruindo uma informação que em algum momento anterior já foi construída por outro sujeito. As construções, desconstruções e reconstruções de informações são processos conflitantes e tensos que exigem a interações entre mundos diferentes. O direcionamento de uma mensagem de um sujeito para outro, nas palavras de Barreto (2002, p.71), “[...] produz tensão, que é criada pela interação de competências distintas existentes nos diferentes mundos: o mundo do emissor da mensagem e o mundo de referências do receptor [...]”

Compreender a importância de relacionar conceitos e saber posicionar adequadamente cada um deles nos estudos da CI é uma tarefa árdua, mas necessária. Derque defende que:

[...] em Ciência da Informação a relação entre informação e formação dos conceitos (ou construção categorial) é fracamente delineada. O que nos obriga a mostrar não essa relação conceitual, mas as noções implícitas de informação que conformam as escolhas teóricas para a explicação da formação dos conceitos (DERQUI, 2014, p.12).

As tentativas de conceituação do objeto informação precisam avançar além das relações conceituais entre os diferentes paradigmas. Talvez, este fato colabore para a resistência de abordar o caráter subjetivo e social da informação, o que pode ser um posicionamento intimamente ligado ao fato de que “Informação é tradicionalmente relacionada a documentos impressos e a bibliotecas” (PINHEIRO, 2004, s.p.) Entretanto, a autora esclarece que:

[...] a informação de que trata a Ciência da Informação, tanto pode estar num diálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa inovação para indústria, em patente, numa fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou em biblioteca virtual ou repositório, na internet.

Com base nas ideias da autora supracitada, concorda-se com a multiplicidade de conceitos e, portanto, verifica-se a necessidade de esclarecer a escolha terminológica da atual pesquisa. O conceito de informação adotado por este trabalho possui um enfoque cognitivista social visto que relaciona informação a conhecimento. Contudo, cabe enfatizar a diferença entre os termos visto que “[...] embora haja relação profunda entre conhecimento e informação, os dois termos são distintos, portanto, não são sinônimos e, na literatura, esta é uma questão recorrente” (PINHEIRO, 2004, s.p.). Explicitar a relação entre os termos citados foi essencial para confirmar a base metodológica alicerçada no paradigma social, fato que trouxe à tona diferentes concepções trabalhadas pelos outros paradigmas da área.

Nesse sentido, foi possível notar que cada paradigma possui relações diferentes entre concepções, significados e relações dos mesmos termos usados dentro de outro paradigma. Por exemplo, considerando a diferente abordagem do paradigma físico em relação à produção de significado, pode-se dizer que a forma enfática do paradigma social em relação ao significado não está presente nos estudos cuja abordagem está centralizada no paradigma físico. Tal fato pode ser esclarecido ao considerar que o paradigma físico não tem a finalidade de trabalhar com o significado, conforme esclarece Pinheiro (2004):

É oportuno esclarecer que, diferentemente da Ciência da Informação, a teoria da informação não se refere a significado, até porque seu

principal criador, Shannon, engenheiro da Bell Company, estava preocupado com a solução de problemas de otimização de custo da transmissão de sinais.

Como se pode notar, a escolha metodológica e conceitual de informação foi o ponto que norteou o desenvolvimento da pesquisa e definiu os elementos específicos para as escolhas bibliográficas que sustentaram o desenvolvimento metodológico. Tomar como base o paradigma social significou utilizar uma seletividade teórica que exigiu a exclusão de alguns elementos e, em contrapartida trouxe a necessidade de compreender uma diversidade de elementos que fazem parte do processo de apropriação, como por exemplo, a cultura, os sujeitos sociais, os contextos, as linguagens, as comunidades discursivas, as representações mentais, a hermenêutica além de vários outros elementos que fazem parte de uma compreensão abstrata e subjetiva da informação. Com base no paradigma social, achou-se pertinente trazer para reflexão teórica o conceito semanticamente geral de informação elaborado por Silva e Gomes:

A informação é uma produção fenomenicamente social que tem por finalidade dinamizar a inter-comunicação humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento através de interações entre sujeito/autor e sujeito/ usuário por meio de dados (plano físico e histórico-social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material), que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito/usuário efetivando um caráter de compreensão (SILVA; GOMES, 2015, p.150).

Adotar uma postura subjetiva e social para compreender o objeto informação implicou na ideia de apropriação da informação como um processo complexo entre sujeitos sociais e construção de informação. Neste processo não há uso, transferência ou recuperação de informação, já que ela não existe *a priori*.

Nesse sentido, tampouco se pode recuperá-la e, muito menos, não há possibilidade de trabalhar com a ideia de sua transferência, o que implicaria o deslocamento de algo de um lugar para outro, de um sujeito para outro. Considerar materialidade não-física da informação, realizada somente no discurso interior, exigiu uma compreensão complexa no sentido de desordenar para ordenar, desconstruir para construir e (des)compreender o paradigma hegemônico da área para compreender novas relações apresentadas pela subjetividade da informação dentro do paradigma social.

Trabalhar com objetos abstratos exige uma postura complexa no sentido de romper paradigmas dominantes e, no caso da CI, é preciso pensar além da materialidade física e considerar que a encarnação de signos é uma materialidade de significados que está presente por meio de uma materialidade que nem sempre pode ser representada por algo físico. Portanto, considerar a informação como um fenômeno social é possuir uma estrutura nos aspectos intersubjetivos e sociais, como apresentado por Araújo:

[...] informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta, coletiva, ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas (ARAÚJO, 2010, p.97).

Diante do exposto, confirmou-se a necessidade de desenvolver de forma mais sólida a questão da apropriação dentro da CI, pois, se a informação é um fenômeno social e sua construção depende das relações intersubjetivas estabelecidas entre o sujeito, um dos caminhos que deve ser considerado é estudar o processo de apropriação da informação para compreender sua processualidade que gera materialidades além da instância da fisicalidade.

Desse modo, esta tese partiu do princípio de efemeridade da informação defendido por Almeida Júnior:

[...] a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Assim, ela não existe a priori. Não existe antes da relação usuário / suporte, o que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de proto-informação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.98).

Compreender a informação como uma protoinformação é o princípio fundamental desta tese que será responsável pelos novos desdobramentos sobre a terminologia da área. A atuação interdisciplinar com o termo protoinformação trará reflexões e novas concepções sobre o processo de apropriação da informação dentro de uma perspectiva social, cultural e semiótica.

4.5 A Teoria da Complexidade na Informação

Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável.

Edgar Morin

Abordar a teoria da complexidade não significa rejeitar outras teorias, ao contrário, sua contribuição está no fato de mostrar as possíveis relações que podem surgir quando se realiza diálogos entre diferentes teóricos. É possível ler Saussure (Estruturalista) e dialogar com Foucault (pós-estruturalista). Também é necessário fazer leituras de Umberto Eco e Peirce para uma compreensão semiótica da informação. Todas essas teorias precisam de um enfoque social para dar conta das questões trazidas pelo processo entre os sujeitos. Nesse sentido cabe estudar Vygotsky, Thompson e por que não trazer discussões presentes no Discurso Competente de Marilena Chauí e na ideologia de Paulo Freire?

As revoluções do início do século 20 marcaram e continuam transformando o pensamento científico da atualidade. A teoria da complexidade é um desses resultados. Refletindo sobre as mudanças trazidas pela teoria da relatividade de Albert Einstein (1858-1947) e pela mecânica quântica de Max Planck (1879-1955), pode-se afirmar que:

[...] ambas obrigaram a humanidade a rever doutrinas e tiveram aplicações nas mais diversas áreas, da filosofia à indústria bélica. A teoria quântica, por exemplo, derrubou certezas da Física e as substituiu pela noção de probabilidade. A relatividade pôs em questão os conceitos de espaço e tempo. Para completar, na termodinâmica, Niels Bohr (1885-1962) chegou à necessidade de tratar as partículas físicas tanto como corpúsculos quanto como ondas. Quando tudo parecia incerto e relativo, a teoria do caos, já na segunda metade do século, veio, de certa forma, na direção oposta, ao demonstrar que também nos sistemas caóticos existe ordem (FERRARI, 2008).

É dentro desse contexto de revoluções e reformulações de pensamentos que Morin define os sete princípios da complexidade que são abordados por esta pesquisa de forma dialógica com o processo de apropriação da informação.

Compreender o surgimento da teoria da complexidade é algo fundamental quando se trabalha com processos dentro do campo científico. Considerar a apropriação como um sistema processual não indica refutar teorias hegemônicas da

área. Pode-se dizer que tudo está relacionado, desde a Teoria Quântica ao processo de Apropriação da Informação. Tôrres (2005) fala sobre as mudanças fundamentais que ocorreram no campo científico no século XX, o que culminou no surgimento da Teoria da Complexidade. O autor relata três grandes mudanças e, posteriormente, aborda os estudos sobre a teoria da Complexidade:

As três primeiras mudanças - Trabalhos de Albert Einstein, Física Quântica, e Descoberta e Decifração do DNA – culminaram com a quarta grande mudança do século XX: em meados dos anos 60, surgiram estudos sobre Teoria do Caos, Fractais, Teoria das Catástrofes e Lógica *Fuzzy*, dentre outras, que em conjunto levam o nome de Teoria da Complexidade (TÔRRES, 2005, p.4).

Para explicar de forma mais detalhada as mudanças ocorridas, Tôrres discorre sobre a primeira grande mudança:

O trabalho de Einstein abalou os alicerces da física newtoniana. Não a desqualificou, mas a complementou e mostrou que não existe somente uma perspectiva para explicar a realidade. Einstein mostrou que o Universo não é composto somente de matéria, mas também de energia. E mais, que energia e matéria são a mesma coisa: $E = mc^2$. Somos matéria e energia, nos manifestamos como partícula e como onda, num movimento de incertezas, como o movimento browniano (TÔRRES, 2005, p.4).

Relacionando a citação acima com a questão da informação, confirma-se a necessidade de abordar a Teoria da Complexidade dentro da CI, pois, verificam-se grandes possibilidades de diálogos e reflexões interessantes sobre a materialidade da informação. Cabe, nesse sentido, pensar que a materialidade da informação não é composta somente por algo físico, mas também por um potencial abstrato que permanece na consciência do sujeito. Este pensamento complexo nos ajudará a desenvolver a concepção da materialidade não-física da informação.

Dando sequência às mudanças apresentadas por Tôrres, a segunda grande mudança relaciona-se com a Física Quântica e pode, também, possibilitar um diálogo interdisciplinar com a concepção de informação:

Ao estudar as partículas subatômicas, os físicos quânticos descobriram que no interior dos átomos existe muito mais espaço vazio do que matéria. Eles descobriram, também, que a matéria não existe em pontos físicos determinados, o que há são possibilidades de existência. O princípio da incerteza, formulado por Werner Heisenberg, veio mostrar que a realidade é incerta, imprecisa, imprevisível. A matéria não tem consistência em si. O que dá

consistência à matéria são as conexões entre seus componentes, são os relacionamentos (TÔRRES, 2005, p.4).

Para finalizar, o autor supracitado discorre sobre a terceira grande mudança relacionada à descoberta e decodificação do DNA por James Watson e Francis Crick. De acordo com Tôrres (2005, p.4), essa mudança “[...] veio mostrar que o que impulsiona o universo, por meio de todas as transformações e da manifestação de todas as formas de vida, é a informação”.

Apropriar-se de informações é um processo complexo que precisa ser compreendido dentro da atuação interdisciplinar da CI. É necessário considerar que o processo de apropriação não existe fora da leitura e esta, por sua vez, não existe sem leitor. Ao trazer o leitor para compreender este processo, obrigatoriamente, abre-se a porta para falar em relações sociais. É sabido que todo leitor sendo um sujeito social, estabelece relações com outros sujeitos dentro de algum contexto social e cultural específico. Partindo dessa perspectiva, pode-se concluir que para estudar a apropriação da informação é necessário considerar a existência de muitos elementos na formação deste processo. Para Tôrres (2005, p.6), “Na visão complexa de mundo, a realidade é, essencialmente, definida pelos relacionamentos e pelos processos [...]”. Ainda, segundo o autor:

A realidade é inacabada, é um eterno e caótico fluir. Devemos reconhecer a incompletude e a incerteza da realidade, bem como as múltiplas conexões entre os componentes dessa realidade. Examinar isoladamente um componente não faz sentido - é o reducionismo das partes. Devem ser examinados, também, os relacionamentos deste componente com os demais e com o global constituído por todos eles. Examinar somente o global sem examinar os seus componentes e os relacionamentos, também não faz sentido - é o reducionismo do todo (TÔRRES, 2005, p.5).

Não há como isolar os elementos que fazem parte desse processo. Compreender o social, o cognitivo, o emocional, o cultural, o psicológico, o fisiológico, etc., tudo isso faz parte da construção da informação. Nesse sentido, “É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2003, p.89).

O conhecimento cognitivo, social e cultural envolve a conjunção de diversos processos para a apropriação de uma informação, inclusive o processo de

conversão das palavras em signo, da informação em ideologia. Morin apresenta sua visão sobre o conhecimento cognitivo como uma união de vários processos:

Assim, todo acontecimento cognitivo necessita da conjunção de processos energéticos, elétricos, químicos, fisiológicos, cerebrais, existenciais, psicológicos, culturais, linguísticos, lógicos, ideais, individuais, coletivos, pessoais, transpessoais e impessoais, que se encaixam uns nos outros. O conhecimento é, portanto, um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural social (MORIN, 1999, p.18).

Portanto, o aspecto cognitivo trabalhado dentro desta tese indica a compreensão complexa do termo e não a compreensão dialética entre cognitivismo como oposto do social, ou seja, o cérebro, o social, o psicológico e o cultural precisam se compreendidos de forma integrada. Falar em apropriação significa falar na relação complexa entre leitura, compreensão, interpretação e produção de conhecimentos. É preciso pensar e refletir para realizar apropriações adequadas e de acordo com as necessidades informacionais de cada um. Para Morin:

A reforma do pensamento é uma necessidade democrática fundamental: formar cidadãos capazes de enfrentar o enfraquecimento democrático que suscita, em todas as áreas da política, a expansão da autoridade dos *experts*, especialistas de toda ordem, que restringe progressivamente a competência dos cidadãos (MORIN, 2003, p.103-104).

Diante do exposto, cabe refletir sobre a atual incapacidade de realizar leituras além dos códigos linguísticos. É preciso motivar leituras que consigam compreender questões implícitas e não apenas reproduzir aquilo que está explícito. Para Morin (2003, p.104) “O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só é possível com a reorganização do saber, e esta pede uma reforma do pensamento que permita não apenas isolar para conhecer, mas também ligar o que está isolado nela”. Dizer que a apropriação da informação é um processo complexo implica dizer que:

Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes (MORIN, 2003, p.14).

Pode-se dizer, então que apropriar-se é compreender o mundo pela lente de vários olhos vista por meio de sua visão. Contudo, o modo de fazer ciência atua

predominantemente de forma conservadora, isto é, “a imensa máquina da educação é rígida, inflexível, fechada, burocratizada. Muitos professores estão instalados em seus hábitos e autonomias disciplinares” (MORIN, 2003, p.99). Atitudes assim são frequentemente observadas e privilegiam os inconvenientes da superespecialização desde muito cedo:

Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento. Em tais condições, as mentes jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos (MORIN, 2003, p. 15).

O posicionamento de Morin traz à tona a necessidade de repensar as relações concebidas entre alguns conceitos, termos e concepções dentro da CI, principalmente no tocante ao ato de informar-se. Não se consegue falar nesse ato sem pensar sobre o que é informação. Seguir adiante com este pensamento exige um posicionamento diante do termo e, como já mencionado, esta questão é conflituosa dentro da CI.

Nesse sentido, é essencial refletir sobre as desvantagens de isolar o objeto e não compreendê-lo dentro de um todo maior que o cerca, principalmente quando esse objeto se chama informação. Seguindo os pensamentos trazidos por Morin:

[...] o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar (MORIN, 2003, p.15).

Ao buscar um exemplo para explicar a importância de contextualizar e englobar, Morin fala sobre a posição da ciência econômica como sendo a ciência humana mais sofisticada e mais formalizada, contudo adverte que “[...] os economistas são incapazes de estar de acordo sobre suas predições, geralmente errôneas. Por quê? Porque a ciência econômica está isolada das outras dimensões humanas e sociais que lhe são inseparáveis” (MORIN, 2003, p.15-16).

Com base na citação do autor supracitado, pode-se dizer que não relacionar a parte com o todo e desconsiderar determinados contextos pelo fato de não fazerem

parte do campo científico é um erro, “Além disso, todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos; e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário” (MORIN, 2003, p.14). Um bom exemplo é abordado por Caluzi e Rosella (2003, p.7) ao abordar a importância dos conceitos de Morin para discutir questões relacionadas ao nosso sistema educacional atual:

Não podemos considerar um problema sem constextualizá-lo, e seu contexto também deixará de ser local e passará a ser global ou planetário, conforme podemos atestar em pesquisas recentes, como a apresentada no artigo “Estufa que exporta poluição”, publicada na edição 71, na revista FAPESP, em que a poluição produzida, na grande São Paulo, pode afetar cidades a quase 400 quilômetros de distância, como, por exemplo, Bauru. O estudo também revela que, dependendo das condições climáticas, as cinzas das queimadas, na Amazônia, podem afetar a cidade de São Paulo [...] (CALUZI; ROSELLA, 2003, p.7).

Infelizmente, este posicionamento não é adotado pela maioria das Instituições. A separação do conhecimento científico e popular é algo que vem sendo refletido por diversos teóricos, pois, considera-se que a reprodução da ciência sem reflexão não contribui em nada para o avanço da sociedade. Apesar de todo avanço tecnológico informacional, é notável que não haja o mesmo desenvolvimento no quesito educacional e social. Caluzi e Rosella discutem a problemática sobre o sistema educacional que

[...] ensina a separar os problemas isolando os objetos nas grandes áreas do saber para poder analisa-los melhor, mas não conscientiza os alunos que os conhecimentos (apesar de estarem em “galhos” distintos), estão unidos num tronco comum, e portanto devem comunicar-se. A falha da escola está justamente em não juntá-los, após a análise, gerando efeitos como a superespecialização dos saberes e uma dificuldade de articulá-los uns aos outros (CALUZI; ROSELLA, 2003, p.6-7).

Ao considerar a CI uma ciência social cujo objeto de estudo (a informação) é algo obscuro, heterogêneo e conflitante, sem uma definição única que possa ser usada, é imprescindível que o estudo da apropriação da informação considere as diversas maneiras de interpretar a realidade no meio científico:

A educação científica, tal como hoje a conhecemos, tem precisamente esse objetivo. Simplifica a ciência, simplificando seus elementos: antes de tudo, define-se um campo de pesquisa; esse campo é desligado do resto da história (a Física, por exemplo, é

separada da Metafísica e da Teologia) e recebe uma 'lógica' própria [...] A religião da pessoa, por exemplo, ou sua metafísica ou seu senso de humor [...] devem manter-se inteiramente à parte da atividade científica [...] E isso penetra a natureza dos 'fatos' científicos que passam a ser vistos como independentes de opinião, de crença ou de formação cultural (FEYERABEND, 1977, p.21).

Isolar o homem de suas próprias produções, daquilo que ele pensa é continuar preso ao modelo cartesiano, é omitir a identidade humana da própria humanidade. Morin (2003, p.93) diz que: “A explicação, claro, é necessária à compreensão intelectual ou objetiva. Mas é insuficiente para a compreensão humana”. Ainda, nas palavras do autor:

Assim, compreendo as lágrimas, o sorriso, o riso, o medo, a cólera, ao ver o *ego alter* como *alter ego*, por minha capacidade de experimentar os mesmos sentimentos que ele. A partir daí, compreender comporta um processo de identificação e de projeção de sujeito a sujeito. Se vejo uma criança em prantos, vou compreendê-la não pela medição do grau de salinidade de suas lágrimas, mas por identificá-la comigo e identificar-me com ela. A compreensão, sempre intersubjetiva, necessita de abertura e generosidade (MORIN, 2003, p.93).

Seguindo o pensamento apresentado por Morin, muitos estudiosos abordam exemplos calcados na teoria da complexidade. De acordo com Caluzi e Rosella (2003, p.9) “[...] não se compreende alguém que chora analisando suas lágrimas em um microscópio, mas tendo consciência das emoções e da dor, e isso naturalmente leva a compaixão e estabelece uma forma de comunicação entre as pessoas”.

Diante do exposto, trazer a teoria da complexidade para compreender a informação é desafiador quando o contexto que se vivencia ainda é redutor, separador e valoriza cada vez mais a superespecialização. Nas palavras de Morin (2003, p.100, grifo do autor): “O *reino dos especialistas é o reino das mais ocas ideias gerais, sendo que a mais oca de todas é a de que não há necessidade de ideia geral*”.

4.6 As concepções de Apropriação dentro da CI

Conforme abordado anteriormente na parte 'Problemática da pesquisa', foi possível compreender a carência de estudos na área da CI que desenvolvem trabalhos sobre a apropriação da informação de modo central. Assim, esta parte

buscou detalhar mais especificamente os trabalhos que abordam a temática dentro dos periódicos científicos da área. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nacional por meio de periódicos indexados no portal da Capes (Plataforma Sucupira). Esta abordagem, fundamentada em recursos qualitativos, buscou um recorte mais limitado e restrito, por meio de uma orientação em periódicos da área classificados nos Qualis A1, A2, B1 e B2 presentes na base de dados da plataforma Sucupira, evento de classificação: classificações de periódicos (quadriênio 2013 - 2016), área de avaliação: comunicação e informação (periódicos online e nacionais). A ideia inicial foi verificar o uso do termo 'Apropriação da informação' dentro da área da CI em vez de outros termos usados na área para fazer referência ao processo de apropriação da informação, como, por exemplo, assimilação de informação, compreensão da informação, interpretação, etc.

Partindo dos primeiros resultados, verificou-se certa escassez do tema. Sendo assim, buscou-se ampliar a análise de modo geral. Nesse sentido, realizou-se, posteriormente, um recorte mais amplo, fazendo um levantamento na base de dados BRAPCI com o termo apropriação da informação. Esta abordagem fundamentou-se em recursos quantitativos, realizando uma contagem da produção científica acerca do termo apropriação da informação sem maiores análises.

Esta segunda busca visou identificar pesquisas que abordassem o tema da apropriação da informação para confirmar a hipótese inicial de carência de estudos sobre a temática. Sob uma perspectiva quantitativa, foi possível comprovar a escassez de pesquisas na área que estudam o processo de apropriação da informação de forma central.

De acordo com a primeira análise, foram encontrados 20 periódicos na área da Ciência da Informação: três periódicos na classificação A1, três periódicos na classificação A2, onze periódicos na classificação B1 e três periódicos na classificação B2. Segue a tabela com a classificação e o nome dos periódicos (Quadro 2).

Quadro 2: Periódicos da CI com Qualis A1, A2, B1 e B2.

ISSN	PERIÓDICOS A1 (3 PERIÓDICOS)
1809-4783	Informação & Sociedade
1881-5344	Perspectivas em Ciência da Informação
2318-0889	Transinformação
ISSN	PERIÓDICOS A2 (3 PERIÓDICOS)
1808-5245	Em Questão
1518-2924	Encontros Bibli
1981-8920	Informação & Informação
ISSN	PERIÓDICOS B1 (11 PERIÓDICOS)
1981-1640	Brazilian Journal of Information Science
1518-8353	Ciência da Informação
2178-2075	INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
1807-8583	Intexto
1808-3536	LIINC em Revista
2236-417X	Perspectivas em Gestão & Conhecimento
1981-0695	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia
1981-6766	Ponto de Acesso
1980-6949	RBBB: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
1983-5213	Revista Ibero-americana de Ciência da Informação
1983-5116	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
ISSN	PERIÓDICOS B2 (3 PERIÓDICOS)
2237-826X	ATOZ: Novas práticas em Informação e Conhecimento
1414-0594	Revista ABC
2317-675X	Comunicação e Informação
TOTAL DE PERIÓDICOS PARA ANÁLISE	20

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Dos 20 periódicos, foram encontrados 79 artigos com o termo apropriação da informação em alguma parte do texto. Segue a tabela com os resultados (Quadro 3).

Quadro 3: Artigos que apresentam o termo Apropriação da Informação (AI)

Revista Qualis A1	Artigos com o termo AI
Informação & Sociedade	2
Perspectivas em Ciência da Informação	6
Transinformação	2
	Total: 10 artigos
Revista Qualis A2	
Em Questão	6
Encontros Bibli	7
Informação & Informação	5
	Total: 18 artigos
Revista Qualis B1	
Brazilian Journal of Information Science	2
Ciência da Informação	0
INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	19
Intexto	0
LIINC em Revista	0
PBCIB	20
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	0
Ponto de Acesso	5
RBBD: Revista Brasileira de	3
Revista Ibero-americana de Ciência da Informação	1
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	0
	Total: 50
Revista Qualis B2	
ATOZ: Novas práticas em Informação e Conhecimento	1
Revista ABC	0
Comunicação e Informação	0
	Total: 1
Soma total das revistas	Soma total dos artigos
20	79

Fonte: Elaboração própria – 2018

Refletindo acerca do resultado, realizou-se uma busca mais geral fazendo um levantamento na base de dados BRAPCI com o termo apropriação da informação nos seguintes campos: título, palavras-chave e resumo. Após verificação dos resultados, descobriu-se que alguns artigos que utilizavam apenas o termo 'apropriação' também fazia referência ao processo de apropriação da informação. Nesse sentido, fez-se uma nova busca com o termo 'apropriação' nos mesmos campos usados anteriormente. O resultado pode ser observado na tabela abaixo (Quadro 4).

Quadro 4: Pesquisa do termo Apropriação da Informação na base de dados BRAPCI

BRAPCI - dados coletados em 02/08/2018			
Termo	Título	Palavras-chave	Resumo
Apropriação da Informação	15	17	63
Apropriação	66	39	100

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Com base nos resultados apresentados, sob uma abordagem qualitativa, realizou-se uma análise mais detalhada para verificar se os artigos que apresentaram somente o termo 'apropriação' faziam referência ao processo de apropriação da informação. Realizou-se, então, um diálogo entre as concepções encontradas sobre o conceito de apropriação da informação, verificando quais eram os autores mais recorrentes e preocupados com a temática. Após verificar os artigos que apresentaram de forma central a temática da apropriação, realizou-se uma análise descritiva dos principais artigos, buscando entender as diferentes concepções sobre o processo de apropriação dentro da CI. Por fim, realizou-se uma análise das principais concepções defendidas de modo dialógico, tentando relacionar as concepções teóricas desenvolvidas no decorrer da tese com o objetivo de aprofundar os conceitos por meio de um diálogo interdisciplinar com os estudos da linguagem, principalmente no tocante ao signo ideológico de Bakhtin e as questões de enunciação.

Ao abordar a questão das relações sociais, compreendeu-se que a apropriação da informação é, também, uma interação entre sujeitos sociais e manifestações informacionais dentro de um contexto social específico. Sendo assim, foi possível caracterizá-la como um fato social. Contudo, Durkheim (2007) adverte que nem todos os fatos são considerados sociais para objeto de estudo da sociologia. Para o autor, há diferenças entre os fenômenos naturais e sociais:

Eis portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Estes fatos constituem portanto uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais (DURKHEIM, 2007, p.3-4).

Nesse sentido, dizer que um fato é social é compreender sua característica dialógica, como apresentado por Bakhtin que “[...] considera o dialogismo o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso”. Sendo assim, pode-se dizer que a informação, sendo uma construção social da linguagem, é também dialógica. Ou seja, o discurso, para Bakhtin, não é individual, ele “[...] se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um ‘diálogo entre discursos’, ou seja, porque mantém relações com outros discursos” (BARROS, 1997, p.33). Ainda, segundo a autora: “A linguagem, seja ela pensada como língua ou como discurso, é, portanto, essencialmente dialógica. Ignorar sua natureza dialógica é o mesmo, para Bakhtin, que apagar a ligação que existe entre a linguagem e a vida” (BARROS, 1997, p.34-35).

Partindo das ideias apresentadas, este trabalho se desenvolveu seguindo a influência de Vygotsky que possui afinidades com o pensamento pós-moderno, apresentando a convicção de que o conhecimento é uma construção social, ou seja, partiu-se do pressuposto de que aquilo que precede a construção do conhecimento, ou seja, o processo de apropriação da informação, também é um fato social. Para complementar as ideias propostas, refletiu-se sobre a importância da abordagem sociológica para estudos que contemplam a informação como uma construção social. Castañon destaca que:

A psicologia social contemporânea de abordagem sociológica, acredita que o objeto de estudo da disciplina deva ser as representações sociais, e não individuais. Ou seja, a Psicologia Social de caráter sociológico rejeita a psique individual como objeto de estudo da psicologia, e tenta estabelecer como objeto da disciplina temas de estudo da sociologia (CASTAÑON, 2004, p.68).

Assim como acontece com pós-modernidade, a expressão construcionismo social não se deixa definir com precisão. Contudo, pode-se definir sua origem:

Construcionismo Social é o nome que passou a designar o movimento de crítica à Psicologia Social “modernista” que tem sua principal referência teórica em Kenneth Gergen. Em dois artigos hoje célebres, “Social Psychology as History” de 1973, e “The Social Constructionist Movement in Modern Psychology”, de 1985, Gergen traçou os fundamentos críticos e o panorama dessa abordagem da Psicologia Social (CASTAÑON, 2004, p.69).

Considerando que a linguagem é um sistema complexo e sua existência depende de seu uso que é realizado por interações sociais, dialogar com a psicologia social de corrente sociológica contribuiu para compreender o ato de apropriação da informação, pois apesar de seu processo de aquisição ser realizado individualmente, seu uso é social. Sendo assim, foi importante compreender que o objeto da psicologia social são os fenômenos mentais coletivos, como linguagem, religião, costumes mitos, etc. De acordo com Castañon (2004, p.68), “Esses fenômenos são para essa abordagem manifestações externas da mente, não sendo passíveis de serem estudados através da introspecção. Sendo coletivos, eles emergiriam de interações sociais entre indivíduos”.

É dessa forma que se entendeu a construção do conhecimento por meio da linguagem: o conhecimento é individual, mas age na relação, no diálogo com o outro, transformando-se no coletivo. Freire afirma que: “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 1987 p.78, grifo do autor). Assim também se desenvolve o processo de apropriação da informação. Diante das relações apresentadas, esta pesquisa foi estabelecendo sua fundamentação teórica cada vez mais na teoria dialógica de Bakhtin. Assim, cabe ressaltar que as manifestações informacionais, ao serem reconhecidas pela encarnação dos signos são materializadas em informação física ou não-física.

Considerando as questões abordadas, pode-se afirmar que aspectos relacionados ao contexto social, como interesses econômicos, interesses políticos, controvérsias, negociações, fazem parte da estruturação do conhecimento. A base metodológica de corrente sociológica parte do princípio de que as formas de compreensão de mundo possuem uma base social. Nesse sentido, foi possível fazer uma relação com a teoria do signo dialético de Bakhtin ao relacionar a dinâmica da palavra no uso social: “A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 2014, p.36). Partindo dessa mesma linha de raciocínio entre a palavra e o social, Fiori afirma que:

Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária, poderíamos dizer que a palavra, mais

que instrumento, é origem da comunicação - a palavra é essencialmente diálogo. A palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo, portanto. Nessa linha de entendimento, a expressão do mundo, consubstancia-se em elaboração do mundo e a comunicação em colaboração. E o homem só se expressa convenientemente quando colabora com todos na construção do mundo comum – só se humaniza no processo dialógico de humanização do mundo (FIORI, 1987, p.19).

Diante do exposto, compreende-se o processo de apropriação como uma relação dialógica de expressão de mundo no mundo. Fiori (1987, p.20) afirma que: [...] “os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade”.

Assim, pode-se dizer que relacionar-se com as palavras é um modo de compreender e expressar o mundo, é comunicar-se, é dialogar e criar relações dialéticas por meio de relações intersubjetivas, enfim, é relacionar-se com o mundo dentro e fora de si.

5 APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ASPECTOS SEMIÓTICOS, IDEOLÓGICOS E CULTURAIS

*A verdade do opressor reside na consciência
do oprimido*

Ernani Maria Fiori

A sociedade é formada por diferentes grupos sociais, pertencentes à determinada classe social que possui valores culturais específicos. Nesse sentido, o processo de apropriação da informação acontece em diferentes contextos, por meio de diferentes mediações realizadas de duas formas: entre os homens e o mundo; entre os homens no mundo. Refletindo sobre essas relações, cabe salientar que “O homem é homem e o mundo é histórico cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação” (FREIRE, 1975, p.76).

Diante do exposto, faz-se necessário compreender o processo de apropriação da informação dentro de uma perspectiva social e cultural, visto que todas essas relações influenciam a forma de compartilhar ou não as informações, afetando diretamente no fluxo maior ou menor de apropriação dentro de determinado contexto social. O processo de apropriação precisa ser compreendido como uma prática de relações dialéticas do mesmo modo como Paulo Freire aborda o processo educativo:

É exatamente em suas relações dialéticas com a realidade que iremos discutir a educação como um processo de constante libertação do homem. Educação que, por isto mesmo, não aceitará nem o homem isolado do mundo – criando este em sua consciência - nem tampouco o mundo sem o homem – incapaz de transformá-lo (FREIRE, 1975, p.75-76).

É nesse sentido que o processo de apropriação é concebido e é assim que as informações são construídas, nas relações dialéticas entre homem e mundo. Então, pode-se afirmar que “Não há homem absolutamente inculto: o homem ‘hominiza-se’, expressando, dizendo o seu mundo. Aí começam a história e a cultura” (FIORI, 1987, p.19).

Todas essas ações influenciam de forma positiva ou negativa as ações destes indivíduos dentro dos grupos aos quais pertencem, principalmente, quando estas

relações são prejudicadas ou favorecidas pela forma como se estabelece a produção de significados, pois “[...] ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo [...] As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo” (FIORI, 1987, p.15). Partindo dessa concepção, a noção de cultura defendida por esta pesquisa possui uma abordagem semiótica, portanto, compreende a informação como um signo ideológico e, conseqüentemente, considera seus aspectos simbólicos, ideológicos e culturais. Santaella expõe que:

Considerando-se que todo fenômeno de cultura só funciona culturalmente porque é também um fenômeno de comunicação, e considerando-se que esses fenômenos só comunicam porque se estruturam como linguagem, pode-se concluir que todo e qualquer fato cultural, toda e qualquer atividade ou prática social constituem-se como práticas significantes, isto é, práticas de produção de linguagem e de sentido (SANTAELLA, 2012, p.18).

É importante ressaltar que a autora concebe um conceito *lato* de linguagem, assim como esta pesquisa concebe o conceito *lato* de leitura como leitura de todos os tipos de linguagens e não apenas do texto escrito. Para a autora a linguagem é um produto da consciência:

Nessa medida, o termo linguagem se estende aos sistemas aparentemente mais inumanos como as linguagens binárias de que as máquinas se utilizam para se comunicar entre si e com o homem (a linguagem do computador, por exemplo), até tudo aquilo que, na natureza fala ao homem e é sentido como linguagem. Haverá, assim, a linguagem das flores, dos ventos, dos ruídos, dos sinais de energia vital emitidos pelo corpo e, até mesmo, a linguagem do silêncio. Isso tudo, sem falar do sonho que, desde Freud, já sabemos que também se estrutura como linguagem (SANTAELLA, 2012, p.18-19).

Diante do exposto, busca-se uma compreensão de cultura dentro de uma perspectiva semiótica que pode ser refletida no pensamento de Geertz (1989), além de integrar um pensamento social abordado por Thompson (1999). Nas palavras de Geertz, o conceito de cultura é atrelado às concepções de significados abordados pela semiótica:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo

essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1989, p.4).

Dialogando com a concepção de cultura trazida pelo autor supracitado, Thompson afirma que:

[...] cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças (THOMPSON, 1999, p.176).

Toda manifestação informacional é carregada de valores que fazem parte de um processo histórico-cultural. Sendo assim, as manifestações informacionais podem causar várias reações distintas dependendo do contexto em que se estabelecem as relações de sentido. Partindo dessa perspectiva e considerando os aspectos históricos, sociais e culturais de um texto, faz-se necessário compreender que a visão de mundo e os conhecimentos específicos de cada sujeito são aspectos que contribuem para diferentes formas de construção da informação. Tórres discorre sobre a importância da cultura na construção dos significados:

Visão de mundo é uma *janela conceitual*, através da qual nós percebemos e interpretamos o mundo, tanto para compreendê-lo como para transformá-lo. Esta janela funciona como uma espécie de *lente cultural*, na construção da qual os ingredientes incluem valores, crenças, princípios, premissas, conceitos e enfoques que modelam nossa percepção da realidade e, portanto, nossas decisões, ações e interações e todos os aspectos de nossa experiência humana no universo. É a *ferramenta cultural* mais poderosa da qual dispõem um indivíduo, grupo social, uma comunidade, e uma sociedade, para (re)significar seu passado, compreender seu presente e fazer previsões para construir seu futuro. Quando compreendemos que a realidade é o que o nosso método de observação nos permite perceber, passamos a reconhecer que nossa visão de mundo formata nossos modelos mentais, através dos quais observamos, sistematizamos, interpretamos e aportamos significados às nossas próprias experiências no mundo (TÓRRES, 2005, p.1, grifo do autor).

Trazer a realidade do sujeito para compreender o processo de apropriação é permitir uma compreensão semiótica da informação; é compreender que tudo que faz parte da vida representa algo significativo para alguém. Portanto, a informação deve ser considerada como o resultado de qualquer processo possibilita a construção de significados, ou seja, pode-se dizer que o processo de leitura deve ser compreendido no seu sentido *lato* e, portanto, envolve diversos tipos de

informações que estão relacionados não apenas com a apresentação visual do texto, mas, principalmente, com os conhecimentos do assunto por parte do leitor.

Smith chama estas informações de informação não-visual, isto é, a compreensão da linguagem relevante, conhecimento do assunto e uma certa habilidade geral em relação à leitura (SMITH, 1999, p.20). Segundo o autor:

Quanto mais informação não-visual você tiver quando estiver lendo, menos informação visual você precisará. Quanto menos informação não-visual você tiver quando estiver lendo, mais informação visual você precisará. Dizendo-o de maneira mais coloquial, quanto mais você souber, menos você precisará descobrir. É como se existisse uma certa quantidade de informação necessária para ler qualquer coisa (a verdadeira quantidade vai depender da finalidade e do que você estiver tentando ler) e contribuições para essa quantidade total podem vir da frente dos olhos ou de trás dos mesmos. (SMITH, 1999, p.21)

É desta forma que os conhecimentos vão se construindo e transformando a realidade social e as relações entre os sujeitos que a constitui. A apropriação da informação é um processo de interação entre texto e leitor, dentro de uma sociedade. Porém, o significado das palavras não é fixo, ele é negociado na interação. O leitor tem um papel ativo no processo de construção dos significados durante o ato da leitura. As relações entre texto, contexto e leitor são interações sociais fundamentais para a construção da realidade.

A leitura é um tipo de prática social construída por elementos linguísticos e não-linguísticos, visuais e abstratos, é uma prática complexa que envolve o conhecimento do indivíduo e, também,

[...] abarcará os vários suportes, registrados ou não, que permitem a expressão do homem, não só o texto escrito, como também a imagem fixa (fotografias, gravuras, quadrinhos, esculturas, quadros, pinturas, grafites, etc.), a imagem em movimento (filmes, animação, contatos pessoais, comunicação não verbal, etc.) e o som (música, voz, ruídos, etc.); e, principalmente, o contexto deve evidenciar que a apropriação da informação só se concretiza a partir da leitura (ALMEIDA JÚNIOR, 2010, p.80).

Diante da citação supracitada, faz-se necessário abordar os diversos aspectos culturais como parte integrante do processo de apropriação da informação. Segundo Freire (1987, p.69): “[...] os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Assim, não se pode limitar o processo de leitura ao simples ato de decodificar códigos linguísticos, visto que estes códigos são

mediatizados por todo um contexto social e cultural. Assim, pode-se afirmar que os conhecimentos lexicais e gramaticais não são os únicos elementos que fazem parte do processo de decodificação e significação de uma mensagem. Compreender a informação como um signo exige uma visão ideológica, sendo assim, segundo Freire:

Não há, como já dissemos, possibilidade de uma relação comunicativa se entre s sujeitos interlocutores não se estabelece a compreensão em torno da significação do signo. Ou o signo tem o mesmo significado para os sujeitos que se comunicam, ou a comunicação se torna inviável entre ambos por falta de compreensão indispensável (FREIRE, 1975, p.71).

Ainda, nas palavras do autor:

A compreensão significativa dos signos, por sua vez, exige que os sujeitos da comunicação sejam capazes de reconstituir em si mesmos, de certo modo, o processo dinâmico em que se constitui a convicção expressa por ambos através dos signos linguísticos (FREIRE, 1975, p.71).

Diante do exposto, pode-se dizer que compreender o processo de leitura no seu sentido *lato* é conseguir inserir-se no texto e dialogar com o outro, é familiarizar-se com o estranho, é avançar em relação aos discursos sociais, familiares e religiosos que nos perseguem, é entender a cultura do outro de forma aberta e possibilitar a construção de novas opiniões. É ter consciência de que nem sempre os valores de uma sociedade podem ser expressos dentro de outro contexto social da mesma forma e vice-versa. É o caso da representação das cores pelo mundo. Nota-se que há uma grande variação na significação das cores nas diferentes culturas. Para Machado (2017) “As cores são capazes de dar significado, provocar sensações e emoções, evocar a religiosidade, demonstrar o apoio a um partido político, entre outros. A escolha de um tom errado pode passar uma ideia diferente da desejada [...]”. Por exemplo, tanto o branco quanto o preto são cores que podem significar paz ou luto, conforme apresentado ela autora:

Nas Culturas Ocidentais o branco representa paz e pureza. Remete a casamento, pois é a cor do vestido de noiva. Entretanto, na Itália, a cor está ligada a morte e funeral. Em Países Asiáticos e Orientais também está ligado a ideias fúnebres. Na China, representa a morte, luto, má sorte. Na Índia, tristeza e morte, mas também renascimento. No Japão, o luto também é representado pelo branco. Na Etiópia, a cor está relacionada à ideia de pureza e doenças. Na Nigéria

significa boa sorte e paz. Na África do Sul, bondade. Na Zâmbia também significa bondade e boa sorte, além de limpeza. O branco para os egípcios está ligado ao status. No Irã, possui o significado relacionado ao sagrado. Na Nova Guiné, o branco significa prosperidade (MACHADO, 2017).

E continua:

Na América do Norte e na Europa o preto representa o luto, morte e funerais. Ela também pode significar formalidade. Na Tailândia e no Tibet, representa o mal e a má sorte. Na China, assume um significado completamente diferente indicando confiança e alta qualidade. Na América Latina o preto também representa o luto. No Peru, é a cor favorita para roupas masculinas. Na Etiópia, está relacionado à ideia de impureza e o desagradável. Na Nigéria, significa algo ameaçador. Os iranianos usam o preto para o luto. Já os egípcios relacionam a cor com o renascimento. Para os australianos, representa os aborígenes. Já na Nova Zelândia, o preto é a cor oficial do país (MACHADO, 2017)

Compreende-se, assim, que a dimensão histórica é parte constitutiva de um texto, seja ele escrito, oral, figurativo, sincrético, visual, gestual, etc.. Sendo assim, só se pode compreender a dimensão histórica de um texto porque o sujeito também é histórico e, portanto, precisa se posicionar para dialogar com diferentes realidades apresentadas em diversas situações de sua vida. Porém, a compreensão e construção de informações dependem de uma tomada de consciência por parte dos sujeitos que fazem parte do processo de construção de significados. Freire (1987, p.74) expõe que: “Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles”. Ainda nas palavras do autor: “Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento” (FEIRE, 1987, p.74).

Entender como é que um texto significa revela não somente sobre o objeto em si, mas também revela quem o produz. Ler a mesma informação em suportes diferentes pode produzir sentidos diferentes e, se dita por sujeitos diferentes, pode causar impressões adversas. O valor, positivo ou negativo de uma informação depende de quem, de onde e de como ela é mediada, produzida e compreendida.

É importante considerar que o outro está tão presente na nossa interpretação de mundo que aquilo que nos parece individual, na verdade é reflexo de uma ação coletiva. As interpretações e construções feitas pelos discursos criados socialmente

dependem daquilo que as pessoas acreditam e possuem como crenças, valores e opiniões. Fazendo um paralelo entre o ato de interpretação com o ato de ensinar, no sentido de educação dialógica abordada por Paulo Freire, cabe dizer que “A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.84). Seguindo a mesma linha de raciocínio acerca do processo de interpretação, Capurro e Hjørland afirmam que:

Quando estamos lidando com o significado de uma mensagem, discutimos interpretação, isto é, a seleção entre as possibilidades semânticas e pragmáticas da mensagem. Interpretar uma mensagem significa, em outras palavras, introduzir a perspectiva do receptor – suas crenças e desejos, torná-lo um parceiro ativo no processo de informação (CAPURRO; Hjørland 2007, p.169).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a atuação do sujeito é essencial no processo de leitura e apropriação, pois é o sujeito que permite as relações estabelecidas de modo positivo ou negativo. Também se pode dizer que aquilo que é apropriado por um sujeito, pode não ser realizado da mesma forma por outro e, além disso, pode ser apropriado diferentemente por ele mesmo em outra época ou situação. Assim sendo, o resultado da apropriação não é fixo, mas deve ser visto como uma materialização momentânea que pode ser utilizada como potencial para novas construções, que serão adequadas dentro da capacidade interpretativa de cada um.

Barreto caracteriza a informação como um fenômeno que se adequa ao processo de comunicação entre emissor e receptor como gerador de conhecimento. Para o autor “[...] a informação é qualificada como instrumento modificador da consciência do homem” (BARRETO, 2002, p.70). Ainda, refletindo sobre a temática exposta, Barreto afirma que a informação “Quando adequadamente apropriada, produz conhecimento e modifica o estoque mental de saber do indivíduo; traz benefícios para seu desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade em que ele vive” (2002, p.70).

Considerando esta pluralidade da linguagem, não resta dúvida de que o estoque mental tratado por Barreto faz referência ao conhecimento de mundo de cada indivíduo, e, sendo assim, para desenvolver estudos que abordem a temática da apropriação de modo central, é preciso considerar aspectos semânticos, sociais e culturais.

A informação e seu processo de construção estão atrelados ao conhecimento de cada indivíduo e sua interpretação do mundo ao seu redor. Berger e Luckmann abordam a questão ao retratar que o estoque social de conhecimento é passado de geração para geração, entretanto, afirmam que “A acumulação, naturalmente, é seletiva e realizada dentro de campos semânticos que determinarão o que permanecerá e o que será excluído de toda a experiência do indivíduo e da sociedade²” (BERGER ; LUCKMANN, 1966, p.56). Os autores ainda afirmam que o mundo é equipado com partes de conhecimento que são compartilhadas entre os indivíduos e complementam que “As interações entre os indivíduos na vida cotidiana é, portanto, constantemente afetada por nossa simples participação no estoque social de conhecimento disponível³” (BERGER; LUCKMANN, 1966, p.56).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Eco discorre sobre o assunto e apresenta a citação de Kilpatrick em sua Obra Aberta:

Como seres humanos nós colhemos apenas aqueles ‘conjuntos’ que possuem um sentido para nós enquanto seres humanos. Existem infinitos outros ‘conjuntos’ dos quais jamais saberemos coisa alguma. É óbvio que para nós é impossível experimentar todos os elementos possíveis que existem em cada situação e todas as suas possíveis relações... Por isso, somos obrigados, em cada situação, a invocar, como fator formativo da percepção, a experiência adquirida: o organismo sempre forçado a ‘escolher’ entre um número ilimitado de possibilidades que podem ser ligadas a determinado *pattern* da retina, apela para suas experiências precedentes e admite que aquilo que foi mais provável no passado irá sê-lo na ocasião específica... Em outras palavras, o que vemos é sem dúvida função de uma média calibrada de outras nossas experiências passadas. Parece assim que relacionamos um dado *pattern* de estímulos com experiências passadas, através de uma complexa integração de tipo probabilista... Consequentemente, as percepções que resultam dessa operação não constituem revelações absolutas ‘daquilo que está fora’, mas representam predições ou probabilidades baseadas em experiências adquiridas (KILPATRICK, 1961, p.41-49 *apud* ECO, 1991, p.133-134).

Considerar o processo de construção de informação um processo que pode gerar conhecimento é reconhecer que cada indivíduo possui seus próprios estoques. Nesse sentido, “torna-se portanto necessário considerar a relação interativa que se

² The accumulation, of course, is selective, with the semantic fields determining what will be retained and what ‘forgotten’ of the total experience of both the individual and the society.

³ My interaction with others in everyday life is, therefore, constantly affected by our common participation in the available social stock of knowledge.

cria, tanto ao nível da percepção quanto ao nível da inteligência, entre os estímulos e o mundo do receptor [...]” (ECO, 1991, p.132).

5.1 Informação e Mediação: aspectos culturais e ideológicos

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.

Paulo Freire

A partir dos anos noventa passou-se a falar em Mediação Cultural e a entender o conhecimento também artístico ou cultural e não apenas informacional. Nesse sentido, nota-se uma abertura para novas formas de ver as relações dentro da CI. Abordar os estudos culturais é fundamental para pensar em novas formas de apropriação, pois, considerando que a mediação é determinante para o tipo de apropriação, cabe ressaltar o avanço na teorização da CI ao abordar os estudos culturais. Mostafa (2012, p.95) aponta que “[...] a Ciência da Informação abrigou o tema das mediações culturais para pensar outros contextos e práticas de produção e circulação do conhecimento”. Este posicionamento da autora reforça a necessidade de pensar que somente disponibilizar a informação não é suficiente e que

[...] sem estruturas socioculturais que lhes dê apoio, sem instrumentos necessários à atribuição de sentidos às informações, os sujeitos sociais perdem-se nas tramas do conhecimento, sem condições de apropriar-se nem da memória, nem dos saberes de seu tempo, permanecendo incapacitados, portanto, para inventar e projetar o futuro (PIERUCCINI, 2007, p.2).

É preciso pensar nos processos de significação como fenômenos complexos, pois, conforme destacado por Pieruccini: “[...] a apropriação da informação não é por nós compreendida como um ato imediato, mecânico ou ‘natural’. É, antes, um ato produtivo, envolvendo a mobilização de diferentes capacidades em movimentos de construção de sentidos” (PIERUCCINI, 2007, p.2).

Diante do exposto, os atos de significação construídos pelos sujeitos devem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e cultural, pois esses dois aspectos influenciam diretamente a construção e compreensão dos sentidos. Perrotti e Pieruccini destacam a relevância dada ao aspecto cultural:

Ganha relevância desse modo, o esforço de compreensão dos sentidos encerrados na noção de mediação cultural como *ato de significação* (BRUNER, 1997), já que isso poderá representar um

salto epistemológico fundamental, contribuindo tanto para a redefinição da noção, como para compreensões mais gerais acerca dos campos da informação, da Comunicação e da Cultura (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p.5, grifo do autor).

Como salientado pelos autores, ampliando o debate sobre a temática, talvez seja o momento de rever e enfatizar estudos teóricos que apontem comportamentos gerados por uma cultura informacional que informa superficialmente e desinforma profundamente. Longe disso, a cultura informacional precisa enfatizar um dos principais papéis da informação, ou seja, ela “[...] é uma disciplina cívica cujo objetivo é formar cidadãos” (RAMONET, 1999, p.64) e essa formação depende da forma como a informação é mediada. Portanto, de acordo com Perrotti e Pieruccini é pertinente refletir acerca da “[...] ruptura de quadros epistemológicos que validaram concepções limitantes de informação e comunicação, reduzindo a mediação cultural à categoria meramente funcional ou instrumental [...]” (2014, p.5).

Partindo das concepções apresentadas, torna-se fundamental compreender a informação também como um artefato cultural que produz, controla e distribui bens simbólicos capazes de transformar informações em conhecimento. Nesse sentido, compreende-se que a mediação não transmite, mas transforma. Essa transformação acontece por meio de interferências, conforme defendido por Almeida Júnior. Para o autor, a mediação da informação é:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.25).

Considerando a concepção defendida pelo autor, a mediação é um processo de interferências e, portanto, nega a neutralidade do sujeito. Por exemplo, a realização de uma palestra sobre a situação política do Brasil, para um grupo de estudantes do ensino médio, realizada por um grupo hegemônico que possui um posicionamento político, possivelmente apresentará uma mediação orientada para determinado tipo de apropriação.

Partindo deste contexto, não cabe perguntar se haverá apropriação. A pergunta deve ser reorientada para compreender como a apropriação será desenvolvida dentro de determinado grupo, pois, segundo Morin (2000b, p.25) “[...]”

os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”. Nesse sentido, a apropriação não é um processo neutro, mas dialógico. Conseqüentemente, pode-se dizer, então, que todos farão algum tipo de apropriação. Mesmo aquele estudante que não goste do assunto abordado e decide retirar-se da sala, ainda assim, sua atitude de retirada representa um processo de apropriação criado por um discurso interior (a consciência) que representa uma determinada opinião de recusa sobre o assunto tratado por todos.

Considerando essa perspectiva, entende-se que a incompreensão também é um processo que indica um modo de apropriação sobre determinado assunto, mesmo que seja uma simples reprodução de ideias apresentadas por um grupo hegemônico. Para Bortolin e Almeida Júnior (2014, p.217) “[...] a narrativa coletiva provoca no grupo uma coesão social, pois, nesses momentos, mesmo quando os ouvintes estão em silêncio, a permanência deles na roda significa uma troca – seja ela – de informação, de cultura e de conhecimento literário”. Nesse sentido, cabe refletir que “[...] o mediador não é neutro e, portanto, não é totalmente fiel ao texto narrado” (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p.213).

Toda narração envolve aquele que fala e aquele que escuta. É por isso que, nas palavras de Paulo Freire:

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o que ‘pensamos’ que estabelece o penso e não o contrário (FREIRE, 1975, p.66).

Diante das relações apresentadas, reflete-se sobre o papel do mediador e da mediação durante o processo comunicativo e dialógico. Compreendendo que a informação é algo a se construir e que esta construção é realizada por relações dialógicas entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação, cabe ressaltar a ideia apresentada por Freire de que o conteúdo da comunicação “[...] não possa ser *comunicado* de um sujeito a outro. Se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significativo mediador dos sujeitos” (FREIRE, 1975, p.66-67, grifo do autor). Ainda nas palavras do autor:

Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é -, não haveria nem há comunicação.

Simplemente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicados (FREIRE, 1975, p.67).

Refletindo acerca do exposto, pode-se compreender que as relações estabelecidas durante o diálogo e o processo comunicativo, envolvem, obrigatoriamente, relações de construção de significados por meio de algum tipo de linguagem, dentro de determinado contexto. Freire também aborda a questão do contexto ao discorrer sobre o processo comunicativo:

Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação *pensamento-linguagem-contexto ou realidade*. Não há pensamento que não esteja referido à realidade, direta ou indiretamente marcado por ela, do que resulta que a linguagem que o exprime não pode estar isenta destas marcas (FREIRE, 1975, p.70, grifo do autor).

Ainda sobre o processo de comunicação, o autor salienta que: destaca que: “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1975, p.69).

Pensando nessas relações, Ernani Maria Fiori, ao elaborar o prefácio do Livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, discorre sobre as relações do homem no mundo por meio da linguagem. Segundo Fiori (FIORI, 1987, p.20): “A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração [...] Não há consciências vazias; por isso os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo”. Ainda, nas palavras do autor, “os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade”.

Considerando que o processo de mediação faz parte do processo de apropriação e que a ideia de transformação exclui a ideia de transmissão, esta Tese parte do princípio de que o processo de apropriação não é um processo linear que sai de um sujeito e chega a outro sem interferências. Para Almeida Júnior (2009, p.97), “A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Signates (1998, p.43) afirma que “A mediação é, assim, definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural”. Ainda, segundo este autor, “[...] a mediação é também a mutação da materialidade técnica em

potencialidade socialmente comunicativa, processo de transformação cultural”. Infere-se, resumidamente, a partir das ideias expostas que há uma forte relação entre a transformação ou produção da informação e a atuação cultural. Davallon (2007) também salienta que questão da transformação durante o processo de mediação:

[...] a noção de mediação aparece cada vez que há necessidade de descrever uma ação implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos – e ainda menos uma circulação de um elemento de um pólo para outro (DAVALLON, 2007, p.10).

Evidencia-se a ideia de que o indivíduo é o responsável pela construção da informação, pois sem sua ação ela não se produz. Infere-se que há uma relação entre indivíduo e informação que se realiza por meio da mediação. De acordo com Almeida Júnior (2009, p.97):

A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento.

Ainda, nas palavras do autor, “A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.93). Nesse sentido, cabe salientar que o processo de apropriação é uma ação de mundo em que o sujeito se dispõe a dialogar com tudo aquilo que o cerca, fazendo leituras, releituras, construindo e desconstruindo conhecimentos. É durante este processo que a informação toma forma material encarnada por signos e possibilita a apropriação pelo sujeito. É nesse momento, quando o sujeito se apropria, que ele se transforma, criando condições de transformar o mundo e as pessoas ao seu redor. Ele deixa de ser um mero receptor e reproduzidor de significações pré-estabelecidas e passa a atuar como um protagonista de suas próprias ações e compreensões de mundo. Paulo Freire também destaca a importância do processo histórico para a compreensão da realidade por meio das relações entre o sujeito e o mundo. O autor destaca que:

Homem é homem e o mundo é histórico-cultural dinâmico na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação. Neste processo histórico-cultural dinâmico, uma geração encontra uma realidade objetiva marcada por outra geração e recebe, igualmente, através desta, as marcas da realidade” (FREIRE, 1975, p.76).

Berger e Luckmann (2004) sugerem que a realidade e o conhecimento possuem relatividade social, sendo que cada cultura é uma ordem social singular. Nesse sentido, afirma-se que a cultura representa verdades sobre o mundo e culturas diferentes apresentam verdades diferentes.

Assim, é fundamental desenvolver estudos, cujo enfoque esteja na concepção da informação como uma produção cultural aberta e passível de modificações, já que “[...] cada organização social, cada comunidade, cada organização formal, cada grupo ou díade desenvolve uma cultura que contém um conjunto de verdades” (CHARON; VIGILANT, 2014, p.115). A relação entre cultura e comportamento propicia o entendimento e a importância da cultura informacional para a apropriação da informação. Os autores, ainda, salientam que “[...] Muitos de nossos valores e princípios morais emergem dessa força social denominada cultura [...] Nossos pontos de vista são influenciados por um padrão social antigo, muitas vezes criado há séculos atrás” (CHARON; VIGILANT, 2014, p.28).

Nesse sentido, apropriar-se é estar disponível para compreender o outro e aceitar suas diferenças, ainda que não esteja de acordo com elas. Chauí fala sobre as diferenças entre a verdade e a mentira:

Na briga, quando alguém chama o outro de mentiroso porque não estaria dizendo os fatos exatamente como aconteceram, está presente a nossa crença de que há diferença entre verdade e mentira. A primeira diz as coisas tais como são, enquanto a segunda faz exatamente o contrário, distorcendo a realidade.

No entanto, consideramos a mentira diferente do sonho, da loucura e do erro porque o sonhador, o louco e o que erra se iludem involuntariamente, enquanto o mentiroso decide voluntariamente deformar a realidade e os fatos.

Com isso, acreditamos que o erro e a mentira são falsidades, mas diferentes porque somente na mentira há a decisão de falsear.

Ao diferenciarmos erro de mentira, considerando o primeiro uma ilusão ou um engano involuntários e a segunda uma decisão voluntária, manifestamos silenciosamente a crença de que somos seres dotados de vontade e que dela depende dizer a verdade ou a mentira (CHAUÍ, 2000, p.7).

Abordar a questão da apropriação em um contexto capitalista é trabalhar com mentiras. A mentira está presente em todos os âmbitos da sociedade. Quando se trata de uma sociedade capitalista, a mentira é muito mais usada no sentido de manipular e convencer o outro a praticar diariamente um consumismo desenfreado. As pessoas mentem para si mesmas para fugir de seus problemas e acabam se iludindo com as maravilhas apresentadas pelo capitalismo, em outras palavras:

“[...] nem sempre avaliamos a mentira como alguma coisa ruim: não gostamos tanto de ler romances, ver novelas, assistir a filmes? E não são mentira? É que também acreditamos que quando alguém nos avisa que está mentindo, a mentira é aceitável, não seria uma mentira “no duro”, “pra valer” (CHAUÍ, 2000, p.7).

É o que acontece com alguns comerciais publicitários. Apesar de reconhecer que o produto não fará a maravilha apresentada, o desejo de comprar é maior do que a aceitação da verdade. E se o produto não funcionar, a justificativa do sujeito é de que ele já sabia, mas quis comprar para ver ou simplesmente para mostrar para a sociedade que ele faz parte de uma elite que usa determinado produto ou marca. Nas palavras de Chauí:

Quando distinguimos entre verdade e mentira e distinguimos mentiras inaceitáveis de mentiras aceitáveis, não estamos apenas nos referindo ao conhecimento ou desconhecimento da realidade, mas também ao caráter da pessoa, à sua moral. Acreditamos, portanto, que as pessoas, porque possuem vontade, podem ser morais ou imorais, pois cremos que a vontade é livre para o bem ou para o mal (CHAUÍ, 2000, p.7).

Infelizmente, há um grande número de situações que usam a mídia e o contexto capitalista para tirar vantagens por meio de mentiras. A necessidade de lucrar propicia de forma substancial a criação de padrões dentro de determinados grupos sociais. A manutenção dos diversos tipos de padrões, desejos e necessidades está sempre ligada a questões políticas, econômicas e sociais. Os modismos podem gerar hábitos em uma determinada época que podem perdurar por toda uma geração ou não. Tudo depende da aceitação e da forma como as informações são veiculadas e apropriadas. Pode-se citar a onda dos veganos. É uma questão cultural que gera necessidades e padrões em diversos âmbitos da sociedade, principalmente no econômico. De acordo com pesquisas divulgadas na mídia, “empresários buscam alinhar a produção ao estilo de vida das pessoas adeptas ao veganismo”. De acordo com o portal G1, a cidade de Franca (SP),

considerada a capital do calçado, encontrou na moda vegana uma maneira de continuar a tradição da indústria calçadista de uma forma que acompanhe as novas tendências:

A ideia de produzir calçados veganos surgiu em 2013 para o empresário Rosemir dos Reis Folhas. A pesquisa teve início depois que a marca detectou que os consumidores precisavam importar produtos do tipo da China. A qualidade, no entanto, não agradava os compradores, que continuavam a procura por itens com design fashion e com materiais de primeira linha. Desde o início da atividade, a produção chegou a crescer 200% ao ano [...] Atualmente, a marca vende cerca de 1,5 mil pares por mês, mas o objetivo é dobrar a comercialização em 2019.

O empresário Gabriel Faria explora o segmento há cinco anos. Embora ele ainda considere que os produtos são uma novidade para muitas pessoas, os modelos fabricados pela marca têm compradores em 11 diferentes países. Faria acredita que a produção é uma forma de a cidade continuar a tradição da indústria calçadista, mas de uma maneira que acompanhe a tendência entre os diferentes consumidores (<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/de-olho-no-mercado-consumidor-industrias-investem-na-producao-de-calçados-veganos-em-franca-sp.ghtml>)

O uso de técnicas publicitárias, no contexto capitalista, é uma das ferramentas utilizadas na produção e disseminação de informações, principalmente para a geração de lucros. Compreender o papel da informação como um elemento que atua direta e indiretamente em todos os setores da vida social é uma forma de buscar uma apropriação que contribua de forma significativa para quem produz, reproduz e compartilha as informações veiculadas pela mídia. Ignorar o processo de apropriação é ignorar os efeitos sociais sobre a própria vida; é atuar de forma passiva e pacífica, contribuindo para um aumento da reprodução de ideias dominantes e diminuindo as possibilidades de criar informações que gerem conflitos e possibilitem novas formas de pensamentos. Nas palavras de Eco (1991, p.146):

No fundo, um dos elementos de crise para a civilização burguesa contemporânea é dado pela incapacidade, por parte do homem médio, de subtrair-se a sistemas de formas adquiridas que lhe são fornecidos de fora, que ele não conquistou através de uma exploração pessoal da realidade. Doenças sociais tais como o conformismo ou a heterodireção, o gregarismo e a massificação, são justamente fruto de uma aquisição passiva de *standards* de compreensão e juízo, identificados com a “boa forma” tanto em moral quanto em política, em dietética como no campo da moda, ao nível dos gostos estéticos ou dos princípios pedagógicos. As persuasões ocultas e as excitações subliminares de todos os tipos, desde a política até a publicidade comercial, contam com a aquisição pacífica

e passiva de “boas formas” ⁴em cuja redundância o homem médio repousa sem esforço.

A efemeridade das informações veiculadas, principalmente nas redes sociais e nos suportes tecnológicos, propicia o comodismo e a aceitação de verdades dos outros, sem a preocupação de buscar a própria verdade. Esta cultura atual favorece cada vez mais a apropriação no sentido de reprodutibilidade e cada vez menos a produção criativa que se realizada fora da boa-forma dos gestaltistas:

Na visão dos gestaltistas, o comportamento deveria ser estudado nos seus aspectos mais globais, levando em consideração as condições que alteram a percepção do estímulo. Para justificar essa postura, eles se baseavam na teoria do isomorfismo, que supunha uma unidade no universo, onde a parte está sempre relacionada ao todo. Quando eu vejo uma parte do objeto, ocorre uma tendência à restauração do equilíbrio da forma, garantindo o entendimento do que estou percebendo.

Esse fenômeno da percepção é norteador pela busca de fechamento, simetria e regularidade dos pontos que compõem uma figura (objeto) (ECO, 1991, p.146).

Não cabe dúvida que as teorias da psicologia, sejam elas behavioristas ou Gestaltistas, possuem seu papel fundamental para a compreensão do processo de apropriação, visto que seu desenvolvimento ocorre por meio de relações sociais entre indivíduos que interagem entre si por meio de construções de informações e, sendo assim, envolve questões relacionadas ao comportamento humano. Contudo, não é o intuito, aqui, abordar e defender teorias da psicologia.

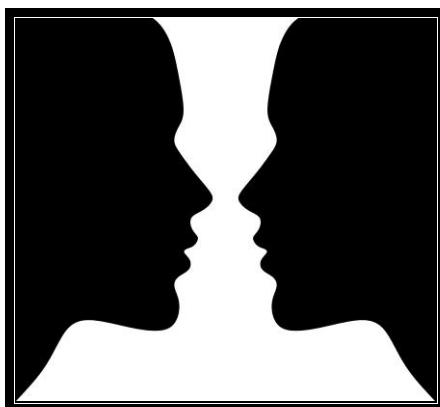
A importância de compreender a questão da boa-forma, abordada por Umberto Eco em seu texto, amplia a compreensão de percepção para refletir sobre o processo de apropriação das manifestações informacionais. Nesse sentido, concorda-se com o posicionamento de Eco ao expor sua crítica à visão dos gestaltistas. Segundo esta teoria: “Se nos elementos percebidos não há equilíbrio, simetria, estabilidade e simplicidade, não alcançaremos a boa-forma” (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2001, p.62).

Sabe-se, no entanto, que o mundo não é composto por uma simetria constante. A noção de equilíbrio é dialética. Todo equilíbrio existe em relação a um desequilíbrio. A cultura desenvolvida dentro de um contexto tecnológico e o excesso

⁴ [...] aquilo que os gestaltistas chamam de “boa forma” é, na realidade, aquele que, entre todos os modelos, “requer uma informação mínima e comporta uma redundância máxima”. Assim, a boa forma corresponderia “ao estado de probabilidade máxima de um conjunto perceptivo flutuante”(ECO, 1991, p.146)

informacional atuam de forma dinâmica e complexa que não dão conta do equilíbrio presente na boa-forma. Para esclarecer o conceito de boa-forma, mostra-se a figura abaixo (Figura 1).

Figura1: Ilusão de ótica.



Fonte: Bock, Furtado e Teixeira, 2001.

Segundo os autores, a figura não apresenta equilíbrio e por isso não pode garantir a boa-forma:

A maneira como se distribuem os elementos que compõem duas figuras não apresenta equilíbrio, simetria estabilidade e simplicidade suficientes para garantir a boa-forma, isto é, para superar a ilusão de ótica.

A tendência da nossa percepção em buscar a boa-forma permitirá a relação **figura-fundo**. Quanto mais clara estiver a forma (boa-forma), mais clara será a separação entre a figura e o fundo. Quando isso não ocorre, torna-se difícil distinguir o que é figura e o que é fundo, como é o caso da figura 6. Nessa figura ambígua, fundo e figura substituem-se, dependendo da percepção de quem os olha (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2001, p.62, grifo dos autores).

Pode-se dizer que a mediação cultural é um processo ambíguo que trabalha com pontos de vistas e interpretações. Sendo assim, a ilusão de ótica é uma constante no processo de apropriação da informação e, portanto, utilizar a boa-forma como elemento fundamental no processo de percepção é, realmente, repousar no comodismo e limitar-se dentro de um processo de reprodutibilidade das informações, atitude, esta, muito frequente na cultura capitalista e imersa numa infinidade de informações e limitada às mesmas interpretações.

Em suma, as relações entre leitor e texto dependem das relações de sentidos entre as palavras que compõem o texto. Toda palavra é um enunciado a partir do momento que ela sai de um sujeito em relação a outro. Quando isto acontece, a

palavra deixa de ser apenas uma palavra e passa a agir como discurso composto por uma carga ideológica construída pela história e pelas relações entre os sujeitos sociais.

A importância do ato informativo está no modo como a apropriação é realizada. Os meios de informação cooperam cada vez mais para a velocidade do fluxo informacional e o sujeito, por sua vez, acompanha o ritmo tecnológico e influencia cada vez mais os modos de compartilhar informações. Todas essas alterações trazem novas necessidades de compreender a efemeridade da informação e suas apropriações na vida social. Fadel, ao discorrer sobre as necessidades informacionais dos indivíduos, cita a apropriação:

O universo informacional é extremamente complexo e, por isso, atende de forma distinta às necessidades informacionais dos indivíduos. Nesse sentido, a cultura informacional precisa ser trabalhada em relação à produção, ao compartilhamento, ao uso e à apropriação da informação” (FADEL *et al.*, 2010, p.15).

Pode-se afirmar, então, que o indivíduo é o protagonista do processo de apropriação. Considerando todas as relações entre os processos de apropriação e de leitura, infere-se que apesar do processo de leitura ser individual, o processo de apropriação entre texto e leitor acontece dentro do social, por meio de algum tipo de mediação. Sendo assim, a informação já chega para o sujeito com algumas construções de sentido que estão relacionadas com o contexto social e, assim, possibilita capacidades diferentes para se apropriar e produzir informações.

Segundo Foucault “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1996, p.9). Tomamos estas palavras para lembrar que a produção de informações e sua divulgação estão vinculadas ao social.

Considerando o capitalismo como base de nossa estrutura econômica, não se pode fechar os olhos para seu produto social que é a divisão de classes. Desta forma, ainda nas palavras de Foucault, tomaremos emprestado um velho princípio grego em que diz que “[...] a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade” (FOUCAULT, 1996, p.18). Nesse sentido, pode-se fazer um paralelo com as diferentes formas de compreender a mesma informação registrada:

A informação registrada pode ser a mesma para diversos enunciadores, mas o sentido que ela traz decorre de fatores que não são da ordem da língua. Para Sírio Possenti, “A mesma palavra ou o mesmo enunciado podem ter sentidos diferentes, se pertencerem a formações discursivas diferentes” (POSSENTI, 2007, p.361).

A abordagem evolutiva da informação na sociedade contemporânea parte do princípio de informação como ato de comunicar conhecimento. Por isso, é extremamente importante observar como o conceito de informação se relaciona com diferentes visões sobre o conhecimento. Nesse sentido, consideraremos o texto não apenas como um objeto de comunicação, mas também como um objeto de significação. Barros aponta que:

O texto só existe quando concebido na dualidade que o define – objeto de significação e objeto de comunicação – e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação do sentido (BARROS, 2003, p.7-8).

A apropriação da informação não depende somente de códigos linguísticos, a construção de seus significados está ligada a sujeitos sociais que trazem consigo valores e conhecimentos próprios que interferem na interpretação de uma informação. Sendo assim, pode-se afirmar que, ao considerar a informação um signo, compreende-se que nenhuma informação é neutra, ela é composta por valores ideológicos. Para Bakhtin: “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*” (BAKHTIN, 2014, p.32-33, grifo do autor).

Para Almeida Júnior (2009, p.93) “A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc.”. Diante do exposto, buscou-se compreender a informação por meio de uma relação dialógica que considera sua materialização um processo de interação entre sujeitos sociais, históricos, culturais e, também, ideológicos.

5.2 A Informação como signo ideológico de Bakhtin

Partindo da concepção de informação como signo ideológico, foi inevitável levantar questionamentos e discussões acerca do que significa ideologia. Para tanto, partiu-se do posicionamento de Thompson (1998) para esclarecer o termo. Segundo o autor, há uma multiplicidade de significados para ideologia devido ao seu itinerário histórico. Nas palavras do autor:

Quando nós usamos o termo ideologia, hoje, ou quando nós o escutamos empregado por outros, não estamos totalmente seguros se ele está sendo usado descritivamente ou prescritivamente, se ele está sendo usado simplesmente para descrever um estado de coisas (p.ex. um sistema de ideias políticas) ou se ele está sendo usado também, e talvez como sentido principal, para avaliar um estado de coisas. Essa ambiguidade é evidente no uso cotidiano do termo (THOMPSON, 1998, p.14).

A fim de solucionar essa ambiguidade, a literatura da teoria social e política das duas últimas décadas tentou criar duas respostas:

Uma resposta foi tentar domar o conceito. Isso implicou, geralmente, uma tentativa explícita ou implícita de tirar do conceito seu sentido negativo e de incorporá-lo num conjunto de conceitos descritivos empregados pelas ciências sociais. Isso criou o que hoje se pode chamar de *concepção neutra* da ideologia. De acordo com essa concepção, as ideologias podem ser vistas como 'sistemas de pensamento', 'sistemas de crenças', ou 'sistemas simbólicos', que se referem à ação social ou à prática política. (THOMPSON, 1998, p.14, grifo do autor).

A segunda resposta frente a este posicionamento foi de abandonar o conceito, já que ele seria "[...] muito ambíguo, muito controvertido e contestado, demasiadamente marcado por uma história em que ele foi usado e abusado de diferentes modos, a tal ponto que ele não se presta mais, hoje em dia, para fins de análise social e política" (THOMPSON, 1998, p.15). Diferentemente aos dois posicionamentos, Thompson apresenta uma postura que difere dos sentidos apresentados e afirma que:

[...] o conceito não pode ser tão facilmente despojado de seu sentido negativo, crítico – ou, mais precisamente, argumento que, na tentativa de despojá-lo de seu sentido negativo, as pessoas menosprezam um conjunto de problemas em relação aos quais esse conceito, em algumas de suas versões, procurou chamar nossa

atenção. É esse conjunto de problemas que tento discutir em minha reformulação do conceito de ideologia (THOMPSON, 1998, p.15).

Com base nas reflexões apresentadas, verificou-se a necessidade de repensar a questão ideológica que envolve a atual pesquisa para não correr o risco de cair na ambiguidade do termo e desenvolver conceitos que sejam influenciados, conforme exposto por Thompson (1998, p.14), “[...] pela tendência de pensar as ideologias em termos de ismos – conservadorismo, comunismo, reaganismo, thatcherismo, stalinismo, marxismo”. Nesse sentido, buscou-se refletir à luz da teoria da ideologia e na reformulação de seu conceito apresentado por Thompson:

Na reformulação do conceito de ideologia procuro focar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (significado) e poder. Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de ‘relações de dominação’. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder (THOMPSON, 1998, P.15-16).

Com base nesse conceito de ideologia, foi possível seguir a linha de raciocínio do signo ideológico de Bakhtin, pois, compreendeu-se que as relações de poder só acontecem na relação com o outro, assim como a questão da ideologia. Marilena Chauí também aborda a questão da ideologia como uma produção das relações sociais. Para a autora:

[...] a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um ‘fato’ social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais (CHAUÍ, 2004, p.13).

Refletindo sobre o papel da ideologia nas relações sociais, compreendeu-se a relação entre informação e poder. Ao considerar a informação como um signo ideológico, partiu-se do pressuposto de que sua construção é realizada por um processo dialógico e social, dependente das relações de compreensão e interpretação dos sujeitos participantes do processo comunicativo. Para Bakhtin (2014, p.34) “Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre

uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos”. Falar em consciência é compreender sua relação com o signo: “Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis [...] Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada” (BAKHTIN, 2014, p.36).

Ao abordar a questão da produção das ideias, foi necessário abordar a construção dos significados, ou seja, a construção da informação. É nesse ponto que a ideologia entra como parte atuante para compreender o processo de apropriação. Para Thompson:

[...] o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos se – e, se este for o caso, como – o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação. A distintividade do estudo da ideologia está na última questão: ele exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas (THOMPSON, 1998, p.16).

Com base nas reflexões supracitadas, o desafio foi estudar as formas simbólicas, ou seja, as manifestações informacionais (materializadas em informação) sob certa luz: “à luz das relações sociais estruturadas, cujo emprego e articulação podem ajudar, em circunstâncias específicas, a criar, alimentar, apoiar e reproduzir” (THOMPSON, 1998, p.16). Pensando na CI, refletiu-se sobre o papel das relações sociais na produção das informações veiculadas no contexto social e, principalmente, nas grandes mídias tecnológicas que dominam grande parte das relações sociais presenciais e a distancia, pessoais e profissionais. Compreendendo a informação como signo ideológico firmada no conceito de ideologia de Thompson, tornou-se mais clara a compreensão das relações sociais e sua atuação no processo de construção das informações. De acordo com Thompson (1998, p.16):

A análise da ideologia pode ser vista como uma parte integrante de um interesse mais geral ligado às características da ação e da interação, às formas de poder e de dominação, à natureza da estrutura social, à reprodução e à mudança social, às qualidades das formas simbólicas e às seus papéis na vida social.

É nesse sentido que a ideologia pode contribuir para compreender o processo contínuo de apropriação da informação: analisando as relações sociais e os diferentes usos das manifestações para manutenção de relações de poder, pois, de acordo com a neutralidade da palavra abordada por Bakhtin, sabe-se que a ideologia está no signo e não na palavra. Para esclarecer a diferença entre signo e palavra, foi pertinente abordar a citação de Bakhtin:

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa (BAKHTIN, 2014, p.37, grifo do autor).

O mesmo pode-se dizer sobre as formas simbólicas apresentadas por Thompson (1998, p.17): “[...] as formas simbólicas, ou sistemas simbólicos, não são ideológicos em si mesmos: se eles são ideológicos, e o quanto são ideológicos, depende das maneiras como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos”. Este enfoque ideológico volta seu interesse para compreender “[...] em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas.” O mais importante para esta pesquisa foi o novo olhar direcionado por este enfoque, nesse sentido:

[...] pode levar-nos a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num contexto e como radical, subversivo, contestador noutro. A análise das formas simbólicas como ideológicas nos pede que a analisemos em relação aos contextos sócio-históricos específicos nos quais elas são empregadas e persistem (THOMPSON, 1998, p.18).

Por fim, o trabalho com análise de formas simbólicas ajudou a compreender a produção da informação e o processo de apropriação em diferentes contextos. A mesma informação (signo ideológico) possui significados diferentes e produz ações diferentes porque são produzidos por relações ideológicas em contextos históricos, sociais e culturais diferentes, e desse modo, produz relações de poder que não são fixas, mas variam segundo as compreensões, interpretações e reações que

acontecem durante o processo de apropriação da informação. Compreender o conceito de ideologia em termos da interação entre sentido e poder foi fundamental para o desenvolvimento de trabalhos que visam à compreensão geral das relações de poder em todas as esferas sociais. É importante avaliar as questões ideológicas além das relações políticas, contudo “[...] isso não quer dizer que a esfera da política, no seu sentido mais estrito, seja irrelevante, nem significa que devemos focar exclusivamente os mínimos detalhes da vida cotidiana [...]”. Ao abordar esta visão ampliada sobre a atuação da ideologia, Thompson (1998, p.19) enfatiza a maneira como as formas simbólicas são empregadas e mostra a necessidade de compreender “[...] as maneiras como elas se entrecruzam com relações de poder nos contextos sociais estruturados em que muitos de nós vivemos a maior parte do nosso tempo”. É fato que as instituições do estado moderno e todo o território político que elas ocupam possuem um grande poder de dominação sobre a sociedade em geral. Apesar de reconhecer que todas essas organizações políticas são consideradas como territórios extremamente importantes de poder e dominação, não são os únicos nem os mais importantes. Nas palavras de Thompson:

Para a maioria das pessoas, as relações de poder e dominação que as atingem mais diretamente são as caracterizadas pelos contextos sociais dentro dos quais elas vivem suas vidas cotidianas: a casa, o local de trabalho, a sala de aula, os companheiros. Esses são contextos em que os indivíduos gastam maior parte de seu tempo, agindo e interagindo, falando e escutando, buscando seus objetivos e seguindo os objetivos dos outros. Esses contextos estão organizados de maneiras complexas. Eles implicam desigualdades e assimetrias de poder e recursos, algumas das quais podem estar ligadas a desigualdades e assimetrias mais amplas, que passam de um contexto a outro e que se referem às relações entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre aqueles que têm riqueza e propriedade e aqueles sem riqueza e propriedade (THOMPSON, 1998, p.18).

Estudar o processo de produção da informação significou estudar as relações de poder. Significou compreender que as pessoas estão imersas em um conjunto de relações sociais que exige uma interação que produz ações e reações de acordo com aquilo que se compreende, aquilo que se pode compreender e aquilo que se quer compreender. Estamos envolvidos com todos os tipos de relações sociais e, por isso, “[...] estamos constantemente envolvidos em comentá-las, em representá-las a nós mesmos e aos outros, em verbalizá-las, em recriá-las e em transformá-las através de ações, símbolos e palavras” (THOMPSON, 1998, p.19). Nesse sentido,

verificou-se que o processo de apropriação não acontece individualmente. O sujeito está sempre se relacionando para compreender o mundo que o cerca. Todas as manifestações informacionais, os fenômenos ideológicos ou as formas simbólicas são, ao mesmo tempo, produtos e produtores de novas informações. Compreender a informação como um signo linguístico exigiu olhar para o processo de apropriação da informação como algo que está no sujeito e no mundo, no eu e no outro, no interior e no exterior, ou seja:

As formas simbólicas através das quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem um outro mundo, etéreo, que se coloca em oposição ao que é real: ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é 'real' (THOMPSON, 1998, p.19).

Com base nas reflexões trazidas por Thompson, uma das mais relevantes é seu posicionamento sobre a maneira como as formas simbólicas são usadas para estabelecer e sustentar as relações de poder no contexto social geral. O autor deixa bem claro que a vida social precisa ser estudada segundo as relações de poder e que essas relações não acontecem somente pelo uso da força física, mas também por meio de uma “[...] luta que se trava tanto através de palavras e símbolos como pelo uso da força física”. Para o autor, estudar a ideologia no sentido proposto por ele faz parte integrante dessa luta, ou seja, “[...] é uma característica criativa e constitutiva da vida social que é sustentada e reproduzida, contestada e transformada, através de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p.19).

Diante do exposto, compreende-se que ao dizer que o signo é dialético, significa afirmar que ele é dinâmico. O uso da palavra “dinâmico” reflete uma oposição de Bakhtin ao sentido da língua como um sistema sincrônico abstrato. Para o autor, a variação é inerente à língua e reflete variações sociais. Dessa forma, optou-se pela filosofia do signo dialético de Bakhtin como base teórica para desenvolver a pesquisa. Partindo desse princípio, afirmou-se, então, que toda informação é um signo e, portanto, ideológica. Para Bakhtin a palavra é o signo ideológico por natureza. A importância dessa afirmação se encontra no fato de que esta pesquisa considerou a informação um signo, ou seja, partiu-se da lógica de que se a palavra é a encarnação material do signo e todo signo é uma informação, pode-

se deduzir que toda palavra é uma informação, desde que ela seja ideológica. Segundo Bakhtin:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer (BAKHTIN, 2014, p.33).

Ao considerar a encarnação material, Bakhtin, automaticamente, relaciona a presença da palavra em todas as manifestações de criação ideológica e em todos os atos de interpretação:

Todas as manifestações da criação ideológica - todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele. Isso não significa, obviamente, que a palavra possa suplantar qualquer outro signo ideológico. Nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. É impossível, em última análise, exprimir em palavras, de modo adequado, uma composição musical ou uma representação pictórica. Um ritual religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras. Nem sequer existe um substituto verbal realmente adequado para o mais simples gesto humano. Negar isso conduz ao racionalismo e ao simplismo mais grosseiros. Todavia, embora nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo se apoia nas palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e de seu acompanhamento musical (BAKHTIN, 2014, p.38).

Para Bakhtin, todo signo só existe na relação, ou seja, “Realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico e, portanto, também o signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (BAKHTIN, 2014, p.45). Pode-se afirmar, então, que toda informação é materializada por um processo de apropriação que acontece por meio de interações dentro de determinadas condições e características sociais específicas. Bakhtin explica que:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo (BAKHTIN, 2014, p.45).

Refletindo à luz da CI, pode-se dizer que qualquer alteração no processo de apropriação (interferência, influência, orientação, ajuda, manipulação, etc.) também ocasiona uma modificação da informação. É por isso que baseou-se na ideia de que a informação é um fenômeno ideológico em processo e não pode ser uma manifestação com sentido fixo, utilizada para representar uma realidade material, ou seja, ela não representa, mas refrata parte dessa realidade: “Em outros termos, para Bakhtin, no signo confrontam-se índices de valor contraditório. Assim caracterizada, a língua é dialógica e complexa, pois nela se imprimem historicamente e pelo uso as relações dialógicas dos discursos” (BARROS, 1997, p.34).

Para Santos (1988) “Vivemos num sistema visual muito instável em que a mínima flutuação da nossa percepção visual provoca rupturas na simetria do que vemos”. Aquilo que parece nem sempre é e vice-versa. A verdade de um pode ser a indagação do outro. Não há verdade absoluta. É esta ambiguidade e complexidade que compõe a atual sociedade e precisa ser pensada e refletida por caminhos simples que nos ajudem a compreender a linguagem e suas enunciações individuais que atuam no coletivo e só possuem significados na relação com o outro, ainda que este outro seja a própria consciência do indivíduo. Neste sentido, entende-se que não existe verdade absoluta e que nenhum texto possui uma significação imutável. Há vários sentidos implícitos em uma informação aparentemente representada por elementos explícitos. Para Ponzio:

Enunciados aparentemente simples contêm mecanismos de significação (interpretação) notadamente complexos. Os enunciados resultam pluriestratificados, mas esta pluriestratificação não é sua prerrogativa interna, mas diz respeito à relação deles com o exterior, com outros enunciados, com o resto do universo discursivo dos quais fazem parte, com os contextos não-verbais, etc. [...] (PONZIO, 2011, p.28-29).

Refletir acerca dos enunciados ajudou a reconhecer a informação como um processo em construção, passível de encarnar diferentes signos e produzir diferentes materialidades. Esta concepção possibilitou o desenvolvimento da materialidade não-física da informação, algo que é abstrato e construído por relações intersubjetivas. Para tanto, foi necessário um embasamento teórico coerente com o paradigma social da informação e, por isso, escolheu-se a filosofia da linguagem que aborda o signo dialético de Bakhtin. Esta escolha permitiu compreender a apropriação, pois esta não se enquadra nos limites da informação

como um objeto construído e finalizado. Compreender os modos e níveis de apropriação exigiu uma visão de informação como o resultado de um processo intersubjetivo que acontece na relação com o outro e consigo mesmo, responsável por uma materialização que não está limitada à materialização física e que pode acontecer na relação dentro de um discurso interior. Para Bakhtin a consciência é verbalmente constituída é determinada como:

[...] *material semiótico da vida interior, da consciência* (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculado pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa (BAKHTIN, 2014, p.37, grifo do autor).

Considerando a citação supracitada, conseguiu-se compreender a materialidade não-física da informação ao compará-la com o signo interior representado pela palavra. Se trabalhar com o objeto informação dentro de uma perspectiva social e abstrata já é algo emergente e temível dentro da CI, mais aterrorizante seria, então, trabalhar com essa abstração e subjetividade por meio de signos interiores sem representação. É por isso que Bakhtin (2014, p.38) afirma que “Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior”. Cabe ressaltar que o discurso interior abordado por Bakhtin nem sempre precisa ser concretizado por meio de uma expressão exterior. É assim que esta pesquisa compreende a materialidade não-física da informação. Em outras palavras, a informação é considerada como o resultado de uma materialização das manifestações informacionais. O uso do termo “manifestações informacionais” é uma criação para o campo da CI para fazer referência ao que Bakhtin chama de fenômenos ideológicos.

A necessidade de usar o termo manifestação informacional surgiu no sentido de representar aquilo que recebe a encarnação material do signo, ainda que esta encarnação material não seja representada fisicamente. Em outras palavras, toda manifestação informacional possui um valor semiótico, um significado, uma apropriação, mas nem toda apropriação precisa ser materializada por meio de uma expressão física; ela pode ficar alojada no discurso interior, na consciência.

Ao abordar a relação entre os conceitos da CI com Bakhtin, encontrou-se um ponto de equilíbrio entre informação e signo para entender melhor aquilo que é tão plural e complexo no campo científico: a informação. O presente estudo compreendeu a informação a partir de um viés ideológico, sem necessariamente firmar-se em uma ou outra definição específica e abordada por algum teórico da área, já que este assunto é e sempre será alvo de críticas, reflexões e reformulações.

5.3 As relações triádicas de Peirce

Compreender a informação como um potencial em construção criou possibilidades para fazer um paralelo com a semiótica de Peirce, já que esta tese fundamentou-se em uma perspectiva processual da apropriação da informação. Partindo da concepção de informação efêmera e latente abordada por Almeida Júnior (2009), foi possível fazer um paralelo com algumas concepções desenvolvidas por Peirce.

Nas palavras de Almeida Júnior a informação não existe *a priori*, por isso, o autor afirma que ela é “[...] uma quase-informação. Preferimos chamá-la de proto-informação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.98).

Ao trazer a semiótica peirceana para os estudos da informação, notou-se que esta ideia de ‘quase-informação’ está muito próxima à ideia peirciana de ‘quase-signo’. Para compreender as relações que foram estabelecidas, fez-se necessário realizar uma recapitulação teórica sobre as categorias de Peirce.

Segundo Santaella (2012, p.59) “[...] as categorias fundamentais, encontradas no pensamento e descoberta pela análise reflexiva dos fenômenos, estão também presentes na natureza básica de todas as coisas, sejam elas físicas ou psicológicas”. Contudo, A autora, ao descrever as categorias de Peirce, salienta que: “Como exemplificação mais detalhada dessas categorias, escolhemos o campo das manifestações psicológicas [...]” (SANTAELLA, 2012, p.60) e continua: “[...] essas categorias não são psicológicas. Foram, ao contrário, extraídas da análise mais rigorosamente lógica do que aparece no mundo. Por outro lado, não estamos também aí lidando com metafísica, mas com lógica apenas” (SANTAELLA, 2012, p.60-61). Para finalizar seu pensamento, Santaella explica que:

São, portanto, categorias lógicas que aqui aplicaremos ao campo das manifestações psicológicas não só porque, como tal, as categorias se nos apresentam como coisas vivas e vividas, mas também porque, a partir disso, tornar-se-á claro por que, para nós, o mundo aparece e se traduz como linguagem, fundamento de toda a semiótica (SANTAELLA, 2012, p.61).

Peirce, ao realizar uma análise reflexiva dos fenômenos, descobre as categorias fundamentais do pensamento. Contudo, essas categorias não são entendidas por ele como entidades mentais. Para Peirce suas categorias são “[...] os três modos como os fenômenos aparecem à consciência. Contudo, que não se entenda essas categorias como entidades mentais, mas como modos de operação do pensamento-signo que se processam na mente” (SANTAELLA, 2012, p.64). Cabe, aqui, salientar o que Peirce entende por consciência:

Consciência não se confunde com razão. Consciência é como um lago sem fundo no qual as ideias (partículas materiais da consciência) estão localizadas em diferentes profundidades e em permanente mobilidade. A razão (pensamento deliberado) é apenas a camada mais superficial da consciência. Aquela que está próxima da superfície. Sobre essa camada, porque superficial, podemos exercer autocontrole e também, porque superficial, é a ela que nossa autoconsciência está atada. Daí tendermos a confundir consciência com razão. No entanto, se bem que a razão seja parte da consciência, ela não compõe, nem de longe, o todo da consciência (SANTAELLA, 2012, p. 62).

Partindo dessa ideia de consciência, verificou-se que Peirce considera estados mutáveis de consciência, ou seja, para ele “[...] tomando-se consciência como um todo, não há nada nela senão estados mutáveis. O que chamamos racionalidade sofre, a todo momento, a influência de interferências fora do nosso controle” (SANTAELLA, 2012, p.63-64). A partir desses estados mutáveis de consciência tornou-se possível uma compreensão mais próxima das categorias de Peirce:

As interferências são internas, isto é, as que vêm das profundezas do nosso mundo interior, e externas, as que dizem respeito às forças objetivas que atuam sobre nós. Essas forças vão desde o nível de percepção que, pelo simples fato de estarmos vivos, nos inundam a todo instante, até o nível das relações interpessoais, intersubjetivas, ou seja, as relações de amizade, vizinhança, amor, ódio, etc., encontrando ainda as forças sociais que atuam sobre nós: as condições reais de nossa existência social, isto é, as relações formais de classes sociais que variam de acordo com as

determinações históricas da sociedade em que se vive (SANTAELLA, 2012, p.64).

Assim, Peirce definiu suas categorias em: Primeiridade, Secundidade e Terceiridade. A primeiridade diz respeito à consciência imediata, ou seja, “Trata-se, pois, de uma consciência imediata tal qual é [...] A qualidade da consciência imediata é uma impressão (sentimento) *in totum*, indivisível, não analisável [...]” (SANTAELLA, 2012, p.66). Ainda, considerando os aspectos da primeiridade, pode-se dizer que:

[...] de qualquer coisa que esteja na mente em qualquer momento, há necessariamente uma consciência imediata e conseqüentemente um sentimento. Qualidades de sentimento estão, a cada instante, lá, mesmo que imperceptíveis. Essas qualidades não são nem pensamentos articulados, nem sensações, mas partes constituintes da sensação e do pensamento, ou de qualquer coisa que esteja imediatamente presente em nossa consciência (SANTAELLA, 2012, p.70).

Falar em consciência em primeiridade é falar em qualidade de sentimento, isto é, a primeira apreensão das coisas. É fundamental diferenciar a qualidade de sentimento dos objetos em si: “[...] Peirce tem aí a precaução de não confundir a qualidade de sentimento de uma cor vermelha, por exemplo, de um som ou de um cheiro, com os próprios objetos percebidos como vermelho, sonantes ou cheirosos” (SANTAELLA, 2012, p.71).

Diante do exposto, apresentou-se um diálogo com o conceito de informação abordado por esta tese segundo as concepções de informação efêmera denominada por Almeida Júnior como uma ‘quase-informação’. Pensar na primeiridade de Peirce trouxe à tona esta questão da informação, pois, para ele:

Consciência em primeiridade é qualidade de sentimento e, por isso mesmo, é primeira, ou seja, a primeira apreensão das coisas, que para nós aparecem, já é tradução, finíssima película de mediação entre nós e os fenômenos. Qualidade de sentir é o modo mais imediato, mas já imperceptivelmente medializado de nosso estar no mundo. Sentimento é, pois, um quase signo do mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas. Este estado quase, aquilo que é ainda possibilidade de ser, deslancha irremediavelmente para o que já é, e no seu ir sendo, já foi. Entramos no universo no segundo (SANTAELLA, 2012, p.71-72).

A analogia realizada entre informação e signo foi reiterada pelas relações abordadas pelas categorias de Peirce. Considerar a inexistência da informação *a priori* e a necessidade das relações entre os sujeitos e os fenômenos ideológicos de Bakhtin para a construção da informação possibilitou realizar diálogos com o pensamento de Peirce.

Enquanto a primeiridade está relacionada ao 'estado-quase', ou seja, aos sentimentos e potencialidades de coisas que podem ou não serem materializadas, esta primeiridade está próxima a uma quase-informação. Contudo, para que a informação exista, ela precisa ser construída pelas relações dialógicas entre os sujeitos e o mundo. Tais relações podem resultar uma materialização da informação que, então, sai desse estado de quase-ser e se transforma em algo real no mundo. É assim que Peirce descreve a secundidade: "Há um mundo real, reativo, um mundo sensual, independente do pensamento e, no entanto, pensável, que se caracteriza pela secundidade" (SANTAELLA, 2012, p.72). Nesse sentido, pensar em secundidade é pensar nos fenômenos do mundo real:

Certamente, onde quer que haja um fenômeno, há uma qualidade, isto é, sua primeiridade. Mas a qualidade é apenas uma parte do fenômeno, visto que, para existir, a qualidade tem de estar encarnada numa matéria. A factualidade do existir (secundidade) está nessa corporificação material (SANTAELLA, 2012, p.73).

O reconhecimento dos fenômenos do mundo exigiu um diálogo, uma relação, um entendimento, ou seja, uma produção de interpretações: "Falar em pensamento, no entanto, é falar em processo, mediação interpretativa entre nós e os fenômenos. É sair, portanto, do segundo como aquilo que nos impulsiona para o universo do terceiro" (SANTAELLA, 2012, p.77). É importante compreender que as relações estabelecidas e materializadas na secundidade já existem antes delas serem levadas ao nível do pensamento. É por isso, que os significados não são físicos. A mesma materialização física, estabelecida por sujeitos diferentes, ou estabelecidas pelo mesmo sujeito em situações e épocas diferentes, podem ser levadas a diferentes interpretações no pensamento. Santaella discorre sobre as relações entre a secundidade e a terceiridade de Peirce:

Antes de penetrarmos no devir incessante do pensamento como representação interpretativa do mundo, que fique claro que nossas reações à realidade, interações vivas e físicas com a materialidade das coisas e do outro, já se constituem em respostas sígnicas ao

mundo, marcas materiais perceptíveis em maior ou menor grau que nosso existir histórico e social, circunstancial e singular vai deixando como pegadas, rastros de nossa existência (SANTAELLA, 2012, p.77).

Compreender as categorias de Peirce ampliou a concepção de materialização da informação além de sua fisicalidade. Tudo pode ser um signo, assim, tudo pode ser uma informação, dependendo das relações estabelecidas entre os sujeitos no mundo real. As relações presentes na primeiridade significam uma potencialidade, uma possibilidade de ser e, por isso, quando algo deixa de ser possibilidade de ser e passa a ser o real, aquilo que era possibilidade também está lá. Em outras palavras “O azul de um certo céu, sem o céu, a mera e simples qualidade do azul, que poderia estar também nos seus olhos, só o azul, é aquilo que é tal qual é, independente de qualquer outra coisa” (SANTAELLA, 2012, p.78). Para um melhor entendimento, observou-se o exemplo trazido por Santaella que aborda as três categorias: “[...] o azul, simples e positivo azul, é um primeiro. O céu, como lugar e tempo, aqui e agora, onde se encarna o azul, é um segundo. A síntese intelectual, elaboração cognitiva – o azul no céu, ou o azul do céu -, é um terceiro” (SANTAELLA, 2012, p.79).

Independentemente de estar na primeiridade, secundidade ou terceiridade, tudo é signo. No nível da secundidade, onde há uma mediação entre a percepção do sujeito com o objeto, já há produções de signos e todos eles, precisam das qualidades de sentimentos presentes na primeiridade, ou seja, dos quase-signos. De forma mais esclarecedora, Santaella explica que:

Diante de qualquer fenômeno, isto é, para conhecer e compreender qualquer coisa, a consciência produz um signo, ou seja, um pensamento como mediação irrecusável entre nós e os fenômenos. E isto, já ao nível do que chamamos de percepção. Perceber não é senão traduzir um objeto de percepção em um julgamento de percepção, ou melhor, é interpor uma camada interpretativa entre a consciência e o que é percebido (SANTAELLA, 2012, p.79).

É nesse sentido que se compreendeu a informação como signo. Tudo no mundo é informação dependendo das relações estabelecidas. Também para Peirce, tudo é signo. Santaella discorre sobre:

Nessa medida, para nós, tudo é signo, qualquer coisa que produz na consciência tem o caráter de signo. No entanto, Peirce leva a noção de signo tão longe a ponto de que um signo não tenha necessariamente de ser uma representação mental, mas pode ser

uma ação ou experiência, ou mesmo uma mera qualidade de impressão. O sentimento ou qualidade de impressão é um quase-signo porque já funciona como um primeiro, vago e impreciso predicado das coisas que a nós se apresentam. A ação ou experiência também pode funcionar como signo porque se apresenta como resposta ou marca que deixamos no mundo, aquilo que nossa ação nele inculca. Aí estão enraizadas na fenomenologia as bases para a Semiótica, pois é justo na terceira categoria fenomenológica que encontramos a noção de signo genuíno ou triádico, assim como é nas segunda e primeira categorias que emergem as formas de signos não genuínos, isto é, as formas quase-sígnicas da consciência ou linguagem (SANTAELLA, 2012, p.83-84).

Tudo pode ser interpretado, tudo pode construído como informação seja físico ou não físico, interior, ou exterior:

Diante de qualquer fenômeno, isto é, para conhecer e compreender qualquer coisa, a consciência produz um signo, ou seja, um pensamento como mediação irrecusável entre nós e os fenômenos. E isso, já ao nível do que chamamos de percepção. Perceber não é senão traduzir um objeto de percepção em um julgamento de percepção, ou melhor, é interpor uma camada interpretativa entre consciência e o que é percebido (SANTAELLA, 2012, p.79).

Considerando as relações estabelecidas entre os fenômenos com aquilo que percebemos e aquilo que compreendemos deles, pfoi possível realizar reflexões sobre a grande diversidade e atuação dos fenômenos como signos.

Nessa medida, o simples ato de olhar já está carregado de interpretação visto que é sempre o resultado de uma elaboração cognitiva, fruto de uma mediação sígnica que possibilita nossa orientação no espaço por um reconhecimento e assentimento diante das coisas que só o signo permite (SANTAELLA, 2012, p.79-80).

Diante de todas as relações estabelecidas, compreendeu-se a grande contribuição da semiótica peirceana na compreensão do processo de apropriação da informação, visto que este processo é uma ação de construção constante de significados. Assim, o estudo das relações triádicas serviu como referencial teórico para suscitar questionamentos e novas reflexões acerca do objeto informação dentro de uma perspectiva subjetiva e social, algo em processo contínuo de construção. Assim, também, encontrou-se em Peirce essa noção de continuidade:

[...] compreender, interpretar é traduzir um pensamento em outro pensamento num movimento ininterrupto, pois só podemos pensar um pensamento em outro pensamento. É porque o signo está numa relação a três termos que sua ação pode ser bilateral: de um lado,

representa o que está fora dele, seu objeto, e de outro lado, dirige-se para alguém em cuja mente se processará sua remessa para um outro signo ou pensamento onde seu sentido se traduz. E nesse sentido, para ser interpretado tem de ser traduzido em outro signo, e assim *ad infinitum* (SANTAELLA, 2012, p.80-81).

Com base nessas relações, foi possível afirmar que: “O significado, portanto, é aquilo que se desloca e se esquivava incessantemente” (SANTAELLA, 2012, p.81). Para Peirce, o signo é o resultado de um processo que aborda três elementos: o signo (*representamen*), o objeto e o interpretante. As relações triádicas de Peirce precisam ser consideradas do seguinte modo, como aborda Santaella:

Ora, o signo só pode representar seu objeto para um intérprete, e porque representa seu objeto, produz na mente desse intérprete alguma outra coisa (um signo ou quase signo) que também está relacionada ao objeto não diretamente, mas pela mediação do signo (SANTAELLA, 2012, p.91).

Ao considerar a informação como um signo ideológico, foi preciso compreender não apenas a teoria Bakhtiniana, mas, também, realizar um paralelo com o signo triádico de Peirce, visto que a informação é o resultado do processo de apropriação.

A semiótica peirceana ajudou a entender o processo de apropriação como algo construído em determinado momento, podendo ou não avançar em um processo de compreensão. Em outras palavras, o resultado da apropriação não é fixo e, portanto, a materialização da informação está sempre sujeita a novas construções de significados dependendo do contexto e das relações estabelecidas entre os envolvidos no processo. Partindo dessas considerações, destaca-se a seguinte explicação de Peirce:

A palavra Signo será usada para denotar um Objeto perceptível, apenas imaginável ou mesmo insuscetível de ser imaginado em um determinado sentido – a palavra “cabo”, que é um Signo, não é imaginável, pois não é *essa palavra mesma* que pode ser inscrita no papel ou pronunciada, mas apenas um dos aspectos que pode revestir; trata-se da mesmíssima palavra quando escrita e quando pronunciada, mas é uma palavra quando significa “posto de hierarquia militar”, outra quando significa “ponta de terra que entra pelo mar” e terceira quando se refere a “parte por onde se segura objeto ou instrumento” (PEIRCE, 1972, p.95).

Com base nos exemplos apresentados, compreende-se que o signo não pode representar um objeto em seu todo, mas somente parte desse objeto. Nesse

sentido, foi possível afirmar que o signo só é signo quando há compreensão e familiaridade, quando o sujeito consegue relacionar outros signos para a construção de um novo signo. Para Peirce (1972, p.96, grifo do autor), “Se um Signo é diverso de seu Objeto, deve existir, no pensamento ou na expressão, uma explicação ou argumento ou contexto mostrando de que modo – segundo que sistema ou por que razão – o Signo representa o Objeto ou conjunto de Objetos que representa”. Essa relação triádica entre Signo, Objeto e Interpretante foi fundamental para destacar a perspectiva semiótica e processual do processo de apropriação da informação, sendo assim, partiu-se dessa concepção para estabelecer um paralelo entre informação e signo. Assim como a informação só é informação quando representa algo significativo para alguém, assim também é o Signo para Peirce:

Um Signo, ou *representamem*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que tenho, por vezes, denominado o *fundamento* do representamem (PEIRCE, 1972, p.94).

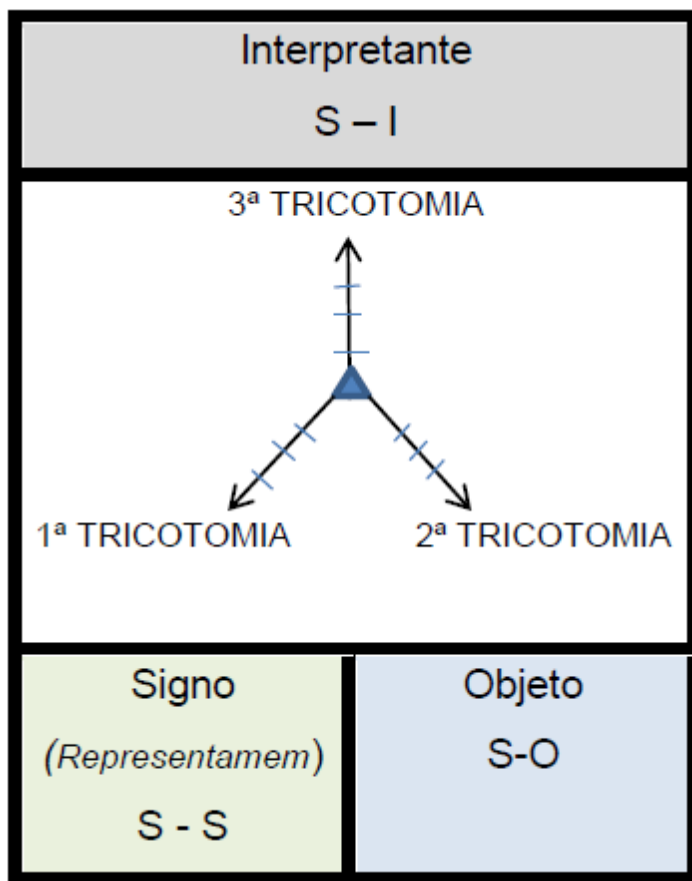
O signo triádico de Peirce é construído por relações triádicas que “[...] são divisíveis de três modos, por tricotomia, na dependência de o Primeiro, o Segundo ou o Terceiro Correlato serem, respectivamente, mera possibilidade, existente concreto ou lei” (PEIRCE, 1972, p.99). Para compreender as relações entre os elementos presentes em cada tricotomia, Peirce discorre sobre as relações de interdependência existentes entre o primeiro, o segundo e o terceiro correlatos. O autor explica que:

Em toda relação Triádica genuína, o Primeiro Correlato pode ser visto como determinando, sob certo aspecto, o Terceiro Correlato; e as relações triádicas podem ser divididas conforme essa determinação do Terceiro Correlato encerre alguma qualidade ou esteja em alguma relação existencial para com o Segundo Correlato ou conforme esteja em alguma relação de pensamento para com o Segundo, por alguma razão (PEIRCE, 1972, p.99-100).

De acordo com o autor supracitado, foi possível dizer que essas relações triádicas são realizadas por elementos que possuem relações interdependentes e variáveis. Para compreender melhor, realizou-se um estudo sobre essas relações,

abordando as relações estabelecidas entre tais correlatos e responsáveis pela criação do signo, conforme representado a seguir (Figura 2).

Figura 2: Signo Triádico de Peirce



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Considerando a figura 2, foi possível observar que a divisão dos signos em tricotomias facilita a compreensão das relações entre seus elementos. Em outras palavras:

Um *representamen* é o Primeiro Correlato de uma relação triádica, denominando-se *Objeto* o Segundo Correlato e sendo Terceiro Correlato possível chamado *Interpretante*, relação triádica pela qual determina-se que o possível interpretante seja o primeiro correçato da mesma relação triádica, tendo em vista o mesmo Objeto e para algum Interpretante possível. Um *Signo* é um representamen do qual algum interpretante é a cognição de certo espírito. Os signos são os únicos representamens que têm sido longamente estudados (PEIRCE, 1972, p.100, grifo do autor).

A primeira tricotomia representa a relação do signo (S) consigo mesmo, a segunda tricotomia representa a relação do Signo com seu Objeto dinâmico (O) e a

terceira tricotomia representa a relação do Signo com seu Interpretante (I). Cada tricotomia apresenta três elementos que podem ser denominados como um signo. Peirce explica que “De acordo com a primeira divisão, um Signo pode ser denominado um *Qualisigno*, um *Sin-signo* ou um *Legi-signo*”. (PEIRCE, 1972, p.100). A compreensão de cada um desses elementos possibilitou o diálogo com o signo de Bakhtin e, conseqüentemente, a compreensão da informação como um signo ideológico.

Dando continuidade às tricotomias, Peirce salienta que: “De acordo com a segunda tricotomia, um Signo pode ser denominado *Ícone*, *Indicador* ou *Índice* ou *Símbolo*” (PEIRCE, 1972, p.101). Finalizando as explicações de Peirce: “Segundo a terceira tricotomia, um Signo pode ser denominado *Rema*, *Dicisigno*, ou *Dicente* (isto é, uma proposição ou quase proposição) ou *Argumento*” (PEIRCE, 1972, p.102).

Peirce explica cada um dos elementos conforme apresentado pelo quadro abaixo (Quadro 5).

Quadro 5: As tricotomias de Peirce.

1ª TRICOTOMIA	2ª TRICOTOMIA	3ª TRICOTOMIA
Quali-signo	Ícone	Rema
Quali-signo é uma qualidade que é um Signo. Não pode, em verdade, atuar como um signo enquanto não se corporificar; contudo, a corporificação nada tem a ver com seu caráter como um signo. (PEIRCE, 1972, p.100).	Um ícone é um signo que se refere ao Objeto que denota simplesmente por força de caracteres próprios e que ele possuiria, da mesma forma, existisse ou não existisse efetivamente um Objeto daquele tipo. É verdade que a menos que realmente exista um Objeto daquele tipo, o Ícone não poderá atuar como signo; isso, porém, nada tem a ver com seu caráter de signo. Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, será um ícone de algo, na medida em que é semelhante a esse algo e usado como signo dele (PEIRCE, 1972, p.101).	Um Rema é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de possibilidade qualitativa, ou seja, entendido como representando tal e tal espécie de Objeto possível. Todo Rema fornecerá, talvez, alguma informação; mas não é interpretado como destinado a fazê-lo (PEIRCE, 1972, p.102).
Sin-signo	Indicador ou Índice	Dicisigno ou Dicente
Um Sin-signo (onde a sílaba sin significa “uma única vez”, como em “singular”, “simples”, no latim <i>semel</i> , etc.) é uma coisa existente ou acontecimento real, que é um signo. Só pode sê-lo através de suas qualidades; de sorte que envolve um quali-signo ou, antes, vários quali-signos. Contudo, esses quali-signos são de tipo especial e só constituem um signo quando efetivamente corporificados (PEIRCE, 1972, p.100).	Um Indicador é um signo que se refere ao Objeto que denota em razão de ver-se realmente afetado por aquele Objeto. Não pode, conseqüentemente, ser um Quali-signo, pois qualidades são o que são, independentemente de qualquer outra coisa. Na medida em que o indicador é afetado pelo Objeto, tem necessariamente alguma Qualidade em comum com o Objeto e é com respeito a essas qualidades que se refere ao Objeto (PEIRCE, 1972, p.101).	Um Dicente é um Signo que, para seu Interpretante, é Signo de existência concreta. Não pode, conseqüentemente, ser um Ícone, porque este não fornece base para sua interpretação, como referindo-se a uma existência concreta. Um Dicisigno envolve, como parte dele e necessariamente um Rema para descrever o fato que se entende que indique. Trata-se, porém, de uma peculiar espécie de Rema; embora seja essencial para o Dicisigno, de nenhuma forma o constitui (PEIRCE, 1972, p.102).
Legi-signo	Símbolo	Argumento
Um Legi-signo é uma lei que é um Signo. Tal lei é comumente estabelecida por homens. Todo signo convencional é um legi-signo (porém a recíproca não é verdadeira). Não é um objeto singular, mas um tipo geral que, há concordância a respeito, será significativa. Todo Legi-signo ganha significado por meio de um caso de sua aplicação, que pode ser denominado Réplica [...] A Réplica é um Sin-signo. Dessa forma, todo Legi-signo requer Sin-signos (PEIRCE, 1972, p.100-101).	Um Símbolo é um signo que se refere ao Objeto que se denota por força de uma lei, geralmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de levar o Símbolo a ser interpretado como se referindo àquele Objeto. É assim, ele próprio, um tipo de lei geral, ou seja, é um Legi-signo. Assim sendo, atua através de uma Réplica. Não apenas é ele geral, mas também de natureza geral é o Objeto a que se refere (PEIRCE, 1972, p.102).	Um Argumento é um Signo que, para seu Interpretante, é Signo de lei. Podemos dizer que um Rema é um Signo que se entende representar seu objeto simplesmente em seus caracteres; que o Dicisigno é um signo que se entende representar seu objeto referência à existência concreta; e que um argumento é um Signo que se entende representar se Objeto em seu caráter de Signo (PEIRCE, 1972, p.102-103).

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Nas palavras de Peirce: “As três tricotomias de Signo levam, no seu conjunto, a dividir os Signos em Dez Classes, das quais importará considerar numerosas subdivisões” (PEIRCE, 1972, p.100). No entanto, esta pesquisa não está focada do estudo das Dez classes de Signos. Trazer as tricotomias de Peirce para este estudo teve o objetivo de refletir sobre os diferentes tipos de signos e as relações abordadas por Peirce. Com esse entendimento e compreendendo a informação como um signo, outras possibilidades foram abertas para estudos sobre os diferentes tipos de informação, a materialidade física e não-física, o processo de apropriação e criação de diferentes informações.

Dialogando com as ideias apresentadas por Peirce, foi possível refletir sobre as relações de dependência estabelecidas entre os elementos e o ‘Quali-signo’ para fazer um paralelo com o processo de apropriação e materialização da informação. Por exemplo, tomando como base a questão da materialidade não-física abordada por esta pesquisa, foi possível fazer um paralelo como o ícone. Um ícone não precisa ser representado por uma materialidade física e visual. Por exemplo, o cheiro de uma comida, uma sensação. Nesse sentido, para que este cheiro tenha algum sentido, ele precisa de determinadas qualidades que o sujeito relacionará com seus conhecimentos, ou seja, este ícone possui Quali-signos. Nas palavras de Peirce:

[...] um Quali-signo (e.g., a sensação de “vermelho”) é uma qualidade qualquer, na medida em que é um signo [...] um Quali-signo é necessariamente um ícone. Além disso, como uma qualidade é uma simples possibilidade lógica, só pode ser interpretada como um signo de essência, ou seja, como um rema (PEIRCE, 1972, p.105).

Partindo das ideias apresentadas pelo trecho supracitado, notou-se que há várias relações de interdependência entre os elementos e que a classificação desses elementos é feita por probabilidade, isto é, algo que apresenta apenas suas qualidades é considerado simplesmente um ícone. Porém, a partir do momento que este algo apresenta uma relação causal, representando a ligação de uma coisa com outra, este algo passa a ser um índice. Essas relações de probabilidade e de interdependência são questões fundamentais para compreender a semiótica processual de Peirce. Para melhor exemplificar, apresentam-se como exemplos as relações estabelecidas do signo consigo mesmo, “[...] o signo pode ser uma mera

qualidade, um existente (sin-signo, singular) ou uma lei” (SANTAELLA, 2012, p.98). Ainda, segundo a autora:

[...] se algo aparece como pura qualidade, este algo é primeiro. É claro que uma qualidade não pode aparecer e, portanto, não pode funcionar como signo sem estar encarnada num objeto. Contudo, o quali-signo diz respeito tão só e apenas à pura qualidade. Por exemplo, uma tela inteira de cinema que, durante alguns instantes, não é senão uma cor vermelha forte e luminosa. Quem assistiu a *Gritos e Sussuros*, de Bergman, deve se lembrar disso. Era a pura cor, positiva e simples, tão proeminente e absorvente que, no caso, nem sequer se podia lembrar ou perceber que aquela cor estava numa tela. É a qualidade apenas que funciona como signo, e assim o faz porque se dirige para alguém e produzirá na mente desse alguém alguma coisa como um sentimento vago e Indivisível. É esse sentimento indiscernível que funcionará como objeto do signo, visto que uma qualidade, na sua pureza de qualidade, não representa nenhum objeto. Ao contrário, ela está aberta e apta para criar um objeto possível (SANTAELLA, 2012, p.98).

Tomando o exemplo acima, foi possível compreender a materialidade não-física da informação. Assim como o sentimento vago e indivisível representa o objeto do signo, assim, também, a informação sendo comparada a um signo, pode ser representada por fenômenos não físicos. A informação como potencialidade, antes de sua materialização, ou seja, como protoinformação, pode ser comparada ao quali-signo. Nesse sentido, são as relações estabelecidas entre os sujeitos e esta protoinformação que podem ou não resultar em uma possível materialização da informação. Segundo Santaella:

E por isso que, se o signo aparece como simples qualidade, na sua relação com seu objeto, ele só pode ser um ícone. Isso porque qualidades não representam nada. Elas se apresentam [...] Daí que o ícone seja sempre um quase-signo: algo que se dá a contemplação (SANTAELLA, 2012, p.99).

Pode-se dizer que o papel do ícone é fundamental para que haja a construção dos índices e dos símbolos, ou seja, “O objeto do ícone, portanto, é sempre uma simples possibilidade, isto é, possibilidade do efeito de impressão que ele está apto a produzir ao excitar nosso sentido” (SANTAELLA, 2012, p.99). Cabe ressaltar que os ícones:

[...] não representam efetivamente nada, senão formas e sentimentos (visuais, sonoros, táteis, viscerais...), os ícones tem um alto poder de sugestão [...] Quando nos detemos, por exemplo, na contemplação das oscilantes formas das nuvens, de repente nos flagramos, comparando aquelas formas com imagens de animais, objetos,

monstros, seres humanos ou deuses imaginários. Ora, aquelas formas, de fato, não representam essas imagens. Podem, quando muito, sugerir-las (SANTAELLA, 2012, p.100).

Diante do exposto, foi possível afirmar que ao olhar para o céu e ver uma nuvem de fumaça que representa na minha cabeça uma figura representativa, isto seria apenas uma possibilidade de efeito criada por minha mente. Contudo, a partir do momento que eu me aproximo do local que está produzindo esta fumaça, e com ela há uma produção da sensação do cheiro de queimado, este ícone anterior, passa a representar uma ideia causal entre fumaça e incêndio, transformando-se, então, em índice. O exemplo estabelecido serve para refletir e considerar que as possibilidades e formas dos signos dependem sempre da relação estabelecida entre os sujeitos. Em suma, considerar algo como informação ou não é uma questão de probabilidade. Aquilo que é informação para alguém pode ainda não ter se materializado para outra pessoa, significando apenas um potencial em construção. O potencial informacional depende das relações estabelecidas. Assim também funcionam as relações entre os elementos de Peirce:

Concretizando, porém, em termos particulares, o índice, como o seu próprio nome diz, é um signo que como tal funciona porque indica uma outra coisa com a qual ele está actualmente ligado. Há, entre ambos, uma conexão de fato [...] Qualquer produto do fazer humano é um índice mais explícito ou menos explícito do modo como foi produzido [...] Enfim, o índice como real, concreto, singular é sempre um ponto que irradia para múltiplas direções. Mas só funciona como signo quando uma mente interpretadora estabelece a conexão em uma dessas direções (SANTAELLA, 2012, p.203-104).

Para finalizar as relações estabelecidas entre os elementos da primeira e segunda tricotomia, cabe destacar que:

É claro que todo índice está habitado de ícones, de quali-signos que lhe são peculiares e que nele inerem (a Secundidade pressupõe a Primeiridade). Porém, não é em razão dessas qualidades que o índice funciona como signo, mas porque nele o mais proeminente é o seu caráter físico-existencial, apontando para uma outra coisa (seu objeto) de que ele é parte (SANTAELLA, 2012, p.104).

Outro ponto interessante de se apresentar é a relação entre símbolo e réplica. Conforme apresentado no Quadro 2, um símbolo é “[...] um tipo de lei geral, ou seja, é um Legi-signo. Assim sendo, atua através de uma Réplica”. Pode-se observar que uma relação da segunda Tricotomia faz referência a um elemento da primeira

Tricotomia (Legi-signo). Outra questão importante de se destacar é a relação entre símbolo e réplica. Esta relação é muito parecida com a relação apresentada por Bakhtin entre palavra e signo. Para Bakhtin a palavra é a encarnação material do signo; a palavra por si só não significa nada. Assim também, Para Peirce, a réplica não possui significado, pode ser somente uma palavra. Quando esta palavra recebe um significado ela deixa de ser uma réplica e passa a ser um símbolo. Em suma, a réplica é vazia de significação, é o símbolo que recebe o conteúdo semântico. Exemplificando:

[...] o símbolo não é uma coisa singular, mas um tipo geral. E aquilo que ele representa também não é um individual, mas um geral. Assim são as palavras. Isto é: signos de leis gerais. A palavra mulher, por exemplo, é um geral. O objeto que ela designa não é esta mulher, aquela mulher ou a mulher do meu vizinho, mas toda e qualquer mulher. O objeto representado pelo símbolo é tão genético quanto o próprio símbolo. Desse modo, o objeto de uma palavra não é alguma coisa existente, mas uma ideia abstrata, lei armazenada na programação linguística de nossos cérebros. É por força da mediação dessa lei que a palavra mulher pode representar qualquer mulher, independentemente da singularidade de cada mulher particular (SANTAELLA, 2012, p.105).

Nesse sentido, pode-se compreender a complexidade das relações triádicas de Peirce e as necessidades de relação entre seus elementos:

Daí que os símbolos sejam signos triádicos genuínos, pois produzirão como interpretante um outro tipo geral ou interpretante em si que, para ser interpretado, exigirá um outro signo, assim *ad infinitum*. Símbolos crescem e se disseminam, mas eles trazem, embutidos em si, caracteres icônicos e indicais (SANTAELLA, 2012, p.106).

Toda esta teoria processual da semiótica dialoga com o processo de apropriação da informação e seus elementos. Assim, foi possível estudar a apropriação de forma bem próxima e dialógica com o signo triádico de Peirce. Considerar a classificação dos signos apresentada por Peirce dentro de estudos que priorizam o processo de apropriação da informação pode trazer grandes contribuições, pois,

[...] as tríades peirceanas funcionam como uma espécie de grande mapa, rigorosamente lógico, que pode nos prestar enorme auxílio para o reconhecimento do território dos signos, para discriminar as principais diferenças entre signos, para aumentar nossa capacidade de apreensão da natureza de cada tipo de signo. Como teoria

científica, a Semiótica de Peirce criou conceitos e dispositivos de indagação que nos permitem descrever, analisar e interpretar linguagens (SANTAELLA, 2012, p.109).

Refletindo acerca do exposto e com base na compreensão de informação como signo ideológico de Bakhtin, compreendeu-se que a teoria Semiótica de Peirce tem um papel fundamental para a compreensão da informação, já que, informação é um processo de construção que se materializa de diferentes formas e possui em sua construção diferentes formas de linguagens.

Com base nas ideias de Peirce apresentadas no decorrer deste tópico, foi possível estabelecer uma relação de complementariedade com a teoria bakhtiniana e compreender que o signo é ideológico e seu significado só existe na relação com o outro. Não há construção significativa fora de um contexto específico e fora da relação entre os sujeitos sociais. Desse modo, compreendeu-se que a apropriação da informação é um processo complexo que possibilita diferentes materializações, dependendo dos elementos que são considerados e compreendidos dentro de determinado contexto. Peirce discorre sobre tal complexidade:

Um Signo pode ter mais do que um Objeto. Assim, a sentença “Caim matou Abel”, que é um Signo, refere-se pelo menos tanto a Abel quanto a Caim, ainda que não a encaremos como deveríamos encará-la, isto é, como tendo “um assassino” na qualidade de terceiro Objeto. O conjunto de objetos pode ser visto como compondo um Objeto complexo (PEIRCE, 1972, p.96).

Refletindo acerca do exposto, compreende-se que a complexidade que compõe as relações triádicas de Peirce também está presente no signo ideológico de Bakhtin e, conseqüentemente, faz parte do processo de apropriação que apresenta como resultado a materialização de uma informação que é tão ideológica quanto o signo de Bakhtin. Falar em informação é falar em uma abstração que não pode ser limitada a uma materialidade física. A informação não existe *a priori*, ou seja, o que existe é, nas palavras de Almeida Júnior (2009, p.98) “[...] uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de protoinformação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação”. Com base na ideia de protoinformação, apresentada por Almeida Júnior, elaborou-se o conceito de partículas de protoinformação como um dos elementos presentes na construção da informação.

5.4 Bakhtin e Peirce: uma relação dialógica

Ao enfatizar a necessidade de compreender a informação como um conceito subjetivo e social, Capurro e Hjørland fazem uma analogia entre informação e signo:

Em nossa percepção, a distinção mais importante é aquela entre informação como um objeto ou coisa (por exemplo, número de bits) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.193).

Considerando o trecho supracitado, esta pesquisa baseou-se na ideia de informação como um objeto subjetivo, social e ideológico. Esta escolha foi o ponto central do trabalho, pois considerou a materialidade da informação além de sua fisicalidade. Considerou-se, então, que a informação é algo dinâmico que, ao mesmo tempo em que se transforma e se cria, também se desconstrói e se recria. Sua materialidade (física ou não-física) é momentânea e está sempre em construção na relação com o outro, com o social, com os diferentes contextos de produção. Para Santaella:

[...] o nosso-estar-no-mundo, como indivíduos sociais que somos, é mediado por uma rede de intrincada e plural de linguagens, isto é, que nos comunicamos também através da leitura e/ou produção de formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos; que somos também leitores e/ou produtores de dimensões e direções de linhas, traços, cores...Enfim, também nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes... Através de objetos, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar. Somos uma espécie animal tão complexa quanto são complexas e plurais as linguagens que nos constituem como seres simbólicos, isto é, seres de linguagem (SANTAELLA, 2012, p.14)

Nesse sentido, foi possível afirmar que a informação não existe *a priori*; sua construção nem sempre resulta em um objeto materializado de forma física e, sendo assim, ela não pode ser deslocada ou transferida de um lugar ou de uma pessoa para outra. Tampouco está disponível no mundo para ser apropriada no sentido de posse.

A informação é construída e materializada durante o processo de apropriação. Em outras palavras, a informação, como signo linguístico, é ideológica e, sendo assim, a ideologia está no signo e não na consciência. Para explicar esta relação,

Bakhtin explica seu posicionamento sobre a ideologia e diferencia sua compreensão em relação ao posicionamento do idealismo e do psicologismo:

O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que a *própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos* (BAKHTIN, 2014, p.33-34, grifo do autor).

A compreensão de informação como um objeto subjetivo é algo conflitante e complexo. Portanto, optou-se explicar a materialidade não-física da informação por meio do signo ideológico de Bakhtin. Para o autor, tudo que é ideológico é um signo e sem signos não existe ideologia. Segundo Bakhtin (2014 p.31, grifo do autor) “Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo”. E continua: “Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia” (BAKHTIN, 2014, p.31).

Refletindo acerca das afirmações, foi possível compreender que uma palavra, sendo a materialização de códigos linguísticos (um corpo físico), não significa nada por si só, ou seja, não é informação. Sua existência necessita da conversão da palavra em signo, o que só acontece no processo de apropriação. Antes disso, a palavra ou um símbolo, ou qualquer manifestação linguística ou informacional, não significa nada, não é informação. Bakhtin afirma que “[...] todo corpo físico pode ser percebido como símbolo [...]”, também afirma que:

[...] toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade (BAKHTIN, 2014, p.31).

Com base na citação de Bakhtin, refletiu-se sobre o processo de interpretação, pois, a questão de refletir e refratar outra realidade, abordada no trecho supracitado, envolve questões de significados e realidades (contextos) diferentes. Fazendo uma relação com a CI, observou-se que esse jogo dialético de interpretações é um problema atuante dentro da área, como afirmam Capurro e Hjørland:

A visão interpretativa desloca a atenção dos atributos das coisas para os mecanismos de liberação para os quais aqueles atributos são relevantes. Esta mudança pode causar frustração porque é inerentemente difícil e porque envolve princípios teleológicos que são estranhos aos princípios positivistas da ciência. É relativamente fácil contar o número de palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder. Questões de interpretação também são difíceis porque frequentemente confundimos interpretação e abordagem individualista. O significado é, entretanto, determinado nos contextos social e cultural (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.193-194).

Diante do exposto, refletiu-se sobre a necessidade de realizar diálogos interdisciplinares para compreender, de um modo mais profundo, a informação como um processo em construção. Trazer à tona elementos que consideram além da materialidade física presente nos números de palavras de um documento é essencial para avançar nos estudos de abordagem social dentro da CI. Pensando nessas relações, realizou-se um diálogo interdisciplinar entre a teoria do signo de Bakhtin, a semiótica processual de Peirce e o paradigma social da CI.

Na tentativa de encontrar pontos de convergência entre as teorias estudadas, tomando como autores centrais Capurro/ Hjørland, Bakhtin e Peirce, produziu-se o seguinte quadro (Quadro 6).

Quadro 6: Diálogo interdisciplinar entre CI, Bakhtin e Peirce.

CAPURRO / HJØRLAND	BAKHTIN	PEIRCE
Paradigma social da Informação.	Signo ideológico e palavra.	Signo triádico (Signo, Objeto e Interpretante).
A Informação é um conceito subjetivo.	A palavra é a materialização do signo no discurso interior. Conceito ideológico.	O Signo é um <i>representamen</i> de um Objeto cuja significação é o Interpretante.
A Informação é dependente da interpretação de um agente cognitivo. Quando estamos lidando com o significado de uma mensagem, discutimos interpretação, isto é, a seleção entre as possibilidades semânticas e pragmáticas da mensagem. Interpretar uma mensagem significa, em outras palavras, introduzir a perspectiva do receptor – suas crenças e desejos, torna-lo um parceiro ativo no processo de informação (2007, p.169).	Todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. (BAKHTIN, 2014, p.117).	Um signo, ou <i>representamen</i> , é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém (1972, p.94). [...] se houver alguma coisa que veicule informação e, apesar disso, não tenha absolutamente relação nem faça referência a algo com o qual a pessoa a quem a informação é transmitida tenha a menor familiaridade, direta ou indireta, quando recebe a informação, - informação que seria de uma espécie estranhíssima – o veículo desse tipo de informação não será, neste contexto, denominado Signo (1972, p.96-97).
A informação não é uma propriedade de fatos, mas é dependente do contexto e das limitações.	A palavra por si só não significa nada. Sua conversão em signo dependerá do uso que se faz dela.	O único meio de transmitir diretamente uma ideia é por via de um ícone; e todo método indireto de comunicar uma ideia deve depender, para seu estabelecimento, do uso de um ícone. (p.1972,117).
A mesma representação de um objeto (por exemplo, uma pedra em um campo) contém diferentes informações para, digamos, um arqueólogo ou um geólogo (2007, p.187).	A palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (2014, p.37) O que faz da palavra uma palavra é sua significação (2014, p.50).	A palavra Signo será usada para denotar um Objeto perceptível, apenas imaginável ou mesmo insuscetível de ser imaginado em um determinado sentido – a palavra ‘cabo’, que é um Signo, não é imaginável, pois não é essa <i>palavra mesma</i> que pode ser inscrita no papel ou pronunciada, mas apenas um dos aspectos que pode revestir; trata-se da mesmíssima palavra quando escrita e quando pronunciada, mas é uma palavra quando significa ‘posto de hierarquia militar’, outra quando significa ‘ponta de terra que entra pelo mar’ e terceira quando se refere a ‘parte por onde se segura objeto ou instrumento (1972, p.95).

Fonte: Elaboração própria – 2018.

6 LINGUAGEM E INTERAÇÃO SOCIAL

[...] ler é se apropriar de um dos mais importantes instrumentos de opressão, a escrita.

Almeida Júnior

Pode-se afirmar que o processo de apropriação e construção de informações é tão variado como a utilização da língua. Os resultados dependem das relações estabelecidas entre o sujeito com ele mesmo, com o outro e com o mundo que o cerca. Em outras palavras, os modos e capacidade de interpretação são fatores elementares para compreender as diferentes linguagens que participam do processo construção da informação. A linguagem não está limitada aos códigos linguísticos e, sendo assim, ler palavras no sentido de ler porque reconhece as palavras ou porque existe uma capacidade de realizar tal ato, não significa ser apto a realizar uma leitura no seu sentido lato, no sentido de compreender elementos extralinguísticos que possibilitam diferentes formas de interpretação e reconhecimento de elementos explícitos e implícitos. Construir informações é um processo complexo que está atrelado à ação de gerar conflitos internos capazes de propiciar uma apropriação que seja significativa. Criar ou apropriar-se de informações por meio de interações sociais faz parte do processo de construção de novos conhecimentos que é realizado, na maioria das vezes, pela leitura e interpretação de diversas formas de linguagens que são representadas na sociedade por manifestações informacionais. Nesse sentido, compreender a atuação da linguagem como objeto de estudo dentro da CI é, também, compreender a realidade que envolve as diferentes áreas de estudos. Saldanha e Gracioso aborda a questão da viragem linguística e as contribuições dos estudos da linguagem para a CI. Segundo os autores:

Nas últimas décadas a pesquisa em CI recebeu a contribuição de teorias oriundas de diferentes campos. Nesse processo, assim como ocorreu e como atualmente se dá em diversos saberes, a CI vivenciou um processo de reorientação de sua epistemologia, voltando-se para uma metarreflexão focada na linguagem. Chamada por Habermas (2004) de viragem linguística, este deslocamento filosófico se espalhou por disciplinas que vão da Psicologia à Economia, passando também pelas ciências exatas. Trata-se de uma movimentação que fundamentará uma epistemologia que tem na linguagem seu ponto de partida e seu ponto de chegada – mais do que meio, a linguagem é tomada como objeto, como pedra de toque

para compreensão da realidade, esteja ela inserida em um discurso mentalista ou fisicalista (SALDANHA; GRACIOSO, 2014, p.5).

Suscitar questionamentos que relacionam temas abordados nos estudos sobre a linguagem é, inevitavelmente abordar as relações entre leitura, significado e diferentes interpretações para compreender a linguagem mediante uma abordagem socioconstrutivista, semiótica e cultural.

Para Barthes (1971, p.12), “Objetos, imagens, comportamentos podem significar, claro está, e o fazem abundantemente, mas nunca de uma maneira autônoma; qualquer sistema semiológico repassa-se de linguagem”. Ainda, segundo o autor, “[...] perceber o que significa uma substância é, fatalmente, recorrer ao recorte da língua: sentido só existe quando denominado, e o mundo dos significados não é outro senão o da linguagem” (BARTHES, 1971, p.12).

6.1 A concepção da linguagem: um percurso histórico

A intenção deste tópico é fazer uma reflexão sobre as diferentes concepções que algumas teorias abordam sobre a linguagem. Desta forma, busca-se refletir por meio de pontos em comum que podem ser relacionados pelo uso que se faz da linguagem de forma ideológica no processo de apropriação da informação.

Parte-se do pressuposto de que a linguagem é um sistema complexo e sua existência depende de seu uso que é realizado por interações sociais. Apesar de seu processo de aquisição ser realizado individualmente, seu uso é social. É assim que esta pesquisa considera a construção do conhecimento por meio da linguagem: o conhecimento é individual, mas age e se transforma no coletivo, da mesma forma acontece o processo de apropriação.

Antes de realizar as reflexões acerca da linguagem, é importante fazer um percurso histórico sobre os estudos da linguagem a partir de Saussure. Segundo Parreira:

No século XIX, os estudos comparativos, a partir da descoberta do sânscrito e de suas semelhanças com outras línguas, ganha uma nova especificidade. Assim, a partir de Ferninand de Saussure, o objeto de estudo de linguísticas e de estudiosos da linguagem passa a ser a língua por si mesma (PARREIRA, 2017, p. 1025-1026).

A importância de Saussure para os estudos da linguagem é inegável. Filósofo Suíço, nascido em 1857, morreu aos 56 anos, em 1913. Três anos após sua morte, em 1916, dois de seus alunos organizaram as anotações feitas em aula e elaboraram o *Curso de Linguística Geral*:

As ideias de Ferdinand Saussure (1857-1913), arrojadas para a época, foram sistematizadas em livro no ano de 1916, por dois de seus alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir de anotações de cursos ministrados pelo linguista suíço, na universidade de Genebra, nos anos de 1907 a 1911. Em 1907, ministrou para seis alunos um curso de Linguística Geral. Só no ano seguinte, 1908, é que preparou um segundo curso, também para um número pequeno de alunos. No ano de 1910, em um terceiro curso foi assistido por oito alunos (PARREIRA, 2017, p.1029).

Trinta e oito anos após seu nascimento, em 1895, nasceu Bakhtin, filósofo russo. Um ano mais tarde, em 1896, também na Rússia, nasceu Vygotsky. Nota-se que quando Bakhtin e Vygotsky nasceram, Saussure beirava os quarenta anos. No ano de 1913, Saussure morreu aos 56 anos. Nessa época, Vygotsky e Bakhtin tinham aproximadamente dezoito anos e tiveram a oportunidade de compartilhar as recentes ideias de Saussure. Infelizmente, Vygotsky teve uma morte precoce e morreu em 1934, aos trinta e oito anos. Não teve tempo para dar sequência à sua linha de raciocínio entre linguagem e pensamento. No entanto, Bakhtin deu sequência aos seus estudos e morreu aos 80 anos, em 1975, quarenta e um anos após a morte de Vygotsky.

Todas essas relações temporais são importantes para situar este trabalho e realizar uma reflexão sobre as influências dos estudos e estudiosos da linguagem. Nesse sentido, é importante considerar as concepções elaboradas por Saussure. A compreensão de suas dicotomias (sincronia e diacronia, língua e fala, sintagma e paradigma, significado e significante) amplia a visão e reflexão sobre questões que abordam direta ou indiretamente a linguagem e a produção de significados.

Esta investigação reflete sobre a hegemonia da teoria estruturalista, consolidada por Saussure para fazer as relações com outros teóricos que também abordam a linguagem até chegar ao ponto principal objeto desse estudo: verificar a o papel da linguagem dentro da CI. Cabe salientar que o presente estudo não está baseado no estruturalismo de Saussure, contudo, compreende que obter uma visão ampliada da linguística estruturalista oferece um suporte para a compreensão dos

possíveis conflitos teóricos presente nas diferentes áreas de estudos sobre a linguagem, inclusive a CI. Segundo Parreira (2017, p.1032):

Saussure (2006) privilegia o caráter formal e estrutural do fenômeno linguístico, mas reconhece a importância de considerações etnológicas, históricas e políticas. Assim, ele institucionaliza a distinção entre uma linguística interna oposta a uma linguística externa. Essa dicotomia é que vai dividir o campo dos estudos linguísticos contemporâneos. Nele, orientações formais se opõem a orientações contextuais que se encontram fragmentadas em disciplinas inter-relacionadas: Etnolinguística, Psicolinguística, Sociolinguística e outras mais.

De acordo com o estruturalismo de Saussure, o objeto de estudo é a língua (social) e não a fala (individual). Nesse sentido, o sistema linguístico é resguardado de qualquer interferência psíquica e diacrônica, por não se deixar contaminar pela situação em que a linguagem acontece (PARREIRA, 2017, p.1029). É nesse ponto que as concepções trazidas por Bakhtin fazem a diferença e se tornam o ponto central para compreender a fala em sua natureza social e não individual. Sendo assim, pode-se afirmar que toda fala acompanha uma palavra e, sendo a palavra a encarnação material do signo, toda fala também é ideológica e, portanto, social.

6.2 Bakhtin e Vygotsky: uma relação interdisciplinar

Algumas semelhanças ligam as vidas de Vygotsky e Bakhtin: “Experenciaram o mesmo contexto histórico, o mesmo ambiente teórico-ideológico nos quais desenvolveram semelhantes visões de mundo e de homem, abraçando os ideais do projeto de uma nova sociedade baseada na organização socialista” (FREITAS, 1997, p.311). Além disso, o método dialético é um ponto em comum entre os dois autores:

Analisando as obras dos dois autores, fica evidente que embora partindo de objetivos diferentes – Bakhtin, a construção de uma concepção histórica e social da linguagem e Vygotsky, a formulação de uma psicologia historicamente fundamentada – muitos são os pontos de encontro entre suas ideias. A possibilidade dessas semelhanças está ligada a dois pontos básicos: o método dialético e a sua visão de ciências humanas (FREITAS, 1997, p.314).

Bakhtin compreende a realidade como um processo constante de transformações, “[...] colocando pessoas e textos num permanente processo

dialógico” e Vygotsky “[...] compreende que todos os fenômenos devem ser estudados como um processo em movimento e mudança [...]” (FREITAS, 1997, p.315). Nas palavras de Vygotsky:

No entanto, tudo o que sabemos do desenvolvimento psíquico indica que a sua essência mesma é constituída pelas variações ocorridas na estrutura inter-funcional da consciência. A psicologia terá que considerar estas relações e as variações resultantes do seu desenvolvimento como problema fulcral, terá que centrar nelas o estudo, em vez de continuar pura e simplesmente a postular o inter-relacionamento geral de todas as funções (VYGOTSKY, 2001, p.8).

Além de considerar a importância das relações e variações, outro ponto abordado por Vygotsky é necessidade de integração e compreensão dos problemas. Para o autor:

O ponto de vista segundo o qual o som e o significado são dois elementos separados com vidas separadas afetou gravemente o estudo de ambos os aspectos da linguagem, o fonético e o semântico. O estudo dos sons da fala como simples sons, independentemente da sua conexão com o pensamento, por mais exaustivo que seja, pouco terá a ver com a sua função como linguagem humana [...] Da mesma forma, se se estudarem os significados divorciados do discurso, aqueles resultarão forçosamente num puro ato de pensamento que se desenvolve e transforma independentemente do seu veículo material (VYGOTSKY, 2001, p.10).

Freitas discorre sobre a posição de ambos os autores:

Pelas coordenadas dialéticas de seu pensamento, os dois autores não veem lugar para dicotomias que isolam o fenômeno, fragmentando-o e imobilizando-o de maneira artificial. Tudo está em movimento. Todo movimento é causado por elementos contraditórios que coexistem posteriormente numa nova totalidade. É assim que na abordagem psicológica de Vygotsky há sempre uma integração entre dois sistemas: pensamento-linguagem, aprendizagem-desenvolvimento, plano-interno/plano-externo, plano interpessoal – plano intrapessoal. Bakhtin, por sua vez, em sua concepção dialógica de linguagem, coloca em diálogo: enunciado e vida, falante e ouvinte, arte e vida, linguagem e consciência. Encontra-se presente nas construções teóricas de ambos toda uma preocupação em relacionar forma e conteúdo, texto e contexto, sujeito e objeto (FREITAS, 1997, p.315).

Refletir de forma dialógica sobre as teorias de Bakhtin e Vygotsky é um ponto chave para refletir sobre o processo de apropriação como um processo de construção de significados. Não se pode separar informação e significado, assim

como não se pode separar o pensamento e linguagem, signo e palavra. Todas essas relações possuem um ponto em comum: a atribuição de significados a determinados elementos. Ao abordar questões deste tipo, Vygotsky suscita um questionamento que reflete sobre qual seria a unidade do pensamento verbal. Sua resposta tem como base central o significado:

Cremos que podemos encontrá-la no aspecto interno da palavra, no seu significado. Até a data, realizaram-se muito poucas investigações sobre o aspecto interno da linguagem, e as que se realizaram pouco nos podem dizer sobre o significado das palavras que não se aplique na mesma medida a outras imagens e atos do pensamento. A natureza do significado não é clara; no entanto, é no significado que o pensamento e o discurso se unem em pensamento verbal. É no significado, portanto, que poderemos encontrar a resposta às nossas perguntas sobre a relação entre o pensamento e o discurso (VYGOTSKY, 2001, p.11).

É nesse sentido de integração que a informação deve ser compreendida: seu processo de construção é realizado por meio de um diálogo entre o sujeito e as manifestações informacionais e, além disso, considera materialização da informação um estado mutante e abstrato e não uma materialização física de sentido único. A materialização é um processo em constante transformação, pois depende das relações de sentido estabelecidas entre os sujeitos sociais. Ambos possuem uma proposta dialógica de fazer ciência cujo objetivo é a compreensão e, nesse sentido “O homem não pode ser explicado como fenômeno físico, como coisa, mas sendo pessoa, tem que ser compreendido em suas ações. Uma compreensão ativa que propõe o encontro de dois sujeitos, que tendo voz se encontram no diálogo” (FREITAS, 1997, p.317).

A postura interdisciplinar está presente na atuação dos dois autores para compreender objetos diferentes que se entrecruzam por meio da linguagem:

Vygotsky (1984), propondo a reestruturação da psicologia, o faz a partir da arte, entrecruzando aos aspectos culturais, históricos e sociais, filosofia, linguagem, literatura, semiótica. De forma semelhante, Bakhtin ao tratar dos fenômenos linguísticos a partir de uma perspectiva histórica, cultural e ideológica interliga filosofia, estética, literatura, psicologia, semiótica. O fio básico de toda essa trama é a linguagem. É sobretudo pela centralidade da linguagem em seus sistemas teóricos que os dois autores mais se aproximam (FREITAS, 1997, p.317-318).

Para Bakhtin (2014, p.67), “A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais”. É nesse sentido que a informação é proposta por esta pesquisa, ou seja, toda informação deve ser vista dentro de uma concepção de enunciado. Para o autor, os enunciados “[...] são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação”. Explicando de forma mais detalhada:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal [...] recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado (BAKHTIN, 1997, p.280. grifo do autor).

Falar em enunciado exige uma visão que ultrapassa os limites da palavra fixa, pois “O sentido de uma enunciação não coincide com seu significado, com o conteúdo estritamente verbal: o que é dito é impregnado de coisas subentendidas e não” (PONZIO, 2011, p.25). Para o autor:

A enunciação é sempre de alguém para alguém: Ela deseja uma resposta. Esta resposta ultrapassa os limites do verbal. Ela vive também no entrelaçamento dos atos comunicativos, verbais e não-verbais pelos quais é solicitada e que solicita, os quais responde e dos quais espera uma resposta” (PONZIO, 2011, p.25).

Nessa perspectiva, a visão interacionista de Vygotsky possui um ponto de convergência para compreender a questão da enunciação de Bakhtin e, conseqüentemente, compreender o processo de apropriação da informação. Nesse sentido, pode-se dizer que:

A enunciação tem sempre um valor – tanto no sentido de que esta expressa uma avaliação, uma orientação, uma tomada de posição, quanto no sentido de que é objeto de avaliação – que remete para além do sistema dos valores que é a própria língua. O valor da enunciação interpretada pelo enunciador interage com o sentido avaliador do interlocutor, uma vez que a sua própria formulação – a escolha das palavras, a sua colocação sintática – está em função deste último, sofre as conseqüências da relação de “proximidade/distância avaliadora” (acordo, desacordo) (PONZIO, 2011, p.25).

Diante do exposto, pode-se confirmar que a informação depende das relações entre sujeitos e linguagem. Além disso, cabe ressaltar que estas relações acontecem dentro de um contexto social. Portanto, a questão da significação das palavras sempre está atrelada ao uso que se faz delas, ou seja:

O que é subentendido é “um contexto de vida” (ibid.), “uma forma de vida” (diria Wittgenstein), mais ou menos amplo, que compreende, ao menos, o pedaço de mundo que entra no horizonte dos interlocutores, as condições reais de vida que geram uma comunhão de avaliações: posição nas relações familiares, trabalho, pertencimento a um grupo social, num determinado tempo (contemporaneidade dos falantes). O horizonte objetivo, subentendido pelo ato da linguagem, é mais amplo e as condições de vida às quais ele remete são mais constantes, menos fugazes, mas gerais e mais típicas. Há subentendidos efêmeros ligados ao horizonte mínimo comum aos interlocutores, o da circunstância específica do ambiente ao redor, visivelmente presente, que funciona como “cenário” para a enunciação. E há subentendidos duradouros, relativamente permanentes, uma vez que se referem a condições objetivas, fundamentais da existência social (PONZIO, 2011, p.26).

Refletindo acerca do exposto, cabe ressaltar alguns traços característicos da linguagem para compreender melhor a enunciação de Bakhtin. Segundo Auroux (1998, p.42-43) “Se a linguagem humana possui funções próprias, pode-se conceber que ela tem a possibilidade de assumi-las a partir de características que lhe são particulares e a definem”. E, diante disso, o autor expõe como essenciais três propriedades da linguagem: a dupla articulação, a marcação da subjetividade e a criatividade. Nesse sentido, principalmente pensando na questão da subjetividade e criatividade, pode-se fazer um paralelo com os jogos de linguagem de Wittgenstein⁵: “Nenhum jogo de linguagem representa a essência da linguagem, ele é apenas uma das múltiplas práticas possíveis da linguagem; ademais, ele só pode significar por ostensão, quer dizer, se o contexto extralinguístico é dado” (AUROUX, 1998, p.273).

Ainda, nas palavras do autor, o nome não significa mais o objeto: “Partindo do jogo da linguagem não se pode mais defender a identificação da significação com a coisa [...] o importante não é mais se perguntar sobre a significação, mas sobre o uso” (AUROUX, 1998, p.275). Ainda, segundo o autor:

O reconhecimento da multiplicidade dos usos possíveis da linguagem exclui então toda redução a um modelo único, e supõe reconsiderar

⁵ Wittgenstein não apenas destruiu o conceito de língua ideal, construído pelos filósofos lógicos, mas sua análise faz pairar uma dúvida sobre a consistência do conceito de “língua”, realidade autônoma e unitária, tal como a construíram os linguistas, particularmente desde a gramática comparada do século XIX (ver pp. 252 e ss.). (AUROUX, 1998, p.275).

a problemática clássica para a qual um ato de linguagem compreende ao mesmo tempo a manipulação (o uso) de signos e sua interpretação (pensar, dar um sentido). Wittgenstein observa que o erro, e todas as dificuldades filosóficas que resultam dele, consiste justamente no fato de que o uso dos signos é buscado como se ele coexistisse com o próprio signo em uma mesma substância linguageira (AUROUX, 1998, p.275).

Pensar a linguagem como um jogo de relações sociais traz à tona questões de subjetividade. Para Bakhtin (2014, p.34) “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”.

Cabe refletir que o processo de interação social não é neutro. Ele é composto por relações entre sujeitos e linguagem e, portanto, composto por ambigüidade e informações implícitas ou subentendidas. Para Bakhtin (2014, p.38) “Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída”. Ponzio (2011) relata no sumário escrito para a obra de Bakhtin: “Na perspectiva bakhtiniana, não se pode prescindir no estudo da enunciação (diferente da ‘frase’ dos linguistas) dos subentendidos [...]”. Ainda, nas palavras do autor: “A noção de subentendido problematiza a distinção recorrente entre significados fixados no uso, na tradição, no “código comum”, e significados mutáveis, conectados ao contexto específico da comunicação e da interpretação” (PONZIO, 2011, p.29).

Partindo da ideia de subentendido apresentada pelo autor, cria-se um laço ainda mais forte com o pensamento de Vygotsky e sua relação com as concepções teóricas de Bakhtin. Segundo Ponzio: “Os ‘subentendidos’ dependem do caráter intersubjetivo e dialógico da prática do significar, que pressupõe um co-saber, uma orientação em direção a pontos de vista alheios e em várias direções culturais” (PONZIO, 2011, p.29).

Seguindo esta mesma relação dialógica entre Bakhtin e Vygotsky, apresentam-se, aqui, as reflexões de Silva e Gomes para a área da CI:

O pensamento de Vygotsky ainda nos aproxima do ideário de interação e mediação, uma vez que o sujeito para construir suas ações necessita de funções eminentemente interativas, especialmente contemplando os processos psicológicos que se estabelecem em sua natureza social (SILVA; GOMES, 2013, p.37).

Diante das reflexões acima, pode-se afirmar que realizar um diálogo interdisciplinar entre Bakhtin e Vygotsky é fundamental para compreender o processo de apropriação. Considerando as concepções teóricas de enunciação e as relações sociais entre sujeito e sociedade, cabe refletir de forma dialógica sobre as concepções teóricas da linguagem e da psicologia para a realização de um constructo conceitual própria de apropriação da informação.

Segundo Silva e Gomes (2013, p.36): “[...] Vygotsky estabelece uma efetiva relação entre sujeito-cultura-história como fundamentos integrados que se desenvolvem no seio do indivíduo de forma única e particularizada”. Refletir acerca dessas relações pode contribuir de modo substancial para novos olhares dentro da CI, conforme apresentado pelos autores:

[...] essa interação sócio-histórica e o entendimento de que a informação é construída e somente efetivada na apropriação do usuário contribuem de forma significativa para pensar a mediação em um contexto mais crítico, dialógico e dinâmico dando sustentação para uma autonomia por parte do usuário em seu processo de apropriação da informação (SILVA; GOMES, 2013, p.41).

Diante de todas as reflexões apresentadas, é pertinente ressaltar que as contribuições de Bakhtin e Vygotsky para a compreensão da linguagem confirmam de forma muito significativa a necessidade de seguir realizando diálogos interdisciplinares para compreender a informação como conceito subjetivo e interdisciplinar.

6.3 A linguagem textual: uma manifestação discursiva

O texto serve para mostrar sua dimensão discursiva e não apenas para mostrar a sua forma linguística. A língua é um sistema que existe para uso social, histórico e cultural. Os elementos da realidade social são transpostos para dentro de um texto e os elementos linguísticos representam, por meio de palavras, situações que ocorrem no universo extratextual. Tomando o texto como objeto de construção de conhecimento, é preciso que haja uma desconstrução no ato da leitura para que a reconstrução das ideias do outro seja pertinente para a construção de ideias próprias. O sentido de um texto está sempre aberto a novas interpretações, permitindo a participação ativa do sujeito pelo jogo desconstrutivo e, desta forma, criando novas compreensões realizadas por possíveis interpretações realizadas sob

diferentes aspectos e pontos de vista de cada um. Para Orlandi (1999, p.53) “[...] o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. Assim sendo, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa (marca) várias posições no texto”. A autora ainda afirma que “[...] o discurso é caracterizado duplamente pela dispersão: a dos textos e a do sujeito”. A citação reforça o papel protagonista do sujeito no processo de apropriação, seja de um texto ou de qualquer outra manifestação informacional.

Diante do exposto, ressalta-se a necessidade de relacionar os estudos da linguagem dentro da CI já que a participação do sujeito é essencial tanto nos estudos da linguagem quanto nos estudos sobre o processo de Apropriação. Nas palavras de Saldanha e Gracioso (2014, p. 3) “[...] observa-se um baixo exercício crítico, manifestado pela ausência de uma leitura integradora da ideia de ‘linguagem’ dentro dos estudos informacionais, como também um hiato entre teoria e prática no cotidiano do profissional da informação”.

Considerando esta necessidade, relaciona-se a visão dialética de ordem e desordem para compreender que o processo de apropriação parte de uma relação dialógica entre sujeito e mundo e essa relação se reflete na leitura de um texto. Para Chauí (2000, p.187):

O mundo suscita sentidos e palavras, as significações levam à criação de novas expressões linguísticas, a linguagem cria novos sentidos e interpreta o mundo de maneiras novas. Há um vai-e-vem contínuo entre as palavras e as coisas, entre elas e as significações, de tal modo que a realidade, o pensamento e a linguagem são inseparáveis, suscitam uns aos outros e interpretam-se uns aos outros.

Esta linha de raciocínio contribui para o desenvolvimento de aspectos humanísticos no mundo tecnológico atual, pois coloca todo texto passível a novas reflexões, denunciando aquilo que não é ou que parece ser, trazendo à tona verdades tidas como absolutas, até então, para serem analisadas sob novas perspectivas.

Bakhtin segue a mesma linha de raciocínio ao criticar o objetivismo abstrato de Saussure e valorizar a fala (a enunciação) e afirmar a sua natureza social e não individual. Diferentemente de Saussure, para Bakhtin a língua não é um objeto ideal, não é um sistema sincrônico e homogêneo. Ao contrário, está fortemente ligada às condições sociais. Desta forma, não podemos manter um texto sob controle; a cada

contexto e novas leituras surge um novo texto com vida própria e incontrolável diante do mundo da linguagem e da interpretação de significados.

Na visão bakhtiniana, a linguagem é um discurso que só existe em relação ao outro, isto é, o homem não pode ser compreendido fora da sua realidade social e, como um ser social por natureza, ele depende de trocas interacionais com o outro para se desenvolver. Estas trocas interacionais é o fio condutor para o processo de produção e apropriação da informação. Enfatiza-se, então, a importância de focar além do objeto informação e redirecionar o olhar para o seu processo de apropriação. Inclusive quando as relações acontecem por meio de um texto escrito, ainda assim, há um processo de interação e produção de informação dentro do discurso interior, ou seja, estudar o processo de apropriação implica compreender também as relações estabelecidas entre texto e leitor.

Para Orlandi (1999, p.53) “O discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar a sua regularidade não se analisam seus produtos, mas o processo de sua produção”.

Para Bakhtin, a linguagem também possui seu caráter comunicativo, porém, esta relação não está firmada em uma dicotomia entre língua e fala, mas nas relações entre os interlocutores dessa fala, seja por meio oral ou escrito. Nesse sentido, cabe dizer que:

[...] toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade (BAKHTIN, 2014, p.117. grifo do autor).

A mesma palavra pode ter sentidos diferentes se pertencerem a formações discursivas diferentes. Nas palavras de Frank Smith “a visão e os nossos sentimentos sobre o que vemos depende muito mais do cérebro do que dos olhos” (1999, p.24). Desta forma, pode-se dizer que não basta ter a capacidade de ler, no sentido de decodificar letras. O ato da leitura exige uma compreensão que somente se concretiza quando consideramos elementos que estão além da informação visual e muito próximos de nossos conhecimentos e experiências individuais.

A atuação do sujeito é fundamental para a construção dos significados explícitos de uma palavra, ou um texto, mas, principalmente pelos significados implícitos. Para Smith (1999, p.19) “Uma habilidade essencial para a leitura que não

é ensinada a nenhum leitor é depender o menos possível dos olhos”. No final das contas, é o leitor o responsável pela atribuição de valores às palavras, muitas vezes por meio de uma desconstrução, de uma desordem da ordem estabelecida pelo texto em si. É assim que a nova construção acontece. É pela desordem que acontece a ordem, é pela desconstrução que surge a nova construção de significados que não pode ser fixada e imutável.

Segundo Borges (2011, p.30) “Não podemos manter um texto sob controle, a cada contexto e novas leituras, surge um novo texto com vida própria e incontrolável diante do mundo da linguagem e da interpretação de significados”. Diante do exposto, pode-se afirmar que a relação entre texto e leitor traz à tona os questionamentos e necessidades de estudos entre apropriação e leitura. Para Almeida Júnior (2010, p.80), “O usuário apenas se apropria da informação por meio da leitura. Não há outra forma para que essa apropriação se realize”. Ao abordar a questão da leitura, parte-se da ideia exposta por Nunes de interação entre sujeito e mundo. Para o autor:

A leitura é uma atividade ao mesmo tempo individual e social. É individual porque nela se manifestam particularidades do leitor: suas características individuais, sua memória, sua história; é social porque está sujeita às convenções linguísticas, ao contexto social, à política (NUNES, 1994, p.14).

A importância de compreender a leitura como um processo que aborda o social e o individual é fundamental para a compreensão do processo de apropriação da informação, pois, nas palavras de Dumont e Pinheiro (2015, p.50): “[...] ao se inserir a leitura no processo de realização da condição humana, da capacidade de entender o mundo, está se constituindo um campo de investigação apto a identificar como se instaura a apropriação da informação”. Ainda nas palavras das autoras:

Parece não haver dúvidas que no discurso da Ciência da Informação, na ótica de sua responsabilidade ética e social, a leitura emerge como fonte de informação, de apropriação, e de interação entre o homem e o meio ambiente, num contexto organizado, com irrefreáveis oportunidades de aprender e mudar perspectivas de vida. Esse discurso marca o empenho de maximizar a conexão entre o acesso à leitura e a apropriação da informação, no que diz respeito a uma condição *sine qua non* para a conformação do cidadão-leitor e o fortalecimento do processo democrático, que dá à sociedade a oportunidade de encontrar formas de se conviver e de superar as desigualdades [...] (DUMONT; PINHEIRO, 2015, p.51).

:

Considerando que toda apropriação é feita por meio de algum tipo de leitura, é necessário enfatizar que: “A leitura é em si um acontecimento em que a língua se transforma: as significações são abaladas; as relações entre as palavras, entre as frases, se modificam; os mesmos seguimentos lidos novamente trazem novos sentidos”. (NUNES, 1994, p.16). A concepção de leitura trazida por Nunes vem ao encontro da apropriação defendida por esta Tese. O papel protagonista é do leitor. O texto apresenta orientações e elementos que serão organizados e construídos de acordo com a capacidade e compreensão do leitor. É durante este processo de construção que as informações começam a ganhar forma e materialidade. Antes dessas relações e construções não existe informação. É no processo de apropriação que a informação se constrói entre pensamento e linguagem, texto e leitor.

De acordo com Nunes (1994, p.16): “A noção de leitura supõe, pois, a ação do pensamento e os seus efeitos sobre a própria língua”. Considerar esta relação entre pensamento e linguagem direciona o estudo da apropriação da informação dentro de uma perspectiva processual e dinâmica, pois, ainda nas palavras de Nunes (1994, p.16): “[...] a relação entre pensamento e linguagem está em constante movimento e interferência, sem que ocorra a permanência de apenas um estado da língua, que seria manipulado pelo pensamento”.

A dinâmica da linguagem representa a abertura para as diferentes interpretações e construções de sentido de um texto, isto é, “[...] não se pode analisar um texto como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas é preciso referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção desse texto” (NUNES, 1994, p.24). É preciso enfatizar que tanto a produção quanto a recepção de um texto são realizadas por sujeitos históricos e sociais. Contudo, as relações realizadas durante o processo de produção e recepção não são estabelecidas por meio de uma relação direta de um sujeito a outro. Nunes (1994, p.29) afirma que: “Deste modo, o sujeito-leitor insere-se em uma conjuntura social como uma ‘posição’ frente a outras posições”. Nesse sentido, compreende-se que: “A prática de leitura envolve tanto o sujeito da leitura como as condições sócio-históricas em que ele se insere” (NUNES, 1994, p.20).

7 AS SETE CATEGORIAS DA APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento complexo, no sentido originário do termo complexus: o que é tecido junto.

Edgar Morin

O estudo proposto por esta tese visou descrever suas propriedades com base na ideia de informação como signo dialético e ideológico, sendo sua materialização concebida como práticas discursivas entre sujeitos sociais ou por meio do discurso interior. Para estabelecer a descrição dessas propriedades, esta pesquisa utilizou como base os sete princípios da complexidade (princípio sistêmico, princípio holográfico, princípio do circuito retroativo, princípio do circuito recursivo, princípio da autonomia/dependência, princípio dialógico, princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento) abordados por Morin.

Após realizar uma atuação interdisciplinar entre os princípios abordados por Morin e as concepções defendidas por esta pesquisa sobre o processo de apropriação, buscou-se desenvolver novas concepções sobre o processo de apropriação dentro da CI. Como resultado, criaram-se sete categorias de apropriação que serviram como base de aplicação para analisar os oito artigos selecionados que demonstraram uma preocupação mais específica para a temática da Apropriação. O princípio fundamental que determinou a criação das sete categorias de Apropriação está na afirmação de Morin: “Podemos adiantar sete diretivas para um pensamento que une; são princípios complementares e interdependentes” (MORIN, 2003, p.93). Assim como os princípios abordados por Morin demonstram interdependência e, portanto, exigem um pensamento que une, assim também são as apropriações propostas por esta tese. Dividi-las em categorias não significa separá-las umas das outras, pelo contrário, a interdependência das categorias possibilita variações que podem levar uma categoria à outra e vice-versa.

Diante do exposto, apresentam-se os sete princípios da complexidade de Morin, para, posteriormente, discorrer sobre a categorização da apropriação realizada por esta pesquisa (Figura 3).

Figura 3: Os sete princípios da Complexidade de Morin.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Com base nos sete princípios de Morin, realizou-se um diálogo *inter* e transdisciplinar para elaborar as categorias da apropriação. Nesse sentido, criaram-se, então, sete categorias, cada qual baseada nos princípios abordados pela Teoria da Complexidade de Morin. Diante do exposto, foram definidas e descritas, por meio de relações estabelecidas em diferentes áreas e contextos, as sete categorias da apropriação, conforme os tópicos seguintes.

7.1 Apropriação Sistêmica

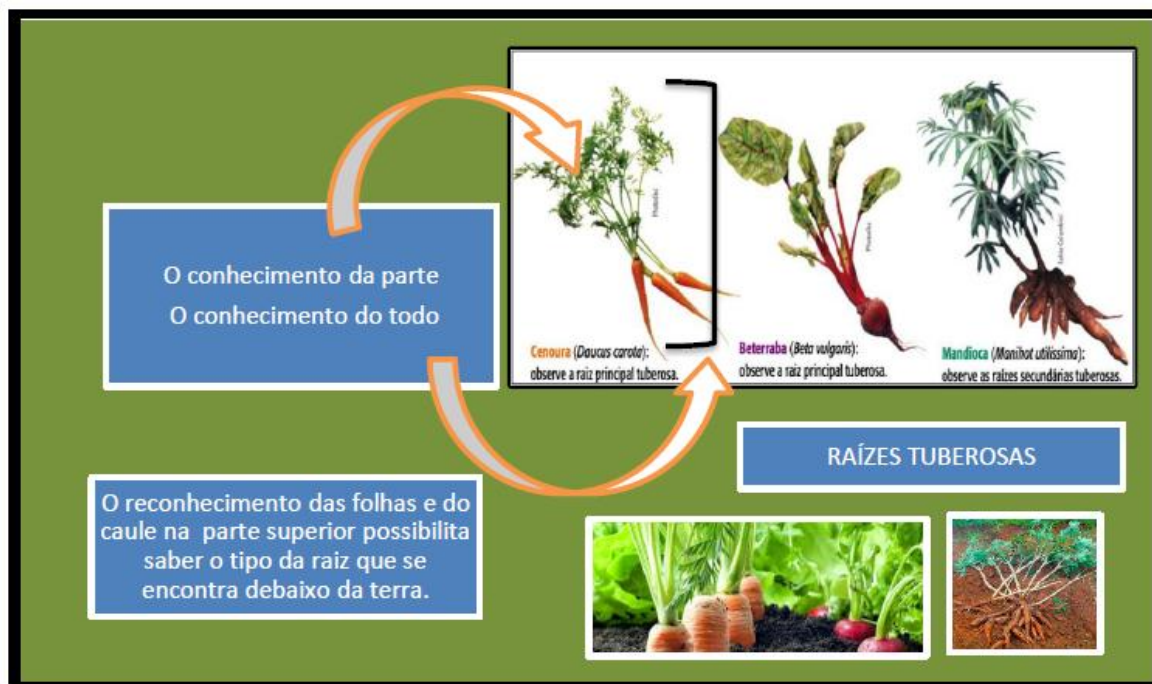
Com base no princípio sistêmico de Morin, foi possível refletir sobre a relação entre a parte e o todo de uma manifestação informacional. Morin discorre sobre o princípio sistêmico abordando o elo indicado por Pascal (*apud* Morin, 2003, p.94): “Considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente as partes [...] o todo é mais do que a soma das partes”. Para Morin a ideia sistêmica é oposta à ideia reducionista. Nesse sentido, cabe fazer uma relação com a construção da informação. Reconhecer partes de uma materialização física, por exemplo, não indica que este reconhecimento seja de forma reducionista, eliminando a compreensão do todo.

Quando o reconhecimento das partes leva ao reconhecimento do todo, significa que o sujeito possui apropriações anteriores que o capacitaram a compreender as relações entre as partes e identificá-las como parte integrante daquele todo, não de forma reducionista, mas de forma complementar e integradora. Quando um biólogo ou um camponês reconhece as folhas de uma planta de mandioca, eles não estão reconhecendo as partes isoladas. Existe todo um conhecimento mais amplo a respeito do tipo de clima, do solo, do ambiente, etc. Tudo isso contribuiu para a criação das relações entre a parte e todo que resultou na materialização da informação. Este resultado pode ser representado por materializações explícitas (caules e folhas) ou implícitas (as raízes ainda subterrâneas).

Tomando como exemplo as manifestações físicas citadas anteriormente, elaborou-se a figura abaixo por meio de exemplos ilustrativos que abordam as diferenças entre algumas raízes tuberosas (cenoura, beterraba e mandioca). Nesse sentido, fez-se um paralelo com a imagem para discorrer sobre a construção da informação quando o sujeito possui o conhecimento do todo (raiz, caule e folhas) e este conhecimento possibilita o reconhecimento das partes (as folhas) que estão ‘aparentemente’ isoladas da manifestação e vice-versa. Conseqüentemente, dialogando com a ideia sistêmica de Morin que não está ligada ao reducionismo, compreendeu-se que a apropriação sistêmica possui como característica principal a ideia de que o conhecimento do implícito é resultado do reconhecimento do explícito.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a manifestação explícita possibilita realizar inferências para construir informações implícitas. No caso exemplificado, o conhecimento da folha (manifestação explícita) na parte superior do solo possibilitou inferir sobre o tipo de raiz que estava na parte subterrânea do solo, representando uma manifestação ainda não-física para o sujeito que não consegue enxergá-la debaixo da terra. Contudo, pensando em uma visão por debaixo do solo, aquilo que era não-físico passa a ser uma materialidade física. Em outras palavras, o implícito se torna explícito. Nesse sentido, a presença da raiz subterrânea pode ser comparada a uma manifestação implícita que ainda que não esteja presente na parte exterior, pode ser representada por uma parte de seu todo (suas folhas), indicando uma relação entre explícito e implícito, a parte e o todo (Figura 4).

Figura 4: Apropriação Sistêmica



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Observa-se, portanto, que as raízes tuberosas (mandioca, beterraba e cenoura, por exemplo) possuem determinadas características semelhantes. Suas raízes ficam debaixo da terra enquanto seu caule e suas folhas ficam expostas na parte superior da superfície. Diferentemente, os tubérculos (batata, cará e gengibre) possuem caules subterrâneos, ou seja, crescem abaixo do solo, ficando visível na superfície da terra somente suas folhas. De acordo com Edenise Segala Alves, em matéria elaborada por Ronaldo Nunes, para a revista Nova Escola, compreendem-se, de maneira bem detalhada, as diferenças entre raiz tuberosa, tubérculo e bulbo:

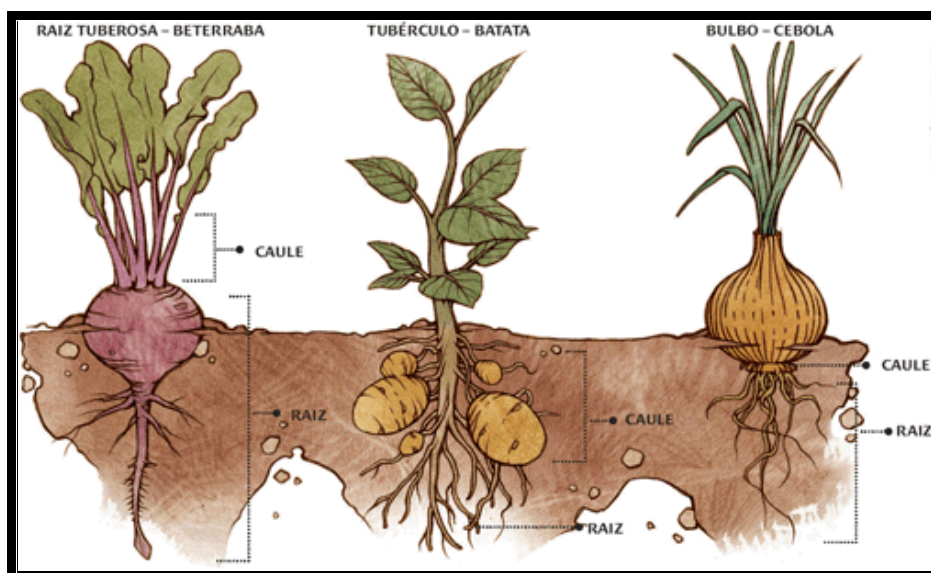
⁶A principal diferença entre os três é o local em que as reservas de nutrientes são acumuladas. Enquanto em bulbos e tubérculos elas aparecem no caule do vegetal, nas tuberosas elas ficam nas raízes. Para entender melhor essa diferença, observe as três figuras acima. A primeira imagem é uma raiz tuberosa, como a beterraba e a cenoura. Nesse tipo de vegetal, os nutrientes se acumulam dentro da raiz, embaixo da terra, e o caule fica acima da superfície. A segunda figura é de um tubérculo. Ele se caracteriza por ter um caule

⁶ O trecho apresentado foi retirado de uma matéria publicada em 07 de março de 2018 na revista Nova Escola, disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/169/qual-diferenca-entre-raiz-tuberosa-tuberculo-bulbo-caule-cebola-batata-beterraba>>. A matéria escrita por Ronaldo Nunes teve a consultoria de Edenise Segala Alves, pós-doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e pesquisadora do Instituto Botânico de São Paulo. A ilustração apresentada na matéria foi elaborada por Sandro Castelli (Figura 22)

subterrâneo em formato geralmente arredondado, com gemas, ou olhos, em reentrâncias, que é capaz de armazenar energia em forma de amido e inulina, entre outras substâncias. As raízes do tubérculo apenas fixam o vegetal ao solo, absorvem e conduzem água e nutrientes, sem acumulá-los. Um exemplo clássico de tubérculo é a batata. A terceira imagem refere-se ao bulbo. Como o tubérculo, ele também apresenta um caule subterrâneo, mas seu formato é bem diferente. O caule do bulbo é reduzido a um disco basal ou a um eixo cônico achatado, denominado prato. São exemplos de bulbo a cebola - composta de uma pequena parte mais dura em sua base, que corresponde ao caule (*observe a imagem acima*), e uma parte maior branca, formada pela sobreposição de estruturas foliares - e o alho - constituído de muitos bulbilhos, cada um com a mesma estrutura básica do bulbo. As raízes desse vegetal também não acumulam nutrientes (NUNES, 2018).

Para exemplificar as descrições apresentadas pelo trecho supracitado, utilizou-se a figura ilustrativa presente na matéria original (Figura 5).

Figura 5: Raiz tuberosa, tubérculo e bulbo.



Fonte: Nova Escola, 2018 (Autor: Sandro Castelli)

Toda apropriação é realizada com base em apropriações anteriores. Sendo a informação concebida como signo, parte-se do pressuposto de que “[...] compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos [...]” (BAKHTIN, 2014, p.34). Trazendo a reflexão para o processo de apropriação, pode-se afirmar que compreender uma informação, ou seja, realizar o processo de apropriação significa aproximar a informação materializada de outras

informações apropriadas anteriormente. A compreensão parcial de uma informação pode possibilitar uma apropriação mais ampla futuramente.

7.2 Apropriação Hologrâmica

O processo hologrâmico significa que a parte está no todo, como o todo está inscrito na parte. Para exemplificar o princípio hologrâmico dentro do campo da linguagem, realizou-se um paralelo com a afirmação de Santaella (2012, p.19): “As linguagens estão no mundo e nós estamos na linguagem [...]”. Para a autora:

[...] A semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e sentido (SANTAELLA, 2012, p.19).

Considerando o trecho supracitado, pode-se compreender o processo hologrâmico por meio da linguagem genética também, visto que a informação do sujeito está toda armazenada em seu DNA, assim como a simples marca de suas digitais são capazes de fazer referência ao sujeito total. Santaella discorre sobre a informação presente no sistema biológico:

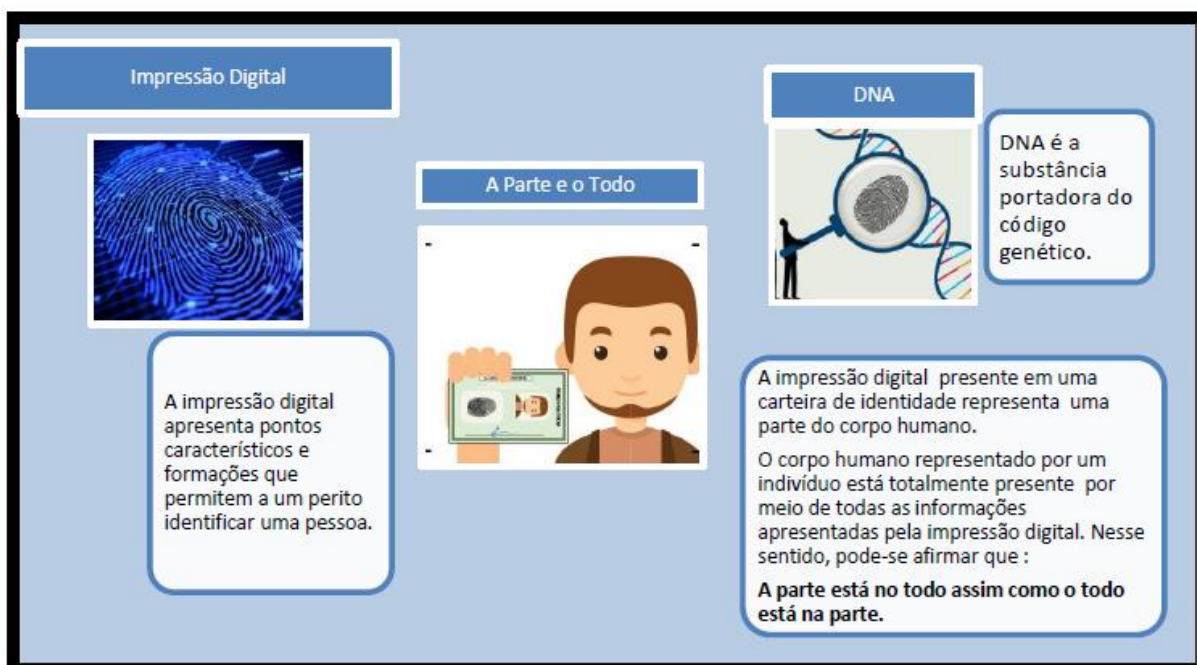
[...] aquilo que chamamos de vida não é senão uma espécie de linguagem, isto é, a própria noção de vida depende da existência de informação no sistema biológico. Sem informação não há mensagem, não há planejamento, não há reprodução, não há processo e mecanismo de controle e comando. No caso da vida, estes são necessariamente ligados a uma linguagem, a uma ordenação obtida a partir de um compartimento armazenador da informação como o DNA (substância universal portadora do código genético). Portanto, os dois ingredientes fundamentais da vida são: *energia* (que torna possíveis os processos dinâmicos) e *informação* (que comanda, controla, coordena, reproduz e, eventualmente, modifica e adapta o uso da energia). Sem a linguagem seria impossível à vida [...] (SANTAELLA, 2012, p.19, -20, grifo do autor).

Tomando a linguagem como geradora da vida, pode-se dizer que ela é uma parte da vida, ela está presente na vida como um todo, nas diferentes formas de vida e organismos. Do mesmo modo, pode-se dizer que a vida, como um todo, está presente nos diferentes tipos de linguagem, nas suas diversas formas, nos seus sistemas, nos meios e nas diferentes atuações. Dizer que o processo de apropriação é um processo hologrâmico significa dizer que este processo sempre estará

presente em alguma parte da vida, do mesmo modo que a vida, de modo geral e total, faz parte e está presente no processo de apropriação da informação.

Para exemplificar, apresenta-se uma analogia com a informação presente no corpo humano, nesse sentido, compreende-se que a parte está no todo do mesmo modo que o todo está na parte (Figura 6).

Figura 6: Processo Holográfico.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Comparando o exemplo da informação biológica com a informação abordada por esta pesquisa como um signo ideológico, pode-se partir do princípio de que toda informação apropriada ao ser considerada um signo, ela é também ideológica. Toda informação representa algum tipo de linguagem. Assim sendo, uma das características da apropriação é o princípio holográfico, pois, toda informação traz, de algum modo, em sua constituição, partes ideológicas de outros signos. Diante do exposto, compreende-se, então, que o sujeito, ao realizar o processo de apropriação da informação, realiza materializações que são partes de outras materializações feitas anteriormente. Nesse sentido, afirma-se que, momentaneamente, estas materializações podem ser consideradas como uma totalidade que é representada por uma manifestação informacional. A palavra momentaneamente enfatiza o fato de que toda materialização tem um tempo de vida determinado e, assim que

desconstruída, sua totalidade será simplesmente uma parte daquilo que antes era o todo e vice-versa.

7.3 Apropriação Retroativa

Nas palavras de Morin “O princípio do circuito retroativo, introduzido por Norbert Wiener, permite o conhecimento dos processos auto-reguladores” (2003, p.94). Diante da afirmação, realizou-se um diálogo interdisciplinar com o sistema endócrino e a produção de insulina pelo pâncreas. Conforme apresentado pelo médico Arthur Frazão, o pâncreas possui uma função autorreguladora e equilibra a produção de insulina: “Pâncreas endócrino, que tem uma função importante na produção de hormônios, como a insulina e glucagon, os quais regulam a forma como o organismo utiliza os açúcares”. De acordo com especialistas da área:

A grande maioria dos alimentos que ingerimos é quebrada em partículas de glicose, que é o principal combustível para o corpo. A ausência (total ou parcial) da insulina interfere na queima e na transformação do açúcar em outras substâncias, como proteínas ou gorduras. Após a digestão, a glicose passa para a corrente sanguínea onde é utilizada pelas células para o crescimento e a produção de energia. A insulina é fundamental nessa transformação e o pâncreas produz este hormônio na quantidade exata para promover a transformação da glicose (disponível em: <<http://mudeseusvalores.com.br/principais/o-que-e/o-que-e-diabetes/>>, acesso em: 19 out. 2018).

Com base nas explicações apresentadas por especialistas da área, buscou-se realizar uma reflexão dialógica para compreender a produção da informação como um sistema autorregulado. Partindo do princípio de que a informação possui diferentes materialidades e locais de produção (interno ou externo), no social, no cognitivo, no ar, no visual e, inclusive no corpo humano, realizou-se um diálogo interdisciplinar para abordar as características da apropriação como um sistema que se autorregula, isto é, que produz informações necessárias para a manutenção do organismo de forma equilibrada. Cabe ressaltar que a questão do equilíbrio é baseada no princípio de subjetividade do sujeito, ou seja, a questão de algo ser equilibrado ou desequilibrado, ordenado ou desordenado, bom ou ruim, depende da visão de mundo do sujeito. É por isso que a relação entre binômios não é considerada como o padrão para compreender o processo de apropriação. Entre o

bom e o ruim, o certo e o errado, o bonito e o feio existem diversas formas de realizar as apropriações dentro de uma visão completamente diferenciada dos extremos padronizados e limitados. Aquilo que representa o equilíbrio para um sujeito pode ser o desequilíbrio de outro. Além disso, entre o equilíbrio e o desequilíbrio existem diferentes tipos de equilíbrios que vão se transformando e modificando a compreensão do que significa ser equilíbrio, resultando, inclusive, na compreensão de que o equilíbrio não existe. Diante disso, compreende-se que essas possibilidades de construir novas visões não podem ser abordadas por dicotomias de significados. Também cabe salientar que este equilíbrio alcançado ou desequilíbrio construído é algo momentâneo e está logo se refazendo. Em outras palavras, o equilíbrio está equilíbrio, nunca será equilíbrio constante. Assim como ocorre com a produção de insulina pelo pâncreas, assim também acontece com a produção de informações: um processo contínuo, dinâmico e complexo que depende das relações entre todos os componentes que o compõem.

Diante das relações abordadas, pode-se observar que existem outros tipos de informações que são materializadas por meio de uma apropriação retroativa, conforme abordado pelo princípio do circuito retroativo:

De modo mais complexo, a homeostasia de um organismo vivo é um conjunto de processos reguladores baseados em múltiplas retroações. Em sua forma negativa, o círculo de retroação (ou *feedback*) permite reduzir o desvio e, assim, estabilizar um sistema. Em sua forma positiva, o feedback é um mecanismo amplificador; por exemplo: a violência de um protagonista provoca uma reação violenta, que, por sua vez, provoca uma reação mais violenta ainda. Inflacionárias ou estabilizadoras, são incontáveis as retroações nos fenômenos econômicos, sociais, políticos ou psicológicos (MORIN, 2003, p.94-95).

Tomando como exemplo uma temática atual, as eleições presidenciais de 2018 entre os candidatos Fernando Hadad do PT e Jair Bolsonaro do PSL, as relações estabelecidas entre as pessoas que representam os partidos opostos produziram grandes preocupações no tocante ao uso dos meios de comunicação, principalmente pelas relações estabelecidas no interior das redes sociais e do compartilhamento de *fake news* via *whatsapp*. A produção incessante e incontrolável desse tipo de mensagens foi um recurso intensamente utilizado como forma de ataque entre partidos, gerando, assim, uma quantidade exorbitante de apropriações retroativas, isto é, a cada produção de *fake news* eram necessárias outras

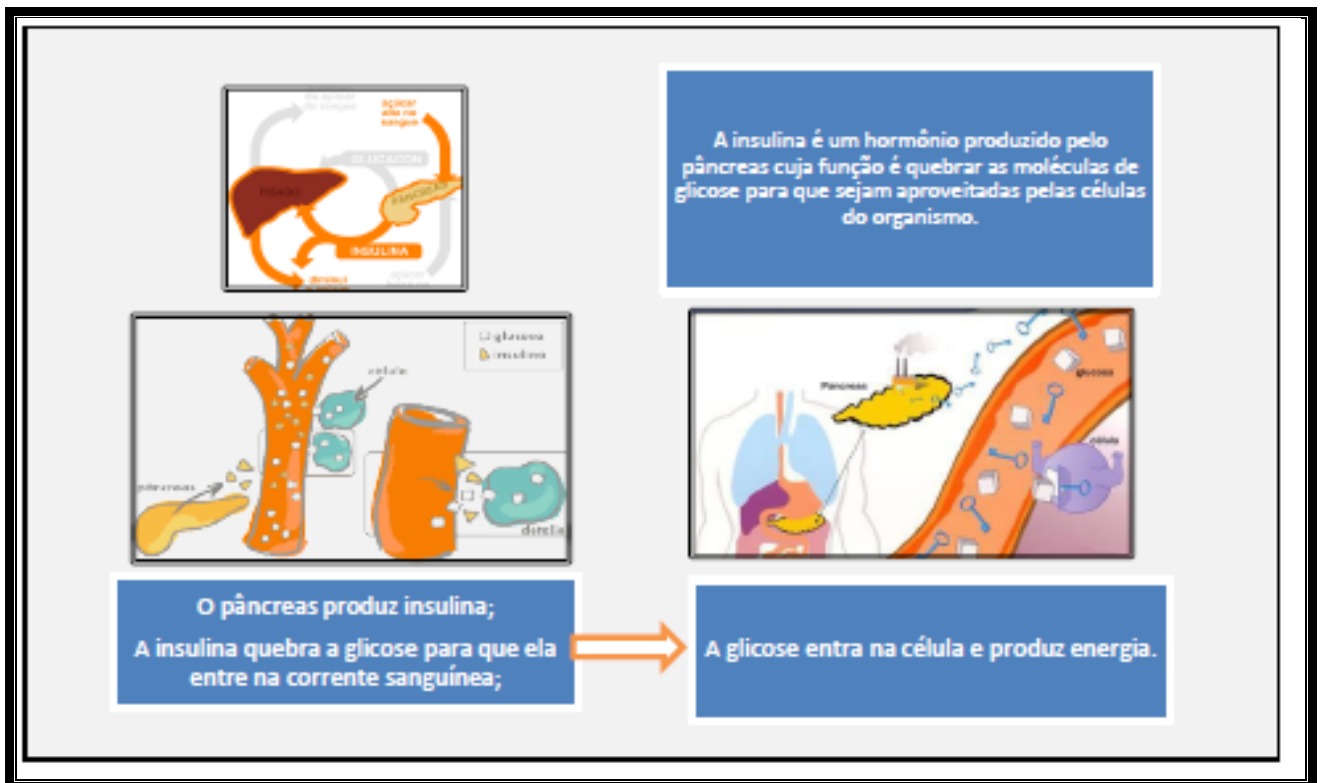
produções de informações de fontes fidedignas para combater o caos informacional. Contudo, este caos não pode ser alcançado por meio de um equilíbrio, já que as relações estabelecidas são complexas e, por isso se constroem com base no processo contínuo de construção e desconstrução de informações. É por isso que as apropriações retroativas produzem um *feedback* que gera outro como um circuito sem fim. Desse modo, o surgimento de uma informação verdadeira que tem a função de combater às *fake news* gera um sentimento de equilíbrio, contudo, este equilíbrio é ilusório e momentâneo, ou seja, assim que estas informações são criadas, outras *fake news* já começam a circular, desfazendo novamente a noção utópica de equilíbrio informacional.

Quando o *feedback* é negativo, as apropriações retroativas não são baseadas em relações construtivas e reflexivas. Sua característica básica é causar a desordem por meio de uma destruição daquilo que é considerado ordem e, por isso, tem a forma ilusória de desequilíbrio. É dessa forma que acontece a apropriação retroativa, um processo constante de ordenar aquilo que parece desordenado e, conseqüentemente, um desejo incontrolável de desordenar uma ordem que nos foi imposta e nos parece totalmente desordenada segundo nossas concepções.

Esta ideia pela busca de um equilíbrio, por uma ordem que se sobreponha a uma desordem compreendida pelo sujeito, é uma ideia ilusória. Estas relações podem ser compreendidas por uma analogia feita com o sistema de produção e controle hormonal. O pâncreas é o órgão responsável por este controle; ele consegue verificar a falta de açúcar no organismo e produz insulina para equilibrar as relações hormonais, produzindo energia necessária para as células do nosso organismo. Este processo é uma relação constante entre a insulina e as células; processo necessário para a produção de energia e manutenção do organismo. Contudo, é importante compreender que nem sempre a manutenção do organismo significa seu equilíbrio total e constante. A falta ou alteração de determinados hormônios pode ocasionar mudanças no equilíbrio aparente, isto significa que o equilíbrio é dependente das condições de vida do sujeito analisado. Em outras palavras, em caso de sujeitos diferentes, as relações entre as células e as produções de hormônios são representadas por outro padrão de equilíbrio, sendo assim, a noção de equilíbrio concebida pelo princípio retroativo é somente um modo figurativo utilizado para comparar um processo biológico com a produção de informações. Em suma, o equilíbrio é uma noção de probabilidade momentânea que

pode ser desfeita a qualquer alteração entre os componentes das relações estabelecidas dentro dos processos e, portanto, este equilíbrio é contínuo, dinâmico e, por isso, deve ser compreendido dentro de uma concepção complexa e dialética de construção e desconstrução (Figura 7).

Figura 7: Processo Retroativo



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Toda informação apropriada gera outras apropriações, ainda que elas não sejam materializadas fisicamente e exteriormente. Muitas apropriações permanecem na consciência informativa, atuando como um círculo de retroação, provocando e construindo novas apropriações que atuam como um *feedback* de apropriações positivas e negativas. Uma apropriação tem o poder de causar múltiplas retroações na consciência, podendo ou não ser materializada fisicamente.

Para Morin (1977, p.174): “Nos seres vivos o anelamento físico-químico opera-se através da circulação da informação. Aliás, o anel retroactivo emergiu na nossa consciência sob a sua forma organizacional, com o primeiro dispositivo cibernético. Com base na citação, pode-se comparar a informação com o anel

retroactivo abordado por Morin. Uma das características desse anel é ser genésico, ou seja,

Dizer que é genésico quer dizer que transforma processos turbulentos, desordenados, dispersos ou antagônicos numa organização activa. *Ele opera a passagem da termodinâmica da desordem à dinâmica da organização.* As interações tornam-se retroactivas, sequências divergentes ou antagônicas dão origem a um ser novo, activo, que continuará a sua existência no e pelo anelamento. O anel retroactivo torna circulares os processos irreversíveis, que não deixam de ser irreversíveis, mas adquirem forma organizacional; deste modo ele transforma o discordante em concêntrico (MORIN, 1977, p.175, grifo do autor).

O processo de apropriação é capaz de materializar a informação, ou seja, dar forma organizacional para a compreensão momentânea de fatos ou situações comunicacionais. Ao explicar o anel retroactivo, Morin (1977, p.175) afirma que “Ele transforma o discordante em concêntrico”. Refletindo sobre o processo de apropriação e materialização de informações, pode-se pensar que o processo de apropriação transforma o abstrato e inexistente em matéria organizada, do mesmo modo transforma informações falsas em verdadeiras para equilibrar a compreensão de mundo que o sujeito possui segundo sua realidade e fatos momentâneos.

Nas palavras de Morin (1977, p.175): “Assim, o anel torna-se generativo permanentemente, ligando e associando em organização aquilo que, de outro modo, se tornaria divergente e dispersivo”. É nesse sentido que se entende a informação. Sem o processo de apropriação, ela é algo divergente e dispersivo, ou seja, algo que não faz parte da vida do sujeito porque não possui sentido e, assim, não existe *a priori*. Para que sua existência apareça, faz-se necessário ligar o processo de anelamento informacional por meio da desorganização, da abstração e das potencialidades (positivas ou negativas) e início de uma nova organização que faça sentido para aquele que a está construindo.

Diante das reflexões acima e buscando compreender como se dá a apropriação retroativa, pode-se pensar na produção de *fake News*, ou seja, é necessária a sua existência para que haja o processo de reorganização da informação por meio de fatos verdadeiros. Sendo assim, tomam-se as palavras de Morin (1977, p.175): “O anelamento é, por isso, a constituição, permanentemente renovada, duma totalidade sistêmica, cuja dupla e recíproca qualidade emergente é

a produção do todo pelo todo (generatividade) e o reforço do todo pelo todo (regulação)”. Para equilibrar a produção de *fake news* é preciso que haja em mesma quantidade a produção de fatos verdadeiros. Em suma, a alta produção de *fake news* exige uma alta produção de fatos verdadeiros para que se produza o equilíbrio informacional no social.

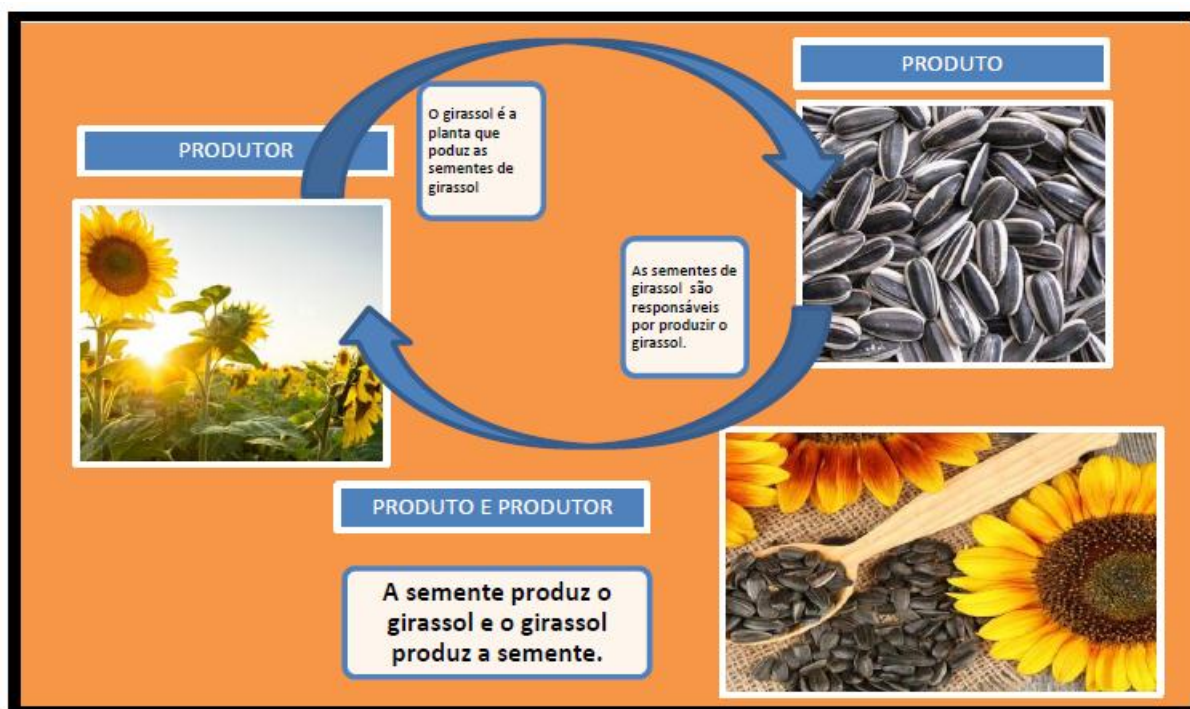
7.4 Apropriação Recursiva

É um processo que os produtos e seus efeitos são, eles mesmos, produtores e causadores daquilo que os produz. Ou seja, nas palavras de Morin:

O princípio do circuito recursivo ultrapassa a noção de regulação com as de autoprodução e auto-organização. É um circuito gerador em que os produtos e os efeitos são, eles mesmos, produtores e causadores daquilo que os produz. Assim, nós, indivíduos, somos os produtos de um sistema de reprodução que vem do início dos tempos, mas esse sistema não pode se reproduzir se nós mesmos não nos tornarmos produtores com o acasalamento. Os indivíduos humanos produzem a sociedade nas interações e pelas interações, mas a sociedade, à medida que emerge, produz a humanidade desses indivíduos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura (MORIN, 2003, p.95).

Com base no princípio do circuito recursivo de Morin, criou-se uma relação entre o produtor e o produto representado pelas relações entre o girassol e suas sementes, para, então, realizar um diálogo com o processo de apropriação da informação (Figura 8).

Figura 8: Processo Recursivo



Fonte: Elaboração própria – 2018.

O processo de apropriação é um circuito gerador onde as informações são produtoras do próprio processo. As informações produzem o processo de apropriação e é, ao mesmo tempo, o produto deste processo. Este princípio vai além do princípio da retroação, pois as informações não são simplesmente geradoras de outras informações, elas são responsáveis por gerar outros processos de apropriação. Não há como gerar informação sem informação. Assim como não é possível criar girassol sem o girassol. Em outras palavras, os produtos são produtores daquilo que os produz. Assim como o metal que produz a máquina que irá produzir mais metal.

A informação apropriada é matéria prima para a produção do processo de apropriação e este, conseqüentemente, será responsável pela produção de mais informações.

7.5 Apropriação Regeneradora

O processo de apropriação da informação é um processo constante, inacabado e sempre estará em desenvolvimento. Pode-se dizer que a apropriação

da informação é um processo sem fim; é um processo que não para de se autoproduzir. Para exemplificar, de forma dialógica, utilizou-se um exemplo das células matrizes que comandam o crescimento e a forma do cabelo e das unhas, assim como as células da epiderme:

[...] não são só as unhas e os cabelos que se renovam. As células que compõem as camadas mais internas da epiderme vão, aos poucos, para fora do corpo, só que a gente não percebe. No caminho, elas mudam de forma, perdem o núcleo e morrem, formando a camada externa da epiderme, que depois se solta. Durante o processo de renovação, que dura cerca de 45 dias, várias células se duplicam, criando outras. Quando nos machucamos, a casca de ferida que se forma é uma célula morta que vai subindo até cair. Para tapar o buraco, o organismo começa a produzir um número maior de células do que o normal. (<http://chc.org.br/pele-unha-e-cabelo/#comment-2555>)

Assim como o crescimento da unha, do cabelo e da renovação da pele, a informação também está constantemente se regenerando e se auto-organizando. Sua materialização é momentânea, ou seja, possui um tempo de vida que a desconstruirá, o que não significa sua destruição. Sua desconstrução será o ponto de partida para outras reconstruções. Do mesmo modo, verifica-se a construção, desconstrução e reconstrução de uma unha. Desde quando nascemos, realizamos o corte das unhas, elas voltam a crescer em determinado tempo, nós voltamos a cortá-las e assim segue a vida (Figura 9).

Figura: 9: Processo Regenerador.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

A relação abordada entre as células do organismo para exemplificar o processo da auto-organização de Morin, também é relatada pelo autor. Morin, ao descrever o princípio da autonomia/dependência afirma que “os seres vivos são seres auto-organizadores, que não param de se auto-produzir [...]” (MORIN, 2003, p.95). Ainda, nas palavras do autor:

Um aspecto chave da auto-ecoorganização viva é que ela se regenera permanentemente a partir da morte de suas células, segundo a fórmula de Heráclito. “viver de morrer, morrer de vida”; e as ideias antagônicas de morte e vida, são, ao mesmo tempo, complementares e antagônicas (MORIN, 2003, p.95).

Assim também é a informação. Sua materialização é constante. Contudo, no decorrer deste processo existem relações de construções, desconstruções e reconstruções. Há um processo de vida e morte. A informação não é fixa, não é intocável e imutável. Seu tempo de vida é determinado, contudo, sua morte não é permanente. Aquilo que morre, morre para a vida de outras informações. Assim também ocorre com a informação que nasce e possui um tempo finito para sua vida. Toda informação nasce de um processo realizado por interações entre partículas de

proinformações que sempre estiveram presentes, de algum modo, por meio de manifestações informacionais representadas por potencialidades e conhecimentos passados, presentes e possibilidades futuras.

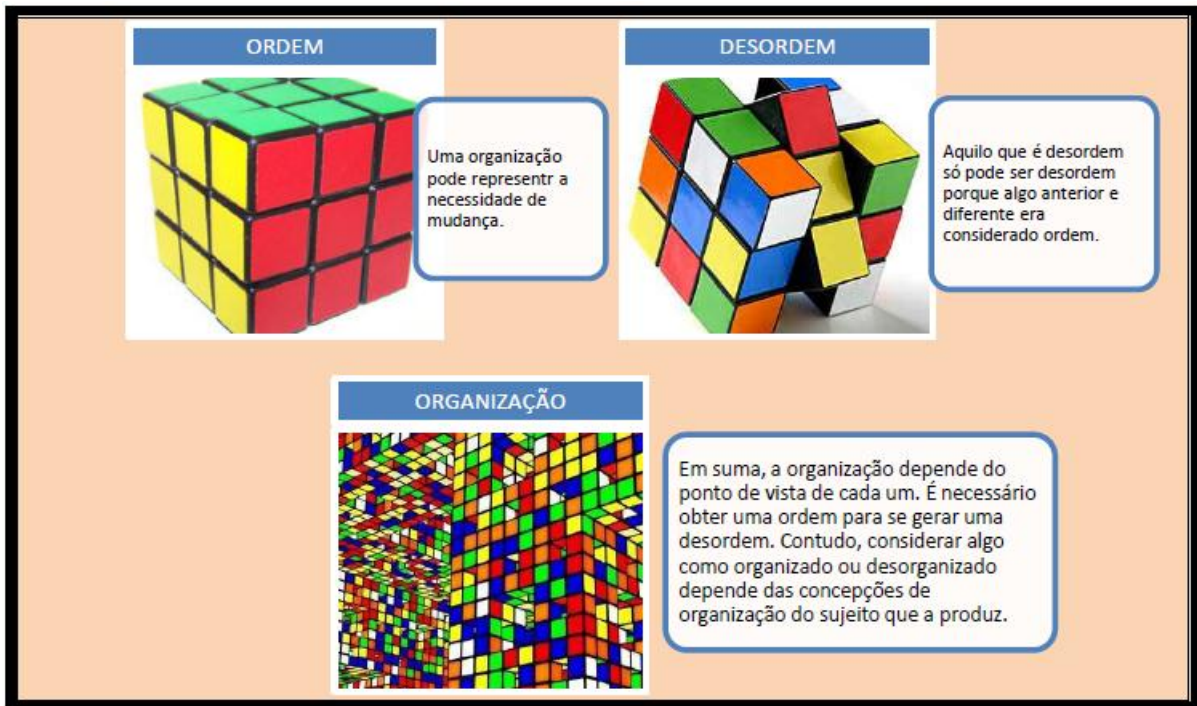
7.6 Apropriação Dialógica

A apropriação dialógica está relacionada com princípios abordados anteriormente pela apropriação regeneradora. A ideia antagônica de vida e morte, na verdade demonstrou ser uma ideia necessária para a produção da informação. É nesse sentido que se desenvolveu a ideia do processo dialógico. Morin explica essa relação: “O princípio dialógico acaba justamente de ser ilustrado pela fórmula de Heráclito. Ele une dois princípios ou noções que deviam excluir-se reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade” (MORIN, 2003, p.95-96). Partindo desse princípio, Morin explica a questão dialógica ordem/desordem/organização por meio de relações da criação do universo:

[...] a partir de uma agitação calorífica (desordem), onde, em certas condições (encontros aleatórios), princípios de ordem vão permitir a constituição de núcleos, átomos, galáxias e estrelas. Sob as mais diversas formas, a dialógica entre a ordem, a desordem e a organização *via* inúmeras interretroações, está constantemente em ação nos mundos físico, biológico e humano (MORIN, 2003, p.96).

Diante das relações expostas, elaborou-se uma relação por meio da imagem ilustrativa que apresenta o cubo mágico, formado por diferentes cores que estão todas dispostas desorganizadamente e, portanto, possibilitam uma nova reorganização que deve ser realizada pelo sujeito. Contudo, não há como iniciar a organização se não houver uma desorganização, segundo aquilo que o sujeito estabelece como organizado e desorganizado. Nesse sentido, observa-se que a figura representada pela palavra “organização” é complexa e totalmente sem um padrão definido, pois, quem define o padrão de organização, ordem ou desordem é o próprio sujeito. Cabe ressaltar que o padrão estabelecido por um sujeito, pode ser alterado por outro, já que aquilo que significa ordem para um pode significar desordem para outro. São essas concepções que influenciarão e produzirão organizações complexas e diferentes de acordo com as visões de mundo, conhecimentos e crenças de cada sujeito (Figura 10).

Figura 10: Processo Dialógico.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Partindo do pressuposto da materialidade não-física da informação, pode-se afirmar que ela não existe *a priori*, o que existe é um potencial em construção chamado de protoinformação. Ou seja, a informação precisa ser construída. Este processo é dialógico e produzido por meio das relações de construção, desconstrução e reconstrução. Após o processo de apropriação (materialização momentânea da informação), a protoinformação é materializada em informação.

Contudo, esta construção é momentânea. Quando a informação é desconstruída, ela volta ao estado de protoinformação, agora disperso em diversas partículas de protoinformação. Este estado não retorna como seu estado anterior. A desconstrução da informação gera partículas de protoinformação que serão novos potenciais utilizados para reconstruir novas informações, em outros processos de apropriação.

Diante disso, compreende-se que a quebra da informação materializada a conduz novamente para o seu estado de potência (protoinformação), porém, agora este rompimento produz partículas de protoinformação prontas para serem associadas e reconstruídas em outras informações. Nesse sentido, pode-se afirmar

que o fim de uma informação é o início de outras materializações. Morin comenta que: “Niels Bohr, por exemplo, reconheceu a necessidade de conceber partículas físicas como corpúsculos e como ondas, ao mesmo tempo [...]” (MORIN, 2003, p.96). Assim também, a informação é concebida por esta Tese, ora é materializada e representada por uma manifestação informacional, ora é simplesmente um potencial em construção, representado pelas partículas de protoinformação. Assim, conceber a informação dentro do paradigma social, exige a compreensão de ideias antagônicas e complementares. Ao mesmo tempo em que a informação não existe *a priori* e é apenas um potencial em construção, ela também é algo representado por uma materialidade física ou não-física.

7.7 Apropriação interdependente

O conhecimento não pode ser concebido de forma isolada e separado dos outros conhecimentos. As primeiras noções algébricas aprendidas nos anos iniciais da escola servem de base para a compreensão das fórmulas mais complexas. Assim também são as relações de interdependência entre as disciplinas. O aprendizado da matemática reflete na compreensão das fórmulas da física e da química. O processo de alfabetização e de decodificação dos códigos linguísticos são processos fundamentais para a prática de leituras e interpretações textuais, complementando a capacidade de compreender as questões sociais e históricas presentes em disciplinas como história, sociologia, filosofia e literatura, por exemplo. Não se pode isolar para compreender. Tudo está relacionado de algum modo em algum momento.

A compreensão da fórmula de Bhaskara só é possível pela compreensão anterior da equação do segundo grau, que só pode ser realizada pelo entendimento e cálculo dos codificadores a , b e c . Também é preciso reconhecer que o símbolo alfa Δ representa um valor implícito que deve ser calculado pelas relações entre os coeficientes ‘ a ’, ‘ b ’ e ‘ c ’. Assim, o conhecimento só pode ser desenvolvido pela reintrodução de outros conhecimentos que foram obtidos anteriormente (Figura 11).

Figura 11: Processo de Reintrodução de Conhecimento.

FIGURA 1

$$ax^2+bx+c = 0$$

$$3x^2+5x+4 = 0$$

a=3 b=5 c=4

FIGURA 2

$$\Delta = b^2 - 4.a.c$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2.a}$$

A equação do segundo grau é representada pela figura 1, onde x é uma variável chamada de incógnita e as letras a, b e c são os coeficientes.

A "Fórmula de Bhaskara" é considerada uma das mais importantes da matemática. Ela é usada para resolver as equações de segundo grau.

Para resolver a fórmula de Bhaskara, é preciso saber encontrar os valores dos coeficientes, além de saber resolver o valor de Δ que também é composto pelos coeficientes (Figura2).

FÓRMULA DE BHASKARA

$$ax^2+bx+c=0$$

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Toda informação apropriada é uma reconstrução de outras informações que foram apropriadas anteriormente. As partículas de protoinformação são usadas constantemente em épocas, culturas e contextos diferentes, por exemplo, Morin comenta que:

[...] o humanismo europeu atual não tem, como únicas fontes, a herança ateniense (a soberania dos cidadãos sobre sua cidade) e a herança judaico-cristã (o homem à imagem de Deus, Deus que adquire a carne e a forma humanas). Recebeu a contribuição de quatro descobertas oriundas das ciências, que situam o ser humano no mundo destruindo qualquer antropocentrismo [...] (MORIN, 2003, p.97).

Considerando a necessidade de relacionar e dialogar com diferentes áreas do conhecimento, desenvolveu-se a concepção de partículas de protoinformação. Assim, considera-se que elas possibilitam a multiplicidade de agrupamentos que são selecionados pelos indivíduos de forma particular. Dois receptores podem selecionar diferentes partículas de protoinformação advindas da mesma informação desmaterializada, ou seja, podem extrair, selecionar, organizar e associar as partículas de uma mesma informação para produzir novas informações e, conseqüentemente, possibilitar a construção de novos conhecimentos.

8 RESULTADOS

Os resultados trazidos por esta pesquisa refletem, em um primeiro momento, a produção intelectual na área da CI sobre a temática da Apropriação da Informação. Nesse sentido, apresentam-se os primeiros resultados elaborados a partir da pesquisa bibliográfica na área e na leitura dos artigos científicos cujo foco central estava ligado ao termo apropriação da informação. Após reconhecer a situação apresentada sobre a temática na área da CI, foi possível comprovar a hipótese inicial de que os estudos sobre 'Apropriação da Informação' precisam ser mais explorados na CI.

Diante de tal necessidade, esta Tese buscou suprir de alguma forma esta problemática, realizando diálogos interdisciplinares com outras áreas de estudos e possibilitando reflexões sobre o processo de apropriação da informação e tentativas de ampliar os conceitos trabalhados na área. Nesse sentido, pode-se dizer que, dentro dos limites existentes, foram alcançados os seguintes resultados:

- Reflexões dialógicas e elaboração de conceitos sobre o processo de apropriação da informação;
- Diálogo *inter* e transdisciplinar para chegar à criação de novos termos que foram repensados e adaptados para a área da CI;
- Reconhecimento de semelhanças entre os alguns elementos abordados pela semiótica processual de Peirce;
- Criação do conceito 'A tríade da materialização', possibilitando apresentar os elementos do processo de apropriação da informação: Partículas de Protoinformação (PP), Manifestação Informacional (MI) e Consciência Informativa (CI);
- Reflexão e apresentação de tipos e modos de materialização da informação; chegando-se a necessidade de apresentar discussões sobre a materialidade física e não-física e sobre a apropriação que exteriorizada e não-exteriorizada;
- Desenvolvimento e descrição do termo 'Partículas de Protoinformação';
- Descrição do processo de apropriação como um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução da informação;

- Descrição dos elementos do processo de apropriação e de seu resultado (materialização), também chamado de 'Pirâmide Informacional';
- Apresentação da importância do sujeito social, um ser complexo, no processo de apropriação, um processo também complexo;
- O reconhecimento do processo de apropriação da informação por um viés social e ideológico, sofrendo interferências das relações entre os sujeitos e, também, dos diferentes contextos socioculturais;
- Criação de novas concepções e termos específicos para a área da CI por meio de uma atuação interdisciplinar com o signo ideológico de Bakhtin e o signo triádico de Peirce;
- Apresentação de uma visão ampliada sobre o processo de apropriação da informação, resultante de uma atuação interdisciplinar e transdisciplinar, trazendo resultados complexos que se apresentam como novas possibilidades de repensar, reconstruir e desconstruir significações sobre a informação dentro de uma perspectiva social, representada por uma materialidade tanto física quanto não-física.

8.1 Apropriação da Informação nos periódicos científicos

Com base nos dados trazidos pelos periódicos indexados no portal da Capes (Plataforma sucupira), foi possível limitar a análise e observar de forma mais próxima a relação do termo apropriação nos estudos apresentados. O resultados apresentados pelo Quadro 4 possibilitou reorientar a análise para identificar as relações do termo apropriação da informação com os periódicos científicos, o ano de publicação e os autores que abordam o tema, além de encontrar as áreas de interesse que se relacionam com o estudo da apropriação da informação na área da CI. A ideia inicial era verificar o uso do termo 'Apropriação da informação' dentro da área da CI, após verificar a escassez do tema e a necessidade de estudo, esta pesquisa orientou-se para a compreensão do termo apropriação da informação dentro dos artigos que apresentaram uma preocupação mais explícita em relação ao termo. Para tanto, realizou-se uma nova seleção para analisar de forma mais profunda, identificando as formações discursivas presentes nos diálogos e reflexões

sobre o processo de apropriação da informação na CI. Como resultado, observou-se que das 20 revistas com Qualis na área da CI, conforme apresentado no Quadro 4, somente 13 apresentaram artigos que abordavam o termo apropriação da informação, sendo três revistas A1 (Informação & Sociedade, Perspectiva e Transinformação), três revistas A2 (Em Questão, Encontros Bibli, Informação & Informação), seis revistas B1 (BRAJIS, INCID, PBCIB, Ponto de Acesso, RBBD e RICl), e somente uma revista B2 (AtoZ). A tabela a seguir apresenta o título dos artigos que abordam o termo apropriação da informação, seus respectivos autores e o ano de publicação (Quadros 7, 8, 9 e 10).

Quadro 7: Periódicos A1 que apresentam o termo apropriação da informação.

Informação & Sociedade		
Artigos	Autores	Ano
A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação	Jonathas Luiz Carvalho Silva Henriette Ferreira Gomes	2013
Incursoes teórico-metodológicas da etnometodologia na ciência da informação: aplicações em pesquisas sobre leitura	Lígia Maria Moreira Dumont Edna Gomes Pinheiro	2015
Perspectiva		
Artigos	Autores	Ano
A mediação da informação no âmbito da arquivística	Letícia Elaine Ferreira Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	2013
Leituras sobre usuário e uso de informação na ciência da informação	Rodrigo Rabello	2013
A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social	Henriette Ferreira Gomes	2014
A pesquisa dialógica como ato lúdico de conhecer	Marcos Paulo de Passos Ivete Pieruccini	2016
As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável	Martha Suzana Cabral Nunes Kátia de Carvalho	2016
Processo de busca e recuperação da informação em ambientes organizacionais: uma reflexão teórica sobre a subjetividade da informação	Thiciane Mary Carvalho Teixeira Marta Lígia Pomim Valentim	2017
Transinformação		
Artigos	Autores	Ano
Ritos de passagem e conhecimento: uma relação de cunho simbólico e cognitivo nas organizações	Fellipe Sá Brasileiro Fernando Augusto Alves Vieira Diogo Henrique Helal	2015
A informação como potencializadora da autonomia e da integração social	Maria Giovanna Guedes Farias	2016

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Quadro 8: Periódicos A2 que apresentam o termo apropriação da informação.

Em Questão		
Artigos	Autores	Ano
O objeto museal em diferentes contextos e mídias	Renata Maria Abrantes Baracho Cátia Rodrigues Barbosa	2011
Analisando a dinâmica de produção e apropriação da informação em redes sociais <i>online</i>	Dalton Martins	2011
Bibliotecas escolares: tendências globais	Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque Helen de Castro Silva Casarin	2016
A mediação da informação nos grupos de pesquisa e no GT3 dos ENANCIB: espaços de comunicação científica em ciência da informação	Janaina Ferreira Fialho Martha Suzana Cabral Nunes Telma de Carvalho	2017
Apropriação da informação: o processo de construção do conhecimento de catadores de materiais recicláveis	Suely Henrique Gomes Geise Müller de Campos Ribeiro Laura Vilela Rodrigues Rezende	2017
Os conceitos de apropriação : contribuições à ciência da informação	Carmem Lucia Batista	2018
Encontros Bibli		
Artigos	Autores	Ano
Visualização da informação na construção de interfaces amigáveis para sistemas de recuperação de informação	Jéssica Monique de Lira Vieira Renato Fernandes Correa	2011
A mediação da informação através da comunidade virtual Anobii: um estudo de caso	Giulia Grippa Larissa Akabochi de Carvalho	2012
Arquitetando caminhos: a informação suporte a tomada de decisão pelo sistema CFB/CRBs (2007-2012)	Célia Regina Simonetti Barbalho	2013
Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas	Alessandro Rastelli Lídia Eugênia Cavalcante	2014
Práticas de inovação do bibliotecário no ambiente virtual	Maria Inês Tomaél Thais Batista Zaninelli Maira Prado Leonina Feitoza Eliandro dos Santos Costa Allyson Pallisser	2014
Miopia em informação	Nadi Helena Presser Daniel Cunha Santana Quirino	2016
Aprendizagem móvel, competência em informação e mediação: interlocução sob a ótica do paradigma social da ciência da informação	Bárbara Luisa Ferreira Carneiro Jefferson Veras Nunes Lídia Eugênia Cavalcante Maria Giovanna Guedes Farias	2018
Informação & Informação		
Artigos	Autores	Ano
Informação em múltiplas abordagens	Sueli Bortolin	2011
Mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores: práticas de informação e leitura do jornal Bom Dia Bauru	Tamara de Souza Brandão Guaraldo	2014
A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação	Henriette Ferreira Gomes	2014
A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas	Regina Célia Belluzzo Camila Araújo dos Santos Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	2014
Encontrabilidade da informação no ambiente <i>Technology, entertainment and design</i>	Nathália Britto Pinheiro da Silva Fernando Luiz Vechiato Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti	2017

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Quadro 9: Periódicos B1 que apresentam o termo apropriação da informação.

BRAJIS		
Artigo	Autores	Ano
O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários	Ellen Valotta Elias Borges	2016
Gestão e mediação da informação em um serviço de referência digital no campo das ciências sociais	Maria Cecília Corda	2012
INCID		
Artigo	Autores	Ano
Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais	Gisele A. Ribeiro Sanches Sinomar Ferreira do Rio	2010
A pesquisa de graduação: o caso dos TCCs da USP-Ribeirão em relação aos GTs do ENANCIB	Cláudio Marcondes de Castro Filho	2010
Apropriações Sociais da tecnologia: ética e netiqueta no universo da infocomunicação	Ana Carolina Silva Biscalchin Marco Antonio de Almeida	2011
Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória	Geni Chaves Fernandes	2011
Estudos sobre o objeto da ciência da informação: da constituição de um grupo de pesquisa a um de seus resultados	Cristina Dotta Ortega	2012
Mediação da informação e estudos de usuários: interrelações	Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	2012
Necessidades de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação	Jonathas Luiz Carvalho Silva	2012
A informação na ciência da informação	Johanna W. Smit	2012
Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	Márcia Ivo Braz Fábio Assis Pinho	2013
Investigando as interações em um ambiente virtual de aprendizagem por meio da análise de redes sociais	Helena Célia de Souza Sacerdote Jorge Henrique Cabral Fernandes	2013
Percepções conceituais sobre mediação da informação	Jonathas Luiz Carvalho	2015
Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista	Maria Giovanna Guedes Farias	2015
Mediação da informação em turismo: um estudo introdutório	Juliana Medaglia Cristina Dotta Ortega	2015
O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo	Cristina Dotta Ortega	2016
O movimento bibliográfico: organização do conhecimento no contexto da modernidade	Luciana Corts Mendes	2016
O livro como uma força na história: a bibliografia como fonte de informação e método de pesquisa	Wesley Augusto Nogueira	2016
Abordagens conceituais e aplicativas da mediação nos serviços de informação	Jonathas Luiz Carvalho Silva Maria Giovanna Guedes Farias	2017
Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível	Ciro Athayde Barros Monteiro Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	2017
A feira de livros a partir de narrativas orais: uma experiência simbólica na cultura informacional do Rio de Janeiro	Amanda Salomão Gustavo Silva Saldanha	2018
PBCIB		
Artigo	Autores	Ano
Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade	Mayco Ferreira Chaves Lídia Silva de Freitas	2017
Ponto de Acesso		
Artigo	Autores	Ano
Contribuições de Marteleto e Gonzáles de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação	Geni Chaves Fernandes Gustavo Silva Saldanha	2012
Espaços de significação	Marivalde Moacir Francelin	2012
A representação temática como mediadora implícita da informação em bibliotecas universitárias	Franciele Marques Redigolo Marli Vitor da Silva	2017
RBB		
Artigo	Autores	Ano
Mediação da informação em bibliotecas escolar: um estudo realizado na biblioteca Madre Paula do Colégio Santa Teresa de Jesus	Antonia Janiele Moreira da Silva Jonathas Luiz Carvalho Silva	2017
Biblioteca universitária, um ambiente sistêmico propício ao acesso, ao uso e à apropriação da informação: contribuições da web social para esse ambiente	Raquel Rosário Santos Emeide Nobrega Duarte	2018
O serviço de informação ao cidadão da biblioteca Mário de Andrade	Luana Aparecida Neves Severiano Elisa Campos Machado	2018
RICI - Revista Ibero-americana de Ciência da Informação		
Artigo	Autores	Ano
Competência do bibliotecário: o exercício da mediação implícita e explícita na biblioteca universitária	Larisse Macêdo de Almeida Gabriela Belmont de Farias Maria Giovanna Guedes de Farias	2018

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Quadro 10: Periódicos B2 que apresentam o termo apropriação da informação.

AtoZ		
Artigo	Autores	Ano
A mediação da informação e comunicação política no facebook: desempenho do candidato Rui Palmeira à prefeitura de Maceió em 2016	Ronaldo Ferreira Araújo Sarah Rúbia de Oliveira Santos Janyelle Mayara Bento	2017

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Ao realizar esta análise de forma mais direcionada, observou-se que os dados apresentados no Quadro 4 não indicavam a real situação do termo apropriação. Na verdade, houve uma diferença significativa de produção em relação às revistas com Qualis B1. Considerando a primeira análise, a revista PBCIB apresentava vinte artigos com o termo apropriação da informação. Após nova análise individual de cada revista e de cada artigo selecionado, observou-se que nove dos vinte artigos, eram duplicados. Eles já estavam indexados nas revistas *Perspectiva em Ciência da Informação*, *Em Questão*, *RBBB*, *Informação & Sociedade*, *Encontros Bibli*. Outros dez artigos estavam indexados em outras revistas que apresentavam Qualis B5, como, por exemplo, *Biblionline*, *Folha de Rosto*, *Informação@Profissões*. Nesse sentido, esses dez artigos foram retirados da análise, visto que o objetivo era focar somente revistas com Qualis A1, A2, B1 e B2. Considerando este novo contexto de análise, a revista PBCIB que antes apresentava 20 artigos com o termo apropriação da informação, na verdade possuía somente 1 artigo publicado pela própria revista.

Outra alteração encontrada foi na revista *Ponto de Acesso*. Dos cinco artigos apresentados, dois deles eram, na verdade, resumos. Sendo assim, também foram retirados da análise. Diante do exposto, foi necessário rever os dados apresentados no Quadro 4. O novo resultado demonstrou que dos 79 artigos apresentados pelo Quadro 4, somente 58 realmente apresentavam o termo Apropriação da Informação (AI). Sendo assim, foi necessário refazer o quadro com os novos resultados, retirando os títulos de artigos duplicados (Quadro 11).

Quadro 11: nova análise dos artigos que apresentam o termo AI.

Revista Qualis A1	Artigos com o termo AI (1ª análise)	Artigos com o termo AI (2ª análise)
Informação & Sociedade	2	2
Perspectivas em Ciência da Informação	6	6
Transinformação	2	2
TOTAL	10	10
Revista Qualis A2	Artigos com o termo AI (1ª análise)	Artigos com o termo AI (2ª análise)
Em Questão	6	6
Encontros Bibli	7	7
Informação & Informação	5	5
TOTAL	18	18
Revista Qualis B1	Artigos com o termo AI (1ª análise)	Artigos com o termo AI (2ª análise)
Brazilian Journal of Information Science	2	2
INCID	19	19
PBCIB*	20 artigos B1	1 artigo B1 (9 artigos estavam duplicados e 10 artigos eram B5)
Ponto de Acesso*	5 artigos B1	3 artigos B1 (dos 5 artigos anteriores, 2 em resumos)
RBBB*	3 artigos B1	4 artigos B1 (houve acréscimo de 1 artigo B1)
Revista Ibero-americana de CI	1	1
TOTAL	50	32
Revista Qualis B2	Artigos com o termo AI (1ª análise)	Artigos com o termo AI (2ª análise)
ATOZ: Novas práticas em Informação e Conhecimento	1	1
TOTAL	1	1
RESULTADO FINAL:	Soma total dos artigos na 1ª análise = 79	Soma total dos artigos Na 2ª análise = 59
Soma total das revistas= 13		
*Houve alterações nos resultados		

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Para compreender melhor as alterações apresentadas, principalmente pela revista PBCIB, segue a tabela com os detalhes (Quadro 12).

Quadro 12: artigos duplicados pela revista PBCIB.

Título do artigo duplicado / autores	Revista que apresenta o artigo duplicado	ANO
A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social Henriette Ferreira Gomes	Perspectiva em Ciência da Informação (A1)	2014
Leituras sobre usuário e uso de informação na ciência da informação Rodrigo Rabello	Perspectiva em Ciência da Informação (A1)	2014
Incursões teórico-metodológicas da etnometodologia na ciência da informação: aplicações em pesquisas sobre leitura Lígia Maria Moreira Dumont Edna Gomes Pinheiro	Informação & Sociedade (A1)	2015
Analisando a dinâmica de produção e apropriação da informação em redes sociais <i>online</i> Dalton Martins	Em Questão (A2)	2011
Apropriação da informação: o processo de construção do conhecimento de catadores de materiais recicláveis Suely Henrique Gomes Geise Müller de Campos Ribeiro Laura Vilela Rodrigues Rezende	Em Questão (A2)	2017
Práticas de inovação do bibliotecário no ambiente virtual Maria Inês Tomaél Thais Batista Zaninelli Maira Prado Leonina Feitoza Eliandro dos Santos Costa Allyson Pallisser	Encontros Bibli (A2)	2014
Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas Alessandro Rastelli Lídia Eugênia Cavalcante	Encontros Bibli (A2)	2014
Arquitetando caminhos: a informação suporte a tomada de decisão pelo sistema CFB/CRBs (2007-2012) Célia Regina Simonetti Barbalho	Encontros Bibli (A2)	2013
Gestão documental no contexto hospitalar Maria Vandineide Silva Teles	RBBB (B1)	2016
RESULTADO FINAL: 9 Artigos duplicados.	- 3 Artigos A1 (Revistas Perspectiva / Informação & Sociedade) - 5 Artigos A2 (Revistas Em questão / Encontros Bibli) - 1 Artigo B1 (Revista RBBB)	

Fonte: Elaboração própria – 2018.

É importante salientar que o artigo ‘Gestão documental no contexto hospitalar’ de autoria de Maria Vandineide Silva Teles, não apareceu na busca realizada pelo termo ‘apropriação da informação’ na revista RBBB. Porém, ao realizar a busca pelo termo na revista PBCIB, o artigo apareceu e, ao verificar os nomes dos autores dos outros três artigos encontrados na RBBB observou-se que este artigo não fazia parte dos dados coletados anteriormente, sendo, então, acrescentado na nova

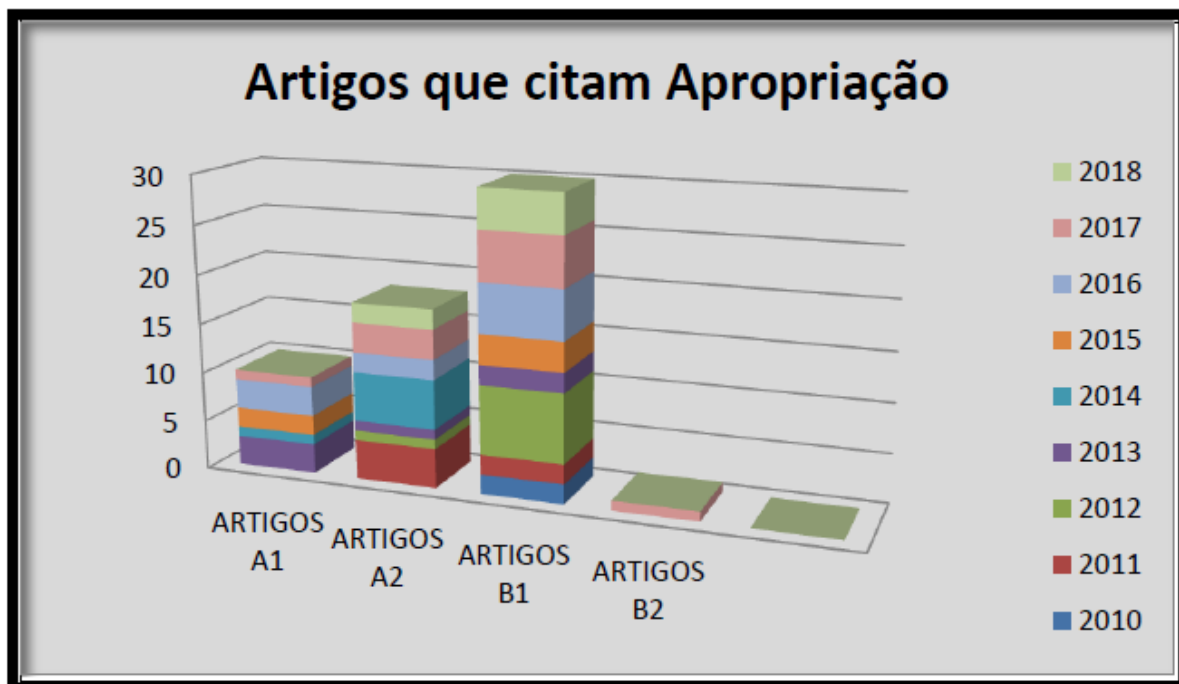
tabela, conforme destacado no Quadro 11 (*alterações dos resultados). Nesse sentido, os 58 artigos, na verdade, se transformaram em 59 artigos.

De acordo com os dados coletados, identificou-se que antes do ano de 2010 não houve nenhuma citação do termo Apropriação da Informação nas publicações das revistas avaliadas. A partir dos dados obtidos, organizou-se o gráfico (Gráfico 1) para identificar o termo Apropriação da Informação segundo a produção das revistas A1, A2, B1 e B2, realizando uma análise de abordagem quantitativa, avaliando a quantidade das produções e o ano de publicação.

Foi possível observar que as revistas com Qualis A2 e B2 foram as que mais produziram artigos que apresentaram o termo Apropriação da Informação. Contudo, também foi encontrado o termo em artigos A1, representando um pouco mais da metade dos artigos apresentados pela revista A2. Observando o gráfico, notou-se uma crescente de quase 50% em relação ao termo Apropriação nas revistas A1, A2, B1. Há um crescimento de quase metade da produção a mais nas revistas que antecedem a classificação na ordem do Qualis.

Pensando de forma oposta, começando pelo Qualis B1, passando para o Qualis A2 e chegando ao Qualis A1, pode-se dizer que a maior preocupação está centralizada no Qualis inferior (B1), porém, comparando com o Qualis A2, um grau acima, a diferença não é insignificante. O mesmo acontece ao comparar o Qualis (A2) em relação ao Qualis (A1). Para verificar os resultados descritos, elaborou-se o gráfico a seguir (Gráfico 1).

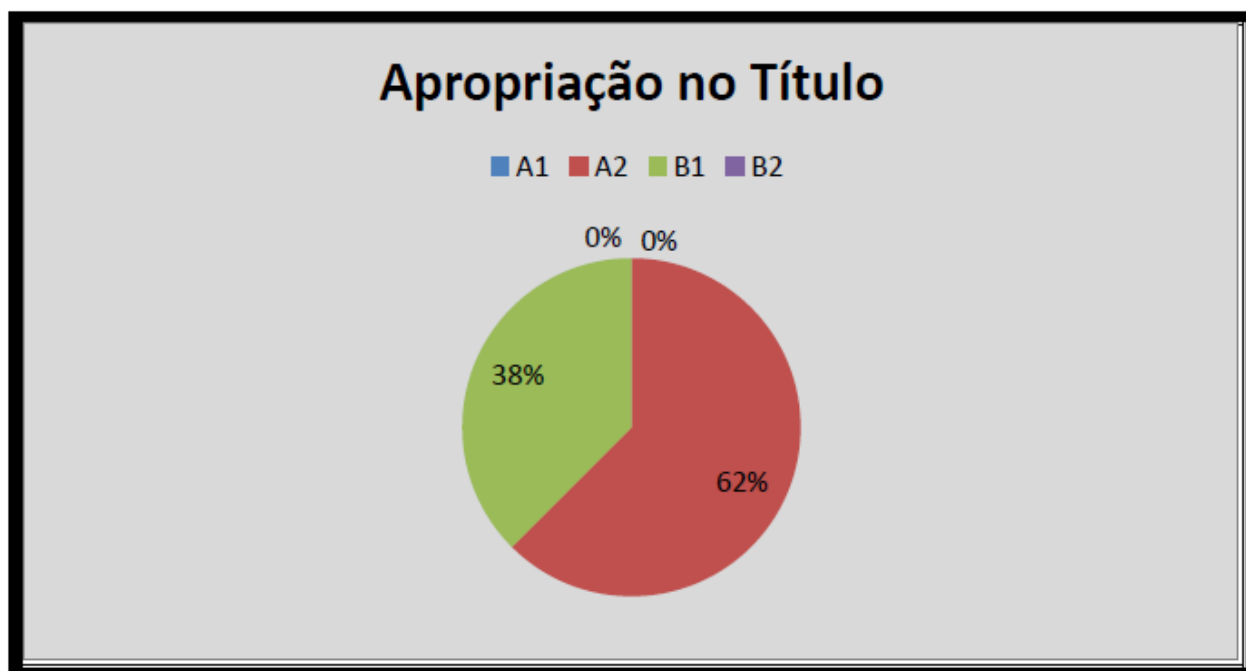
Gráfico 1: Citação do termo Apropriação da Informação em artigos científicos.



Fonte: Elaboração própria - 2018.

Após avaliar todos os 59 artigos encontrados nas Revistas apresentadas na tabela acima, realizou-se uma segunda análise que considerou os artigos que abordaram o termo de forma mais central. Optou-se, então, por verificar quais artigos apresentavam o termo Apropriação de forma explícita no seu título. O resultado encontrado foi de que somente oito artigos apresentaram o termo Apropriação no Título dos trabalhos, conforme apresentado na tabela com os títulos em destaque. Os oito artigos destacados demonstraram que a preocupação com o tema esteve presente de forma mais central nas revistas de Qualis A2 e B1, deixando de fora as revistas de Qualis A1 e B2, conforme pode ser representado pelo gráfico que se segue (Gráfico 2).

Gráfico 2: Trabalhos com o termo Apropriação da Informação.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

De acordo com o gráfico 2, notou-se que as revistas de Qualis A2 foram as que apresentaram a maior quantidade de artigos que abordaram o termo Apropriação no título de seus trabalhos. Dos 8 artigos, 5 estavam presentes nas revistas de Qualis A2, 3 artigos, especificamente, estavam presentes na revista Em Questão, 1 artigo estava presente na revista Encontros Bibli e 1 na revista Informação & Informação. Os outros 3 artigos estavam presentes nas seguintes revistas de Qualis B1: BRAJIS, INCID e RBBD, conforme demonstrado na figura a seguir (Quadros 13 e 14).

Quadro 13: Autores e Revistas que o termo AI de modo central

AUTORES	INSTITUIÇÃO	ARTIGOS	REVISTA	ANO
Dalton Martins (Doutorando em CI)	USP	Analisando a dinâmica de produção e apropriação da informação em redes sociais online.	Em Questão (A2)	2011
Ana Carolina Silva Biscalchin (Mestranda em CI) Marco Antonio de Almeida (Doutor em CI)	USP	Apropriações sociais da tecnologia ética e netiqueta no universo da inforcomunicação.	INCID (B1)	2011
Alessandro Rasteli (Doutorando em CI) Lídia Eugênia Cavalcante	UNESP	Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas.	Encontros Bibli (A2)	2014
Tamara de Souza Brandão Guaraldo (Doutora)	UNESP	Mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores: práticas de informação e leitura do jornal Bom Dia Bauru.	Informação & Informação (A2)	2014
Ellen Valotta Elias Borges (Doutoranda em CI)	UNESP	O texto além das palavras: uma visão ampliada do processo de apropriação da informação na leitura de textos literários.	BRAJIS (B1)	2016
Suely Henrique Gomes (Doutora) Geisa Muller de Campos Ribeiro (Mestre) Laura Vilela Rodrigues Rezende (Doutora)	UFGO	Apropriação da informação: o processo de construção do conhecimento de catadores de materiais recicláveis	Em Questão (A2)	2017
Carmem Lúcia Batista (Doutora)	USP	Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação	Em Questão (A2)	2018
Raquel Rosário Santos Emeide Nóbrega Duarte	UFPB	Biblioteca universitária, um ambiente sistêmico propício ao acesso, ao uso e à apropriação da informação: contribuições da web social para esse ambiente.	RBBD (B1)	2018

Fonte: Elaboração própria - 2018.

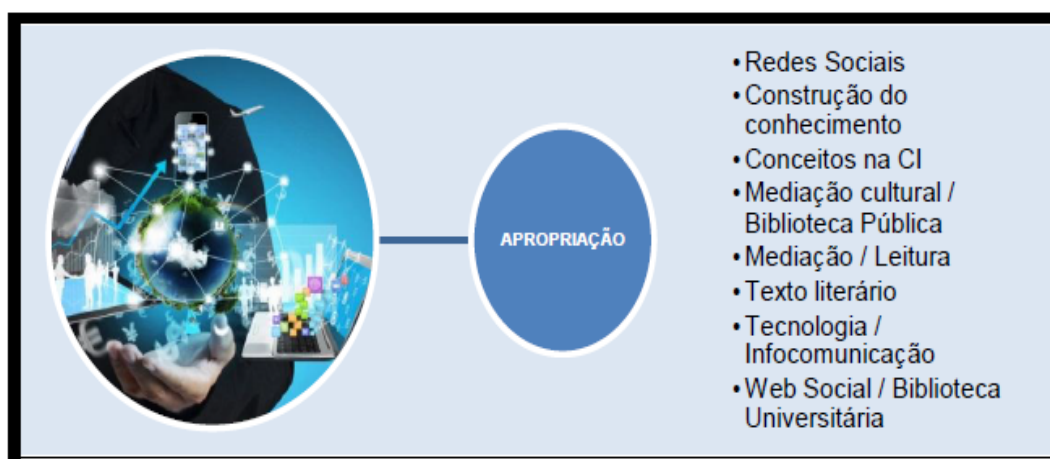
Quadro 14: Trabalhos científicos que abordam de forma central o termo AI

En Questão A2	<ul style="list-style-type: none"> • Analisando a dinâmica de produção e apropriação da informação em redes sociais <i>online</i> • Apropriação da informação: o processo de construção do conhecimento de catadores de materiais recicláveis • Os conceitos de apropriação: contribuições à ciência da informação
Encontros Bibli A2	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas
Informação & Informação A2	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores: práticas de informação e leitura do jornal Bom Dia Bauru
BRAJIS B1	<ul style="list-style-type: none"> • O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários
INCID B1	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriações Sociais da tecnologia: ética e netiqueta no universo da infocomunicação
RBBB B1	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca universitária, um ambiente sistêmico propício ao acesso, ao uso e à apropriação da informação: contribuições da web social para esse ambiente

Fonte: Elaboração própria - 2018.

Os títulos apontados contribuíram para demonstrar os diferentes temas que se relacionam com o termo Apropriação da Informação, conforme apresentados na figura abaixo (Figura 12).

Figura 12: Temas Relacionados com Apropriação.



Fonte: elaboração própria – 2018.

Considerando os temas abordados nos títulos dos oito artigos, observou-se uma grande ênfase no tema da mediação, isto é, dos 59 artigos analisados, 21 apresentaram o termo mediação e outros dois apresentaram as palavras ‘mediador’ e ‘mediadora’, o que representou 35,5% dos trabalhos. Nesse sentido, notou-se uma forte relação entre mediação e apropriação, conforme desenvolvido no decorrer da pesquisa. Compreendeu-se, pois, que a mediação é uma ação transformadora capaz de influenciar e interferir no modo pelo qual o usuário produzirá a apropriação da informação.

Diante dos resultados apresentados, foi possível notar uma relação estreita entre mediação e apropriação. Este fato direcionou a novas reflexões sobre o modo pelo qual as pesquisas são realizadas de modo a refletir que os resultados nem sempre representam a real situação científica sobre determinados temas. É preciso enfatizar que a racionalidade necessária para a realização de pesquisas quantitativas conduzidas dentro de determinado recorte temporal ou qualitativo nem sempre é suficiente. O que se pretende dizer é que há muitos artigos importantes que apresentam uma preocupação direcionada à apropriação da informação e, no entanto, ficaram fora dos resultados alcançados. A não inclusão de artigos fundamentais deveu-se, principalmente, a dois critérios: o termo apropriação não ter aparecido no título; o artigo não ter se enquadrado dentro dos Qualis A1, A2, B1 ou B2.

Este resultado demonstrou que é preciso compreender os limites de determinados métodos de análise e considerar a possibilidade de sempre ir além dos limites da objetividade. Morin fala sobre a insuficiência da racionalidade:

A verdadeira racionalidade conhece os limites da lógica, do determinismo e do mecanicismo, sabe que a mente humana não poderia ser onisciente, que a realidade comporta mistério. Negocia a irracionalidade, o obscuro, o irracionalizável. É não só crítica, mas autocrítica. Reconhece-se a verdadeira racionalidade pela incapacidade de identificar suas insuficiências (MORIN, 2000b, p.23)

Com base no pensamento de Morin, optou-se por considerar outros artigos que não faziam parte dos 8 artigos que apresentavam o termo Apropriação da informação nos títulos elaborados. Foi possível observar que alguns artigos, apesar de não estarem entre os que abordavam a temática da apropriação de forma central, segundo os critérios de análise estabelecidos por esta pesquisa, demonstravam uma

grande preocupação e traziam reflexões importantíssimas acerca da temática da apropriação da informação, conforme demonstrado abaixo:

- Tendências da pesquisa sobre Mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009), autora Henriette Ferreira Gomes, publicado em 2010.
- A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social, autora Henriette Ferreira Gomes, publicado em 2014
- Incursões teórico-metodológicas da etnometodologia na ciência da informação: aplicações em pesquisas sobre leitura, autoras Lígia Maria Moreira Dumont e Edna Gomes Pinheiro, publicado em 2015.
- Pesquisa escolar significativa e o bibliotecário: questão essencial para a infoeducação, autora Ivete Pieruccini, publicado em 2016.
- A bibliotecária dinamarquesa e a negociação cultural: novo paradigma para a mediação e apropriação da informação, autora Amanda Leal de Oliveira, publicado em 2016.
- Mitos e lendas da informação: o texto, o hipertexto e o conhecimento, autor Aldo de Albuquerque Barreto, publicado em 2007.
- Mediações digitais, autor Aldo de Albuquerque Barreto, publicado em 2009.

Com base nos dados relatados acima, notou-se que a temática da apropriação pode ser encontrada de forma central em artigos que não apresentam o termo em seu título, além de verificar que há, também, autores fundamentais que trabalham de forma interdisciplinar com a temática da apropriação, mesmo que não abordem o tema de forma explícita. Outro ponto que merece reflexão é em relação à publicação de artigos importantíssimos em revistas que não se enquadram dentro dos QUALIS A1, A2, B1 e B2 e que precisam ser mais reconhecidos e abordados dentro das pesquisas acadêmicas. Foi possível inferir que há muitas outras pesquisas que se encontram na mesma situação, não aparecendo em pesquisas recentes na área.

Refletindo sobre alguns pontos abordados por estes estudos, cabe destacar o papel central da apropriação no artigo 'A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social', escrito por Henriette Ferreira Gomes. Segundo a autora: "Para abordar a questão da mediação, torna-se imprescindível

assinalar que esta consiste em uma ação ligada à vida, ao movimento e ao processo de construção de sentidos” (GOMES, 2014, p.156). Nota-se que apesar da autora não abordar de forma explícita o termo apropriação da informação, a autora fala em construção de sentidos. Outro trecho importante que também se relaciona de forma direta com o processo de apropriação é a atuação protagonista do sujeito:

A formação dos sentidos é dependente das experiências vividas pelo sujeito, pelos saberes que este teve a oportunidade de construir. No contato com o mundo o homem lida com objetos de percepção com dimensões imediatas e mediadas, por meio dos quais segue construindo e reconstruindo sua compreensão sobre si mesmo, sobre os outros e sobre seu meio (GOMES, 2014, p.156).

Ainda, relacionado o artigo com a temática da apropriação, a autora também faz uma relação entre apropriação e mediação:

Quando se trata da mediação da informação, colocada em curso pelo ambiente biblioteca, torna-se importante a compreensão de duas dimensões do objeto informação, a dimensão da sua materialidade e também da sua imaterialidade [...] ao conduzir o trabalho informacional em consonância com a diversidade cultural, procurando mediar o uso proficiente e favorecedor do processo de apropriação dos conteúdos, a biblioteca necessariamente precisa trabalhar com esses aspectos imateriais da informação (GOMES, 2014, p.157).

Ao discorrer sobre as dimensões da informação, a autora apresenta de forma explícita a relação com a temática da apropriação da informação:

Essas duas dimensões se articulam para que a mediação favoreça a *produção, circulação e apropriação da informação*, o que pressupõe a existência de dispositivos que são, conforme assinala Peraya (1999), de natureza técnica, semiológica e pragmática. A mediação da informação pressupõe técnicas, instrumentos, suportes, recursos, agentes e processos que se caracterizam como *dispositivos* produtores de sentidos. A própria biblioteca se constitui em um dispositivo com uma função social definida (natureza pragmática), que se organiza dentro de uma lógica e a partir de uma adoção de métodos, linguagens, técnicas, processos e instrumentos (natureza técnica). E para assegurar o acesso e uso da informação, visando que os sujeitos possam de apropriar dos conteúdos, a biblioteca desenvolve ações que exigem a articulação desses elementos, sob uma ordem informacional dialógica (PIERUCCINI, 2007), potencializadora da produção de sentidos, assumindo, então, sua natureza semiológica, que assume papel relevante ao domínio da construção e fortalecimento da identidade social (GOMES, 2014, p.157, grifo da autora).

Os exemplos apresentados acima demonstraram que apesar do artigo elaborado por Gomes não expor a temática da apropriação da informação de forma

explícita, pode-se considerar que é um artigo muito importante para o desenvolvimento de outras pesquisas que abordem a temática da apropriação de forma central. Da mesma forma, pode-se pressupor que vários outros artigos se encontram na mesma situação apresentada.

Coincidentemente, outro artigo elaborado pela mesma autora, em 2009, desenvolveu uma questão central envolvendo a temática da apropriação da informação dentro da área da CI:

Com o propósito de contribuir para o acompanhamento das tendências das investigações científicas na área, foco central da revista *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação* e, em especial, no caso dos pesquisadores vinculados ao GT3, parece importante delimitar o recorte temporal da análise aos dois últimos anos de realização dos Enancib. Assim, foram considerados os títulos e as ementas do GT3 nos anos de 2008 e 2009, face às alterações ocorridas no encerramento do IX Enancib (2008) para orientar nova abordagem a partir de 2009 (GOMES, 2010, p.86).

A alteração referida pela a autora diz respeito à substituição do termo uso da informação para apropriação da informação. Segundo Gomes:

Em 2008, o GT3 denominava-se *Mediação, Circulação e Uso da informação* [...] A partir de 2009 o GT3, sob a denominação *Mediação, Circulação e Apropriação da Informação*, passa a congrega pesquisadores que se ocupam, como determina sua atual ementa, do estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência (GOMES, 2010, p.86, grifo da autora).

Nesse sentido, foi possível compreender que a temática da apropriação da informação é um tema de fundamental importância para a área e que deve ser compreendido em sua totalidade que pode aparecer de forma direta, indireta, explícita ou implícita em diversos artigos. Observou-se que muitos artigos não apresentaram a questão da apropriação de forma central, mas trabalharam com a temática da apropriação de forma interdisciplinar e reflexiva, muitas vezes por diálogos com a questão da mediação, do papel protagonista do usuário, de estudos da leitura e da construção dos sentidos.

Considerando essas situações, compreendeu-se a necessidade de estudar a apropriação da informação dentro de uma perspectiva interdisciplinar para poder abarcar essas relações.

8.2 A Tríade da Materialização: uma tricotomia da informação

Apropriação é um processo contínuo, de passos incertos, não se sabe se o resultado é o desejável, o único que se sabe é que de algum modo ela ocorrerá.

Ellen Valotta Elias Borges

Com base nas relações dialógicas estabelecidas entre as diferentes teorias, foi possível desenvolver um estudo sobre o processo de apropriação da informação por uma perspectiva processual, semiótica e ideológica. Partindo do paradigma social da Ciência da Informação, dialogando com a semiótica processual de Peirce e fazendo uma analogia entre informação e signo ideológico de Bakhtin, chegou-se ao conceito da Tríade da Materialização.

A Tríade da Materialização representa como se dá a relação entre os elementos que compõem a informação materializada. Com base na semiótica de Peirce e no seu aspecto processual, faz-se um paralelismo com o processo de apropriação da informação, também processual. Falar em apropriação indica um processo contínuo. Se para Peirce, o signo é o resultado do processo de semiose, para esta tese, a informação é o resultado do processo de materialização que é composto por: partículas de protoinformação (PP), manifestação informacional (MI) e consciência informativa (CI).

O conceito protoinformação foi cunhado por Almeida Júnior e serve como base para elaborar as novas concepções e criações de conceitos dentro da CI. Segundo o autor:

[...] a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Assim, ela não existe a priori. Não existe antes da relação usuário / suporte, o que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de protoinformação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.98).

Partindo das ideias apresentadas pelo autor, chega-se à criação do conceito 'partículas de protoinformação'. Falar em protoinformação é falar em um potencial de informação, uma ação que pode ser utilizada a qualquer momento para construir uma informação que será materializada durante o processo de apropriação. Contudo, para que estas partículas sejam materializadas, elas precisam de uma

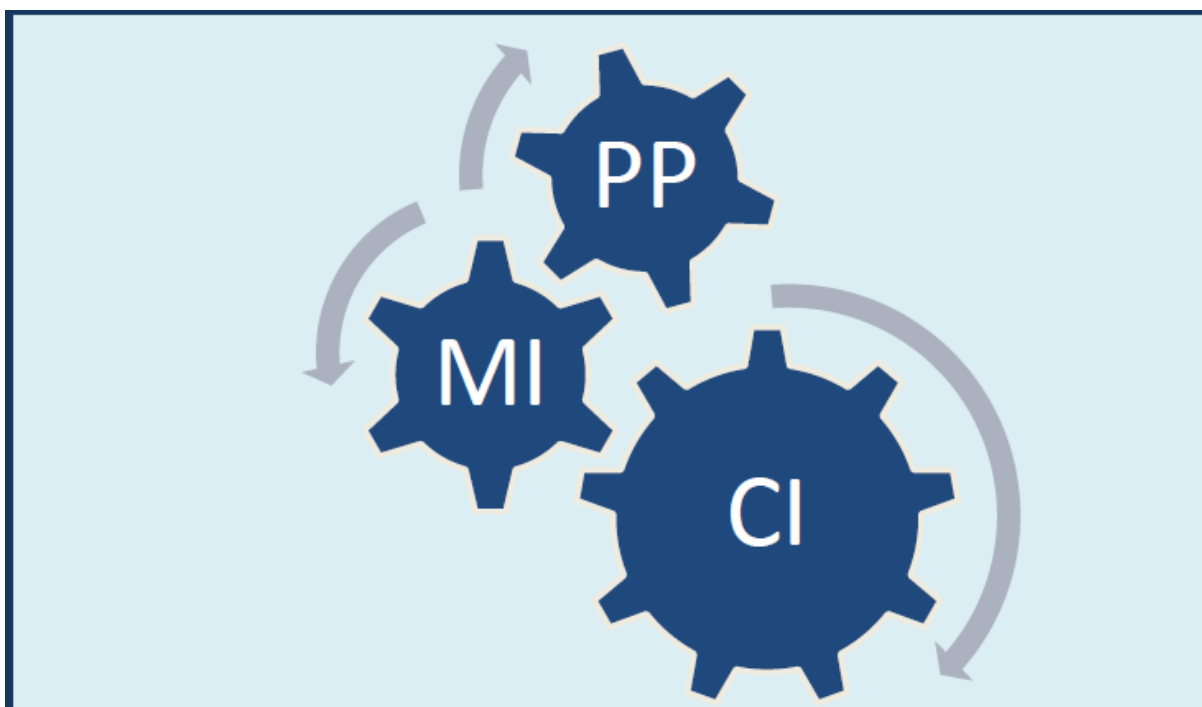
encarnação material dos signos que é representada por algum objeto, alguma manifestação, algum fenômeno significativo. Surge então, o termo ‘manifestação informacional’ para representar aquilo que Bakhtin (2014, p.38) chamou de ‘fenômenos ideológicos’.

Após esta encarnação ‘sínica’ (de signos), esta manifestação informacional está repleta de potencial, ou seja, ela possui partículas de protoinformação plasmadas em sua essência, prontas para o processo de materialização que precisa ser compreendido por uma consciência informativa que atribuirá um valor informacional para determinada manifestação.

Nesse sentido, cabe dizer que o processo de materialização da informação é composto pelos seguintes elementos (Figura 13):

- Partículas de Protoinformação (PP)
- Manifestação Informacional (MI)
- Consciência Informativa (CI)

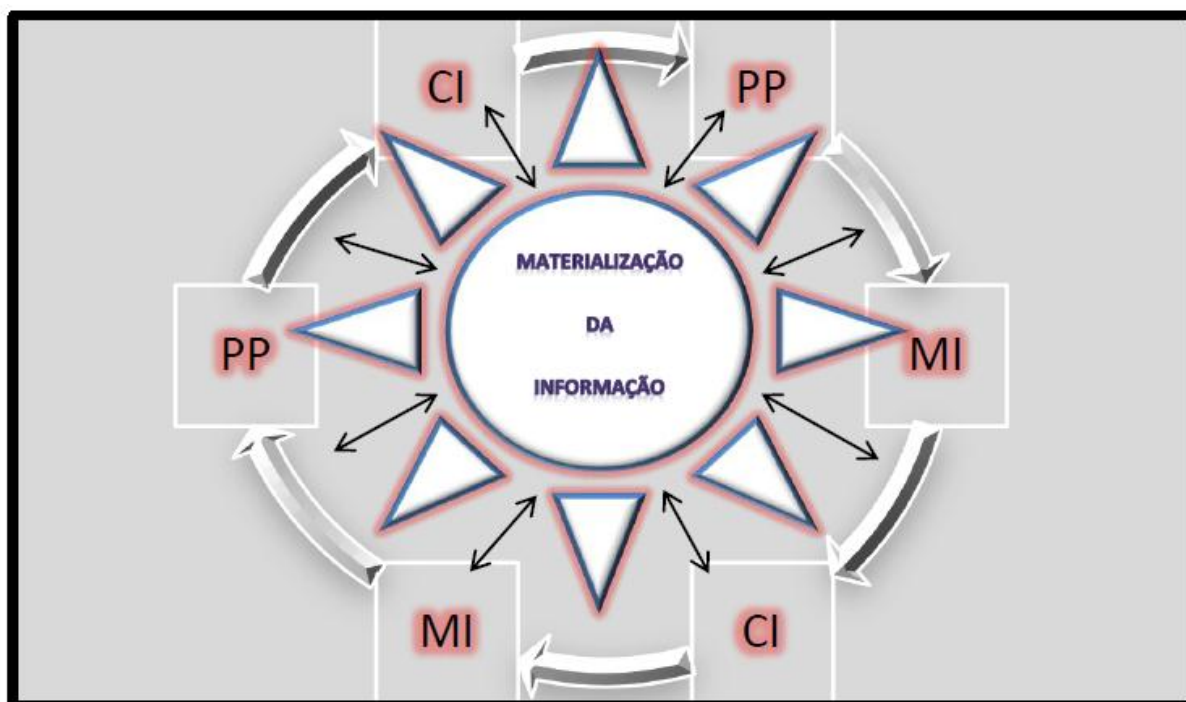
Figura 13: Os elementos da materialização da informação.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Conforme apresentado pela figura, a informação materializada é o resultado das relações entre as partículas de protoinformação, a manifestação informacional e a consciência informativa. A informação materializada é o resultado desse processo. Ela é triádica e processual como a semiose de Peirce. Contudo, deve-se salientar que a relação triádica não significa uma relação de ordem de grandezas em que um elemento sempre precede o outro. A atuação dos três elementos é processual e dinâmica. Eles sempre estarão presentes em um momento ou em outro, não importa quem vem primeiro ou depois. Não é possível identificar esta relação já que as partículas de protoinformação estão presentes antes mesmo da apropriação da informação. Elas são fugazes e efêmeras, chegam e se vão, deixando alguns rastros de sua essência ou transformando outras partes que já estavam presentes antes de sua chegada. As relações entre as partículas de protoinformação com os outros elementos da materialização da informação acontecem incessantemente em cada processo interativo do dia a dia, podendo ser na recepção de uma mensagem, de um cheiro, de uma imagem, de um sinal, de um som, de um olhar ou de um simples gesto de silêncio (Figura 14).

Figura 14: A relação processual dos elementos da materialização.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Contudo, cabe ressaltar que essa materialidade informacional não é representada exclusivamente por algo físico e tampouco precisa ser exteriorizada. A consciência informativa, além de representar um dos elementos da tríade da materialização, também pode representar um local de moradia para as partículas de protoinformação e suas relações com as manifestações informacionais. Nesse caso, a consciência informativa pode ser comparada ao discurso interior de Bakhtin.

Compreender que as partículas de protoinformação não existem na materialidade física significa concordar que essas partículas representam uma possibilidade de signo, uma materialidade ideológica, assim como o signo de Bakhtin. Essas partículas são reconhecidas e organizadas dentro de uma Consciência Informativa para, posteriormente, serem ou não exteriorizadas. Em outras palavras, uma Manifestação Informacional Física (uma obra, uma escultura, um livro, etc.) é o alicerce para receber a incorporação do signo e converter-se em informação.

Quando o signo é incorporado à manifestação, concretiza-se o processo de apropriação; quando não há incorporação do signo, a manifestação permanece sendo apenas uma encarnação material das partículas de protoinformação, ou seja, ainda não representa uma materialização estabelecida, mas simplesmente um potencial representativo que está pronto para receber uma atribuição de valor que somente o signo é capaz de oferecer. Com base no pensamento de Bakhtin, apresenta-se uma reflexão sobre as relações estabelecidas:

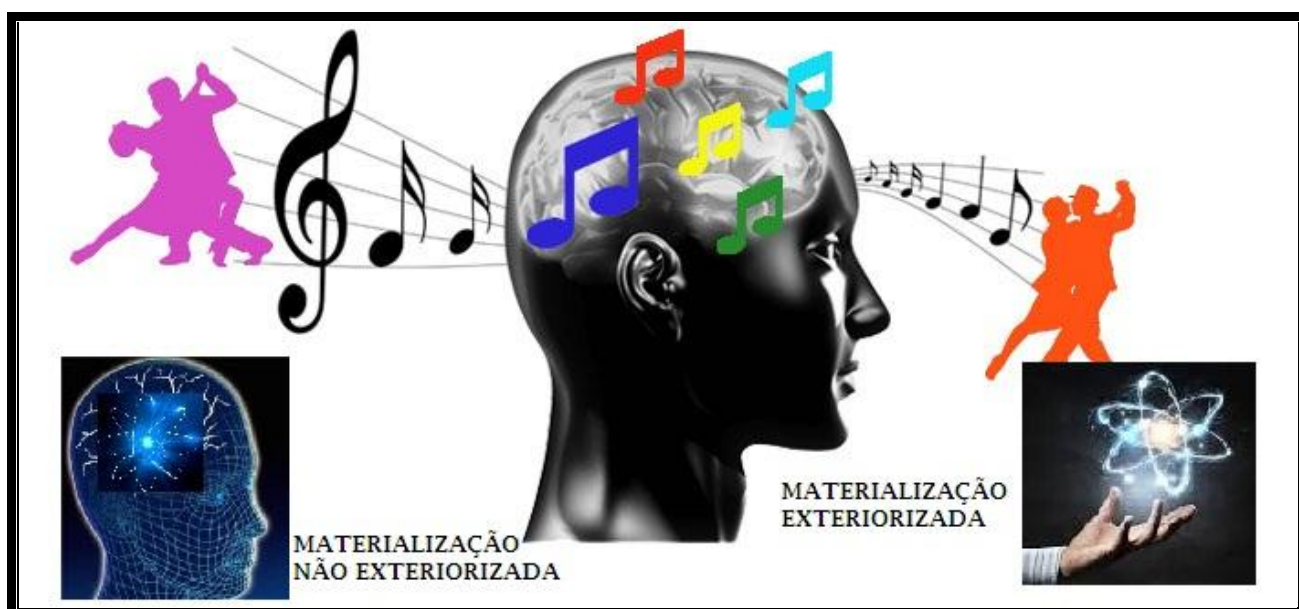
Em si mesmo, um instrumento não possui um sentido preciso, mas apenas uma função: desempenhar este ou aquele papel na produção. E ele desempenha essa função sem refletir ou representar alguma outra coisa. Todavia, um instrumento pode ser convertido em signo ideológico: é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética. A foice e o martelo possuem, aqui, um sentido puramente ideológico: os instrumentos utilizados pelo homem pré-histórico eram cobertos de representações simbólicas e de ornamentos, isto é, de signos. Nem por isso o instrumento, assim tratado, torna-se ele próprio um signo (BAKHTIN, 2014, p.31-32).

É nesse sentido que esta tese compreende o processo de materialização: primeiramente é realizado dentro do discurso interior, ou seja, na Consciência Informativa do indivíduo, podendo ou não ser exteriorizado, e quando exteriorizado, podendo ser representado por uma materialidade física ou não-física. Nesse sentido, pode-se dizer que:

Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente este tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa (BAKHTIN, 2014, p.37).

Com base na citação supracitada, cabe reiterar que a palavra tem papel fundamental na concepção da informação. É por meio dela que o signo encontra seu lugar de ocupação para ser relacionado com a consciência informativa do sujeito e, conseqüentemente, materializar aquilo que é significativo para ser exteriorizado ou permanecer no seu interior. Quando há a produção de uma exteriorização, ela pode ser representada por algo físico (um quadro, um livro, por exemplo) ou por algo não-físico (uma sensação, um grito, por exemplo). Nesse sentido, pode-se dizer que há uma materialização interior e não-física e também há uma materialização exteriorizada de forma física ou não-física (Figura 15).

Figura 15: Tipos e Modos da materialização da informação.



Fonte: Elaboração própria – 2018

Com base na figura, pode-se compreender que a materialização pode ser exteriorizada dentro de um contexto específico. Neste caso, a materialização pode ser física ou não-física. Por outro lado, a materialização pode não ser exteriorizada e permanecer no discurso interior, na consciência informativa do sujeito. Neste caso, ainda que o processo de apropriação tenha resultado uma materialização da

informação, ela permanece no discurso interior, não é exteriorizada e não ganha fisicalidade.

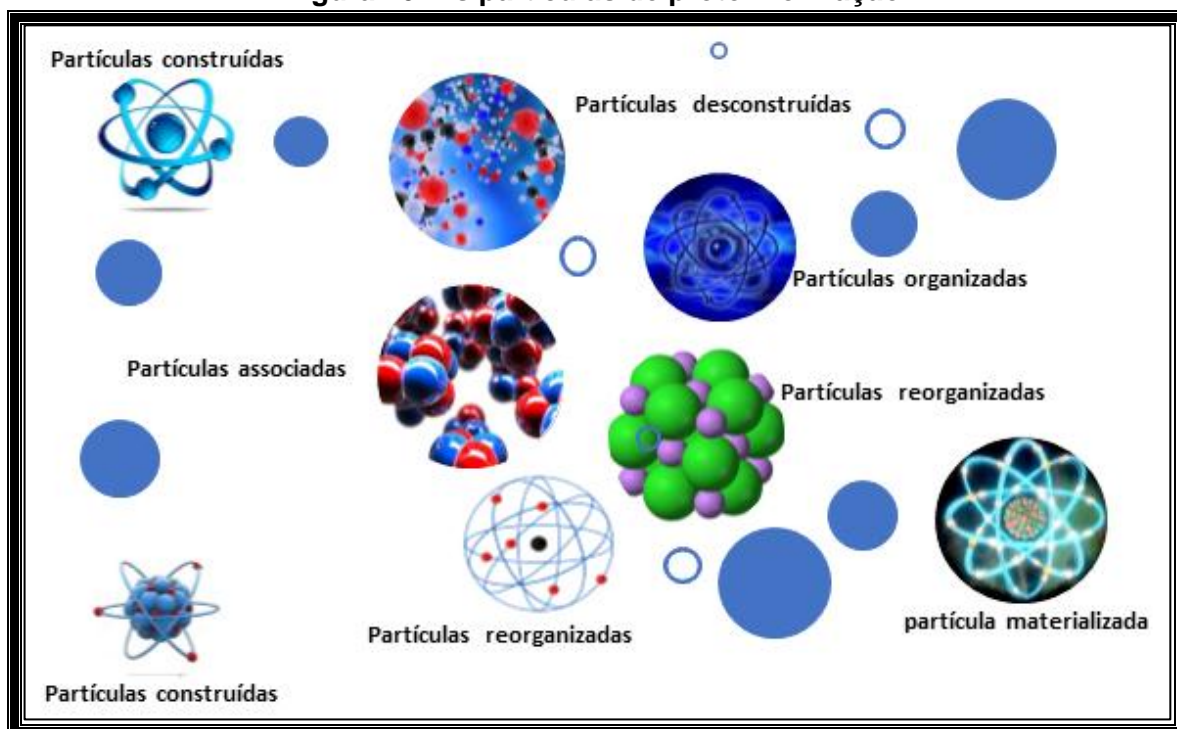
Compreende-se, então, que a materialização da informação pode ser de dois tipos: física e não-física. Também se pode dizer que há dois modos possíveis para sua produção: ela pode ser produzida interiormente e exteriorizada ou ela pode permanecer no discurso interior do sujeito e não ser exteriorizada.

Independentemente do seu tipo (física ou não-física) e de seu modo (exteriorizada ou não exteriorizada) a materialização da informação sempre será composta por três elementos que estabelecem uma relação entre si de modo constante e processual. Apresenta-se, assim, a tríade da materialização para representar a apropriação da informação por uma perspectiva semiótica e processual.

8.3 As partículas de protoinformação

As partículas de protoinformação é um conceito subjetivo e, portanto, será representado visualmente para facilitar a compreensão do processo de materialização da informação (Figura 16).

Figura 16: As partículas de protoinformação.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Estas partículas estão dispersas em todos os lugares, de modo visível ou invisível, prontas para serem organizadas, potencializadas e, enfim, para serem materializadas em informação. Assim como o vento que não se vê, as partículas podem, também, ser comparadas a um cheiro que envolve determinado ambiente. Este cheiro pode ser potencializado na consciência informativa do agente cognitivo e ativar lembranças. Por exemplo, o cheiro de um perfume pode ser comparado a partículas de protoinformação; quando este cheiro é potencializado na consciência informativa, ele automaticamente faz com que as partículas de protoinformação se organizem para materializar uma informação. Esta materialização acontece na consciência interior para depois exteriorizar-se ou não. Para melhor explicar, apresenta-se uma relação com as partículas fantasmas abordadas pela física. De acordo com Victória Flório (2016):

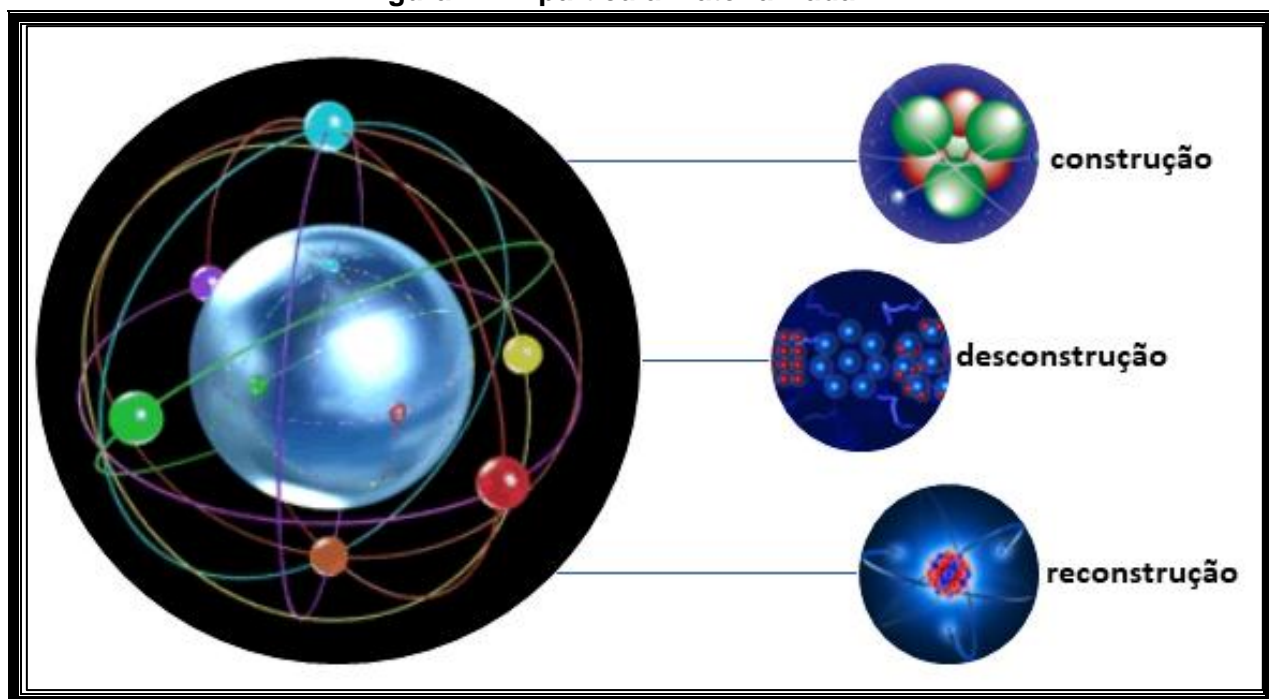
Mesmo se existisse uma lupa de aumento que nos permitisse ver essas partículas fundamentais que formam tudo o que existe na natureza, não seria possível observá-las diretamente. Além de serem incomensuravelmente pequenas e rápidas (tem um tempo de vida curto) para a nossa percepção, os físicos não imaginam essas partículas como “pedaços” da matéria, com forma e volume definidos. Encontrar uma partícula elementar é um processo indireto, mediado por detectores que medem alguma propriedade associada a elas durante um experimento. Então, se você quer deixar um físico sem resposta pergunte a ele como é um próton, um elétron ou um quark. Ele vai te falar sobre as propriedades e características dessas partículas, como ou quando interagem, mas não como são. De acordo com o físico da Unicamp, quase nenhum experimento em física envolve a observação direta: “quando enxergamos algo, na verdade, nossos olhos estão detectando a luz que foi produzida ou refletida por ele, que codificamos e interpretamos como uma imagem”. Atualmente, com a tecnologia e uso de computadores, convertemos quase todas as medições e detecções em sinais elétricos, inclusive a luz. (<http://pre.univesp.br/particulas-elementares#.W5dJyPZKjIU>).

Retomando o conceito de partículas de protoinformação associado ao cheiro, pode-se pensar que ao associar o cheiro a alguém que está chegando, produz-se uma manifestação informacional dentro da consciência informativa. A chegada da pessoa representa um ato de materialização da manifestação informacional, ou seja, concretiza-se o processo de apropriação, iniciado interiormente e exteriorizado em forma de uma ação que representa uma informação da chegada de uma pessoa.

Entretanto, pode ocorrer daquele cheiro sumir no ar e ninguém chegar. Neste caso, pode-se afirmar que houve um tipo de apropriação que se manifestou por meio

de relações e associações dentro da consciência informativa, porém não se materializou exteriormente. Outro ponto que pode ser discutido é a chegada de outra pessoa no lugar daquela a qual se associou o cheiro do perfume, em um primeiro momento. Nesse caso, verifica-se que houve o reconhecimento das partículas em relação a uma pessoa, houve a associação com a chegada dela, porém, o processo concretiza-se com a chegada de outra pessoa. Nesse caso, pode-se dizer que o processo de apropriação resultou em uma materialização que não confirmou as expectativas do agente cognitivo. Em outras palavras, o processo de apropriação é contínuo e incerto. Não há garantias para os tipos de apropriações. Todo indivíduo possui um horizonte social diferente e, desta forma, apresenta um potencial diversificado para realizar diferentes tipos de associações das partículas, construindo, destruindo e reconstruindo novas informações (Figura 17).

Figura 17: A partícula materializada.



Fonte: Elaborado pela autora – 2018.

Para desenvolver outros pontos de reflexão, parte-se de outro contexto para exemplificar as partículas de protoinformação. No lugar do cheiro do perfume, pode-se dizer que as partículas se encontram plasmadas na construção de um *outdoor* que, neste caso, é uma manifestação informacional manifestada exteriormente e fisicamente.

Situando-se no âmbito da consciência informativa, há diferenças substanciais no modo como as partículas serão reconhecidas de modo significativo ou não, positivamente ou negativamente. É necessário levar em consideração todas as circunstâncias que envolvem o ato da apropriação. Um *outdoor* que apresenta a divulgação de uma grande empresa resultará significações diferentes para o chefe da empresa que tem a sua imagem estampada no *outdoor* e para o funcionário que foi demitido recentemente por disputas de poder. Independentemente do mundo exterior ao *outdoor*, é fato que ele é formado por diversos elementos que esta pesquisa chama de partículas de protoinformação. Estas partículas possuem diferentes estruturas, visíveis e invisíveis, concretas e abstratas. Pensando na composição visível, pode-se imaginar sua representação por cores, letras, figuras, siglas, números, etc. Contudo, além desses elementos, há outros implícitos que podem ser construídos segundo a atuação do sujeito cognitivo. De fato, relacionando todos os elementos ali presentes (explícitos ou implícitos), cada sujeito reconhecerá aqueles que são significativos para ele, desenvolvendo seu potencial em informação. Em outras palavras, quando uma pessoa passa rapidamente diante de uma manifestação informacional, dificilmente ela consegue captar todos os elementos que a compõem. Mesmo que ela consiga captar grande parte, há outros elementos implícitos que podem ser captados de acordo com as relações estabelecidas dentro da consciência informativa de cada um, em determinado momento. É como ler um livro ou ver um filme. Cada vez que o livro é lido ou o filme é assistido novamente, os mesmos elementos são potenciais em informação e podem reorganizar algum trecho do livro o do filme, reconstruindo uma informação antes imperceptível.

O mesmo *outdoor* pode possibilitar novas associações das partículas de acordo com os agentes cognitivos diferentes. Supõe-se que uma pessoa após anos de dedicação tenha sido demitida injustamente. Possivelmente, as construções realizadas na consciência informativa dessa pessoa carregam elementos afetivos negativos que influenciarão a representação daquela imagem na construção da informação do *outdoor*. Todos os elementos ali explícitos e, principalmente os implícitos, potencializam manifestações diferentes na consciência informativa da pessoa.

Considerando que, ao término da visualização do *outdoor*, a pessoa decida ir à festa para reencontrar seu chefe e pedir explicações. Todo esse potencial

associativo representado pelas partículas de protoinformação e transformados em uma apropriação na consciência informativa, pode ser materializado seguindo ou não as expectativas do sujeito. Caso ele encontre seu chefe na festa, a materialização da informação coincide com as expectativas criadas na apropriação interna; caso o chefe não apareça na festa, a materialização da informação se concretiza de forma diferente àquela construída na consciência informativa. Por outro lado, para outros funcionários da empresa, o mesmo *outdoor* representa apenas uma divulgação da festa que ocorre todos os anos na empresa.

Por outro lado, para uma pessoa que não conhece a empresa, a representação do *outdoor* parece não produzir associações das partículas ali presentes, ou seja, parece que elas não são materializadas nem interiormente, nem exteriormente. Contudo, aquelas partículas, ao serem visualizadas, ficam plasmadas na consciência informativa do sujeito, ainda que inconscientemente. Bakhtin exemplifica esta situação por meio das relações que acontecem no processo de comunicação verbal:

[...] o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* [...] (BAKHTIN, 1997, p.290, grifo do autor).

Retomando o exemplo do *outdoor* com a questão abordada por Bakhtin, pode-se compreender que a pluralidade de relações estabelecidas por diferentes sujeitos com o mesmo *outdoor* resultam diferentes apropriações. Este resultado nem sempre é produzido imediatamente pela atitude responsiva ativa. Para Bakhtin, a passividade é um elemento da compreensão responsiva. Em outras palavras, nem sempre a compreensão responsiva ativa é materializada imediatamente após um enunciado (no caso presente, após uma apropriação), mas pode permanecer muda por um tempo:

A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente. Uma resposta fônica, claro, não

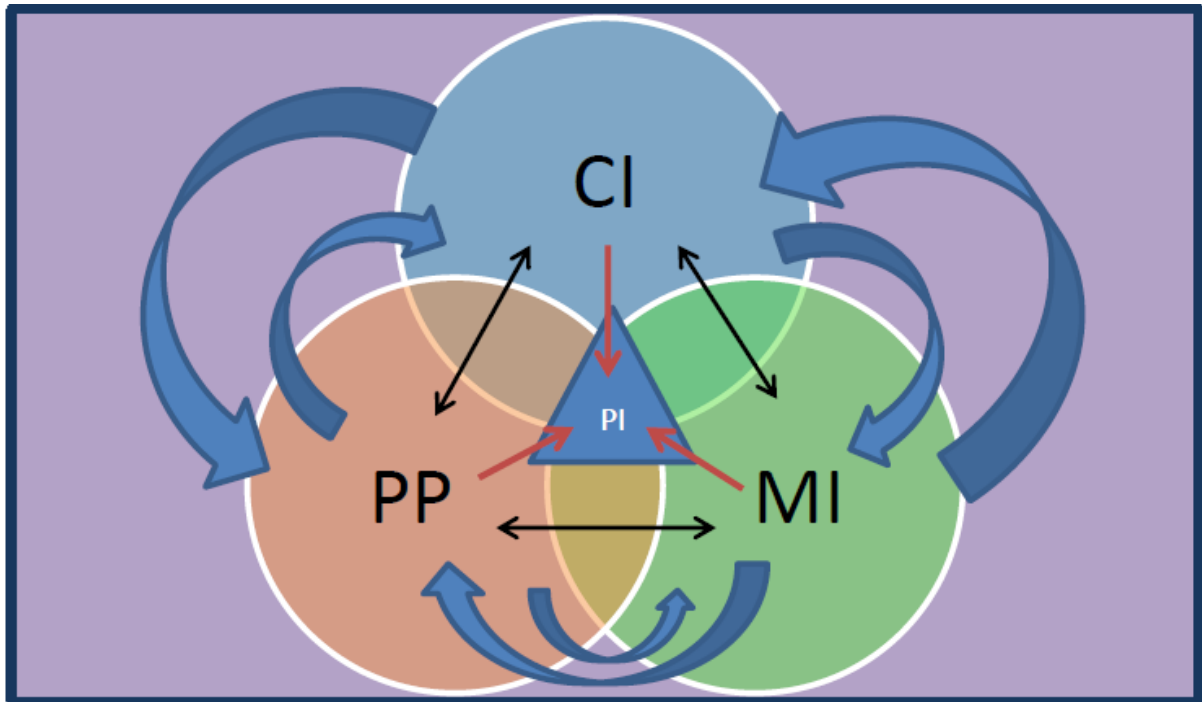
sucedem infalivelmente ao enunciado fônico que a suscita: a compreensão responsiva ativa do que foi ouvido (por exemplo, no caso de uma ordem dada) pode realizar-se diretamente como um ato (a execução da ordem compreendida e acatada), pode permanecer, por certo lapso de tempo, compreensão responsiva muda [...] poderíamos dizer, de uma compreensão responsiva de ação retardada: cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte (BAKHTIN, 1997, p.290-291).

Refletindo acerca da compreensão responsiva de ação retardada, pode-se fazer um paralelo com a compreensão do *outdoor* em um momento posterior à sua visualização. Ou seja, pensando naquele sujeito que não conhecia a empresa e simplesmente visualizou o *outdoor* sem reproduzir nenhuma ação imediatamente, após alguns dias, ao assistir uma propaganda na televisão sobre a mesma festa anunciada no *outdoor*, o sujeito que não conhecia a empresa, pode reconhecer as partículas de protoinformação, pode realizar associações entre as partículas e pode materializá-las em informações.

8.4 Os elementos da Tríade e o Processo de Apropriação

Com o intuito de compreender o que seja a informação dentro de uma perspectiva semiótica, social e cultural, apresentou-se uma relação entre as partículas de protoinformação, a Consciência Informativa e as Manifestações Informacionais como elementos constituintes do processo de materialização da informação, resultando a informação materializada, também denominada por esta pesquisa de Pirâmide Informacional (PI), ou seja, a materialidade é considerada uma composição triádica de relações entre Partículas de Protoinformação (PP), Consciência Informativa e Manifestações Informacionais (MI) que acontecem no discurso interior do indivíduo. Esta materialidade, representada simbolicamente por uma pirâmide que expressa sua composição triádica, pode ou não ser exteriorizada em um contexto social. A relação entre os três elementos da tríade da materialização produz a Informação Materializada ou Pirâmide Informacional conforme pode ser observado na figura a seguir (Figura 18).

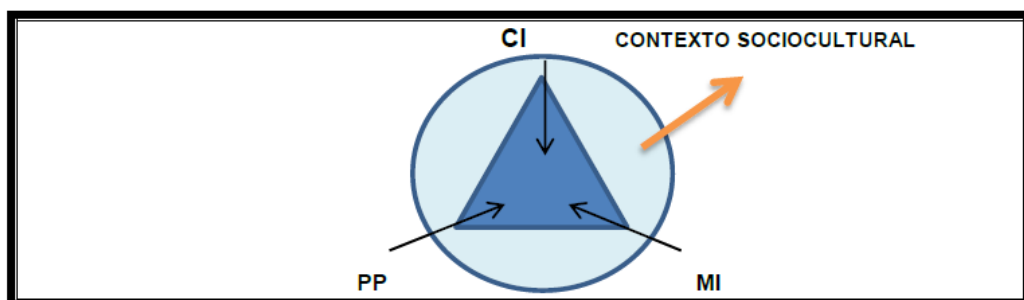
Figura 18: A tríade da materialização.



Fonte: Elaboração própria – 2018

A materialização da informação pode ser representada por uma materialidade física ou não-física. Quando ela a materialidade ganha a fisicalidade ela é exteriorizada, apresentando em sua constituição os mesmos elementos da tríade. Para melhor representar esta relação dinâmica de exteriorização, optou-se por realizar um movimento de deslocamento da figura representada pela pirâmide informacional presente no núcleo do processo de materialização para que se possa observar a materialidade na instancia de sua fisicalidade exteriorizada fora das relações do discurso interior. Realizou-se, então, a representação simbólica da pirâmide informacional exteriorizada (Figura19).

Figura 19: Pirâmide Informacional - Informação Materializada.

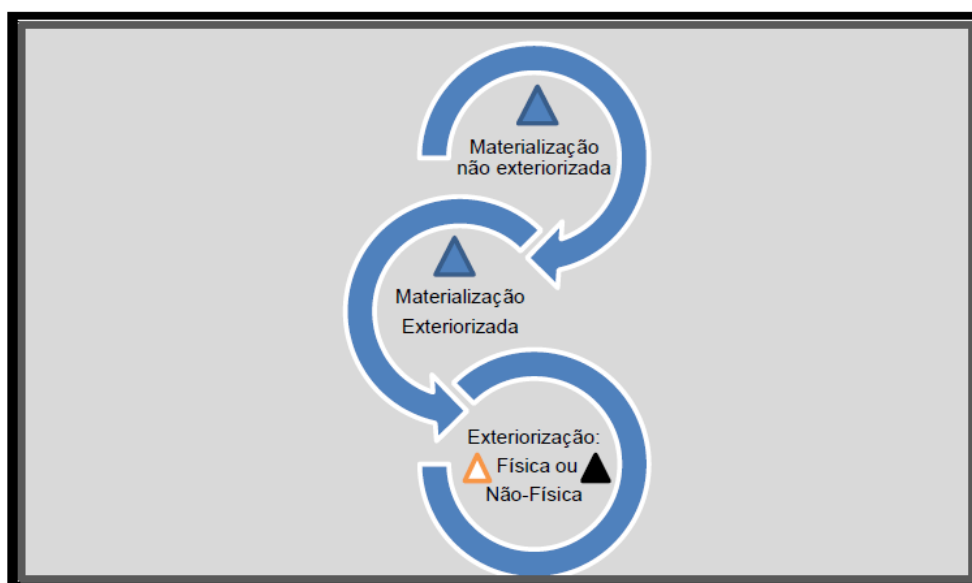


Fonte: Elaboração própria – 2018

Cabe ressaltar que esta manifestação informacional, representada por uma materialidade física, possui em sua composição as partículas de protoinformação e a consciência informativa que sempre farão parte de sua constituição. A divisão em partes é somente para facilitar a compreensão de algo subjetivo, porém, tudo está misturado dentro da pirâmide, tudo é forma e conteúdo ao mesmo tempo. Esta pirâmide possui todos os elementos anteriormente materializados no discurso interior como uma materialização não-física e, após ser exteriorizada dentro de um contexto sociocultural pode ser apreendida por meio de uma representação física ou não-física.

Considerando que a existência da informação depende da consciência informativa, pode-se dizer que esta pirâmide equivale a um signo informacional, ou seja, a encarnação material do signo dentro de uma manifestação informacional. Este signo (informação materializada), sendo ideológico, só existe na relação com o outro dentro de um contexto social. É importante compreender que as manifestações informacionais possuem as partículas de protoinformação na sua constituição, porém, ainda não se constitui uma informação; é preciso a atuação da consciência informativa para produzir a materialização da informação. Este processo pode resultar uma materialização que se exterioriza ou permanece no discurso interior sem ser exteriorizada (Figura 20).

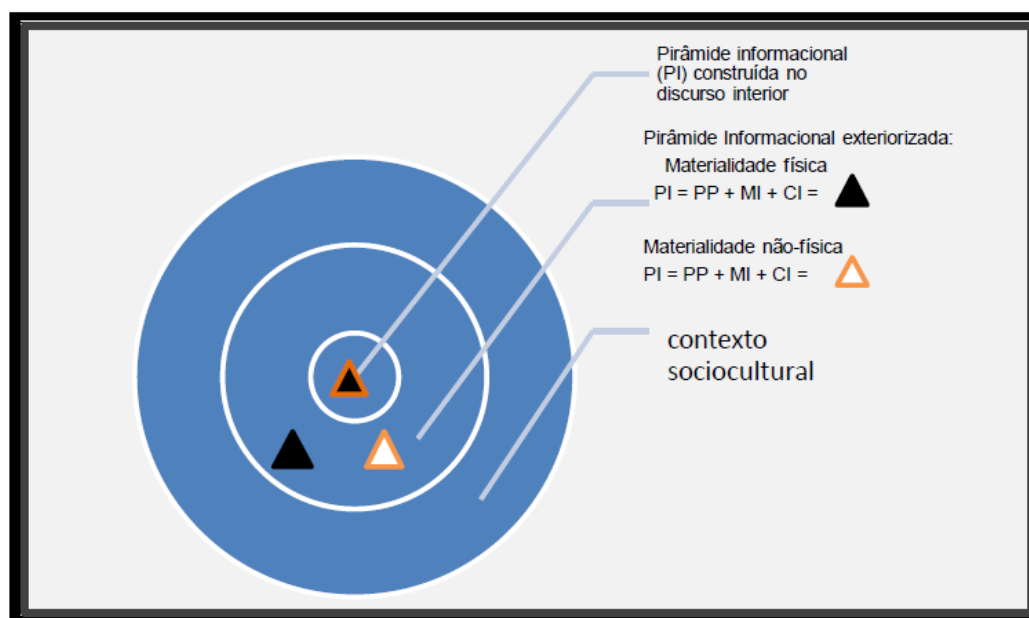
Figura 20: Materialização interior e exterior



Fonte: Elaboração própria – 2018

Quando a informação já materializada no discurso interior é exteriorizada, ela pode ser representada por uma forma física ou não-física. É importante ressaltar que a informação materializada é denominada de pirâmide informacional pelo fato de possuir em sua composição os três elementos básicos: as partículas de protoinformação (PP), a manifestação informacional (MI) e a consciência informativa (CI). Independentemente de seu local de materialização (interior ou exterior), toda informação possui os três elementos (PP, MI e CI) em sua constituição que atuam de forma dinâmica e interativa nas mais simples ações, interações e relações cotidianas que podem permanecer na consciência informativa sem ganhar a fisicalidade ou podem ser exteriorizadas por meio de uma materialidade física ou não-física (Figura21).

Figura 21: Pirâmide Informacional no Discurso Interior.



Fonte: Elaboração própria – 2018

Compreender a processualidade da informação implica considerar sua materialidade. Esta pesquisa compreende que a materialização da informação está relacionada ao entendimento da informação como signo. Nesse sentido, a informação é tudo aquilo que se encarna em signos e compreender o signo é compreender a materialidade não-física. A materialização de um signo não está limitada a sua fisicalidade. É por isso que o estudo do processo de apropriação da informação é algo emergente que precisa ser refletido e discutido além da

materialidade física. É importante salientar que a materialidade pode ganhar a fisicalidade, mas se não houver o físico, a materialidade já existe na própria encarnação de signos presentes no discurso interior. A fisicalidade é apenas um estado da materialização que já existe de forma não-física antes de ser exteriorizada.

Quando as partículas se materializam na consciência informativa e não se exteriorizam, verifica-se que o processo de materialização é representado por uma materialização não-física, contudo a presença da manifestação informacional pode atuar como um símbolo que se estabelece dentro do pensamento para processar os significados na consciência informativa. Quando as partículas se exteriorizam por meio de uma manifestação informacional, apresenta-se uma produção exterior, ou seja, uma materialização da informação que pode ser representada por algo físico ou não-físico, por exemplo, uma sensação de prazer ou dor. Independentemente, do tipo e do lugar da materialização, ela sempre apresentará uma relação entre as partículas de protoinformação, a manifestação informacional e a consciência informativa. Ou seja, ambas as materializações (interior e exterior) possuem os mesmos elementos. Sendo assim, denomina-se esta materialização de pirâmide informacional cuja construção é realizada durante o processo de apropriação da informação.

Cabe salientar que este processo de apropriação não é fixo. Toda informação materializada possui um tempo determinado de atuação dentro de um discurso interior ou de um contexto exterior específico. Compreende-se, assim, que a apropriação é um processo contínuo de materialização que sempre se renova porque sempre depende da atuação do indivíduo.

É uma ilusão pensar no significado de uma palavra algo fixo. A palavra está em constante mudança segundo as relações estabelecidas entre contextos e indivíduos. Para Bakhtin (2011, p.140), “A palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em desenvolvimento e transformação contínuos, e reflete sensivelmente toda forma de mudança e convulsão sociais. Os destinos da palavra são os destinos da sociedade falante”. Ainda, segundo o autor, “A palavra na vida, com toda evidência, não se centra em si mesma. Surge da situação extraverbal da vida e conserva com ela o vínculo mais estreito. E mais, a vida completa diretamente a palavra, a que não pode ser separada da vida sem que perca seu sentido” (BAKHTIN, 2011, p.154).

O significado de uma palavra pode ser fixo por um determinado momento, mas não todo o momento. Haverá um instante em que a encarnação material do signo (a palavra) se encontrará livre para ser preenchida por outros signos, ou seja, a materialização será destruída para novas reconstruções que serão realizadas pelas interações entre sujeitos sociais, entre consciências e enunciações. Nesse sentido, Bakhtin discorre sobre a relação da palavra em função do interlocutor:

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2014, p.117, grifo do autor).

Refletindo sobre a metáfora da ponte utilizada por Bakhtin, pode-se dizer que a sua manutenção depende das duas extremidades, ou seja, se uma extremidade é destruída, é preciso encontrar outra extremidade para que a ponte se reestabeleça. Desse modo, explica-se a materialização momentânea. A partir do momento que a ponte deixa de ser sustentada, a informação materializada é desconstruída. Entretanto, desconstrução não significa destruição. Suas partes ainda estão presentes de alguma forma, esperando que alguém faça novas relações e reconstrua a ponte de outra forma, em outro lugar, com outros elementos.

Bakhtin discute a questão da materialização da palavra enquanto ato físico e como signo. Tal discussão traz à tona a complexidade presente nos múltiplos significados que uma palavra pode representar:

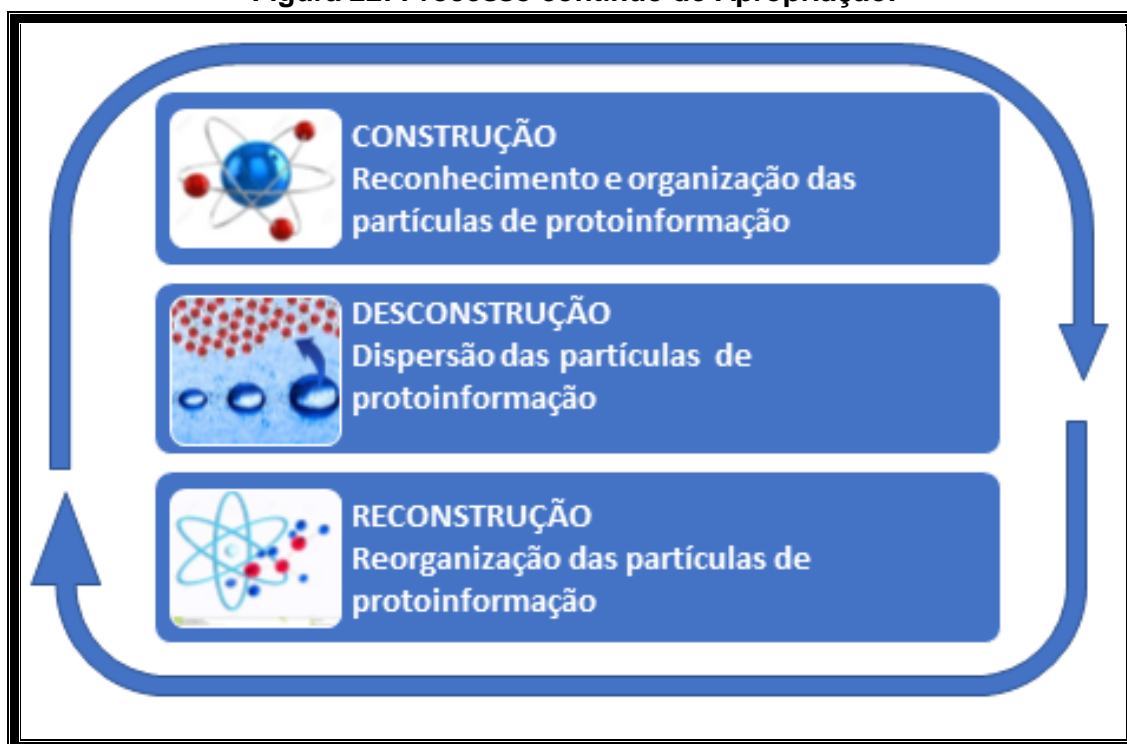
Mas como se define o locutor? Com efeito, se a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira, cabe-lhe contudo numa boa metade. Em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é então sua propriedade inalienável. É o instante do ato fisiológico da materialização da palavra. Mas a categoria da propriedade não é aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente fisiológico.

Se, ao contrário, considerarmos, não o ato físico de materialização do som, mas a materialização da palavra como signo, então a questão da propriedade tornar-se-á bem mais complexa. Deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização

deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais (BAKHTIN, 2014, p.117).

Em outras palavras, a informação materializada possui um tempo de vida de acordo com as novas relações estabelecidas pelos sujeitos sociais. Após um tempo, esta materialização é desfeita, e aquilo que era informação passa novamente a ser um potencial, passa a ser novamente uma protoinformação, porém com uma nova carga ideológica de resíduos deixados pela encarnação material dos signos ali presentes durante o tempo de materialização. Após a desconstrução, há uma dissolução de partículas de protoinformação que possibilita novas possibilidades seletivas e associativas para construir outras informações (Figura 22).

Figura 22: Processo contínuo de Apropriação.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Com base na figura 22, desenvolveu-se a ideia de apropriação como um processo contínuo de materialização da informação. Contudo, considerou-se que a materialização não precisa ser necessariamente física, podendo acontecer apenas na consciência informativa do sujeito. Outro ponto importante foi o fato da materialização física não ser definitiva. Ainda que o suporte seja o mesmo, as manifestações podem ser diferentes. Esta situação é abordada por Capurro e

Hjørland ao discorrerem sobre o conceito de informação nas ciências humanas e sociais:

Em contraste com o conceito de informação de Dretske, a teoria semântica da situação define informação dentro de uma estrutura realista e não apenas cognitivista. Os conteúdos de informação não são dependentes do conhecimento do receptor, o k de Dretske, mas dos tipos de situação. Dois receptores diferentes podem extrair, devido a limitações e fatos diversos, diferentes conteúdos de informação a partir de um mesmo sinal (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.171).

Nesse sentido, compreendeu-se que a apropriação é um processo contínuo, estabelecido por relações dialéticas de ordem e desordem, construções e reconstruções. É preciso desorganizar para organizar o novo ou reorganizar o velho de uma nova maneira, ou seja, “[...] cada ruptura da organização banal pressupõe um novo tipo de organização, *que é desordem em relação à organização anterior, mas é ordem em relação a parâmetros adotados no interior do novo discurso*” (ECO, 1991, p.123, grifo do autor). Ainda, segundo o autor:

Ordem e desordem são conceitos relativos; somos ordenados em relação a uma desordem anterior e desordenados em relação a uma ordem posterior, exatamente como somos jovens em relação a nosso pai e velhos em relação a nosso filho, libertinos em relação a um sistema de regras morais e moralistas em relação a outro mais dúctil (ECO, 1991, p.107, grifo do autor).

A importância de se refletir sobre a relação entre ordem e desordem no tocante às partículas de protoinformação está no fato de explicar a não destruição das partículas. Ao contrário, elas estão sempre se organizando em relação a uma desordem anterior. Em outras palavras, a materialização de uma informação por um sujeito qualquer representa uma organização dentro de sua consciência, porém, sua exteriorização pode representar uma desorganização para outro sujeito que reconhecesse e associa as partículas de outra forma. Esta reorganização das partículas por este segundo sujeito representa uma nova organização dentro de sua concepção, contudo, também representa, ao mesmo tempo, uma antiga desorganização em relação ao sujeito anterior. Para ampliar a reflexão sobre a atuação do sujeito e a materialização das partículas de protoinformação, cabe dialogar com a citação de Eco ao trabalhar com a temática de informação e transação psicológica em *Obra aberta*:

O sujeito procede através de uma série de hipóteses e tentativas, guiadas pela experiência, que proporcionam como resultado não as formas dos gestaltistas, estáticas e preestabelecidas, mas estruturas móveis e reversíveis (pelo que o sujeito, após reunir os dois elementos de uma relação, pode dissociá-los e voltar assim ao ponto de partida).

Piaget dá o exemplo da relação $A + A' = B$, que pode assumir as formas variáveis de $A = B - A'$, ou então $A' = B - A$, ou ainda $B - A = A'$ e assim por diante. Nesse jogo de relações possíveis não há um processo unívoco, como se daria na percepção, mas uma possibilidade operatória que permite várias reversões [...] (ECO, 1991, p.135).

Em suma, é necessário enfatizar que desconstrução não é sinônimo de destruição (eliminação). As partículas de protoinformação não são destruídas. Em vez disso, elas se dispersam no mundo para novas associações, resultando na materialização de outras informações. Uma partícula desconstruída significa sua dispersão no espaço, convertendo-se em novos potenciais de informação. Uma vez jogada no universo, a partícula de protoinformação jamais deixará de existir. Ela sempre estará plasmada de inúmeras formas e associadas em diferentes manifestações físicas ou não. Se mantidas na consciência informativa do indivíduo, estas partículas, convertidas em signo, estarão prontas para serem exteriorizadas no momento ideal.

8.5 Os Níveis de Apropriação

Com base nos exemplos desenvolvidos no tópico anterior e considerando as relações estabelecidas pela tríade da materialização, compreendeu-se que o processo de materialização da informação acontece em diferentes níveis. Considerando que a materialização não precisa ser necessariamente física, partiu-se do pressuposto de que a materialização pode acontecer no discurso interior do sujeito, ou seja, na consciência informativa do agente cognitivo.

Partindo dessa concepção, esta pesquisa reconheceu que a apropriação sempre existe no processo de interação. Contudo, sabe-se que sua materialização nem sempre coincide com as expectativas de quem a produziu e nem sempre supre as necessidades informacionais do agente cognitivo.

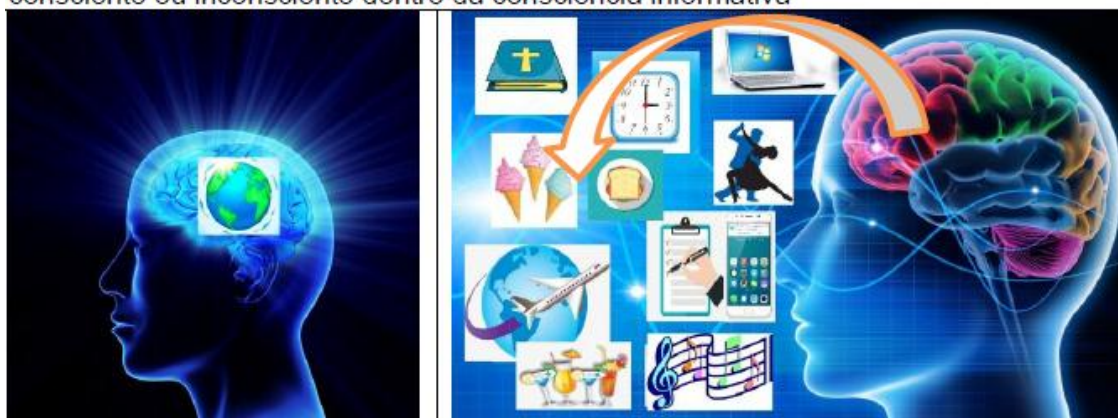
Em suma, foi possível compreender que o processo de apropriação da informação é algo inacabado e em desenvolvimento e que a apropriação de alguma forma sempre acontecerá, seja em níveis e modos diferentes (Figura 23).

Figura 23: Os níveis de apropriação.



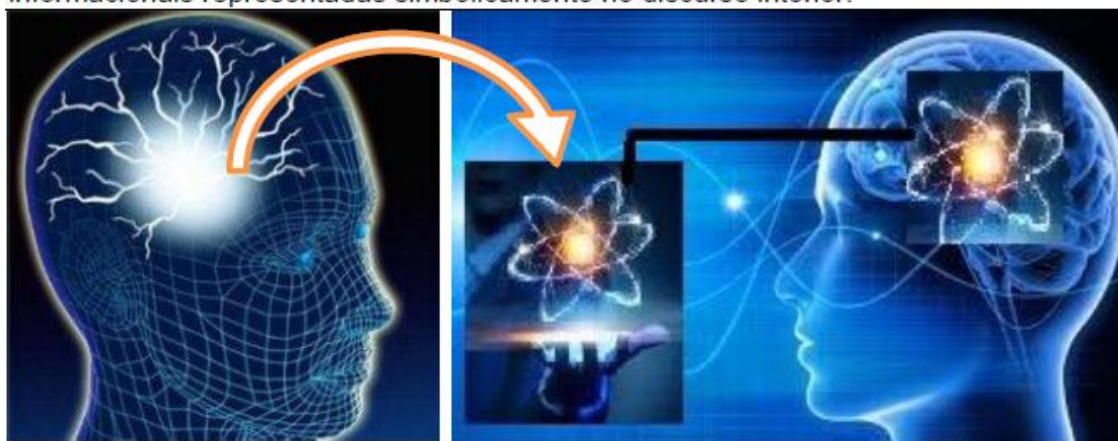
Nível 1 Reconhecimento e seleção

Reconhecimento (total ou parcial) das partículas de protoinformação presentes em uma manifestação informacional. Este reconhecimento conduz a uma seleção consciente ou inconsciente dentro da consciencia informativa



Nível 2 Associação

Após o reconhecimento e a seleção das partículas acontece uma associação dessas partículas com todo o conhecimento que já existe pelo acionamento de partículas anteriores. Esta associação possibilita o diálogo das partículas com as manifestações informacionais representadas simbolicamente no discurso interior.



Nível 3 Materialização

O reconhecimento e a associação das partículas possibilitam sua materialização no discurso interior. Este resultado pode ser exteriorizado ou não. Quando a materialização é exteriorizada pode ser representada por uma materialidade física ou não-física.

Fonte: Elaboração própria – 2018.

Em suma, o processo de apropriação da informação se inicia pelo reconhecimento das partículas de protoinformação, passa por um processo de associação e organização dessas partículas, transformando-as em uma manifestação informacional interior que pode ser materializada externamente de forma física ou não. Comparando com a teoria do signo dialético, pode-se fazer uma analogia com a manifestação da palavra e seu significado.

Assim como as partículas de protoinformação, as palavras por si só não significam nada. Sua conversão em signo depende do uso que se faz dela, ou seja, das relações estabelecidas e reconhecidas de forma significativa pelo sujeito cognitivo e social. Nesse sentido, as partículas de protoinformação dependem de suas associações para resultar na informação materializada, ou seja, o sujeito cognitivo tem papel fundamental na materialização da informação e atua como protagonista no processo de construção. É importante destacar que os níveis em que a apropriação acontece não possuem uma ordem de grandeza de um sobre o outro. Também é importante salientar que o sujeito não é responsável pela escolha do nível em que acontece a apropriação. Todas essas ações podem acontecer no inconsciente do sujeito, ou seja, ainda que ele negue sua formação cultural, pode ser possível que ele realize determinadas apropriações que já passaram pelo nível do reconhecimento e da associação em algum momento de sua vida e todas essas ações podem gerar uma representatividade simbólica no nível da materialização (Figura 24).

Figura 24: O sujeito e a consciência informativa

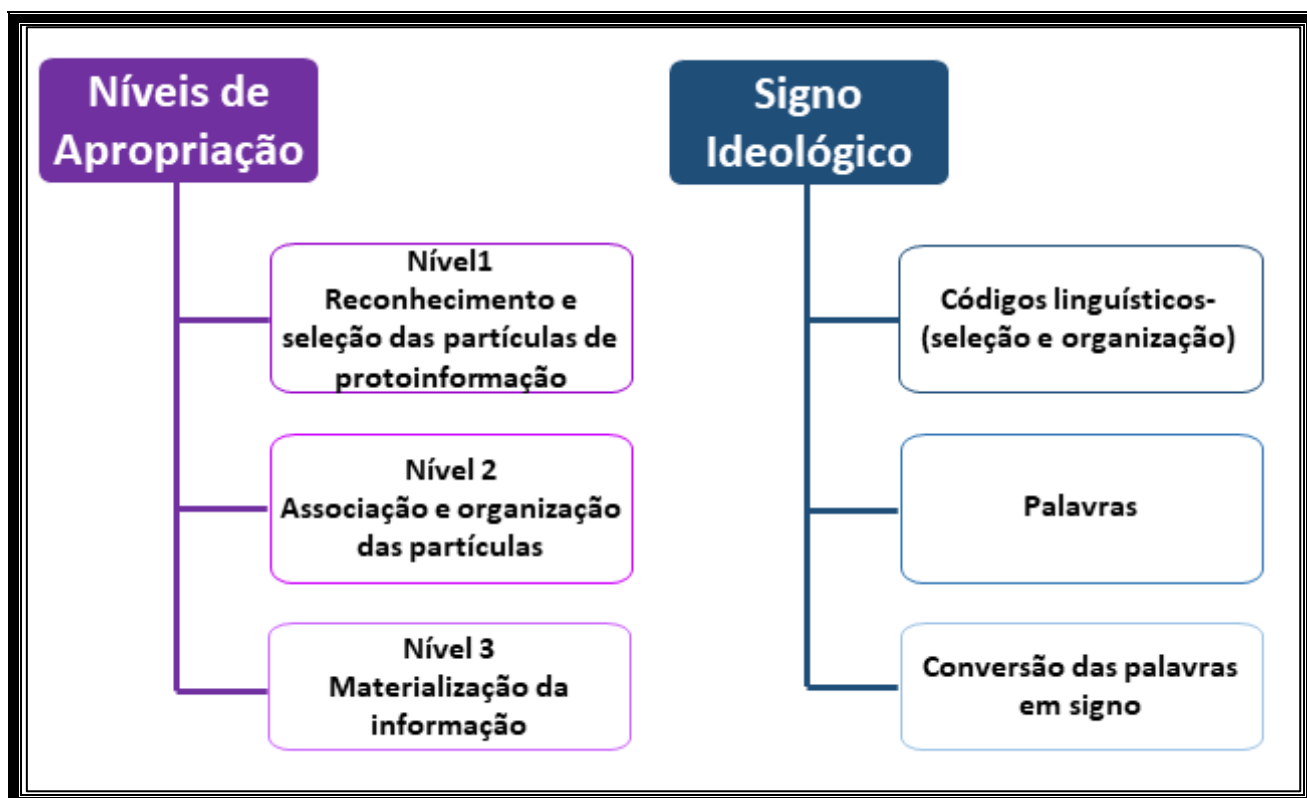


Fonte: Elaboração própria – 2018.

Com base na figura acima, pode-se compreender que a materialização da informação não acontece de forma linear. A presença dos três níveis de forma ordenada em nível 1 (reconhecer e selecionar), nível 2 (associar) e nível 3 (materializar), conforme apresentado anteriormente, não indica que a atuação do sujeito no processo de materialização passará pelos três níveis de forma ordenada e linear. Uma coisa é a realização dos três níveis, outra é o momento em que os níveis são acionados. Em outras palavras, ainda que seja necessária a presença de todos os níveis, isto não significa que eles atuarão simultaneamente. Deve-se considerar que o acionamento das partículas de protoinformação pode ter acontecido anteriormente, em outro momento, diferente do momento da materialização.

Considerando que esta pesquisa compreende a informação como um signo ideológico, pode-se afirmar que a palavra acompanha toda criação ideológica. Nesse sentido, realizou-se uma analogia entre os níveis de apropriação com as concepções de Bakhtin para compreender e refletir sobre o processo de apropriação dentro das concepções abordadas na área da CI (Figura 25).

Figura 25: Bakhtin e os Níveis de Apropriação



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Pode-se destacar que as relações estabelecidas entre Bakhtin e a materialização da informação são pertinentes para pesquisas na CI que se desenvolvem dentro do paradigma social. Considerar que os códigos linguísticos fazem parte do processo de materialização da informação por meio da palavra é necessário, contudo, precisa-se considerar que a conversão das palavras em signos não precisa, necessariamente, ser representada por uma materialidade física, a encarnação dos signos pode permanecer no discurso interior ou ser exteriorizada sem a presença de uma fisicalidade.

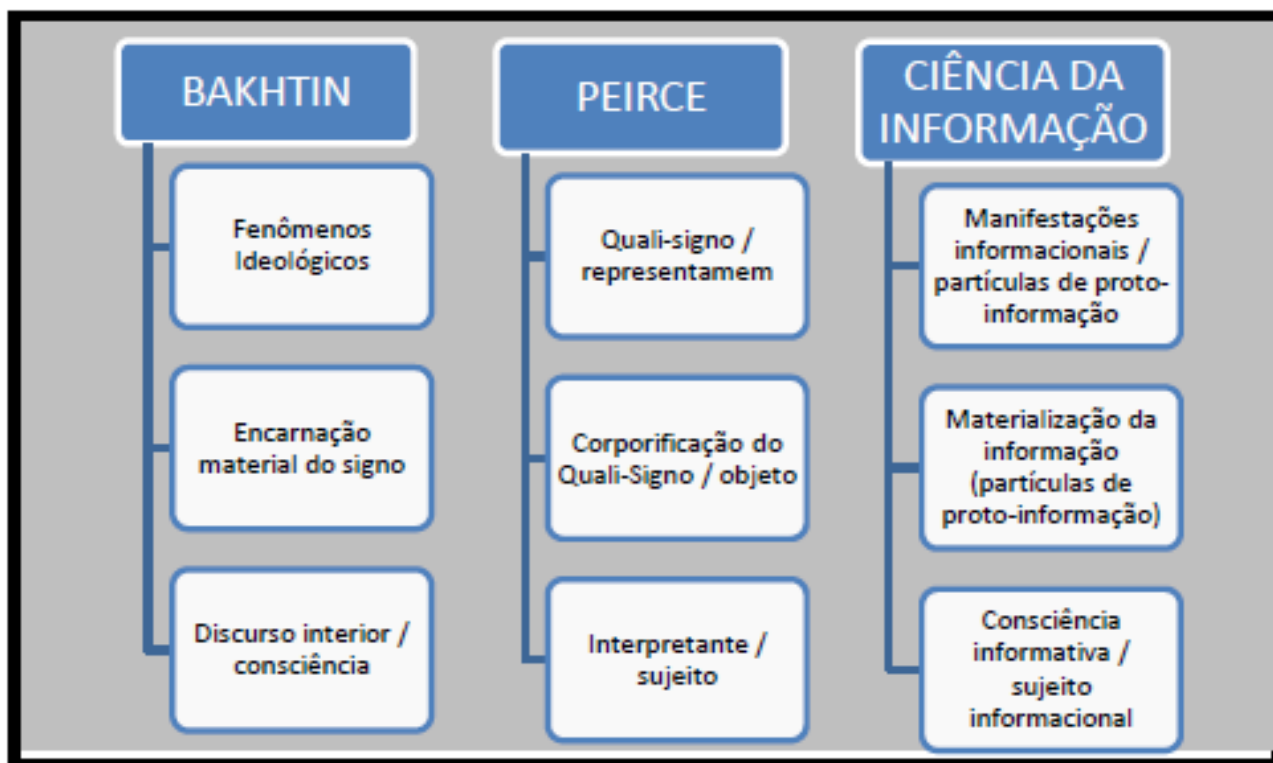
8.6 Novas concepções sobre o processo de apropriação da informação

Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absoluta certa, mas dialogar com a incerteza.

Edgar Morin

Considerando as relações estabelecidas, pretende-se refletir sobre os conceitos trazidos pela CI sob uma nova perspectiva, enfatizando o processo de apropriação. Para tanto, utilizam-se os conceitos de Bakhtin de forma adaptativa para se trabalhar os conceitos na área da CI. Desse modo, o que Bakhtin chama de fenômenos ideológicos, encarnação material do signo e discurso interior, são denominados, por esta pesquisa, de manifestações informacionais, materialização da informação e consciência informativa, respectivamente (Figura 26).

Figura 26: As relações entre Bakhtin e Peirce para os estudos da CI



Fonte: Elaboração própria – 2018.

Com base nos novos conceitos, apresentam-se relações estabelecidas entre protoinformação, manifestações informacionais, materialização da informação, agente cognitivo e contexto social. Estas relações visam à possibilidade de visualizar

e compreender a informação segundo a perspectiva do paradigma social que a considera como um conceito subjetivo e, portanto, imaterial.

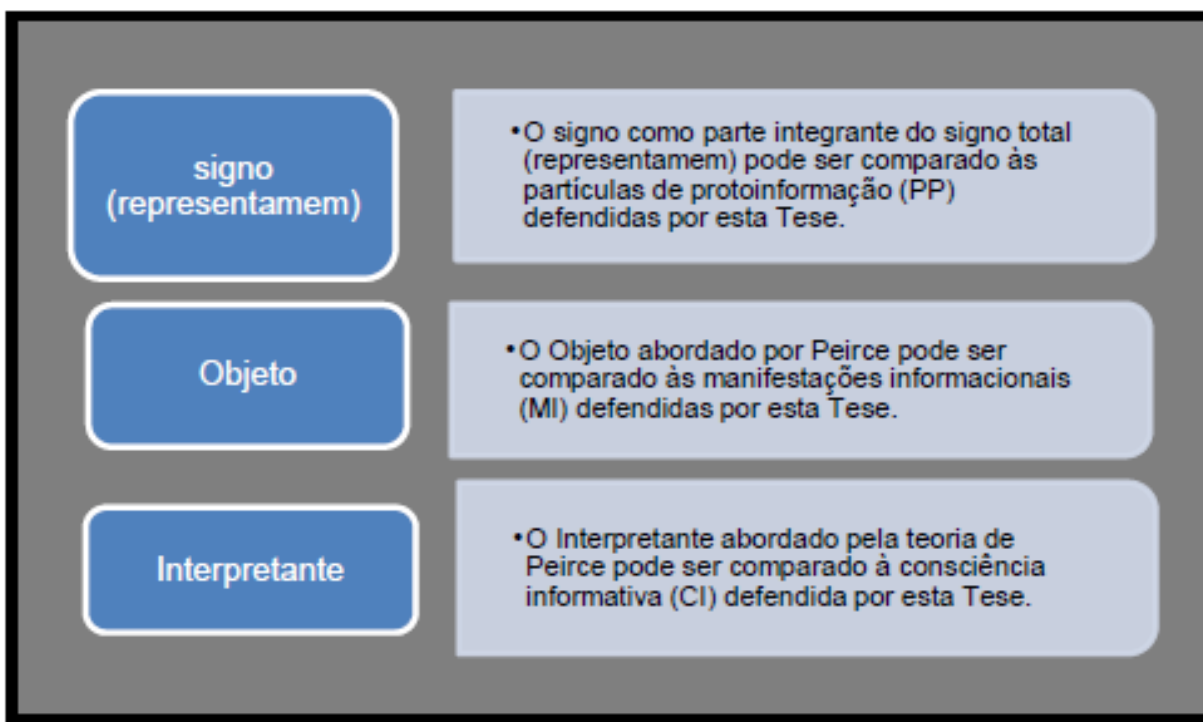
Ao estabelecer um paralelismo entre Bakhtin e Peirce, foi possível criar o processo de materialização com base no processo de semiose e, além disso, realizou-se uma relação entre os elementos que compõem o processo de materialização fazendo uma diferença entre o signo triádico de Peirce e o signo ideológico de Bakhtin dentro do processo de materialização.

8.7 Apropriação da Informação e Peirce

Para Peirce (1972, p.96): “O signo só pode representar o Objeto e referir-se a ele. Não pode propiciar trato ou reconhecimento do Objeto [...]”. Portanto, parte-se da ideia de que não é possível representar ou reproduzir o próprio objeto, ou seja, as manifestações informacionais. O que se pode produzir como informação são réplicas de algo que já foi apropriado em algum momento anterior por outros sujeitos e, desse modo, a nova construção representa uma nova apropriação que possui em sua construção partículas de protoinformação que já foram infinitamente utilizadas e modificadas anteriormente. Com base nessas ideias, afirma-se que o signo como elemento que se relaciona com o objeto e com o interpretante é somente uma parte da construção do signo como resultado de um processo de apropriação, ou seja, este elemento ‘signo’ (*representamem*) não pode representar o objeto total e, desse modo, não é uma informação materializada, é apenas uma parte de seus elementos, é apenas um potencial, representando as partículas de protoinformação e não a informação materializada. Este *representamem* precisa estar relacionado com os outros elementos (objeto e interpretante) para que haja a construção de um signo, no caso aqui estudado, de uma informação.

Assim também são as partículas de protoinformação. Elas não representam a informação materializada, elas são apenas um potencial informacional e, portanto, precisam estar relacionadas com as manifestações informacionais e com a consciência informativa para realizar o processo de apropriação e materializar a informação. Fazendo um paralelo com as relações triádicas de Peirce, pode-se pensar do seguinte modo (Quadro 15).

Quadro 15: As contribuições de Peirce para o Processo de Apropriação

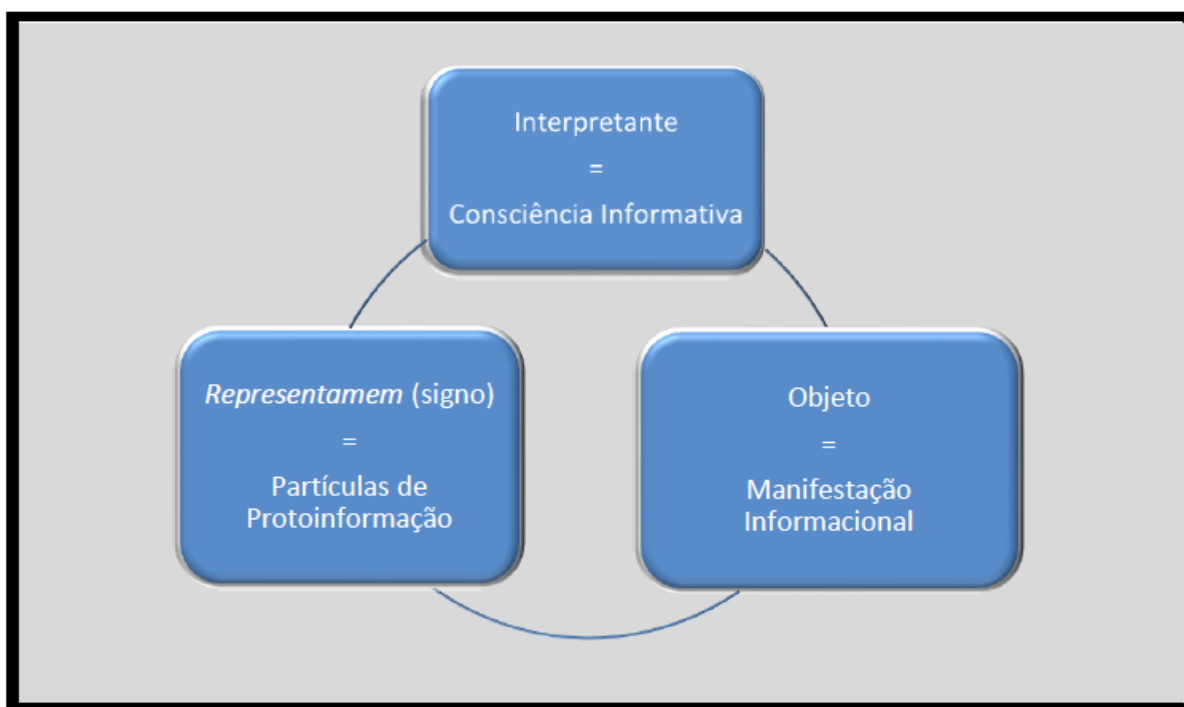


Fonte: Elaboração própria – 2018.

A relação triádica de Peirce resulta o signo. Assim também são compreendidas as relações estabelecidas entre PP, MI e CI que resultam a Informação Materializada (IM), também denominada por esta pesquisa de Pirâmide Informacional (PI). A partir de então, compreende-se a IM como um signo total, como o resultado de um processo que também possui em sua composição o *representamem*, isto é, as partículas de protoinformação que ainda não são informação, mas sim um elemento necessário para a construção da informação.

Em suma, se para Peirce existe o signo como elemento e o signo como o resultado das relações triádicas, para o processo de apropriação existe um elemento que representa um potencial informacional, mas ainda não é informação (as partículas de protoinformação) e existe o resultado final desse processo representado pela informação materializada (IM) (Figura 27).

Figura 27: As relações triádicas de Peirce como processo de materialização da Informação.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

As relações triádica de Peirce, abordadas pela figura acima, possuem como resultado final o Signo. Diante do exposto, Peirce discorre sobre esta relação:

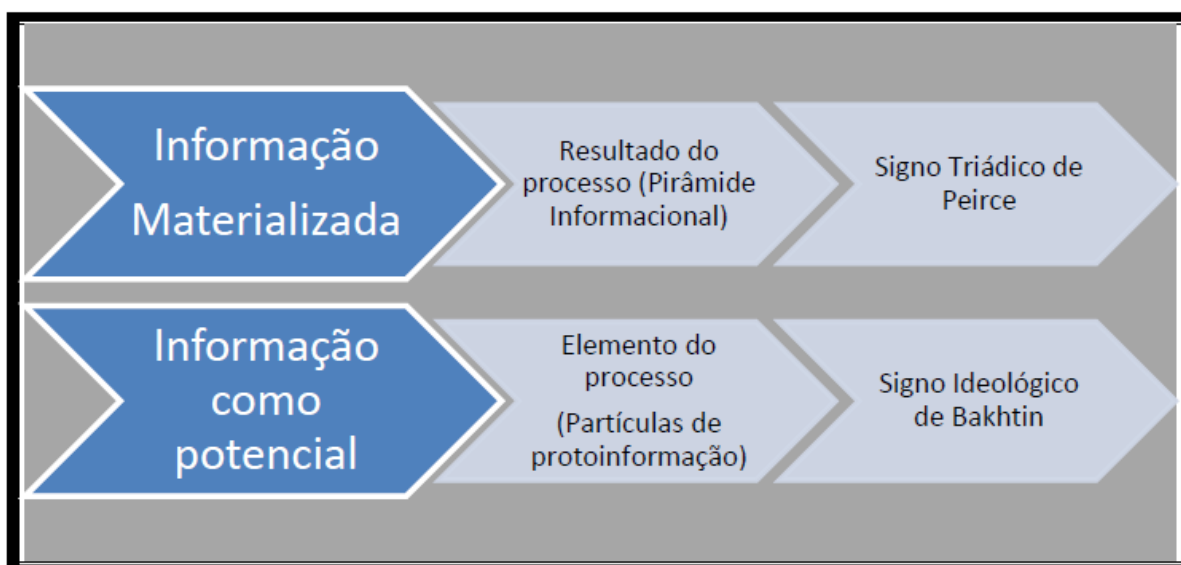
Um signo, ou *representamem*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo (1972, p.94).

O resultado encontrado foi de caracterizar a informação materializada como o resultado do processo, Nesse sentido, ela equivale ao signo triádico de Peirce. Ao estudar os elementos desse processo, compreende-se que as partículas de protoinformação são equivalentes ao signo ideológico de Bakhtin, pois não possuem uma materialidade física, é um potencial de signo que surgirá na relação com os outros elementos.

8.8 As contribuições de Bakhtin e Peirce para o processo de Apropriação

Enquanto para Peirce o Signo é o resultado e também é um elemento do processo, a tríade da materialização faz uso das duas teorias do signo para distinguir o signo como um todo (a materialização da informação) e o signo como uma qualidade ideológica que está presente na composição do resultado. De essência ideológica, as partículas de protoinformação não possuem materialidade física, mas precisam relacionar-se com os outros elementos para materializar-se fisicamente (Figura 28).

Figura 28: Informação como potencial e como resultado materializado

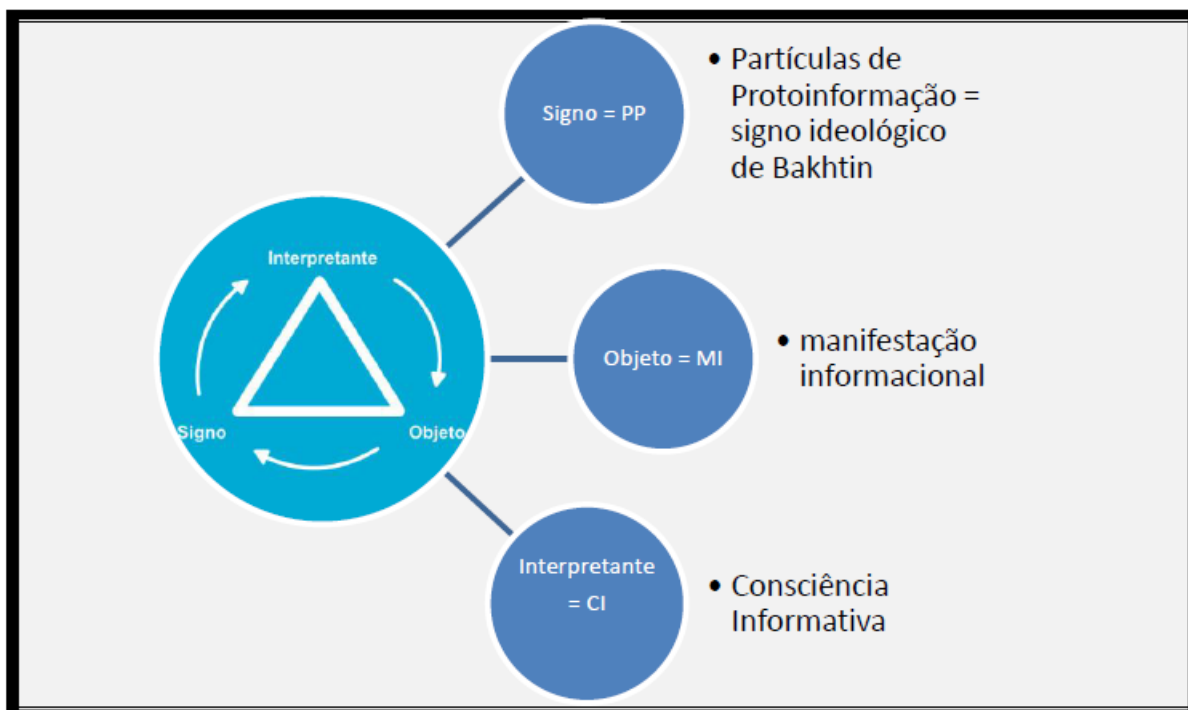


Fonte: Elaboração própria – 2018.

Com base na figura 28, pode-se realizar um paralelo entre o Signo Triádico de Peirce e o Signo Ideológico de Bakhtin. Sendo assim, cabe pensar na relação entre as duas teorias com o objetivo de evoluir nos estudos sobre o processo de apropriação da informação na área da CI. A partir das relações estabelecidas por esta Tese, realizou-se a uma relação dialógica entre Peirce e Bakhtin para compreender a atuação e representação do signo por cada um dos autores. Identificou-se que o signo ideológico de Bakhtin poderia ser comparado não ao Signo total, mas ao signo representamem, aquele que faz parte como um dos elementos do signo total.

O Signo triádico de Peirce, representando o resultado final, pode ser comparado à materialização da informação, ou seja, o resultado final (final e momentâneo) do processo de apropriação da informação (Figuras 29).

Figura 29: Diálogo entre as teorias de Peirce e Bakhtin para a CI.

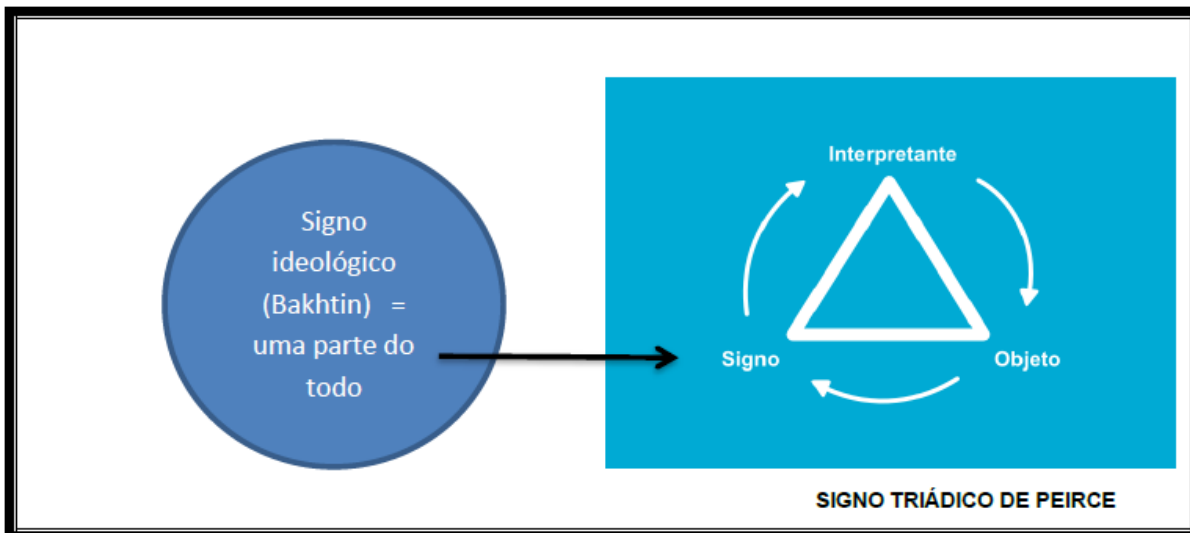


Fonte: Elaboração própria – 2018.

Segundo representado pela imagem, compreende-se que as partículas de protoinformação representam um potencial em construção, uma possível materialização que ainda está em processo de construção e, portanto, não podem ser concebidas dentro de uma fisicalidade, embora sua presença seja essencial para a construção de uma materialidade física. Buscou-se, então, compreender a materialização física e não-física da informação por meio de um estudo semiótico que concebeu a informação no seu sentido processual, considerando que sua materialidade só se constrói na relação. Nesse sentido, verificou-se que o signo ideológico de Bakhtin pode ser comparado ao que se chamou de partículas de protoinformação. Além disso, foi possível verificar que o signo triádico de Peirce foi necessário para estabelecer as relações entre os elementos que compõem a materialidade da informação. Nesse sentido, foi preciso considerar as relações entre todos os elementos abordados pelo signo de Peirce para compreender as relações entre os elementos do processo de construção da informação abordados por esta pesquisa. Independentemente de a materialidade ser física ou não-física, cabe ressaltar que a informação só é informação quando há a encarnação de signos e, considerando que o signo

é ideológico, foi possível realizar um diálogo entre as partículas de protoinformação (potencial para construir a informação) e o signo de Bakhtin cuja composição é totalmente ideológica e não está vinculada à instância da fisicalidade da informação (Figura 30).

Figura 30: O signo de Bakhtin e o Signo de Peirce.



Fonte: Elaboração própria – 2018.

As relações estabelecidas e apresentadas pelas figuras 29 e 30 demonstraram a possibilidade de dialogar com diferentes teorias de modo interdisciplinar e produzir resultados por meio de uma atuação transdisciplinar. Ao considerar o signo ideológico de Bakhtin como um potencial em informação, foi possível compará-lo às partículas de protoinformação.

Dando continuidade ao estudo do processo de apropriação da informação, também foi possível fazer um paralelo com a semiótica processual de Peirce e, desse modo, considerou-se uma nova perspectiva sobre o signo de Bakhtin, compreendendo-o como uma parte integrante do Signo triádico de Peirce. Em outras palavras, o signo ideológico de Bakhtin, ao se assemelhar com as partículas de protoinformação, significa, também, um potencial. Este potencial atua como um *representamem*, como um correlato que precisa estabelecer relações com os outros correlatos da relação triádica (Objeto e Interpretante) para gerar um signo. A produção desse signo pode ser comparada ao processo de apropriação da informação que gera uma materialização.

Diante das relações estabelecidas, pode-se dizer que o signo triádico de Peirce é o resultado de um processo contínuo e, portanto, pode ser comparado à

informação materializada que também é o resultado de um processo contínuo de apropriação da informação.

8.9 Descrição analítica dos artigos com base nas sete categorias da apropriação

Os resultados apresentados pela pesquisa bibliográfica realizada pela busca de artigos indexados em periódicos científicos na área da CI trouxeram elementos fundamentais para compreender, dialogar e refletir sobre o processo de apropriação da informação abordado cientificamente por estudiosos da área. O reconhecimento de terminologias, pensamentos e concepções de uma área de estudo depende da forma como se constroem os discursos e como eles são aceitos e apresentados pelo campo científico, no caso estudado, dentro dos periódicos com avaliação Qualis A1, A2, B1 e B2. Após coletar, analisar e conseguir selecionar os artigos que demonstraram uma preocupação mais centralizada sobre o processo de apropriação da informação foi possível fazer uma descrição analítica dos oito artigos selecionados visando compreender as formações discursivas determinantes para a construção das concepções apresentadas por cada trabalho no tocante à apropriação da informação. Para tanto, foram analisados cada um dos trabalhos individualmente, para, posteriormente, realizar uma síntese sobre as concepções abordadas por cada um deles, possibilitando verificar questões aparentemente consolidadas na CI acerca do processo de apropriação da informação.

Como parte final, foram aplicadas a sete categorias da apropriação por meio de uma análise descritiva que buscou compreender o processo de apropriação da informação com base nas concepções apresentadas pelos pesquisadores da área e difundidas no âmbito científico da Ciência da Informação.

A análise dos artigos é descrita por ordem de ano de publicação. Sendo assim, configura-se a apresentação da análise dos textos da seguinte forma:

- O primeiro e o segundo artigos foram publicados em 2011;
- O terceiro e quarto artigos foram publicados em 2014;
- O quinto artigo foi publicado em 2016;
- O sexto artigo foi publicado em 2017,
- O sétimo e o oitavo artigos foram publicados em 2018.

Partindo desses dados, nota-se uma preocupação recente com o processo de apropriação da informação, uma temática emergente que precisa ser dialogada e discutida de forma mais central nos estudos da CI. Para a apresentação da análise, apresentaram-se as principais partes do texto que abordaram ou destacaram concepções que envolveram o processo de apropriação da informação. Todos os resumos dos oito textos trabalhados estão em forma de apêndices no final da Tese. Considerando que os textos analisados estão todos indexados nos periódicos científicos explicitados, não se identificou a necessidade de anexá-los de forma integral. Portanto, optou-se por anexar nesta pesquisa somente as primeiras páginas que constam as principais informações: Título do artigo, nomes dos autores, o resumo e as palavras-chave. Optou-se, também, por apresentar o *abstract* de cada artigo, facilitando, assim, a busca terminológica para pesquisas que procurem trabalhar com a temática desenvolvida pelos artigos apresentados por esta Tese.

O primeiro artigo foi escrito por Dalton Martins e publicado pela revista Em Questão no ano de 2011 (Quadro 16).

Quadro 16: Concepções de apropriação abordadas no 1º Artigo.

ARTIGO 1
ANALISANDO A DINÂMICA DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM REDES SOCIAIS ONLINE
AUTOR: Dalton Martins
REVISTA: Em Questão (A2)
Ano de Publicação: 2011
Objetivo O artigo apresenta um conjunto de indicadores dinâmicos de fácil aplicação com o objetivo de caracterizar a dinâmica de apropriação e produção dos usuários.
Concepções A maneira como as pessoas se relacionam ocupando um espaço de interação em uma rede social é o que vai determinar a forma como irão produzir e se apropriar desse espaço. Dimantas (2009) vai definir essa apropriação como uma tendência de as pessoas que habitam o ciberespaço, fazendo dele uma extensão da própria vida, encarar a web como um novo lugar. Mapear como o lugar é habitado em seu tempo de existência e quais são as tendências de sua ocupação e uma forma explicitarmos as dinâmicas que estão em atuação, definindo o sentido e a existência desse lugar (p.29). As redes não são feitas de relações estáticas. As conversas, que determinam quando e como as relações ocorrem, são produto e produtoras da dinâmica social que está em jogo. Uma nova relação movimenta a rede em seu espaço de atuação, causando desdobramentos, efeitos que,

eventualmente quando ampliados, produzem fenômenos emergentes que sintetizam o movimento de um coletivo de pessoas. A relação de causa e efeito é raramente linear na dinâmica das redes, dada a complexidade de eventos que se somam, se subtraem e se cruzam produzindo efeitos muitas vezes inesperados (p. 29).

Considerações finais

A dinâmica de produção e apropriação da informação dos usuários de uma rede social é um processo que ocorre como consequência da maneira pela qual esses usuários utilizam e se relacionam nesse espaço (p.40).

Mapear as atividades de comunicação registrando como essas atividades estão evoluindo é, portanto, um meio de caracterizarmos a dinâmica de produção e apropriação da informação atuantes em uma rede social. Para isso, é fundamental compreendermos como o sistema de informação é concebido, bem como quais são os espaços e estratégias que se pretendem utilizar para promoção de redes, estabelecendo vínculos entre seus usuários. É a partir da maneira como um sistema é concebido que podemos propor quais variáveis e relações devem ser observadas na busca pela caracterização de sua dinâmica (p.30).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

A apropriação da informação é uma temática abordada pelo texto de forma secundária. Sua presença ocorre na relação com outros termos que são abordados mais enfaticamente, como por exemplo, atividades de comunicação, interação na rede social, dinâmicas de atuação, dinâmica das redes. É assim que a apropriação é concebida: é um processo abordado pelo texto como 'uma dinâmica de produção e apropriação da informação' para verificar como os usuários utilizam e se relacionam dentro de uma rede social.

A palavra central apresentada em várias partes do texto é 'dinâmica'. A palavra apropriação é somente uma característica do tipo de dinâmica, ou seja, pode-se inferir que existem duas dinâmicas: a dinâmica de produção e a dinâmica de apropriação.

Apesar do tema da apropriação ser tratado de forma secundária, é possível inferir algumas concepções sobre o processo de apropriação por meio de relações com outros termos. A parte fundamental que traz subsídios para esta análise está nas considerações finais:

A dinâmica de produção e apropriação da informação dos usuários de uma rede social é um processo que ocorre como consequência da maneira pela qual esses usuários utilizam e se relacionam nesse espaço (p.40).

O trecho supracitado demonstra que o sujeito é responsável e tem um papel protagonista no processo de apropriação. Ao enfatizar a questão das relações entre os sujeitos, torna-se pertinente retomar uma passagem anterior para dialogar: "As redes não são feitas de relações estáticas. As conversas, que determinam quando e como as relações ocorrem, são produto e produtoras da dinâmica social que está em jogo" (p.29). Realizando um diálogo entre os dois trechos apresentados anteriormente, infere-se que:

As relações entre os sujeitos determinam (produzem) a apropriação;

Essas relações não são estáticas;

As conversas (relações) são produto e produtoras da dinâmica social;

O processo de apropriação é uma dinâmica social que ora é produto ora é produtor.

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO RECURSIVA

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação recursiva em que o processo de apropriação ora é produto ora é produtor.

Fonte: elaboração própria – 2018.

O segundo artigo foi escrito por Ana Carolina Silva Biscalchin e Marco Antonio de Almeida e publicado pela revista INCID no ano de 2011 (Quadro 17).

Quadro 17: Concepções de apropriação abordadas no 2º Artigo.

ARTIGO 2
APROPRIAÇÕES SOCIAIS DA TECNOLOGIA ÉTICA E NETIQUETA NO UNIVERSO DA INFOCOMUNICAÇÃO
AUTORES: Ana Carolina Silva Biscalchin (Mestranda em CI) Marco Antonio de Almeida (Doutor em CI)
REVISTA: INCID (B1)
Ano de Publicação: 2011
Objetivo Não aborda a questão da Apropriação da Informação como parte integrante dos objetivos da pesquisa.
Concepções Em si, a internet não contém as informações, ela propicia a interconexão das redes. As redes e os equipamentos ligados a ela podem executar processos de vários tipos, além de armazenar documentos e dados. A maioria dos processos, documentos e dados são privados para a organização ou indivíduo, mas uma quantidade extremamente grande, e sempre em crescimento, é acessível ao público. Há também o enorme potencial comunicacional que a interconexão em redes proporcionou a seus usuários, e que é considerada como o fator que permite às redes exercer sua flexibilidade e adaptabilidade, afirmando assim, sua natureza revolucionária. Desse modo, novas formas de lidar com a informação são construídas, repensadas e apropriadas conforme o contexto sociocultural [...] (p.195-196)
Considerações finais [...] são necessários estudos de caso e estudos comparativos para levantar algumas características-chave do novo ambiente de interações e levar em consideração, na medida em que surjam as evidências, de como se dá a auto-organização e auto-regulação na internet. Isto levará a uma discussão de como se constroem e legitimam novos e adaptados mecanismos de controle social, a partir da maneira pelas quais as informações são produzidas, circulam e são apropriadas no contexto das TICs. Mas as perspectivas abertas por este debate podem ser expandidas para se avaliar suas consequências num plano propriamente epistemológico da Ciência da Informação (p.204). [...] pensamos que abordar fenômenos emergentes a partir das TICs reveste-se de particular importância para área, mesmo que fujam do espectro delimitado pela tradição. Trata-se, obviamente, de um grande desafio, a ser encarado de forma interdisciplinar e, preferencialmente, de forma coletiva [...] No Brasil, algumas tentativas, ainda esporádicas, se considerado o conjunto da produção, apontam para esse caminho na Ciência da Informação. O trabalho de Marteleto e Stotz (2009), numa reunião de artigos a cargo de especialistas de diversas áreas, procura abarcar o fenômeno da produção, circulação e apropriação da informação em saúde em seus diversos níveis e contextos [...] Também o trabalho de Maria Nélide González de Gómez (2006) procura dar conta dos diversos níveis de análise, perpassando os planos epistemológico, tecnológico, político e linguístico do fenômeno da informação mediada pelas tecnologias. Inspirados por estes trabalhos seminais, cabe ao pesquisador da CI enfrentar os desafios de abordar os fenômenos da informação na contemporaneidade em toda sua complexidade, buscando dar um salto qualitativo no plano epistemológico da área (p.205).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

O estudo da apropriação da informação não pode ser considerado uma temática central no trabalho abordado. Contudo, é possível verificar algumas concepções acerca do conceito implícito de informação e, conseqüentemente de seu processo de apropriação. Segundo os autores: “Em si, a internet não contém as informações, ela propicia a interconexão das redes”. Este trecho possibilita realizar um entendimento implícito de que a informação não é algo físico, dado e armazenado. Este tipo de compreensão orienta para uma reflexão voltada para o paradigma social que trata a informação como um potencial em construção e não como um objeto pronto para ser possuído. Este posicionamento é posteriormente reforçado pelos autores quando afirmam que “Há também o enorme potencial comunicacional que a interconexão em redes proporcionou a seus usuários”. Diante das afirmações, compreende-se que a informação não é algo pronto, pois não está armazenada no computador, por outro lado, a interconexão em redes proporcionou um enorme potencial comunicacional. Ou seja, a informação é um potencial em construção. O foco da preocupação não está no objeto ‘informação’, mas no seu processo ‘apropriação’, ainda que a palavra não esteja explícita, compreende-se todas essas relações implícitas que levam ao processo de apropriação da informação. Finalmente, confirmam-se essas suposições nas considerações finais quando os autores expõem a necessidades de estudos que podem levar a “[...] uma discussão de como se constroem e legitimam novos e adaptados mecanismos de controle social, a partir da maneira pelas quais as informações são produzidas, circulam e são apropriadas no contexto das TICs”.

Embora a temática da apropriação não tenha sido estabelecida de modo central, os autores dão sequência ao trecho anterior e expõem um importante posicionamento sobre a necessidade de continuar investigando sobre como as informações são construídas e apropriadas e afirmam que, no tocante a esta necessidade:

“[...] as perspectivas abertas por este debate podem ser expandidas para se avaliar suas conseqüências num plano propriamente epistemológico da Ciência da Informação”.

Os autores também apontam que esses fenômenos emergentes, infere-se aqui que a apropriação da informação seja um desses fenômenos, são “de particular importância para área, mesmo que fujam do espectro delimitado pela tradição”. Contudo, corroboram com a ideia de que a temática da apropriação, pensando nos estudos que apontam para esse caminho, é pouco trabalhada na área e que isto é um desafio que deve “[...] ser encarado de forma interdisciplinar e, preferencialmente, de forma coletiva [...]”. Os autores ainda apontam que “No Brasil, algumas tentativas, ainda esporádicas, se considerado o conjunto da produção, apontam para esse caminho na Ciência da Informação” e utilizam um discurso de autoridade para falar da temática ao fazer referência aos trabalhos de Marteleto e Stotz (2009) e Maria Nélide González de Gómez (2006) e transferir a responsabilidade de seguir investigando esses “fenômenos emergentes”, que fogem “do espectro delimitado pela tradição”.

Ao pesquisar o artigo de Marteleto e Stotz que trata da temática da apropriação, foi possível encontrar uma parte fundamental que contribuiu na produção do pensamento crítico acerca do processo de apropriação da informação dentro da CI. A parte encontrada está no prefácio da obra “Olhando a significação: do paradigma do acesso ao da apropriação da informação”, desenvolvida por Edmir Perrotti (Professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA / USP). Este prefácio escrito por Perrotti serviu como parte das leituras realizadas para a elaboração das considerações finais desta pesquisa.

Nota-se que apesar das referências terem sido citadas como trabalhos seminais, eles não foram utilizados de forma crítica para contribuir no desenvolvimento das ideias sobre tais fenômenos emergentes.

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO DIALÓGICA

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação dialógica que necessita da atuação do sujeito para estabelecer relações e construir a informação. Fora da relação não há informação. É preciso estabelecer as interconexões possíveis segundo a capacidade de cada sujeito para organizar os elementos segundo os conhecimentos específicos de cada um.

Fonte: elaboração própria – 2018.

O terceiro artigo foi escrito por Alessandro Rasteli e Lídia Eugênia Cavalcante e publicado pela revista Encontros Bibli no ano de 2014 (Quadro 18).

Quadro 18: Concepções de apropriação abordadas no 3º Artigo.

ARTIGO 3
MEDIAÇÃO CULTURAL E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS.
AUTORES: Alessandro Rasteli (Doutorando em CI), Lídia Eugênia Cavalcante (Doutora em Educação)
REVISTA: Encontros Bibli (A2)
Ano de Publicação: 2014
Objetivo <p>O objetivo do artigo não está relacionado diretamente com a temática da Apropriação da informação, mas sim com a mediação cultural e práticas de leitura. Contudo, é importante salientar que, de acordo com as concepções trazidas pelo texto, a leitura está no cerne da apropriação. Portanto, se o objetivo do trabalho está relacionado a “refletir sobre os meandros teóricos que sustentam as questões relativas à mediação cultural, especificamente focando-se nas práticas de leitura [...]”, consequentemente, ainda que não esteja de forma explícita, a preocupação com a apropriação também pode ser considerada dentro dos objetivos do trabalho.</p>
Concepções <p>Reconhecer a existência de dispositivos, a exemplo das bibliotecas, como produtores de sentido, é também verificar as ações de mediação cultural como atos de significação, vivenciados com modos de interação entre diferentes experiências culturais. As ações de mediação são compreendidas como práticas socioculturais e processos afirmativos de sujeitos na construção de sentidos, remetendo-se à produção e à recepção de bens simbólicos e aos dispositivos culturais como espaços de apropriação (p.43).</p> <p>As demandas informacionais configuram significados (sentidos) a partir do momento em que tais dispositivos culturais propiciam a capacidade de construção de conhecimento. Esta, por sua vez, está imbricada em um processo que deve garantir não somente a apropriação, mas também a produção e a participação coletiva e ativa dos indivíduos, não como meros expectadores, mas como partícipes nos processos de mediação (p.44).</p> <p>Apropriar-se da informação implica, dessa forma, apropriar-se dos dispositivos informacionais. Processo evidentemente bastante complexo, que exige reflexões quanto às práticas culturais desenvolvidas pelos bibliotecários em sua ação educadora, avaliando as situações enfrentadas pelas instâncias de mediação e de seus mediadores (p.46).</p> <p>[...] mediação cultural é vista como uma atividade processual, que possibilita o encontro, o acesso e a apropriação (p.47).</p> <p>[...] a leitura competente é vista como imprescindível na apropriação da informação, e o leitor, ao se apropriar da informação, do texto, não o faz de forma passiva, age ativamente, construindo significados (p.50).</p> <p>[...] a apropriação implica na produção de sentidos, constituindo-se também num ato de construção</p>

do texto, por intermédio dos signos verbais e não verbais. Pensar no ato da leitura é observar que o texto não existe sem o leitor, que a leitura é ação envolvendo um conjunto de elementos – leitor, texto, contexto, acreditando que o leitor tem atitudes de apropriação/inferência/recriação (p.50-51).

[...] a apropriação pressupõe alteração, transformação, modificação da informação mediada, sendo assim uma ação de produção e não meramente de consumo. Dessa forma, para que suceda o conhecimento, fazem-se necessários os saberes já apropriados pelo leitor, gerando, portanto, novos estados de conhecimento que, aplicados, provocam transformação social (p.51).

[...] a mediação permite a produção, a circulação e a apropriação da informação, produzindo sentidos tanto para o leitor quanto para o profissional responsável por esse processo. O leitor reconstrói os significados apropriando-se da informação, sendo que a apropriação é efetivada a partir da leitura. Desse modo, a leitura está no cerne da apropriação da informação (p.51).

Considerações finais

A mediação cultural potencializa estratégias de produção, comunicação e apropriação a partir de documentos materiais e imateriais oportunizando a produção de conhecimentos (p.56).

[...] a mediação da leitura é vista como imprescindível na apropriação da informação, e o leitor, ao se apropriar da informação, do texto, não o faz de forma passiva, age ativamente, construindo significados, modificando seu conhecimento e a sua relação com o mundo e com o outro (p.56).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

A apropriação da informação é uma temática central desenvolvida no texto, apresentando uma grande ligação com a mediação cultural e com o ato da leitura. De acordo com as concepções desenvolvidas no texto, pode-se dizer que a produção de sentidos pelo sujeito depende de seu posicionamento ativo e dialógico durante o ato leitura. Assim, a geração de novos conhecimentos depende, então, da atuação do sujeito mediante o processo de apropriação, considerando, portanto, esse processo não apenas uma ação de consumo, mas também uma ação de produção. Em suma, produzir conhecimentos é um ato de recriação e ressignificação de saberes que já foram apropriados anteriormente por meio de relações dialógicas entre o sujeito e o mundo que o cerca.

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO INTERDEPENDENTE

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação interdependente que considera inconcebível a construção do conhecimento de forma isolada. Em outras palavras, tudo se relaciona de alguma forma em algum momento. Para os autores: “Apropriar-se da informação implica, dessa forma, apropriar-se dos dispositivos informacionais”.

Fonte: elaboração própria – 2018.

O quarto artigo foi escrito por Tamara de Souza Brandão Guaraldo e publicado pela revista Informação & Informação no ano de 2014 (Quadro 19).

Quadro 19: Concepções de apropriação abordadas no 4º Artigo.

ARTIGO 4
MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CARTAS DE LEITORES: PRÁTICAS DE INFORMAÇÃO E LEITURA DO JORNAL BOM DIA BAURU.
AUTORA: Tamara de Souza Brandão Guaraldo (Doutora)
REVISTA: Informação & Informação (A2)
Ano de Publicação: 2014
Objetivo <p>O objetivo principal da pesquisa foi conhecer o sujeito leitor em sua prática de leitura de um jornal popular, numa mediação em que efeitos de sentido são produzidos a partir da apropriação da informação (p.216).</p> <p>Nesse trabalho interessa-nos destacar as práticas de informação relacionada à mediação e apropriação, que envolvem ações de informação na cotidianidade (p.216).</p>
Concepções <p>A mediação enfatiza o caráter social da informação, de que a mesma não existe fora da sociedade e da cultura, demonstrando as singularidades da questão informacional, das condições de produção e apropriação da informação (p.218).</p> <p>Uma preocupação da área refere-se não somente à gestão e à organização da informação, mas de como as pessoas se apropriam dessa informação. A informação não está no objeto e nem no sujeito, mas na mediação que se estabelece entre eles [...] (p.219).</p> <p>Conhecer é se apropriar, tomar posse, mas ir além, pois implica agir e modificar uma circunstância. A apropriação da informação é um sair de si e buscar o outro, mas de modo discursivo, pois não se apropria do objeto tal como é, e sim de um conceito elaborado pelo pensamento (p.219).</p> <p>[...] a apropriação é um processo que tem como pano de fundo a vida cotidiana e as conjunturas que a envolvem, porque para ser apropriada, qualquer mensagem precisa ser primeiro recebida e compreendida (p.220).</p> <p>A ação de apropriar, como parte da recepção, é tornar algo próprio para um uso ou fim, um tomar para si, e que implica atividade, ainda que inconsciente. Para Almeida Junior (2007, p.36), a apropriação “[...] pressupõe uma alteração, uma transformação, uma modificação do conhecimento, sendo assim uma ação de produção e não meramente de consumo” (p.221).</p> <p>A informação, para ser apropriada, depende da leitura, dos leitores e suas práticas mediando à construção do conhecimento (DAVALLON, 2007 <i>apud</i> GUARALDO, 2014, p.222).</p> <p>[...] a informação nunca é simplesmente transmitida [...] os significados são construídos ou transformados (p. 222).</p>

[...] o texto não é um produto, mas um processo no qual o leitor não apreende um sentido que está lá, ele atribui sentidos ao texto, se apropria dele (p.223).

Quando o leitor se apropria do texto, encontra nele um outro, um leitor virtual já constituído pelo autor, e com ele precisa relacionar-se (NUNES, 2003 *apud* GUARALDO, 2014, p.223).

[...] leitura é uma relação histórica e social [...] (p.224).

[...] Quando lemos não consideramos apenas o que está dito na superfície discursiva, mas também o que está implícito, em profundidade, porque apesar de não estar dito, pode estar significando [...] (p.224).

Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente (ORLANDI, 2008, p.11 *apud* GUARALDO, 2014, p.224).

Considerações finais

São poderes que não podem ser equiparados, pois o texto como potencial de efeitos que coloca a apropriação em curso, está sempre envolto num horizonte de expectativas de uma época, em que existem previsões dentro de um contexto social, histórico, político e ideológico. Contudo, os leitores são ativos na apropriação da informação, na maneira em que aceitam, negam ou incorporam as possibilidades desse mesmo texto em criar significados, pois em toda atividade do leitor há uma parte de passividade, dialeticamente, atividade e passividade se misturam em cada ato (p.235-236).

[...] a apropriação envolve uma finalidade, pois agir sobre um objeto não significa somente compreendê-lo, mas analisar a posição que se tinha ou se tem ao atuar sobre ele (p.235).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

O presente artigo elaborado pela autora representa uma das principais pesquisas com o foco voltado para o processo de apropriação de modo central e reflexivo. Apesar de não ser uma pesquisa que se debruce exclusivamente sobre o processo de apropriação da informação, pode-se dizer que tanto as temáticas quanto as problemáticas apresentadas pelo trabalho são ações que se relacionam diretamente com o processo de apropriação.

Por exemplo, as práticas de leitura e a mediação da informação envolvem as relações entre os sujeitos como um todo, principalmente por meio dos processos de comunicação e interações sociais. Nesse sentido, o processo de apropriação da informação está diretamente relacionado às investigações, produções, reflexões, discussões, questionamentos e, principalmente, aos resultados trazidos por esta pesquisa.

As concepções teóricas apresentadas possibilitam a compreensão do posicionamento teórico direcionado dentro do paradigma social. Tal posicionamento é apresentado de forma explícita: “A mediação enfatiza o caráter social da informação, de que a mesma não existe fora da sociedade [...]” (p.218). Afirmar que a informação não existe fora da sociedade, levanta a possibilidade de dizer compreender que ela não é algo concreto e sendo assim, precisa ser construído. A identificação com o conceito social de informação tira o foco de estudo do objeto e o coloca no processo. Assim, confirma-se o foco central da pesquisa na temática da mediação. A autora afirma que “A informação não está no objeto e nem no sujeito, mas na mediação que se estabelece entre eles [...]”

A inexistência desse objeto concreto de estudo é enfatizada pela seguinte afirmação: “A apropriação da informação é um sair de si e buscar o outro, mas de modo discursivo, pois não se apropria do objeto tal como é, e sim de um conceito elaborado pelo pensamento” (p.219). Diante disso, pode-se inferir que não é possível se apropriar do objeto como tal porque ele não existe a priori, ele é construído pelo pensamento, ou seja, a informação é um processo em construção. Este entendimento é reforçado pelo seguinte trecho: “[...] a apropriação é um processo que tem como pano de fundo a vida cotidiana [...]” (p.220). Na sequência, a autora segue a mesma linha de raciocínio e afirma que: “[...] a informação nunca é simplesmente transmitida [...] os significados são construídos ou transformados (p. 222).

A autora demonstra um posicionamento bem definido em relação ao papel da leitura dentro do processo de apropriação. Ao apresentar citações de autores renomados na área da informação, ela demonstra a autoridade discursiva sobre o papel da leitura, sem precisar apresentar reflexões e questionamentos além daquilo que já está bem definido e estabelecido. Por exemplo, Davallon, Almeida Junior, Orlandi e Nunes são autores citados especialmente em trechos que são abordados assuntos e reflexões sobre leitura e leitores.

Com base nos diálogos estabelecidos entre os diferentes autores, apresenta um posicionamento que, de forma implícita, pode-se considerar que o leitor é o protagonista do processo de leitura e, considerando que o processo de apropriação pressupõe o processo de leitura, chega-se a conclusão de que o sujeito é o protagonista do processo de apropriação da informação e, sendo assim, a informação só existe por meio das relações entre os sujeitos, sendo um processo contínuo de construção.

Em suma, a autora destaca nas considerações finais que “[...] os leitores são ativos na apropriação da informação, na maneira em que aceitam, negam ou incorporam as possibilidades desse mesmo texto em criar significados, pois em toda atividade do leitor há uma parte de passividade, dialeticamente, atividade e passividade se misturam em cada ato”.

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO DIALÓGICA

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação dialógica que pressupõe uma atuação ativa do sujeito no processo de apropriação, aceitando, negando ou incorporando significados.

Fonte: elaboração própria – 2018.

O quinto artigo foi escrito por Ellen Valotta Elias Borges e publicado pela revista BRAJIS no ano de 2016 (Quadro 20).

Quadro 20: Concepções de apropriação abordadas no 5º Artigo.

ARTIGO 5
O TEXTO ALÉM DAS PALAVRAS: UMA VISÃO AMPLIADA DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS.
AUTORA: Ellen Valotta Elias Borges (Doutoranda em CI)
REVISTA: BRAJIS(B1)
Ano de Publicação: 2016
Objetivo: <p>O objetivo do artigo está intimamente relacionado com o processo de leitura e interpretação de textos literários. Nesse sentido, a temática da apropriação da informação aparece de forma indireta, mas também atua de forma central. Não se pode falar em processo de leitura sem o processo de apropriação.</p> <p>“Considerando que o ensino da literatura tem seu maior espaço de difusão dentro de um contexto formal (escolas e universidades), torna-se preciso criar estratégias que contribuam para uma maior divulgação de textos literários em espaços que não sejam apenas locais de estudo” (p.17).</p> <p>“Um dos aspectos básicos deste trabalho é refletir sobre o aspecto social da informação por meio de textos literários” (p.18).</p> <p>“A partir das informações exteriores ao texto, o leitor terá mais condições de se apropriar das informações que, embora explícitas, muitas vezes aparecem de forma figurativa em um texto literário” (p.18)</p>
Concepções: <p>A apropriação da informação é um processo de interação entre texto e leitor, dentro de uma sociedade (p.15).</p> <p>O significado das palavras não é fixo, ele é negociado na interação (p.15)</p> <p>As relações entre texto, contexto e leitor são práticas discursivas fundamentais para a construção da realidade [...] É nas práticas discursivas que produzimos e compreendemos os significados culturais. E neste processo que realizamos a apropriação de informações (p.15).</p> <p>O processo de apropriação entre texto e leitor acontece dentro do social, sendo assim, a informação já chega para seu receptor com algumas construções de sentido que estão relacionadas com o contexto social (p.16).</p> <p>[...] as diferenças históricas entre os contextos de produção e recepção abrem espaços para a participação do leitor no processo de construção dos significados (p.16).</p> <p>Apropriação e mediação são duas faces da mesma moeda. A mediação é uma ação que propicia uma apropriação que satisfaça as necessidades do receptor (p.16-17).</p> <p>Se a nossa sociedade não possibilitar uma mediação que satisfaça as necessidades informacionais, dificilmente conseguiremos gerar uma cultura que faça as pessoas buscarem uma apropriação além do texto escrito (p.17).</p>

A apropriação da informação não depende somente de códigos linguísticos, a construção de seus significados está ligada a sujeitos sociais que trazem consigo valores e conhecimentos próprios que interferem na interpretação de uma informação. Sendo assim, podemos dizer que nenhuma informação é neutra, ela é composta por valores ideológicos (p.17).

O processo informativo depende de fatores externos para que seja gerada a apropriação, ou seja, precisa de um discurso competente que está atrelado ao sujeito e ao contexto social. Ler a mesma informação em suportes diferentes pode produzir sentidos diferentes. A mesma informação dita por sujeitos diferentes causa impressões adversas, pois ela não é construída por si só. Seu valor positivo ou negativo, depende de que, de onde e de como ela é mediada (p.17).

O processo informativo que é precedido pela compreensão é capaz de gerar apropriação de elementos que podem gerar novos conhecimentos no indivíduo que se apropria de tal informação (p.18).

A partir das informações exteriores ao texto, o leitor terá mais condições de se apropriar das informações que, embora explícitas, muitas vezes aparecem de forma figurativa em um texto literário. A compreensão desse universo informativo contribui para a tomada de consciência de uma visão reflexiva acerca dos temas presentes no texto. É durante todo esse processo que a apropriação da informação vai tomando forma numa relação entre linguagem e pensamento (p.18).

[...] o leitor é livre para se apropriar daquilo que ele quiser dentro de suas possibilidades [...] Cabe ao leitor escolher o caminho para a apropriação, ou ficar dependente de construções de sentido geradas por outros e absorvidas diariamente pela maioria da população (p.18).

Sem a apropriação da informação, o processo de recepção significa apenas um acúmulo de informações sem reflexão sem reflexão, incapaz de causar uma transformação social [...] (p.19).

Ter o poder de acessar não significa ter poder de interpretar de se apropriar das informações que nos chegam a cada segundo (p.20).

A informação deveria ser vista, compreendida de modo reflexivo para que sua apropriação tenha um poder transformador na esfera social. Porém, na atual sociedade capitalista, o tempo para reflexão é engolido pelo consumismo imediato e as informações são trocadas como simples mercadorias (p.20).

[...] muda a ideologia, mudam as percepções de mundo, mudam as apropriações, muda o valor social de uma informação (p.21).

Considerações finais:

É nesse processo intertextual que as reformulações acontecem, favorecendo a reflexão e busca por diferentes formas de pensamentos, contribuindo para a formação humanística do indivíduo já que ele precisa dialogar consigo mesmo para reorganizar seus conhecimentos antes de dialogar com o texto. É neste momento que a apropriação ganha forma e possibilita novos conhecimentos (p.23).

A possibilidade de construir significados de acordo com a relação dos indivíduos participantes durante o processo de leitura é o primeiro passo para a apropriação (p.23).

O ato da leitura não presume a apropriação da informação [...] Compreender é conseguir inserir-se no texto, é familiarizar-se com o estranho, é avançar em relação aos discursos sociais, familiares e religiosos que nos perseguem, é entender a cultura do outro sem preconceito e resquícios de nossa cultura, é estar aberto a formar novas opiniões e a construir novas identidades (p.23).

Sabemos que há vários tipos de linguagens e que a escrita representada por códigos linguísticos é apenas uma parte da linguagem humana [...] As relações entre as partes da linguagem são infinitas e fazem parte também do processo de apropriação (p.23).

[...] ao fazermos a relação entre apropriação e linguagem, não podemos deixar de estabelecer o estado de complexidade da apropriação, pois prioriza a participação ativa do indivíduo (p.23).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

Segundo as concepções abordadas no artigo, compreende-se que a apropriação é um processo de interação entre texto e leitor que estão constantemente dialogando e construindo novos significados. É durante este processo interativo que acontece a apropriação da informação.

Verifica-se que a temática da apropriação é central no trabalho e que seu foco está na importância de realizar apropriações além do texto escrito, utilizando, portanto, conhecimentos específicos de cada indivíduo no tocante a aspectos sociais, históricos e culturais. Nesse sentido, nota-se uma estreita relação entre a mediação e o processo de apropriação. Nas palavras da autora “Apropriação e mediação são duas faces da mesma moeda. A mediação é uma ação que propicia uma apropriação que satisfaça as necessidades do receptor” (p.16-17). Nesse sentido, nota-se o papel fundamental do sujeito no processo de apropriação. É imprescindível adotar uma postura ativa na construção das informações, pois, segundo a autora “[...] o leitor é livre para se apropriar daquilo que ele quiser dentro de suas possibilidades [...] Cabe ao leitor escolher o caminho para a apropriação, ou ficar dependente de construções de sentido geradas por outros e absorvidas diariamente pela maioria da população” (p.18). Diante do exposto, compreende-se que os significados presentes em um texto não são fixos, sua compreensão e construção dependem dos conhecimentos individuais e da forma como os sujeitos interagem no processo de apropriação. Em suma, o ato da leitura, no sentido restrito de decodificação, não garante que o sujeito compreenda e se aproprie de forma satisfatória. A autora expõe que “O ato da leitura não presume a apropriação da informação [...] Compreender é conseguir inserir-se no texto [...]” (p.23). Na mesma linha de raciocínio, cabe salientar a ressalva feita pela autora entre acesso e apropriação: “Ter o poder de acessar não significa ter poder de interpretar de se apropriar das informações que nos chegam a cada segundo” (p.20). A afirmação apresentada pela autora reflete a situação atual de grande disponibilidade de acesso e o uso que se faz dele. Acessar a infinidade de informações presentes não garante a capacidade de apropriação na mesma dimensão do acesso. A informação está sempre em constante processo de produção e geração de novas informações. Nesse sentido, nada é fixo e a produção de significados é responsável por gerar grandes dúvidas e conflitos nas relações sociais.

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO DIALÓGICA

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação dialógica que pressupõe uma atuação ativa do sujeito no processo de apropriação. Nesse sentido, compreende-se que os significados presentes em um texto não são fixos, sua compreensão e construção dependem dos conhecimentos individuais e da forma como os sujeitos interagem no processo de apropriação.

Fonte: elaboração própria – 2018.

O sexto artigo foi escrito por Suely Henrique Gomes, Geisa Muller de Campos Ribeiro e Laura Vilela Rodrigues Rezende e publicado pela revista Em Questão no ano de 2017 (Quadro 21).

Quadro 21: Concepções de apropriação abordadas no 6º Artigo.

ARTIGO 6
APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.
AUTORAS: Suely Henrique Gomes (Doutora), Geisa Muller de Campos Ribeiro (Mestre), Laura Vilela Rodrigues Rezende (Doutora)
REVISTA: Em Questão (A2)
Ano de Publicação: 2017
Objetivo: <p>[...] para refletir sobre o processo de construção do conhecimento existente na interação entre as realidades e os modos distintos de produção de saberes, esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de construção do conhecimento de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas e assessorados pelo programa de incubação social da Universidade Federal de Goiás (p.108)</p>
Concepções: <p>O processo de construção do conhecimento para esta pesquisa está relacionado às interações e estratégias dialógicas de ações desenvolvidas pelo programa de incubação social da UFG (p.108).</p> <p>Mediante as ações de diálogo desenvolvidas na interação, os conhecimentos acumulados por mecanismos diferentes se misturam e se produzem. Essa dinâmica oportuniza o surgimento de conhecimentos novos que, influenciam tanto quem produz quanto quem irá utilizar tais conhecimentos. Conseqüentemente, na construção do conhecimento, os catadores inseridos no processo de apropriação podem significar ou ressignificar esse conhecimento, descartando-o, produzindo-o, modificando-o ou reproduzindo-o.</p> <p>Conforme Gomes (1999) [...] a apropriação é resultante de ações coletivas de caráter cognitivo, social e político e pode ser de natureza técnico-instrumental imbuída de racionalidade, ou apoiada nas estruturas valorativas (hábitos, costumes, crenças, preferências) derivadas do contexto cultural (p.108).</p> <p>Se a apropriação do conhecimento é pautada em recursos materiais, sociais e cognitivos, tendo em vista os diferentes tipos de capital que o indivíduo traz para o processo, então torna-se pertinente considerar que a qualidade e estruturação das ações voltadas para a apropriação do conhecimento se dariam sob a dinâmica do que Bourdieu (1999) denomina <i>illusio</i>. Isto porque o sujeito do conhecimento é portador de identidade coletiva, faz parte de determinado grupo social e ocupa determinado lugar cuja dinâmica e realidade são interiorizadas por ele (p.110).</p> <p>Ou seja, a apropriação do conhecimento é um jogo social e suas regras, alvos, capitais e prêmios devem ser reconhecidos e perseguidos, conforme os interesses dos jogadores (p.110).</p> <p>[...] toma-se o conceito de comunicação como processo de trocas simbólicas, em que, no movimento</p>

de interação, os indivíduos são portadores e, ao mesmo tempo, produtores de cultura, na medida em que os sujeitos interagem, compartilham e criam novos sentidos.

A comunicação é coparticipação de sujeito no ato de conhecer a situação social onde as pessoas criam conhecimento juntas (FREIRE, 2013) (p.112).

[...] a dialogicidade necessária para projetos de incubação social para apropriação e construção de conhecimentos sugere o repensar dessa relação, para a reflexão de novas práticas e ações que podem ser desenvolvidas em meio à pluralidade cultural que permeia a realidade acadêmica e a realidade de empreendimentos sociais (p113).

A cultura, como condição produtora do universo simbólico dos indivíduos, possibilita a comunicação [...] Portanto, a comunicação como elemento de cultura é um modo de negociação simbólica entre o imaginário e o real, o que permite a construção social dos sistemas de significação e sua circulação (p.116).

Em suma, a construção do diálogo por meio das estratégias estabelecidas oportuniza a interação significativa. O processo comunicativo gera a circulação, produção de significados e ressignificação de sentido. Se há produção de significado, há apropriação (p.117).

[...] o catador, ao ser possibilitados refletir sobre sua condição e existência, pode percebê-las como uma situação que é objetivamente problemática e vir a comprometer-se com sua transformação [...] adquire capacidade de atuar e intervir em sua realidade histórica e cultural, na medida em que esta é percebida e desvendada. A intervenção na realidade representa o passo à frente para a conscientização (p118-119).

[...] a apropriação da informação pelo catador cooperado se efetua a partir do momento em que ele toma para si o conhecimento produzido e modifica as estruturas do seu pensamento, produzindo e ampliando novos significados para a cooperativa. Nesse ambiente de aprendizagem e construção de significados, ele ressignifica e promove sua identidade (p.119).

[...] na medida em que o catador se apropria da informação e produz conhecimento, a cooperativa ganha significados por intermédio do processo de identificação (p.121).

Ao imergirem no processo de comunicação dialética, no desenvolvimento do sentimento de pertença e no processo de apropriação da informação, os catadores legitimam sua identidade (p.121).

Considerações finais:

Os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade de intensa interação para o processo de construção de conhecimento do catador inserido no contexto de incubação social. Ambas as partes precisam estar imersas no processo comunicacional dialético (p.123).

O sujeito precisa estar inserido nas aberturas dialógicas e problematizações proporcionadas pelo processo comunicacional. É dessa maneira que desenvolvem seus sentimentos de pertença, ressignificam sua identidade e se apropriam da informação em ordens distintas ou ao mesmo tempo [...] (p.125).

No contexto de incubação social, o catador é inserido em estratégias dialógicas criativas. Ao se problematizar, apropria-se das aberturas que o diálogo proporciona e se desenvolve gradativamente como agente de transformação de sua realidade. Entende-se que a apropriação, ressignificação e o pertencimento estão entrelaçados e apresentam como centro a problematização (p.125).

Na condição de detentores de saberes preciosos sobre a atividade que exercem, o seu processo de construção de conhecimento é diferenciado, dada a realidade em que vivem (p.126).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

O presente artigo apresenta questões fundamentais para compreender de forma mais profunda o processo de apropriação da informação. Apesar da pesquisa relatar uma situação específica produzida em um contexto entre os catadores de materiais recicláveis, os apontamentos e reflexões sobre a temática da apropriação possibilitam uma compreensão geral do processo de apropriação da

informação.

A pesquisa fundamenta-se na concepção de informação como um processo dialógico de construção em que o sujeito pode ressignificar ou modificar os sentidos. A temática da apropriação não é apresentada de forma explícita de modo geral. Fala-se muito em construção do conhecimento ou produção de significados, contudo, pode-se inferir que ao abordar esses termos, o autor está fazendo uma relação muito próxima com a apropriação da informação. Esta relação pode ser confirmada pelo posicionamento do autor: “O processo comunicativo gera a circulação, produção de significados e ressignificação de sentido. Se há produção de significado, há apropriação” (p.117). Outro trecho que apresenta a relação entre apropriação e produção de conhecimento: “[...] na medida em que o catador se apropria da informação e produz conhecimento, a cooperativa ganha significados por intermédio do processo de identificação” (p.121).

O processo de apropriação é apresentado por este artigo como um processo de produção de significados e de conhecimentos. Nesse sentido, enfatiza-se a atuação dos sujeitos em um processo interativo e dialógico de trocas de experiências e conhecimentos. É durante essas relações que os significados são construídos, ou seja, que a informação é apropriada. Em suma, compreende-se que no caso a apresentado, não há construção de informação e de novos conhecimentos fora das relações e diálogos entre os sujeitos sociais

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO DIALÓGICA

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação dialógica que enfatiza atuação do sujeito no processo de apropriação, produzindo relações interativas e dialógicas por meio de trocas de experiências e conhecimentos. É durante essas relações que os significados são construídos, possibilitando a apropriação da informação.

Fonte: elaboração própria – 2018.

O sétimo artigo foi escrito por Carmem Lúcia Batista e publicado pela revista Em Questão no ano de 2018 (Quadro 22).

Quadro 22: Concepções de apropriação abordadas no 7º Artigo.

ARTIGO 7
OS CONCEITOS DE APROPRIAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.
AUTORA: Carmem Lúcia Batista (Doutora)
REVISTA: Em Questão (A2)
Ano de Publicação: 2018
Objetivo: Na tentativa de melhor compreender o uso desse conceito no contexto da Ciência da Informação, este trabalho tem como objetivo sistematizar referências sobre <i>apropriação</i> (p.210).
Concepções: <p><i>Apropriação</i> é um termo utilizado em várias áreas do conhecimento; em razão disso, seus sentidos extrapolam os significados dados pela etimologia. Conforme o dicionário etimológico, o termo <i>apropriação</i> tem origem latina (<i>appropriationem</i>) e significa “[...] apoderação, apoderamento, posse de alguma coisa, tornar alguma coisa sua, de sua propriedade (BUENA, 1974, p.301)(p.211).</p> <p>Alguns autores tomam como sinônimo de apropriação conceitos como <i>adaptação</i>, <i>assimilação</i>, <i>incorporação</i>, <i>interiorização</i> e <i>transmissão</i> (p.211).</p> <p>A semelhança fundamental entre todos esses termos está na ideia de uma ação de deslocamento de uma coisa à outra, movimento em que o objeto deslocado permanece junto ao outro. No caso de <i>adaptação</i> e de <i>assimilação</i>, a ênfase está na transformação do objeto deslocado, num processo de adequação ao novo meio em que é integrado. Em <i>incorporação</i> e <i>interiorização</i>, a ênfase está no ambiente de chegada do objeto deslocado: espaço interno de alguma coisa. Já <i>transmissão</i> enfatiza o movimento em si, que até pode ser bilateral (p.213-214).</p> <p>Saindo da etimologia, alguns dos autores que estudam a apropriação, dentre eles Leontiev (1978) e Vygotsky (2008), partem da concepção desenvolvida por Karl Marx (1818-1883): [...] a apropriação aparece como estranhamento, como alienação; e alienação aparece como apropriação (MARX, 1977, p.9). (p.214).</p> <p>Pouco tempo depois, entre 1845 e 1846, Marx e Engels (1979, p.105), ao tratarem de formas de propriedade e de instrumento de produção, afirmam que a apropriação das forças produtivas (p.214). [...] é o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, exatamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidade nos próprios indivíduos.</p> <p>A partir da perspectiva de Marx (1977, 1979), Leontiev (1978) desenvolve sua concepção sobre o desenvolvimento socio-histórico do psiquismo humano. Para o autor, a apropriação é condição fundamental ao desenvolvimento do ser social. É por meio do processo de apropriação que o sujeito se torna apto a exprimir sua natureza humana, pois são criadas novas aptidões e funções psíquicas que são produtos do desenvolvimento socio-histórico do homem (p.215).</p>

[...] a concepção de apropriação de Leontiev (1978) é um processo de transmissão da cultura, que não é adquirida passivamente [...] esse processo é marcado por uma continuidade que não é dada, ao contrário, é desenvolvida ativamente (p.215).

Vygotsky(2008) descreve um processo semelhante ao do desenvolvimento das capacidades humanas de Leontiev (1978) que chama de “significação”, situação em que o sujeito em interação com o mundo desenvolve uma forma de percepção interior em que passa a um estado mais elevado, que lhe possibilita um novo modo de ver e de manipular as coisas (p.216).

Tanto na concepção de Leontiev (1978) quanto na de Vygotsky (2008), na relação com os objetos do mundo, o sujeito fica diante de um problema a resolver; esse problema não é apenas seu, mas de todos. Entretanto, a forma de lidar com os objetos do mundo, embora diga respeito a todos, é particular e intransferível, pois a produção de significado que ocorre nessa relação se estabelece a partir do repertório cultural de cada sujeito (p.216).

A contribuição mais evidente é a que considera a apropriação como um processo de educação. Para o autor, por meio do desenvolvimento de suas capacidades humanas, possibilitadas pelo trabalho e pelas relações sociais, o sujeito aprende a ser humano [...] A outra contribuição de Leontiev (1978) refere-se à comunicação. O autor considera a comunicação indispensável no processo de apropriação pelos indivíduos dos conhecimentos adquiridos no decurso do desenvolvimento histórico da humanidade, pois para que haja a objetivação da cultura, o homem necessita da intermediação de outros homens – ou seja, necessita de mediação -, entrando em relação com os fenômenos circundantes num processo de comunicação uns com os outros (p.216-217).

No mesmo sentido, Gléonnec (2003) afirma que a apropriação é um processo comunicativo, que se baseia na relação entre o indivíduo e todos aqueles que ajudaram a dar forma, física e simbolicamente, ao objeto apropriado (uma tecnologia, um modo de organização do trabalho, etc.). O autor considera que a apropriação, material ou simbólica, de um objeto é ao mesmo tempo alienação ao sistema que o produziu e a afirmação da identidade e da liberdade individuais (p.217).

Nesse processo de comunicação, Gléonnec (2003) descreve o que denomina de “cadeia de apropriação”. Segundo ele, essa cadeia pode ser decomposta por ciclos que estão encadeados como se formassem vínculos. Cada ciclo corresponde a um espaço-tempo do processo de mudança, que segue o curso das apropriações e das ações que se encadeiam no tempo e no espaço, ciclo após ciclo, num movimento ininterrupto (p.217).

Esse processo comunicativo descrito por Gléonnec (2003) é uma síntese, na área da comunicação, dos processos descritos por Leontiev (1978), Vygotsky (2008), Marx (1977) e Marx e Engels (1979) (p.217).

Chartier (1995) considera o processo de apropriação de textos, de códigos, de modelos compartilhados mais gerador de distinção que as práticas de cada grupo. Para o autor, a apropriação “[...] visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem (CHARTIER, 1995, p.184) (p.217).

A compreensão de Ricoeur (1986) sobre apropriação está relacionada ao processo de interpretação de texto, que, segundo o autor, termina na própria interpretação do sujeito que passa a compreender-se melhor, se compreende de forma diferente, ou até mesmo começa a compreender-se [...] Outro aspecto relevante é que na concepção do autor, a apropriação é um processo de deslocamento simbólico espacial, temporal e cultural com o propósito de tornar próximo (p.218).

Perez (2008) e Barbosa (2005) consideram a apropriação um processo semelhante ao ato de citação e ao de releitura. Segundo Barbosa (2005), na apropriação, as imagens da história da arte são tiradas de seu local de origem e utilizadas para construir uma nova imagem, ou seja, a imagem está contida no trabalho contemporâneo, inteira ou desconstruída (p.219).

Para Perez (2008), o processo descrito por Barbosa (2005) como apropriação é citação, ou citacionismo, um tipo de apropriação. Perez (2008) considera que há dois tipos de apropriação: o

primeiro trata de procedimentos em que materiais diversos – que no passado não faziam parte do campo da arte, tais como objetos do cotidiano, conceitos e textos -, são utilizados para criar obras artísticas; o segundo tipo é o citacionismo, que se refere à produção artística que utiliza imagens preexistentes, de outras obras de arte, histórias em quadrinhos, cinema, televisão, etc., numa espécie de colagem de fragmentos oriundos de fontes diversas (p.219-220).

Boyer (2010) postula a existência de uma apropriação estética e sensorial e de uma apropriação política no espaço. A apropriação estética e sensorial é individual, uma inscrição da corporalidade no espaço, uma reflexão sobre a maneira de habitar os lugares, de senti-los como seu [...] já a apropriação política é coletiva [...] (p.220-221).

Ripoll (2004) afirma que há duas grandes formas de apropriação identitária do espaço: a integração de um lugar simbólico já existente (frequentemente já apropriado) na identidade do grupo; ou a produção por esse grupo de um novo lugar simbólico que lhe seja diretamente atribuído (p.221).

La Soudière (2001, p.4) observa que apropriação baseia-se essencialmente no processo de identificação, havendo ou não modificação da realidade em questão.

Feidel (2010) afirma que a apropriação será um fenômeno essencialmente cognitivo desde que envolva a capacidade do indivíduo para representar a si mesmo, com os outros, em um espaço, como constituintes desse espaço, dando-lhe um sentido (221).

Conforme Bonerandi (2005), a apropriação do espaço é considerada como a construção e a delimitação de um lugar “próprio” com o objetivo de tomar consciência de compartilhamento e de provação de um sujeito em relação aos outros [...] (p.222).

Audas (2008) compreende a apropriação como um conjunto de ações capazes de dar ao espaço significações por adaptação, transformação ou perturbação. E também pela maneira com que essa apropriação pode fazer emergir uma relação afetiva, positiva ou negativa (p.222).

Gasnier (2004) define *apropriação* como um processo psicoespacial, individual ou coletivo, que caracteriza uma relação privilegiada com o lugar e reflete uma forma de liberdade de dispor-se de um espaço, de ter uma pseudopropriedade para usos próprios e de signos culturais específicos (p.222).

Fisher (1983) considera que a apropriação pode ser definida como o conjunto de práticas exercidas sobre o espaço em resposta às necessidades explícitas de controle ou de personalização e às necessidades implícitas de comunicação ou de reconhecimento (p.222).

Ripoll e Veschambre (2005) acreditam que [...] apropriar-se de um espaço significa adquirir conhecimentos teóricos e práticos, saberes e saber-fazer que permitem o mover-se sem se perder, mas também o uso de maneira pertinente ou estratégica (p.222).

No contexto do consumo, a apropriação está associada ao prazer da posse, material ou simbólica, do objeto (p.223).

Para Cova e Cova (2004), no contexto do consumo, a apropriação se caracteriza pela posse, que por si só implica um combate na defesa pela preservação dessa posse; ela oferece ao indivíduo o prazer do poder do possuidor e a oportunidade de desfrutar de uma autonomia que se construiria na conduta que ele tem com seu ambiente (p.223).

Segundo Brunel, Gallen e Roux (2009) [...] a apropriação se manifesta como o exercício de um controle, de um poder físico e/ou mental sobre o objeto. A segunda abordagem trata da apropriação como uma ação recursiva entre sujeito e objeto, isto é, como uma ação dirigida às coisas que, em contrapartida, transformam o sujeito. Dessa forma, o objeto apropriado é definido como um meio de “expressão de si” mesmo (p. 223).

Para Brunel, Gallen e Roux (2009), a lógica recursiva da apropriação reside na participação do objeto apropriado na construção do sujeito. De maneira íntima, de acordo com Sartre (1999), o objeto ingerido, incorporado, assimilado, transforma seu possuidor (223).

No contexto tecnológico, a apropriação de ferramentas é um fato tanto individual quanto social e revela um processo de construção de sentido, resultado de reflexões críticas sobre experiências passadas (p.226).

De Vaujany (2005) considera apropriação como um processo longo que começa bem antes da fase de utilização e continua muito tempo depois do início da primeira rotina de uso (p.227).

De Vaujany (2005) segue Massard (2007, 2009). Essa autora acredita que a apropriação é um fenômeno organizado que evolui ao longo do tempo [...] esse processo é individual, pois depende das características de cada participante ou ator, e coletivo porque promove o surgimento de novas estruturas dentro da organização (p.227).

De acordo com Fisher (1983), do ponto de vista técnico, a apropriação significa a utilização funcional de um objeto, ela significa uma dominação instrumental [...] (p.227).

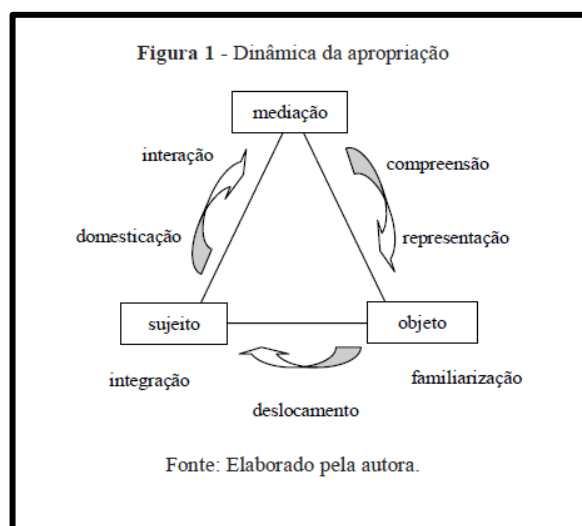
Proulx (2002) destaca a dimensão social da apropriação em tecnologia [...] A apropriação construtiva da cultura no cotidiano dos usuários e das comunidades aparece, então, como um elemento vital para a inclusão dos indivíduos das comunidades na “sociedade do conhecimento” (p.227).

Para Lemos (2001), a apropriação tem sempre uma dimensão técnica (o treinamento técnico, a destreza na utilização do objeto) e outra simbólica (a descarga subjetiva, o imaginário) (p.227-228).

Yahyaoui (2006) afirma que em termos de apropriação social de tecnologias, a problemática é articulada em torno das significações de uso para a compreensão da apropriação como um processo de criação de sentido, no e para o uso, em toda sua dimensão social (p.228).

Mallet (2006) afirma que a apropriação de uma ferramenta de gestão por um usuário se refere, por um lado, ao processo de adaptação da ferramenta pelo usuário para sua integração no uso cotidiano; por outro lado, ao processo de adaptação do usuário às características da ferramenta e às novas regras veiculadas por ela. Desse modo, trata-se de um processo complexo de construção recíproca do indivíduo e da ferramenta (p.228).

Essas sínteses compõem um processo que é ao mesmo tempo informativo, comunicativo, educativo, cognitivo, social e cultural: o processo de apropriação, que proporciona ao sujeito a produção de si, a interpretação de si e a expressão de si (p.229).



Nesse sentido, a apropriação é um processo no qual o sujeito “torna seu” um objeto do mundo, ajustando-o, moldando-o a si, atuando afirmativamente nos processos de negociação com os signos, com a cultura. Nesse processo, o objeto, material ou não, sofre um deslocamento espaço-temporal promovido pelo sujeito, que pode alterar ou confirmar o sentido dado pelo seu ambiente de origem,

ou seja, pode ressignificar o mundo que lhe chega, a partir de suas percepções, suas expectativas e seus interesses das e pelas atividades. Assim, na apropriação está implicada uma relação dialética, segundo a qual o sujeito, face ao objeto, desenvolve habilidades para construir suas representações do mundo, e por meio dessas construções simbólicas, o objeto adquire significados que expressam e produzem a subjetividade do sujeito. Dizendo de outro modo: ocorre um processo de construção de subjetividade na relação com o objeto e também uma produção de objetos a partir da subjetividade do sujeito. Apropriação seria, assim, “produção”, “construção”, negociação entre sujeito e objeto, sujeito e mundo (BATISTA, 2018, p.229).

Considerações finais:

Cada um dos autores estudados salientou elementos ou aspectos do conceito de *apropriação* que são pertinentes à Ciência da Informação. A partir desses autores é possível chegar a algumas conclusões.

A relação dialética da apropriação também ocorre entre o meio social e o sujeito, que constrói sua identidade a partir dos objetos disponíveis no mundo e desenvolvidos por gerações passadas, as quais também se apropriam de objetos deixados por gerações anteriores a elas. Nesse processo, a apropriação vincula o sujeito à transmissão cultural.

Em suma, esses conceitos se referem à mera recepção, transferência, nivelção, homogeneidade, apagamento de diferenças e relação passiva com o mundo físico e simbólico. Já a apropriação visa construção, negociação de representações, tem o propósito de conjugar realidades e interesses distintos. Assim, a apropriação é um processo dialético que envolve a construção e a expressão de si e do mundo, por meio de ações e interlocuções ativas e afirmativas das partes.

Assim, o sujeito, ao estabelecer uma relação dinâmica com o mundo, com a intenção de construir-se e de construí-lo, não faz isso porque “tornou seu” um objeto, material ou simbolicamente, mas porque, na relação com o objeto, ele, o sujeito, toma uma decisão, e a partir disso percebe o mundo com outras perspectivas. Essa relação é dinâmica, inconstante e mutável porque se refere à construção de um ser que sempre se transforma e que está inserido num mundo sempre em mudança. Dessa forma, o processo de apropriação é bem distinto dos de adaptação, assimilação, incorporação, interiorização e transmissão. Dentre as várias diferenças entre esses conceitos, podemos destacar o dinamismo e a produção de si implicados no processo de apropriação em detrimento a: a adequação do processo de adaptação, o conformismo e à aceitação do processo de assimilação; o movimento e o repouso em outro corpo, conforme o processo de incorporação; a internalização do processo de interiorização; a passagem de uma ordem à outra, no processo de transmissão (BATISTA, 2018, p.230).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

O presente artigo elaborado pela autora é o mais profundo em relação à temática da apropriação. Os conceitos de apropriação são desenvolvidos de forma central do início ao fim do artigo. A autora apresenta de forma profunda e detalhada vários aspectos e concepções do termo apropriação e de seus significados abordados e compreendidos por diferentes autores.

A importância das concepções apresentadas está na realização de diálogos entre diferentes autores na busca de tentar compreender o termo apropriação dentro da área da CI. A autora afirma que “A partir desses autores é possível chegar a algumas conclusões” que, segundo a visão da autora, estão relacionadas a alguns aspectos como, por exemplo, ao social e ao cultural. Nesse sentido, a autora salienta a importância das relações entre os sujeitos para a construção da informação. Nas palavras da autora: “[...] a apropriação é um processo dialético que envolve a construção e a expressão de si e do mundo, por meio de ações e interlocuções ativas e afirmativas das partes”. Nota-se, então, que o sujeito é ativo e atua de forma dinâmica nas construções dos significados. Segundo a autora: “Essa relação é dinâmica, inconstante e mutável porque se refere à construção de um ser que sempre se transforma e está inserido num mundo sempre em mudança”.

Os principais pontos destacados pela autora para diferenciar o processo de apropriação em relação aos conceitos de assimilação, adaptação, incorporação, interiorização e transmissão, fazem referência ao dinamismo e a produção de si. Refletindo acerca do exposto, pode-se dizer que a apropriação é um processo de construção de informações e significados que se realiza entre diferentes sujeitos e, por isso, precisa considerar os aspectos sociais e culturais para realizar

relações dialógicas na construção de significados. Cabe salientar que esse processo está sempre em mudança e possibilita diferentes construções de significados dependendo das relações estabelecidas entre os sujeitos e o contexto social.

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO INTERDEPENDENTE / APROPRIAÇÃO DIALÓGICA

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação interdependente e dialógica. É interdependente ao utilizar diferentes concepções de apropriação trabalhadas por outras áreas e por outros autores para desenvolver uma concepção para a área da CI. Compreende-se que só foi possível estabelecer as relações apresentadas porque foi realizado um diálogo com outros conceitos e concepções daquilo que significa apropriação para outros autores.

Também, pode-se dizer que após a realização do diálogo e do embasamento teórico do texto, foi possível compreender o posicionamento da autora dentro da CI que compreende a apropriação dentro de uma perspectiva dialógica, sendo um processo social e cultural que está sempre em mudança e, nesse sentido, possibilita diferentes construções de significados.

Fonte: elaboração própria – 2018.

O oitavo artigo foi escrito por Raquel Rosário Santos e Emeide Nóbrega Duarte e publicado pela revista RBBB no ano de 2018 (Quadro 23).

Quadro 23: Concepções de apropriação abordadas no 8º Artigo.

<p>ARTIGO 8</p> <p>BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, UM AMBIENTE SISTÊMICO PROPÍCIO AO ACESSO, AO USO E À APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA WEB SOCIAL PARA ESSE AMBIENTE.</p>
<p>AUTORAS: Raquel Rosário Santos, Emeide Nóbrega Duarte</p>
<p>REVISTA: RBBB (B1)</p>
<p>Ano de Publicação: 2018</p>
<p>Objetivo:</p> <p>A biblioteca universitária, como um ambiente que propicia a construção do conhecimento e favorece o crescimento social, cultural e cognitivo dos sujeitos, os bibliotecários, gestores ou agentes da mediação da informação que nela atuam devem assumir o compromisso e a responsabilidade de adotar os recursos necessários, sejam eles técnicos, tecnológicos e/ou metodológicos. É imprescindível que os bibliotecários ampliem suas atividades de mediação da informação, de modo a ultrapassar os “muros” das Instituições de Ensino Superior (IES), anular as barreiras de espaço e de tempo e auxiliar o processo de disseminação, uso e apropriação da informação (p.20).</p> <p>A missão da biblioteca é de preservar para proporcionar o acesso, o uso e a geração do conhecimento humano (p.21).</p>
<p>Concepções:</p> <p>A biblioteca universitária, como um ambiente que aproxima o sujeito social da informação pode esclarecer dúvidas sobre os fenômenos que cercam os sujeitos; promover a apropriação de novas informações; ampliar e desenvolver novos conhecimentos e auxiliar os sujeitos a desempenharem um papel de relevância e participação ativa em qualquer ambiente social a que pertençam (p.21-22).</p> <p>O conhecimento construído na universidade é transformado em ações aplicáveis à comunidade e que a beneficiem em algum aspecto (p.25).</p> <p>A comunicação e a construção do conhecimento são ações de grande importância e que têm relação direta. Quando um sujeito se apropria de uma informação, por meio de uma interação direta com outro ou de um instrumento mediador, como um livro, ele pode socializar, com convicção e segurança, esse novo conhecimento. A significação e o propósito maior da produção e da socialização do conhecimento estão associados à contribuição do crescimento social, especialmente em ambientes de natureza pública [...] (p.25).</p> <p>O bibliotecário pode criar estratégias que possam favorecer os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão e contribuir com sua vida social e cultural, haja vista que, em qualquer processo de construção do conhecimento, eles demandam um apoio mais direto da biblioteca (p.26).</p> <p>Por meio das ações de mediação da informação realizadas na biblioteca universitária, o usuário pode identificar informações que satisfaçam sua necessidade informacional, esclareçam suas</p>

dúvidas e estimulem a criatividade e a criação de ideias, a fim de que o usuário possa produzir e comunicar novos achados e propostas. Nesse processo, cada ação e atividade contribuirão de modo diferente e complementar, em relação à localização, à discussão, à interação sobre essa informação, até a apropriação (p.27).

As atividades realizadas pela biblioteca universitária tem uma forte ligação com o seu objetivo de favorecer o crescimento social e cognitivo dos sujeitos, por meio do acesso, do uso e da forma como esses sujeitos se apropriem da informação (p.27).

Somadas com todas as outras atividades desenvolvidas nas bibliotecas universitárias, essas atividades resumem-se em um objetivo – o de atender aos usuários em suas necessidades informacionais e contribuir com a construção de novos conhecimentos (p.28).

[...] o usuário da informação é o sujeito que, em determinado momento de sua vida social, identifica a necessidade de buscar a informação, utilizá-la e se apropriar dela (p.31).

Para Pieruccini (2007, p.11) “[...] sem estruturas socioculturais que lhe dê apoio, sem saber buscar informação, a maioria dos sujeitos perde-se nas tramas do conhecimento, sem condições de apropriar-se nem da memória, nem dos saberes do seu tempo”. (p.33).

[...] ratifica-se a necessidade de planejar e executar também ações de gestão, por meio das quais o bibliotecário possa incentivar e potencializar a socialização, a cooperação e a interação entre os sujeitos para a construção do conhecimento (p.37).

Considerações finais:

Os dispositivos de comunicação da *web* social contribuem para um novo posicionamento do usuário, que passa a ter uma relação mais ativa com a informação, tanto na busca, no acesso e no uso da informação, quanto na produção de novos conhecimentos (p.38).

Outro aspecto é ampliação da interação e a comunicação entre bibliotecários e usuários [...] Essa interação é um elemento relevante para uma efetiva comunicação e cooperação entre os sujeitos e para socializar o conhecimento, entre outros aspectos relativos à apropriação da informação, ao desenvolvimento de competências e à construção do conhecimento (p.38).

Descrição analítica do artigo com base nos resultados apresentados

A temática da apropriação não é um tema trabalhado de forma central no artigo apresentado. Apesar de sua importância e relação com as atividades dos bibliotecários, a apropriação não aparece de forma enfática nas discussões do artigo. Nota-se que a temática central está na o papel do bibliotecário, nas ações e estratégias que eles podem possibilitar aos usuários no espaço da biblioteca universitária.

A terminologia usada no decorrer do trabalho prejudica a compreensão daquilo que as autoras entendem por apropriação da informação. Fala-se muito em construção e produção de conhecimentos e uso da informação. A utilização do termo apropriação é algo um pouco obscuro dentro do texto. Verifica-se esse posicionamento na seguinte fala das autoras:

“Nesse processo, cada ação e atividade contribuirão de modo diferente e complementar, em relação à localização, à discussão, à interação sobre essa informação, até a apropriação” (p.27).

A falta de um posicionamento sobre o que significa o processo de apropriação da informação demonstra a falta de profundidade em relação ao termo, o que resulta no uso de outros termos para designar o processo que pode ser trabalhado na área como apropriação da informação. Contudo, as diversas terminologias usadas (uso da informação, produção do conhecimento, construção do conhecimento) possibilita fazer algumas inferências sobre as concepções de informação presentes no trabalho. Segundo as autoras: “[...] o usuário da informação é o sujeito que, em determinado momento de sua vida social, identifica a necessidade de buscar a informação, utilizá-la e se apropriar dela” (p.31). De acordo com o trecho, fica muito claro que o sujeito usa a informação e, na sequência, se apropria dela. A questão que se suscita após refletir no trecho é se é possível usar algo que ainda não foi apropriado. Percebe-se que a falta de consenso e de usos terminológicos que adotem um posicionamento centrado no paradigma social faz muita diferença para discutir questões que trabalhem com a temática da apropriação da informação.

Categoria relacionada aos conceitos: APROPRIAÇÃO RECURSIVA

A concepção de apropriação apresentada por este artigo faz referência à apropriação recursiva. Nota-se que a importância central do artigo está da atuação dos bibliotecários em possibilitar situações que favoreçam o acesso, o uso e a apropriação da informação. Nesse sentido, compreende-se que a informação é um “produto” gerado pelos bibliotecários e, ao mesmo tempo ela é, também, a produtora de novos produtos. Verifica-se que a informação é compreendida como algo que pode ser usado e depois apropriado. Ela é um produto que também é responsável pela produção de novos produtos que são gerenciados da melhor forma pelos bibliotecários dentro do espaço da biblioteca universitária.

Fonte: elaboração própria – 2018.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todas as discussões e diálogos apresentados por esta pesquisa, foi possível demonstrar a emergência do tema da Apropriação da Informação não somente na área da CI, mas também em todas as áreas que envolvem o estudo da linguagem e das interações sociais. Foi possível compreender que a relação entre informação e signo é uma proposta muito frutífera que deve ser aprofundada por outros pesquisadores da CI e de outras áreas afins.

O diálogo interdisciplinar entre Bakhtin e Peirce resultou grandes resultados na compreensão da informação dentro de uma perspectiva social. Considerar a informação um objeto abstrato trouxe reflexões acerca de seu processo. Nesse sentido, foi preciso realizar relações com a teoria Bakhtiniana para compreender os elementos da informação por um viés ideológico. Assim, foi possível fazer um paralelo entre a ideia de protoinformação de Almeida Júnior com o signo ideológico de Bakhtin. A partir dessa relação, criou-se o conceito de partículas de protoinformação, uma das ideias centrais apresentadas por esta Tese.

O desenvolvimento aprofundado das partículas de protoinformação levou ao diálogo com o signo triádico de Peirce. Com o intuito de compreender o que seja a informação dentro de uma perspectiva semiótica, social e cultural, desenvolveu-se uma relação entre as Partículas de Protoinformação, a Consciência Informativa e as Manifestações Informativas como elementos constituintes do processo de materialização da informação. A partir dessas relações foi necessário abordar a questão da materialidade da informação, ou seja, a materialidade é considerada uma composição triádica de relações entre Partículas de Protoinformação (PP), Consciência Informativa e Manifestações Informativas (MI) que acontecem no discurso interior do indivíduo.

Esta materialidade, representada simbolicamente por uma pirâmide que expressa sua composição triádica, pode ou não ser exteriorizada em um contexto social. A relação entre os três elementos da tríade da materialização produz a Informação Materializada, também abordada por esta pesquisa como Pirâmide Informativa (PI).

A atuação dos três elementos que compõem a materialidade da informação é processual e dinâmica. Eles sempre estão se relacionando em algum momento do

processo de apropriação, independentemente de quem vem primeiro ou depois. Cabe salientar que não é possível considerar uma linearidade na atuação dos elementos, pois, sabe-se que as partículas de protoinformação estão presentes antes mesmo da apropriação da informação; elas são fugazes, isto é, ao mesmo tempo em que aparecem, também desaparecem, deixando partes de sua essência que podem ser acionadas em outros processos de apropriação.

As relações entre as partículas de protoinformação com os outros elementos da materialização da informação acontecem constantemente, de forma consciente ou inconsciente, são ações dinâmicas e complexas que envolvem todo tipo de interações nas mais simples atividades rotineiras de ler um livro, sentir um cheiro ou pensar em uma simples ação que implica na realização de um sutil piscar de olhos. Pode-se compreender, então, que a materialização de uma informação está intimamente relacionada com o acionamento das partículas de protoinformação e sua relação com os outros elementos do processo, o que ocorre dentro do discurso interior, denominado por esta pesquisa por consciência informativa.

. Quando as partículas se materializam na consciência informativa e não se exteriorizam, verifica-se que o processo de materialização é representado por uma materialização não-física, contudo a presença da manifestação informacional pode atuar como um símbolo que se estabelece dentro do pensamento para processar os significados na consciência informativa. Quando as partículas se exteriorizam por meio de uma manifestação informacional, apresenta-se uma produção exterior, ou seja, uma materialização da informação que pode ser representada por algo físico ou não-físico.

Abordar a materialidade não-física trouxe grandes reflexões para esta pesquisa. Foi preciso aprofundar o diálogo com a semiótica e com a ideia de informação como signo. O desenvolvimento do conceito de partículas de protoinformação como um dos elementos da materialização da informação reafirmou a ideia inicial de que a protoinformação representa um potencial em construção, uma possível materialização que ainda está em processo de construção e, portanto, não pode ser concebida dentro de uma fisicalidade, embora sua presença seja essencial para a construção de uma materialidade física.

Buscou-se, então, compreender a materialização física e não-física da informação por meio de um estudo semiótico que concebeu a informação no seu sentido processual, considerando que sua materialidade só se constrói na relação.

Nesse sentido, verificou-se que o signo ideológico de Bakhtin pode ser comparado ao que se chamou de partículas de protoinformação. Além disso, foi possível verificar que o signo triádico de Peirce foi necessário para estabelecer as relações entre os elementos que compõem a materialidade da informação. Assim, foi preciso considerar as relações entre todos os elementos abordados pelo signo de Peirce para compreender as relações entre os elementos do processo de construção da informação abordados por esta pesquisa.

Diante de todas as discussões, reflexões e diálogos levantados por esta Tese, foi possível compreender que a informação só é informação quando há a encarnação de signos. Sendo assim, toda informação é ideológica e não precisa estar vinculada à instância da fisicalidade para ser considerada informação. Assim como as partículas de protoinformação, as palavras por si só não significam nada, ou seja, sua conversão em signo depende do uso de que se faz dela, ou seja, das relações estabelecidas e reconhecidas de forma significativa pelo sujeito cognitivo e social. Desse modo, as partículas de protoinformação dependem de suas associações para resultar na materialização da informação, seja física ou não-física..

Outro ponto importante discutido por esta Tese foi a participação ativa do sujeito no processo de construção da informação. O sujeito atua como protagonista no processo de materialização da informação, independentemente dos níveis em que ela acontece. Cabe destacar que os níveis da apropriação abordados por esta pesquisa não possuem uma ordem de grandeza de um sobre o outro, ou seja, a materialização da informação não acontece de forma linear. A presença dos três níveis de forma ordenada em nível 1 (reconhecer e selecionar), nível 2 (associar) e nível 3 (materializar) não indica que a atuação do sujeito será realizada na ordem indicada. Uma coisa é a realização dos três níveis, outra é o momento em que os níveis são acionados. Deve-se considerar que o acionamento das partículas de protoinformação pode acontecer em momentos anteriores ao da materialização.

Também é importante salientar que o sujeito não é responsável pela escolha do nível em que acontece a apropriação. Todas essas ações podem acontecer no inconsciente do sujeito, ou seja, ainda que ele negue sua formação social, religiosa, ou de qualquer outro aspecto cultural, não é possível impedir que alguns elementos atuem de forma inconsciente em determinadas apropriações, mesmo contra a vontade do indivíduo. Aquilo que pode ser recusado exteriormente nem sempre pode ser omitido ou excluído do discurso interior. É possível gerar materialização

que traga marcas inconscientes em sua representatividade simbólica na instância da não fisicalidade. Diante do exposto, pode-se afirmar que o processo de mediação sempre produzirá algum tipo de apropriação, ainda que seja de forma inconsciente. Sendo assim, cabe destacar que, ainda que a apropriação seja realizada de forma consciente, ela pode se manifestar dentro do discurso interior e não precisa, necessariamente, ser materializada por meio de uma materialidade física.

Não existe apropriação sem leitura, ou seja, o sujeito está em constante processo de apropriação, visto que ele está sempre imerso em um universo social composto por elementos textuais e extratextuais que o levam a realizar interpretações por meio de relações dialógicas. Pode-se afirmar que o sujeito, sendo um ser social, está sempre se relacionando com as pessoas e as coisas do mundo ao seu redor. O sujeito está sempre fazendo leituras de tudo aquilo que o cerca e, de certo modo, está sempre se apropriando de algo, está sempre construindo, desconstruindo e reconstruindo informações de acordo com a formação discursiva a qual pertence.

Contudo, é fundamental considerar que apropriar-se não significa compreender as manifestações informacionais de acordo com as intenções daquele que as produziu. A forma como a mediação é realizada influencia o modo como a apropriação acontece, pois, o sujeito é um ser histórico e social que age e interage em diferentes contextos, construindo informações e conhecimentos necessários para estabelecer e manter relações com outros sujeitos, sendo um processo fundamental na constituição de uma sociedade.

É assim que esta pesquisa abordou o processo de apropriação: uma prática discursiva e dialética de construção, desconstrução e reconstrução de informações que resulta diferentes materializações físicas e não-físicas segundo o horizonte social de uma época e de um grupo social determinado. Frente às reflexões apresentadas, nota-se a necessidade de pesquisar a informação mediante uma perspectiva social que aborde uma visão hermenêutica e semiótica, considerando o processo de apropriação como resultado das relações estabelecidas entre sujeitos, lugares e situações.

Partindo do princípio de que a informação é um signo, pode-se dizer que toda informação apropriada é ideológica. Desse modo, nenhuma informação é neutra, a neutralidade está na simples manifestação informacional, como, por exemplo, na palavra sem o signo. A partir do momento em que acontece a materialização da

informação pelo processo de apropriação, a manifestação informacional deixa de ser apenas um instrumento de produção para ser revestida de sentido ideológico.

No que tange à problemática da pesquisa, defendeu-se a ideia de que a informação é construída somente na relação com o outro. Fora da relação não há informação. Considerando as relações intersubjetivas e pessoais, optou-se pelo embasamento na teoria da complexidade que possibilitou sustentar a concepção de informação como conceito subjetivo e social. Frente a este posicionamento, surgiu a necessidade de abordar a materialidade não-física, fato que exigiu um olhar que não focasse o objeto informação, mas sim seu processo de construção. Assim, a presente pesquisa trabalhou com a ideia de informação como resultado de um processo complexo, contínuo e ideológico.

Compreende-se que esta abordagem social e abstrata da informação é um tema ainda embrionário na CI e precisa ser discutido em diferentes áreas de atuação para que a interdisciplinaridade seja cada vez mais atuante, possibilitando, também, atuações transdisciplinares entre os pesquisadores que se aventurem a desenvolver pesquisas no âmbito da abstração da informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. *Sociedade e biblioteconomia*. São Paulo: Polis: APB, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: Eduel, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Prefácio. In: ARAÚJO, C. A. A. *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros/ São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. da (Orgs.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, v.32, n.3, p.21-27, 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. *Ciência da Informação*, v.38, n.3, p.192-204, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na ciência da informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.20, n.3, p.95-105, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/000009582/c70cb562f5165be33f2a2ec671325e15>>. Acesso em: 02 set. 2017.

AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E. G. G. Pereira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, A. A. A condição da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v.16, n.3, 2002.

BARRETO, A. Políticas de monitoramento da informação por compressão semântica dos seus estoques. *Datagramazero*, v.4, n.2, abr. 2003. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/169/1/barreto%2010.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BARROS, D. L. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BARROS, D. L. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. Trad. de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, Editora da USP, 1971.

BATISTA, C. L. Os conceitos de apropriação: contribuições à ciência da informação. *Em Questão*, v.24, n.2, p.210-234, maio/ago. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/74317>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BATISTA, C. L. *Mediação e apropriação da informação pública: a educação fiscal*. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18052015-160609/pt-br.php>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. USA: Penguin Books, 1966.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/306975560/Psicologias-Uma-Introducao-ao-Estudo-da-Psicologia-pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BORGES, E. V. E. *O poema concreto: um efeito de estranhamento na conduta dos leitores*. 2011. 300 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2011.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O.F. Mediação da literatura para leitores-ouvintes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.19, n.1, p.2017-226, jan./mar. 2014.

CALUZI, J. J.; ROSELLA, M. L. A. Edgar Morin: a complexidade subsidiando o ensino de ciências. IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2003. Disponível em: <<http://www.fep.if.usp.br/~profis/arquivos/ivenpec/Arquivos/Orais/ORAL064.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

CANDIDO, A. *Vários escritos: o direito à literatura*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/46566139/CANDIDO-Antonio-O-direito-a-literatura-In-Varios-Escritos>>. Acesso em: 02 set. 2018.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.148-207, jan./abr., 2007.

CASTAÑON, G. A. Construcionismo social: uma crítica epistemológica. *Temas em psicologia da SBP*, v.12, n.1, p.67-81, 2004.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da moeda, 2006.

CHARON, J. M; VIGILANT, L. G. *Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388158/mod_resource/content/1/Texto%2014%20-%20O%20que%20%C3%A9%20ideologia%20-%20M.%20Chau%C3%AD.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, v.9, n.23, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8848>>. Acesso em: 29 out. 2017.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1936981/mod_resource/content/3/aula%201_CHAU%C3%8D%2C%20Marilena.%20Convite%20%C3%A0%20Filosofia.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CURY, L.; PINHEIRO, J. B. Da cibernética à complexidade: origem e desenvolvimento dos sistemas informacionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – CONTECSI, 3., 2006. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://www.contecsi.fea.usp.br/envio/index.php/contecsi/3contecsi/paper/view/2079/1183>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

CRUZ, E. B. O direito à informação governamental: questões acerca da positividade e legitimação de um direito fundamental. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.9. n.2, p.370-382, novembro 2013. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3442>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma: Revista de Ciência da Informação e da Comunicação*, n.4, 2007. Disponível em:

<<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645/pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

DERQUI, P. M. *Da informação à categorização: a formação sistêmica dos conceitos*. 2014. 165 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-24112014-090640/pt-br.php>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DISCURSIVE PRACTICE. Disponível em:

<<http://www.anthropology.hawaii.edu/departament/specializations/discursive/discursive.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

DUMONT, L.M.M.; PINHEIRO, E.G. Incursões teórico-metodológicas da etnometodologia na ciência da informação: aplicações em pesquisas sobre leitura. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.25. n.3, p.49-61, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/22773>>. Acesso em: 10 set. 2018.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ECO, U. *Obra aberta*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. Disponível em:

<https://monoskop.org/images/2/29/Eco_Umberto_Obra_aberta_8a_ed.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

FADEL, B. et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FERRARI, M. Edgar Morin, o arquiteto da complexidade. *Nova Escola*, 01 out. 2008. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1391/edgar-morin-o-arquiteto-da-complexidade>>. Acesso em: 20 set. 2018.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Trad. Octanny S. da Mata e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Disponível em:

<<https://soife.files.wordpress.com/2009/06/paul-feyerabend-contra-o-metodo.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 2. ed. Trad. de Rosisca Dracy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAS, M. T. A. Nos textos de Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

FIORI, E. M. Prefácio In: FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5. ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOMES, H.F. Tendências de Pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.3, n.1, p.85-89, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009337/16317a98d523661d93fdb019e58510a/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

GOMES, H.F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v.19, número especial, p.151-163, out./dez.2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2264>>. Acesso em: 20 set 2018.

GUARALDO, T. S. B. Mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores: práticas de informação e leitura do jornal Bom Dia de Bauru. *Informação & Informação*, v.19, n.2, p.215-240, mai./ago. 2014.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2015. Trad. de Susana Alexandria. Disponível em: <https://www.nucleodepesquisadosex-votos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/cultura_da_convergencia_-_henry_jenkins.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

LEMOS, A. *Cibercultura e mobilidade: a era da conexão*. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/140429770509861442583267950533057946044.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MACEDO, R. G.; CASTILHO, A.de. Cibercultura em um contexto de convergência tecnológica: ensino e interatividade na velocidade do conhecimento. In: SOUZA, R. M. V.; MELO, J. M. de.; MORAIS, O. J. (Orgs.). *Teorias da Comunicação: correntes de pensamento e metodologia de ensino*. São Paulo: Intercom, 2014. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/8ba840f439e5d6b8c5eb6ce94faeca68.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

- MACHADO, K. Significado das cores nas diferentes culturas, 2017. Disponível em: <<https://kenyaom.wixsite.com/tudodesigninteriores/single-post/2017/05/03/Significado-das-cores-nas-diferentes-culturas>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9_qW1Y7QkNoaERxQINUdjQ/view>. Acesso em: 31 out. 2017.
- MARTÍN-SERRANO, M. La influencia social de la televisión: niveles de influencia. Reis: *Revista española de investigaciones sociológicas*, n.16, 1981. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/55892>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-os-meios-de-comunicacao-como-extensoes-do-homem-marshall-mcluhan-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 09 mai. 2018.
- MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, E. Ciência e consciência da complexidade. In: MORIN, E.; MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. 3. ed. Uberaba: Peirópolis, 2000a.
- MORIN, E. O pensamento complexo, um pensamento que pensa. In: MORIN, E.; MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. 3. ed. Uberaba: Petrópolis, 2000^a
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000b
- MOSTAFA, S.P. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.22, n.3, p.95-100, 2012.
- NUNES, J.H. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- ORLANDI, E. P. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1999.

PARREIRA, M. S. A importância do pensamento de Saussure e da teoria de Chomsky para a linguística moderna. *Domínios de Linguagem*, v.11, n.3, 2017.

PEIRCE, C. S. *Semiótica e filosofia*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação*, v.19, n.2, p.1-22, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272641149_A_mediacao_cultural_como_categoria_autonoma>. Acesso em: 31 out. 2017.

PIERUCCINI, I. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 8., 2007. Anais eletrônicos... Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--159.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PINHEIRO, L. V. Informação: esse objeto obscuro da ciência da informação. *Morpheus*, v.2, n.4, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/31/1/Morpheus2004Pinheiro.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, v.1, n.1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/2778>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Ideação*, v.10, n.1, 2008. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

PONZIO, A. Problemas de sintaxe para uma linguística da escrita. In: BAKHTIN, M. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007.

RAMONET, I. O poder midiático. In: MORAES, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <https://www.academia.edu/8644860/A_TIRANIA_DA_COMUNICA%C3%87%C3%83O_-_IGNACIO_RAMONET>. Acesso em: 1 dez. 2016.

SALDANHA, G. S.; GRACIOSO, L. S. Filosofia da linguagem e Ciência da informação na América Latina: apontamentos sobre pragmática e linguagem. In: Miguel Ángel Rendón Rojas. (Org.). *El Problema del lenguaje en la bibliotecología /*

ciência de la información / documentación. Un acercamiento filosófico-teórico. México: UNAM, 2014.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica.* São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.2, n.2, p.46-71, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização.* 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares: Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos – ECA/USP*, São Paulo, n.2, jul./dez., 1998. Disponível em: <<https://www.tjap.jus.br/portal/images/stories/documentos/Eventos/Texto---Estudo-sobre-o-conceito-de-mediacao.pdf>>. Acesso em: 31 out.2017.

SILVA, J. L. C; GOMES, H. F. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. *Informação & Sociedade*, v.23, n.2, p.33-44, maio/ago. 2013.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.25, n.1, p. 145-157, jan./abr., 2015.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 1999.

SMITH, F. A leitura de letras, palavras e significado. In: _____. *Leitura significativa.* Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SMITH, F. Leitura para além dos olhos. In: _____. *Leitura significativa.* Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da informação no Brasil:* livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna:* teoria social crítica dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TORRES, J.J.M. Teoria da complexidade: uma nova visão de mundo para a estratégia, julho de 2005. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/TORRES-Teoria-Da-Complexidade-e-Estrategia.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem.* Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

WILKE, V. C. L. Filosofia e informação: dos muitos sentidos de informação e algumas abordagens filosóficas – contribuições para a epistemologia da informação. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.91-112, jul./dez., 2012.

Disponível em:

<www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/download/7/6>.

Acesso em: 24 abr. 2018.

WERSIG E NEVELING. Disponível em: <<http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>>

Acesso em: 24 abr. 2018.

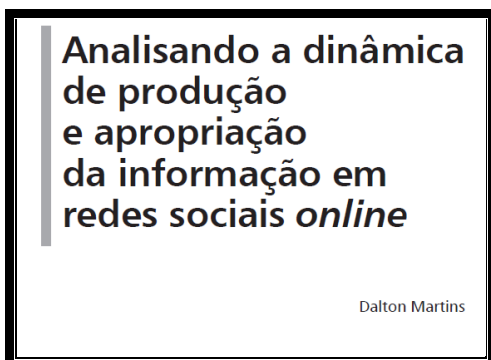
WOLTON, D. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2010. Disponível em:

<<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/tassia/88202667-Informar-nao-e-comunicar.pdf/view>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ARTIGO 1
TÍTULO: Analisando a dinâmica de produção e apropriação da informação em redes sociais online
AUTOR: Dalton Martins
REVISTA: Em Questão (A2)
Ano de Publicação: 2011



RESUMO

O uso de sistemas de informação para promoção de redes sociais tem sido uma tendência no desenvolvimento da Internet na última década. Analisar o que acontece nesses sistemas, como os usuários se apropriam e o que produzem nem sempre é uma tarefa trivial. O artigo apresenta um conjunto de indicadores dinâmicos de fácil aplicação com o objetivo de caracterizar a dinâmica de apropriação e produção dos usuários. O conjunto de dados utilizados como caso é a rede social Conversê, ambiente criado no âmbito do Ministério da Cultura para o programa Cultura Viva, com mais de treze mil usuários espalhados por todo o país durante os anos de 2005 a 2007. Os resultados evidenciam formas e estratégias de uso da rede, permitindo identificar padrões de comportamento que ampliam a capacidade de visualização e compreensão do processo de apropriação e produção do espaço por seus usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais. Análise de redes. Webometria. Ciência da Informação. Indicadores.

Analyzing the dynamics of production and appropriation of information in online social networks

ABSTRACT

The use of information systems for the promotion of social networks has been a trend in the development of the Internet in the last decade. Analyze what happens in these systems, as users take ownership and what they produce is not always a trivial task. The article presents a dynamic set of indicators easy to apply in order to characterize the dynamics of appropriation and production users. The data set used as if Converse is the social network, the environment created within the Ministério da Cultura – Cultura Viva program, with over thirteen thousand users all over the country during the years 2005 to 2007. The results show forms and strategies of network usage, to identify patterns of behavior that extend the capability of viewing and understanding the process of appropriation and production space for its users.

KEYWORDS: Social networks. Network analysis. Webmetrics. Information Science. Indicators.

APÊNDICE B

ARTIGO 2
TÍTULO: Apropriações sociais da tecnologia ética e netiqueta no universo da infocomunicação
AUTORES: Ana Carolina Silva Biscalchin (Mestranda em CI), Marco Antonio de Almeida (Doutor em CI)
REVISTA: INCID (B1)
Ano de Publicação: 2011

Apropriações sociais da tecnologia: ética e netiqueta no universo da infocomunicação

Technology social appropriates: ethics and netiquette in the infocommunicational universe

Ana Carolina Silva Biscalchin

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA/USP.

E-mail: anacarolb@usp.br

Marco Antonio de Almeida

Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP.

Professor do curso de Ciências da Informação e da Documentação da FFCLRP/USP e do PPGCI – ECA/USP.

E-mail: marcoaa@ffclrp.usp.br

Resumo

O artigo enfoca como a relação tecnologia-sociedade foi pensada na teoria social: quase sempre um dos pólos foi privilegiado às custas do outro. Procura-se mostrar as insuficiências desse tipo de abordagem, propondo pensar numa relação de co-determinação, na linha de Latour e Miège. São abordadas questões relativas à ética e ao comportamento dos indivíduos nos blogs para ilustrar as potencialidades dessa abordagem. Finalmente, observa-se a incipiência desse tipo de estudo na área de CI, e são referidos alguns dos desafios teóricos e metodológicos que eles apontam.

Palavras-Chave: Informação. Comunicação. Ética. Tecnologia. Teoria Social.

Abstract

The article focuses on how the relationship between technology and society was thought in social theory: almost always one of the poles was privileged at the expense of another. Attempts to show the shortcomings of this approach, proposing to think of a relationship of co-determination, in line with Latour and Miège. Some questions related to ethics and behavior of individuals in the blogs to illustrate the potential of this approach. Finally, there is a incipience of such studies in the area of IC, and are referred to some of the theoretical and methodological challenges which they point.

Keywords: Information. Communication. Ethics. Technology. Social Theory.

APÊNDICE C

ARTIGO 3
TÍTULO: Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas.
AUTORES: Alessandro Rasteli (Doutorando em CI), Lídia Eugênia Cavalcante (Doutora em Educação)
REVISTA: Encontros Bibli (A2)
Ano de Publicação: 2014

Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas

Cultural mediation and appropriation of information in public libraries

Alessandro RASTELI¹
Lídia Eugênia CAVALCANTE²

RESUMO

Reconhecer a existência de dispositivos, a exemplo das bibliotecas, como produtores de sentido, é também verificar as ações de mediação cultural como atos de significação, vivenciados com modos de interação entre diferentes experiências culturais. As ações de mediação são compreendidas como práticas socioculturais e processos afirmativos de sujeitos na construção de sentidos, remetendo-se à produção e à recepção de bens simbólicos e aos dispositivos culturais como espaços de apropriação. Este estudo visa, portanto, apresentar revisão da literatura sobre as mediações culturais (focando-se nas práticas de leitura) em ambientes socioculturais, especificamente em bibliotecas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação cultural – biblioteca pública. Apropriação cultural. Bibliotecário – mediador da leitura. Mediação da leitura – biblioteca pública.

ABSTRACT

To recognize the existence of devices, such as libraries, as producers of meaning, is also to determine the effect of cultural mediation as acts of meaning, experienced with modes of interaction between different cultural experiences. Monitoring activities are understood as socio-cultural practices and processes of assertive subjects in the construction of meaning, referring to the production and reception of symbolic goods and devices as spaces of cultural appropriation. Thus, the paper aims to review the literature on the reflection of cultural mediation (focusing on reading practices) in socio-cultural environments, specifically in public libraries.

KEYWORDS: Cultural mediation-public library. Cultural appropriation. Librarian-mediator of reading. Mediated reading-public library.

APÊNDICE D

ARTIGO 4
TÍTULO: Mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores: práticas de informação e leitura do jornal bom dia Bauru.
AUTORA: Tamara de Souza Brandão Guaraldo (Doutora)
REVISTA: Informação & Informação (A2)
Ano de Publicação: 2014

**MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
NAS CARTAS DE LEITORES: PRÁTICAS DE
INFORMAÇÃO E LEITURA DO JORNAL BOM DIA
BAURU¹**

**MEDIACIÓN Y APROPIACIÓN DE LA INFORMACIÓN EN
LAS CARTAS DE LECTORES: PRÁCTICA DE
INFORMACIÓN Y DE LECTURA DEL PERIÓDICO BOM DIA
BAURU**

Tamara de Souza Brandão Guaraldo – tamara@faac.unesp.br
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista
(UNESP/Marília). Professora dos cursos de Comunicação Social da
UNESP/Bauru.

RESUMO

Introdução: O presente estudo trata sobre o sujeito leitor em sua prática de informação e leitura no jornal popular BOM DIA Bauru. Desse modo, o artigo se propôs estudar a questão do leitor e sua prática de informação e leitura cotidiana nas cartas de leitores.

Objetivo: Conhecer o sujeito leitor em sua prática de leitura de jornal, numa mediação em que efeitos de sentido são produzidos a partir da apropriação da informação.

Metodologia: Foram selecionadas trinta cartas de leitores tendo como tema a mudança de layout e editoriais do jornal em setembro de 2010, com uso da metodologia da Análise de Discurso.

¹ Esse artigo é parte da tese defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista – UNESP- Marília/SP. Banca examinadora: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior (Orientador), Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, Profa. Dra. Sonia de Brito, Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes.

Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 2, p. 215 - 240, maio./ago. 2014.
<http://www.uel.br/revistas/informacao/>

215

Tamara de Souza Brandão Guaraldo

Mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores: práticas de informação e leitura do jornal Bom Dia Bauru

Resultados: As cartas de leitores analisadas demonstram que os leitores são ativos na maneira em que aceitam, negam ou reproduzem o discurso do jornal no processo de recepção. Os leitores do BOM DIA Bauru apontam como critérios de relevância da informação: o tamanho da fonte, o layout, a impressão, o uso e o conteúdo.

Conclusões: Destaca as apropriações e resistências do público leitor em sua prática de informação e leitura e contribui para ampliar as discussões sobre a variedade de leitores existentes, numa realidade de mudança socioeconômica que suscita contradições, mas que permite a esse leitor adquirir materiais para ler.

Palavras-chaves: Práticas de informação. Mediação. Cartas de leitores. Recepção.

Mediation and appropriation of information in readers' letters: practice of information and reading Bom Dia Bauru newspaper

Abstract

Introduction: The present study is intended for approaching the readers as subject in their practice of information and reading BOM DIA, a popular newspaper. In this manner, this paper proposes a study on the reader and their practice of information and everyday reading in readers' letters.

Objective: The main purpose was to know the reader subject when reading a popular newspaper in some interposition in which meaning effects are produced from the appropriation of information.

Methodology: It was selected thirty readers' letters whose theme was the change of layout and articles published in September 2010, and in order to achieve the purposes, the methodology used is Discourse Analysis.

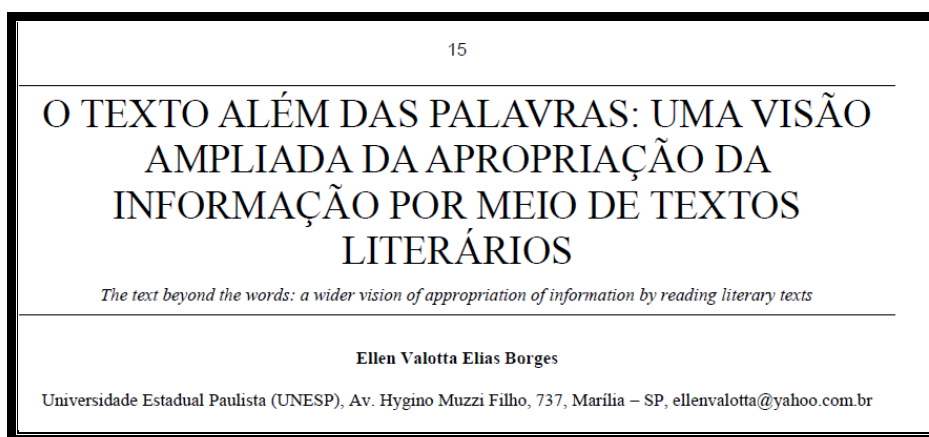
Results: In the readers' letters, the subjects are active in what they accept, reject or reproduce the newspaper speech during the understanding process. BOM DIA Bauru readers point relevant criteria in their reading such as font size, layout, printing, use and content.

Conclusion: It is highlighted appropriations and resistance from the readers in their practice of information acquisition and reading, and we contribute to amplify the discussion about the variety of existent readers in a reality of social and economical changing, which raises contradictions but allows this reader to acquire reading material.

Key words: Practices of information. Mediation. Readers' letters. Reception.

APÊNDICE E

ARTIGO 5
TÍTULO: O texto além das palavras: uma visão ampliada do processo de apropriação da informação na leitura de textos literários.
AUTORA: Ellen Valotta Elias Borges (Doutoranda em CI)
REVISTA: BRAJIS(B1)
Ano de Publicação: 2016



Resumo

A apropriação da informação é um processo de interação entre texto e leitor, dentro de uma sociedade. Porém, o significado das palavras não é fixo, ele é negociado na interação. O leitor tem um papel ativo no processo de construção dos significados durante o ato da leitura. As relações entre texto, contexto e leitor são práticas discursivas fundamentais para a construção da realidade. A literatura é um tipo de prática social construída por elementos linguísticos e discursivos. Desta forma, é necessário compreender como sua informação é produzida e compreendida dentro de um contexto social específico. É nas práticas discursivas que produzimos e compreendemos os significados culturais. É neste processo que realizamos a apropriação de informações. Conclui-se que uma simples leitura massificada que não considera elementos extratextuais não é suficiente para gerar apropriação da informação.

Palavras-chave: Apropriação da Informação; Literatura; Práticas Discursivas.

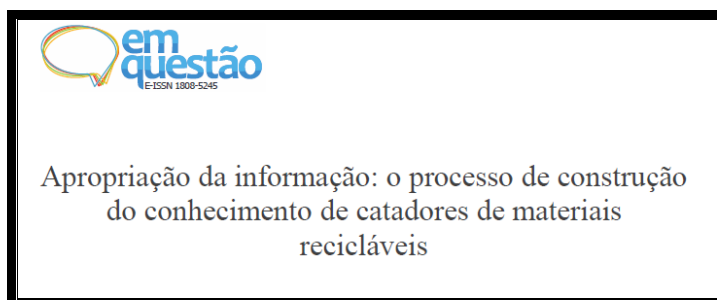
Abstract

The appropriation of information is the result of interaction between text and reader in a society. However, the word has no single meaning. It is negotiated in interaction. The reader has an active role in the meaning-making process of textual creation through the act of reading. Relationship among text, context and reader is a kind of discursive practice extremely important in the construction of reality. Literature is a kind of social practice that is linguistically/discursively constructed, so it is necessary to know how its information is produced and understood in a specific social context. Discursive practice addresses the processes by which cultural meanings are produced and understood, in other words, it is the process responsible for appropriation of information. It is concluded that a narrow and mass-oriented reading that does not take into account the text beyond the words cannot be able to generate appropriation of information.

Keywords: Appropriation of information; Literature; Discursive Practices; Reader

APÊNDICE F

ARTIGO 6
TÍTULO: Apropriação da informação: o processo de construção do conhecimento de catadores de materiais recicláveis.
AUTORAS: Suely Henrique Gomes (Doutora), Geisa Muller de Campos Ribeiro (Mestre), Laura Vilela Rodrigues Rezende (Doutora)
REVISTA: Em Questão (A2)
Ano de Publicação: 2017



Resumo: Este artigo aborda o processo de construção do conhecimento de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas e assessorados pelo projeto de incubação social da Universidade Federal de Goiás, a partir do tensionamento entre o conhecimento científico e o comum. No que concerne aos aspectos metodológicos, trata-se de pesquisa qualitativa e quanto aos objetivos caracteriza-se como descritiva – exploratória. Os dados foram coletados via observação participante. Dentre os principais resultados, destaca-se que a construção do conhecimento dos catadores inseridos no contexto de incubação social ocorre via interação significativa. Isto é, quando, por meio do diálogo e imerso em estratégias metodológicas criativas, o sujeito significa as informações, provocando mudanças em sua base simbólica de conhecimento. Essa transformação ocorre somente mediante processo comunicativo. Por meio da interação, o sujeito é problematizado ao exercer a análise crítica sobre sua realidade atual como catador. Assim, ele ressignifica sua identidade, desenvolve seu sentimento de pertença, estabelece os vínculos com o grupo que trabalha e se apropria das informações que são mediadas pela equipe gestora de incubação.

Palavras-chave: Comunicação. Construção do conhecimento. Apropriação da informação. Incubação social. Catadores de materiais recicláveis.

Appropriation of information: the process through construction of knowledge collectors of recyclable material

Abstract: The aim of this research is to understand the construction process of knowledge developed by people who catch recyclable waste material, also known as either waste pickers or collectors, organized in Cooperatives and advised by a Social Incubation Project at the Federal University of Goiás, from the tension between scientific and common knowledge. Concerning to the methodological aspects, the research has a qualitative approach and regarding the goals, it is characterized as descriptive – exploratory. The data were collected through participant observation. Through the obtained data, it is considered that the construction of knowledge of those waste pickers inserted in the social incubation context happens through some meaningful interaction. That is, via dialogue and immersed in creative methodological strategies, the subject changes the message into some relevant information, causing modifications in his symbolic basis of knowledge. This transformation is only through a communicative process. It is in his interaction that the subject is questioned by performing a critical analysis on his current reality as a collector, which enables him to create a new meaning to his own identity, develops his sense of belonging and linkages with the group he works with, and gets appropriation of the information that is mediated by the Incubation Team Manager.

Keywords: Communication. Production of knowledge. Appropriation of information. Social Incubator. Collectors of recyclable material.

APÊNDICE G

ARTIGO 7
TÍTULO: Os conceitos de apropriação: contribuições à ciência da informação
AUTORA: Carmem Lúcia Batista (Doutora)
REVISTA: Em Questão (A2)
Ano de Publicação: 2018



Resumo: O conceito de apropriação tem sido muito utilizado na Ciência da Informação em relação a diferentes situações: apropriação da informação, de bens culturais, de espaço, de dispositivos tecnológicos, dentre outros. Esse fato nos faz indagar sobre o sentido do conceito nessa área. Por isso, este trabalho tem como objetivo sistematizar referências sobre o conceito de apropriação em diferentes áreas do conhecimento, diferenciando-o de outros, como adaptação, assimilação, interiorização, incorporação e transmissão. A partir dessas referências, são destacados conceitos-chave pertinentes aos usos do conceito em Ciência da Informação. Como método de trabalho, foi feita uma revisão de literatura em diferentes disciplinas em que o conceito é utilizado. Como resultado, são sistematizadas as principais contribuições sobre apropriação que têm relevância e pertinência à Ciência da Informação.

Palavras-chave: Apropriação. Conceito. Ciência da Informação.

Concepts of appropriation: contributions to Information Science

Abstract: The concept of appropriation has been widely used in Information Science in different contexts: appropriation of information, of cultural heritage, of space, technological dispositive and others. This fact raises the question about the meaning of the concept in this area. Therefore, this work aims to systematize references to the concept of appropriation in different areas of knowledge, differentiating it from other one such as adaptation, assimilation, internalization, incorporation and transmission. From these references, relevant key concepts were highlighted for the use of the concept in Information Science. As a working method, a review of literature in different contexts in which the concept is used was taken. Consequently, the main contributions on the concept of appropriation that has relevance and pertinence to the Information Science were systematized.

Keywords: Appropriation. Concept. Information Science.

APÊNDICE H

ARTIGO 8
TÍTULO: Biblioteca universitária, um ambiente sistêmico propício ao acesso, ao uso e à apropriação da informação: contribuições da web social para esse ambiente.
AUTORAS: Raquel Rosário Santos, Emeide Nóbrega Duarte
REVISTA: RBBD (B1)
Ano de Publicação: 2018

**BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, UM AMBIENTE
SISTÊMICO PROPÍCIO AO ACESSO, AO USO E À
APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
contribuições da web social para esse ambiente**

Raquel Rosário Santos

Doutora em Ciência da Informação
pela Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: quelrosario@gmail.com

Emeide Nóbrega Duarte

Professora do Departamento de
Ciência da Informação da Universidade
Federal da Paraíba.
E-mail: emeide@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo registra uma reflexão sobre a biblioteca universitária, enquanto ambiente sistêmico, que potencializa, por meio de suas atividades de mediação, o acesso, o uso e a apropriação da informação. É discutido o processo de utilização dos dispositivos de comunicação na *web* social, a fim de proporcionar a criação de novos conhecimentos pelos usuários da informação. Nessa perspectiva, objetiva-se com este artigo de aporte teórico, contextualizar as contribuições dos dispositivos de comunicação da *web* social no desenvolvimento das atividades para construção de conhecimento no ambiente da biblioteca universitária.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária. Bibliotecários. Dispositivos de comunicação da *web* social.

**LIBRARY UNIVERSITY A SYSTEMIC
ENABLING ENVIRONMENT TO ACCESS, USE AND
OWNERSHIP OF INFORMATION: social web
contributions to this environment**

ABSTRACT

This article file a reflection on the university library, while systemic environment that enhances, through its mediation activities, access, use and appropriation of information. It discusses the process of using the communication devices in the social web to provide the creation of new knowledge by the user of the information. In this perspective, the objective is with this theoretical framework article, contextualize the contributions of communication devices of the social web in the development of activities for the construction of knowledge in the university library environment.

Keywords: University Library. Librarians. Social web.